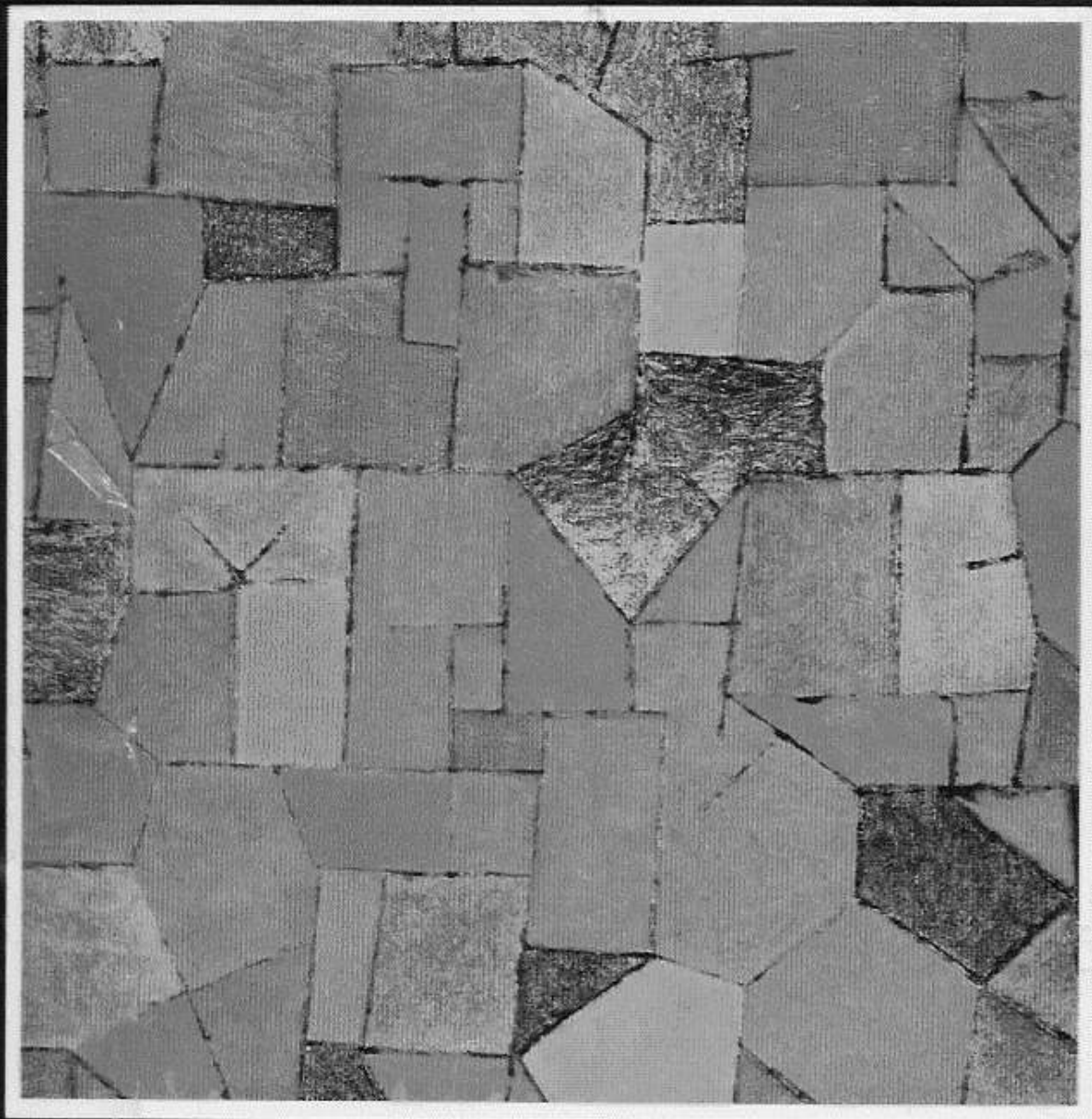


Eric J. Hobsbawm

Nações e Nacionalismo
desde 1780



PAZ E TERRA

Em *A era das revoluções*, Hobsbawm analisou o surgimento do nacionalismo, em suas vertentes burguesa e popular, ambas filhas da “dupla revolução”: a francesa e a industrial. Já em *A era do capital*, Hobsbawm demonstrava como a revolução de 1848 colocou o nacionalismo como protagonista central do panorama político dali para a frente, junto com a classe média, o liberalismo, a democracia política e as classes trabalhadoras. As grandes transformações operadas na história entre 1875 e 1914, demonstradas em *A era dos impérios*, fizeram com que o declínio das comunidades primárias das pessoas — a aldeia, a família, a paróquia, o bairro, a confraria — apelasse para a “nação”, como comunidade imaginária, a fim de preencher o vácuo.

Nações e nacionalismo desde 1780 representa a sistematização desse esforço por parte de Hobsbawm, a partir de conferências realizadas em Belfast, que desemboca num balanço do nacionalismo no final do século XX. Hobsbawm destaca como, desde a Segunda Guerra Mundial e especialmente desde os anos 60, as economias nacionais têm sido questionadas por uma nova divisão internacional do trabalho, que inclui organizações supranacionais acima do controle dos governos. O desenvolvimento tecnológico, a extensão do comércio internacional e a intensificação das migrações internacionais aceleraram essa tendência, que encontrou no final da bipolarização mundial entre as duas grandes superpotências sua consolidação.

No entanto, quando tudo parecia indicar um debilitamento dos Estados-nação e, com eles, da nação e do

193

“Suponha-se que um dia, após uma guerra nuclear, um historiador intergaláctico pouse em um planeta então morto para inquirir sobre as causas da pequena e remota catástrofe registrada pelos sensores de sua galáxia... Após alguns estudos, nosso observador conclui que os últimos dois séculos da história humana do planeta Terra são incompreensíveis sem o entendimento do termo ‘nação’ e do vocabulário que dele deriva.”

Apesar desse papel central, se todos temos a sensação de saber o que é uma *nação*, perdemos a desenvoltura quando temos que explicar do que se trata exatamente. Neste livro Hobsbawm não somente discerne a transcendência do tema, como tem sido o pensador contemporâneo que mais tem contribuído para a compreensão dos conceitos de *nação*, de *nacionalidade* e de *nacionalismo*.

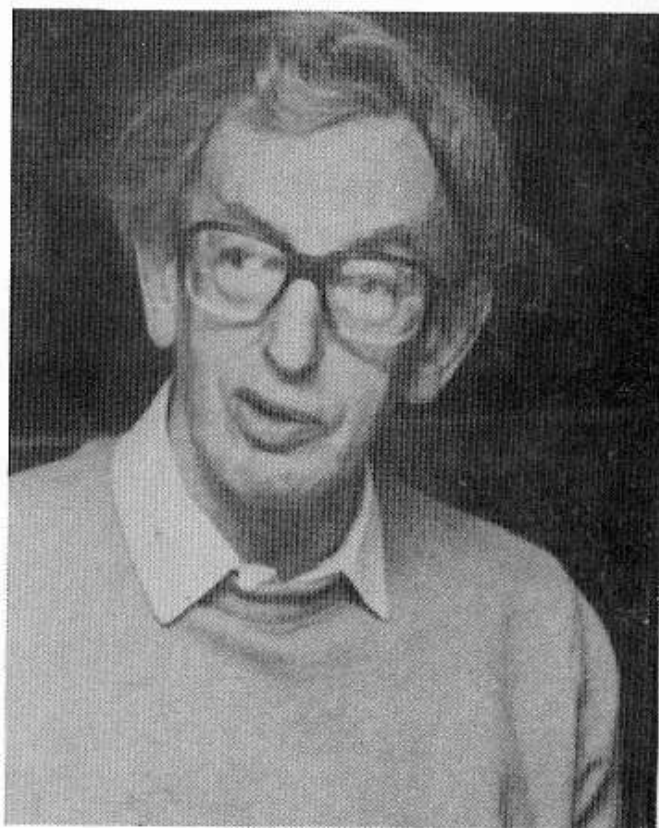
Emir Sader



nacionalismo, os conflitos do fim do século apontam para um renascimento dos problemas nacionais, como se eles não encontrassem mais as contenções da bipolarização internacional.

A seguir assim, a humanidade entrará no século XXI com a herança dos problemas nacionais, cuja compreensão encontra nesta obra de Hobsbawm o seu melhor instrumento, justamente para tentar evitar que o enigma fique delegado a seres intergalácticos, já que a prática costuma ser impiedosa com os erros teóricos dos homens. E o que está em jogo não é apenas a sobrevivência da nossa capacidade teórica, mas nossa própria sobrevivência como humanidade.

Emir Sader



Nascido em Alexandria em 1917, E. J. Hobsbawm foi educado em Viena, Berlim, Londres e Cambridge. Lecionou, na maior parte de sua carreira, no Birbeck College, da Universidade de Londres.

3484/06/10/97

BN 001463780

© E. J. Hobsbawm, 1990
Traduzido do original em inglês *Nations and Nationalism
since 1780 — Programme, myth, reality*

Capa
Pinky Wainer
Copydesk
Mário Rogério Q. Moraes
Revisão
Marcelo N. Moraes
Carmen T. S. Costa
Ilustração da capa
Paul Klee

Mountain Village (Autumnal), 1934 (detalhe)
Óleo s/ madeira compensada, 70,4 x 54 cm
Galeria Rosengart, Lucerne

Dados de Catalogação na Publicação Internacional (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Hobsbawm, Eric J., 1917-

Nações e nacionalismo desde 1780 : programa, mito e realidade / E.J. Hobsbawm ; [tradução Maria Célia Paoli, Anna Maria Quirino]. — Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1990.

1. Movimentos de liberação nacional 2. Nacionalismo
3. Nações I. Título.

90-2060

199703784RC

CDD -320.54
-321.05
-321.09

Índices para catálogo sistemático:

1. Liberação nacional : Movimentos : Ciência política 321.09
2. Movimentos de liberação nacional : Ciência política 321.09
3. Nacionalismo : Ciência política 320.54
4. Nações : Ciência política 321.05

Direitos adquiridos pela
EDITORA PAZ E TERRA
Rua do Triunfo, 177
01212 - São Paulo/SP
Tel. (011) 223-6522
Rua São José, 90 - 11º andar
20010 - Rio de Janeiro/RJ
Tel. (021) 221-4066

que se reserva a propriedade desta tradução

Conselho Editorial
Antonio Candido
Fernando Gasparian
Fernando Henrique Cardoso

1991

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

SETORIAL DE EDUCAÇÃO

Índice

Prefácio	9
Introdução	11
I. A nação como novidade: da revolução ao liberalismo	27
II. O protonacionalismo popular	63
III. A perspectiva governamental	101
IV. As transformações do nacionalismo: 1870-1918	125
V. O apogeu do nacionalismo: 1918-1950	159
VI. O nacionalismo no final do século XX	195
Índice remissivo	219

Prefácio

Este livro está baseado nas Conferências de Wiles que tive a honra de proferir na Universidade de Queen, em Belfast, em maio de 1985. O lugar sugeriu o tema. O conteúdo um tanto concentrado das quatro conferências previstas para o Professor Visitante foi aqui desdobrado, por razões práticas. São agora cinco capítulos de tamanho desigual, uma introdução e algumas reflexões conclusivas. O manuscrito foi também revisto, em parte para dar conta do material que surgiu posteriormente e, sobretudo, à luz das discussões com o grupo de especialistas convidados, que é uma das maiores atrações das Conferências de Wiles para aqueles afortunados o bastante em proferi-las. Sou grato a todos os que organizaram as conferências e que tomaram parte nas discussões, em particular a Perry Anderson, John Breuilly, Judith Brown, Ronan Fanning, Miroslav Hroch, Victor Kiernan, Joe Lee, Shula Marks, Terence Ranger e Göran Therborn, pelas críticas e estímulos e, especialmente, por me levarem a pensar sobre o nacionalismo não europeu. No entanto, concentrei-me principalmente no século XIX e no começo do século XX, quando o assunto é bastante eurocêntrico ou, em qualquer caso, centrado nas regiões "desenvolvidas". Como faz algum tempo que venho falando e interrogando sobre nações e nacionalismo, há muitas outras pessoas que me deram idéias, informações e referências de livros que, de outro modo, continuariam para mim desconhecidas. Sob o risco de injustiça, destaco aqui Kumari Jaya-

wardene e outros estudiosos sul-asiáticos do World Institute for Development Economics Research, de Helsinque, e meus colegas e estudantes da New School for Social Research, de Nova York, que ouviram e discutiram parte deste material. Grande parte da pesquisa feita para este livro foi possível graças a uma bolsa para professores eméritos da Leverhulme, e gostaria de expressar meus agradecimentos ao Leverhulme Trust pelo auxílio generoso assim concedido.

“A questão nacional” é, notoriamente, um tema controverso. Não procurei fazê-lo menos controverso. Espero, contudo, que estas conferências, em sua forma impressa, possam fazer avançar o estudo dos fenômenos históricos de que elas tentam dar conta.

Londres, 1989

Introdução

Suponha-se que um dia, após uma guerra nuclear, um historiador intergaláctico pouse em um planeta então morto para inquirir sobre as causas da pequena e remota catástrofe registrada pelos sensores de sua galáxia. Ele, ou ela — poupo-me de especular sobre o problema da reprodução fisiológica extraterrestre —, consulta as bibliotecas e arquivos que foram preservados porque a tecnologia desenvolvida do armamento nuclear foi dirigida mais para destruir pessoas do que a propriedade. Após alguns estudos, nosso observador conclui que os últimos dois séculos da história humana do planeta Terra são incompreensíveis sem o entendimento do termo “nação” e do vocabulário que dele deriva. O termo parece expressar algo importante nos assuntos humanos. Mas o que, exatamente? Aqui está o mistério. Ele terá que ler Walter Bagehot, que apresentou a história do século XIX como a da “construção de nações”, embora também tenha observado, com seu habitual senso comum, que “sabemos o que é quando não somos perguntados, mas não podemos rapidamente defini-la ou explicá-la”.¹ Isso pode ser verdade para Bagehot e para nós, mas não para historiadores extragalácticos sem a experiência humana que parece fazer da idéia de “nação” algo tão convincente.

Graças à literatura dos últimos quinze ou vinte anos, penso que hoje seria possível dotar tal historiador com uma pequena lista de leituras para ajudá-lo, ou ajudá-la, na busca de sua análise, e também completar as referências contidas até aquela data em

"Nacionalismo: Um Relatório das Tendências e Bibliografia", de A. D. Smith.² Não que se deseje recomendar muita coisa do que foi escrito nos períodos anteriores. Nossa lista de leituras incluiria muito pouco do que foi escrito no período clássico do liberalismo do século XIX, por razões que devem ficar claras posteriormente, mas também porque muito pouco foi escrito além da retórica racista e nacionalista. E o melhor material produzido na época foi pequeno, como as passagens pelo assunto feitas por John Stuart Mill em suas *Considerações sobre o Governo Representativo* e a famosa preleção de Ernest Renan "O que é uma nação?".³

Nossa lista de leituras conteria alguns textos, tanto opcionais como historicamente necessários, provenientes do primeiro grande esforço em conceber uma análise desinteressada do assunto: os importantes e subestimados debates dos marxistas da Segunda Internacional sobre o que chamavam de "a questão nacional". Veremos depois por que as melhores cabeças do movimento socialista internacional — e este continha intelectos extremamente poderosos — dedicaram-se a esse problema: para citar alguns, Kautsky e Luxemburgo, Otto Bauer e Lenin.⁴ Provavelmente, nossa lista conteria alguma coisa de Kautsky, certamente *Die Nationalitätenfrage*, de Otto Bauer, mas precisaria incluir *Marxism and the National and Colonial Question*, de Stalin, não tanto pelos seus méritos intelectuais, medíocres mas não desprezíveis — ainda que não sejam originais —, mas pela sua posterior influência política.⁵

Em minha opinião, a lista não deveria conter muito do que foi escrito na época daqueles que foram chamados de "os pais fundadores gêmeos" do estudo acadêmico do nacionalismo, após a Primeira Guerra Mundial: Carleton B. Hayes e Hans Kohn.⁶ Nada mais natural do que a atração exercida pelo assunto em uma época na qual o mapa da Europa estava sendo pela primeira — e única — vez redesenhado de acordo com o princípio da nacionalidade e quando o vocabulário do nacionalismo europeu veio a ser adotado pelos novos movimentos de liberação colonial ou afirmação terceiro-mundista, aos quais Hans Kohn, ao menos, prestou considerável atenção.⁷ Também não há dúvida de que os escritos do período contêm uma massa de material tirada da literatura anterior, o que pode poupar aos estudiosos uma boa parte

de leitura original. A principal razão para a obsolescência de grande parte desse material é que a principal inovação do período, a qual, aliás, foi antecipada pelos marxistas, tornou-se um lugar-comum — exceto entre os nacionalistas. As nações, sabemos agora — e não menos através dos esforços da era Hayes-Kohn — não são "tão antigas quanto a história", como pensava Bagehot.⁸ O sentido moderno da palavra não é mais velho que o século XVIII considerando-se ou não o variável período que o precedeu. A literatura acadêmica sobre o nacionalismo se multiplicou, embora não tenha avançado muito nas décadas seguintes. Alguns considerariam o trabalho de Karl Deutsch como uma das maiores contribuições por sua ênfase no papel da comunicação na formação das nações, mas eu não reputaria esse autor como indispensável.⁹

Também não é claro por que a literatura sobre nações e nacionalismo registrou uma fase tão frutífera vinte anos atrás, e de fato a questão surge apenas para aqueles que acreditam que assim foi. Este não é ainda um ponto de vista universalmente estabelecido. O problema será considerado no capítulo final, embora sem grandes detalhes. Em qualquer caso, na opinião deste autor, o número de trabalhos que genuinamente iluminam a questão a respeito do que são nações e movimentos nacionalistas e qual seu papel no desenvolvimento histórico é maior no período 1968-1988 do que em qualquer período anterior com o dobro dessa duração. O texto que se segue deve deixar claro quais desses trabalhos considero particularmente interessantes, mas pode ser conveniente mencionar alguns títulos importantes entre os quais o autor evita incluir — à exceção de um — seus próprios trabalhos sobre o assunto.¹⁰ A seguinte lista concisa pode servir como introdução ao tema. Está em ordem alfabética por autor, exceto para o trabalho de Hroch, o qual abriu uma nova era para a análise da composição dos movimentos de libertação nacionais. Hroch, Miroslav, *Social Preconditions of National Revival in Europe* (Cambridge, 1985). Este livro combina as descobertas de dois trabalhos publicados pelo autor em Praga, em 1968 e 1971. Anderson, Benedict, *Imagined Communities* (Londres, 1983). Armstrong, J., *Nations before Nationalism* (Chapel Hill, 1982). Breuilly, J., *Nationalism and the State* (Manchester, 1982).

- Cole, John W. e Wolf, Eric R., *The Hidden Frontier: Ecology and Ethnicity in an Alpine Valley* (Nova York e Londres, 1974).
- Fishman, J. (org.), *Language Problems of Developing Countries* (Nova York, 1968).
- Gellner, Ernest, *Nations and Nationalism* (Oxford, 1983).
- Hobsbawm, Ed. J. e Ranger, Terence (orgs.), *The Invention of Tradition* (Cambridge, 1983) (trad. bras., *A Invenção das Tradições*, Paz e Terra, 1984).
- Smith, A. D., *Theories of Nationalism* (2ª ed., Londres, 1983).
- Szűcs, Jenő, *Nation und Geschichte: Studien* (Budapeste, 1981).
- Tilly, C. (org.), *The Formation of National States in Western Europe* (Princeton, 1975).

A estes não posso deixar de acrescentar um brilhante ensaio escrito com a identificação subjetiva com uma "nação", mas com um raro senso de sua maleabilidade e contexto histórico: Gwyn A. Williams, "When was Wales?", no livro desse autor *The Welsh in their History* (Londres e Camberra, 1982).

A maior parte dessa literatura centrou-se na questão: o que é uma (ou a) nação? Pois a principal característica desse modo de classificar grupos de seres humanos é que — apesar da alegação, daqueles que pertencem a uma nação, de que ela é, em alguns sentidos, fundamental e básica para a existência social de seus membros e mesmo para a sua identificação individual — nenhum critério satisfatório pode ser achado para decidir quais das muitas coletividades humanas deveriam ser rotuladas desse modo. Isto não é surpreendente em si mesmo, pois, se olharmos "a nação" como um fenômeno muito recente na história da humanidade e produto de conjunturas históricas particulares necessariamente regionais ou localizadas, era de se esperar que ele ocorresse, como inicialmente o foi, mais em umas poucas colônias de povoamento do que em uma população genericamente distribuída sobre o território mundial. O problema, no entanto, é que não há meio de informar o observador como distinguir *a priori* uma nação de outras entidades, da mesma maneira como podemos informá-lo como reconhecer um pássaro ou distinguir um rato de um lagarto. A observação de nações seria mais simples se pudesse ser semelhante à observação de passarinhos.

As tentativas de se estabelecerem critérios objetivos sobre a

existência de nacionalidade, ou de explicar por que certos grupos se tornaram "nações" e outros não, freqüentemente foram feitas com base em critérios simples como a língua ou a etnia ou em uma combinação de critérios como a língua, o território comum, a história comum, os traços culturais comuns e outros mais. A definição de Stalin é provavelmente a mais conhecida entre essas tentativas, embora de modo nenhum seja a única.¹¹ Todas as definições objetivas falharam pela óbvia razão de que, dado que apenas alguns membros da ampla categoria de entidades que se ajustam a tais definições podem, em qualquer tempo, ser descritos como "nações", sempre é possível descobrir exceções. Ou os casos que correspondem à definição não são (ou não são ainda) "nações" nem possuem aspirações nacionais, ou sem dúvida as "nações" não correspondem aos critérios ou à sua combinação. Na verdade, como poderia ser diferente, já que estamos tentando ajustar entidades historicamente novas, emergentes, mutáveis e, ainda hoje, longe de serem universais em um quadro de referência dotado de permanência e universalidade?

Além disso, como veremos, os critérios usados para esse objetivo — língua, etnicidade ou qualquer outro — são em si mesmos ambíguos, mutáveis, opacos e tão inúteis para os fins de orientação do viajante quanto o são as formas das nuvens se comparadas com a sinalização de terra. É claro que isso os tornou excepcionalmente convenientes para propósitos propagandísticos e programáticos e não para fins descritivos. Um exemplo do uso nacionalista de tal definição "objetiva" na política recente asiática pode deixar clara essa afirmação:

Os povos que falam tâmil, no Ceilão, constituem uma nação distinta da dos cingaleses pelos testes mais fundamentais da existência de nações; em primeiro lugar, aquele de um passado histórico diferenciado, na ilha, pelo menos tão antigo e glorioso quanto o dos cingaleses (*sic*) e em segundo lugar pelo fato de constituírem uma entidade lingüística inteiramente distinta da dos cingaleses, com uma insuperável herança clássica e um desenvolvimento moderno da língua, que faz o tâmil ser uma língua inteiramente adequada para as presentes necessidades e, finalmente, pela razão de habitarem áreas territorialmente definidas.¹²

O objetivo dessa passagem é claro: demandar autonomia ou

independência para uma área descrita como “um terço da ilha” de Sri Lanka, sobre as bases do nacionalismo tâmil. Ela obscurece o fato de que a habitação territorial consiste de duas áreas, geograficamente separadas, habitadas por pessoas de diferentes origens que falam tâmil (a população nativa e a recente imigração de trabalhadores indianos, respectivamente); que a área de povoamento tâmil contínua é também, em certas zonas, habitada por algo equivalente a um terço dos cingaleses e a aproximadamente 41% de pessoas que falam tâmil mas que se recusam a se identificar como tâmeis, preferindo a identidade de muçulmanos (os “mouros”). De fato, mesmo deixando de lado a região central dos imigrantes, não é nada claro que o território de maior povoamento contínuo tâmil (que vai de 71% a 95% — Batticaloa, Mullaitivu, Jaffna) e as áreas em que tâmeis auto-identificados constituem 20% ou 33% da população (Amparal, Trincomalee) possam ser descritas como um único espaço, exceto em termos puramente cartográficos. De fato, nas negociações que levaram ao fim da guerra civil de Sri Lanka em 1987, a decisão de assim proceder foi uma concessão política direta para os nacionalistas tâmeis. Como vimos anteriormente, a “entidade linguística” esconde o fato inquestionável de que tâmeis indígenas, indianos, imigrantes e mouros são — até agora — uma população homogênea apenas no sentido filológico, e provavelmente, como veremos ainda, nem sequer neste sentido. Quanto ao “passado histórico distinto”, a frente é quase certamente anacrônica, problemática e tão vaga que chega a ser sem sentido. Seguramente, pode-se objetar que manifestos abertamente propagandísticos não deveriam ser inquiridos como se fossem contribuições às ciências sociais, mas o fato é que quase toda classificação de alguma comunidade como “nação”, com base em tais critérios significativamente objetivos, seria suscetível de objeções semelhantes, a menos que o fato de ser uma “nação” pudesse ser estabelecido em outras bases.

Todavia, quais outras bases? A alternativa para uma definição objetiva de nação é uma definição subjetiva, seja ela coletiva (seguindo a frase de Renan: “uma nação é um plebiscito diário”), seja individual, à moda austro-marxista de se considerar a “nacionalidade” como passível de aderir às pessoas, onde elas vivessem ou com quem vivessem, sobretudo se estas decidissem exigí-la.¹³

Ambas são tentativas evidentes de se escapar da compulsão do objetivismo *a priori*, adaptando, de forma diferente em ambos os casos, a definição de “nação” a territórios nos quais pessoas com diferentes línguas ou outros critérios “objetivos” coexistem, como na França e no Império Habsburgo. Ambas as definições são sujeitas à objeção de que definir uma nação pela consciência que têm seus membros de a ela pertencer é tautológica e fornece apenas um guia *a posteriori* sobre o que é uma nação. Além disso, pode levar os incautos a extremos do voluntarismo para o qual tudo o que é necessário para criar ou recriar uma nação é a vontade de sê-la: se um número suficiente de habitantes da ilha de Wight quiser ser uma nação wightiana, lá haverá uma nação.

Embora essa atitude tenha levado a algumas tentativas de construir nações através de processos de conscientização, especialmente desde os anos 60, observadores sofisticados como Otto Bauer e Renan sabiam muito bem que as nações possuíam também elementos objetivos comuns. No entanto, insistir na consciência ou na escolha como o critério da existência de nações é subordinar sem discernimento os muitos modos pelos quais os seres humanos se definem e se redefinem como membros de grupos a uma opção única: a escolha de pertencer a uma “nação” ou a uma “nacionalidade”. Política ou administrativamente, essa escolha deve hoje ser feita pela condição de se viver em Estados que fornecem passaportes ou inquirirem sobre línguas em censos. Mesmo hoje, entretanto, é perfeitamente possível para uma pessoa que vive em Slough pensar em si mesma, dependendo das circunstâncias, como — digamos — um cidadão britânico, ou (diante de outro cidadão de cor diferente) como um indiano, ou (diante de outros indianos) como um gujaratí, ou (diante de indianos ou muçulmanos) como um jain, ou como membro de uma casta particular ou de uma rede de parentesco, ou como alguém que em casa fala hindi e não gujaratí, ou ainda de muitos outros modos. Na verdade, também não é possível reduzir nem mesmo a “nacionalidade” a uma dimensão única, seja política, cultural ou qualquer outra (a menos, é certo, que se seja obrigado a isso pela *force majeure* dos Estados). Há pessoas que podem identificar-se como judeus mesmo que não partilhem da religião, língua, cultura, tradição, herança histórica,

padrões grupais de parentesco ou de uma atitude em relação ao Estado judeu. Do mesmo modo, isso não implica uma definição puramente subjetiva da "nação".

Assim, nem a definição subjetiva nem a objetiva são satisfatórias, e ambas são enganosas. Em qualquer caso, o agnosticismo é a melhor postura inicial de um estudioso nesse campo, e portanto este livro não possui uma definição *a priori* do que constitui uma nação. Como hipótese inicial de trabalho, trataremos como nação qualquer corpo de pessoas suficientemente grande cujos membros consideram-se como membros de uma "nação". No entanto, não se pode estabelecer se esse corpo de pessoas considera-se ou não dessa maneira simplesmente consultando escritores ou porta-vozes políticos de organizações que demandam o *status* de "nação" para aquele corpo. O aparecimento de um grupo de porta-vozes de alguma "idéia nacional" não é insignificante, mas a palavra "nação" é atualmente usada de forma tão ampla e imprecisa que o uso do vocabulário do nacionalismo pode significar, hoje, muito pouco.

Todavia, ao abordar a "questão nacional", "é mais profícuo começar com o conceito de 'nação' (isto é, com 'nacionalismo') do que com a realidade que ele representa". Pois "a 'nação', tal como concebida pelo nacionalismo, pode ser reconhecida prospectivamente; mas a 'nação' real pode ser reconhecida apenas *a posteriori*".¹⁴ É essa a abordagem deste livro. Uma abordagem que concede atenção particular às mudanças e às transformações do conceito, especialmente em relação ao fim do século XIX. Conceitos, certamente, não são parte de discursos filosóficos flutuantes, mas são histórica, social e localmente enraizados e, portanto, devem ser explicados em termos destas realidades.

De resto, a posição do autor pode ser sumarizada no seguinte:

1. uso o termo "nacionalismo" no sentido definido por Gellner, ou seja, significando "fundamentalmente um princípio que sustenta que a unidade política e nacional deve ser congruente".¹⁵ Agregaria a esse princípio a implicação de que o dever político dos ruritânios à organização política que abrange e representa a nação ruritânia supera todas as outras obrigações públicas e, em casos extremos (como guerras), todas as outras obrigações de

qualquer tipo. Esta implicação distingue o nacionalismo moderno de outras formas, menos exigentes, de identificação grupal ou nacional, as quais também discutiremos;

2. como a maioria dos estudiosos rigorosos, não considero a "nação" como uma entidade social originária ou imutável. A "nação" pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o "Estado-nação"; e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora desta relação. Além disso, com Gellner, eu enfatizaria o elemento do artefato, da invenção e da engenharia social que entra na formação das nações. "As nações, postas como modos naturais ou divinos de classificar os homens, como destino político ... inerente, são um mito; o nacionalismo, que às vezes toma culturas preexistentes e as transforma em nações, algumas vezes as inventa e freqüentemente oblitera as culturas preexistentes: isto é uma realidade."¹⁶ Em uma palavra, para os propósitos da análise, o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto;

3. a "questão nacional", como os velhos marxistas a chamavam, está situada na intersecção da política, da tecnologia e da transformação social. As nações existem não apenas como funções de um tipo particular de Estado territorial ou da aspiração em assim se estabelecer — amplamente falando, o Estado-cidadão da Revolução Francesa —, como também no contexto de um estágio particular de desenvolvimento econômico e tecnológico. A maioria dos estudiosos, hoje, concordaria que línguas padronizadas nacionais, faladas ou escritas, não podem emergir nessa forma antes da imprensa e da alfabetização em massa e, portanto, da escolarização em massa. Já foi, inclusive, mostrado que a capacidade de o italiano popular falado ser um idioma capaz de expressar toda a extensão das necessidades de uma língua do século XX, fora da esfera de comunicação doméstica e pessoal, está sendo construída hoje apenas como uma função das necessidades de programação da televisão nacional.¹⁷ As nações e seus fenômenos associados devem, portanto, ser analisados em termos das condições econômicas, administrativas, técnicas, políticas e outras exigências;

4. por essa razão as nações são, do meu ponto de vista,

fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas. Se eu tenho uma crítica séria ao trabalho de Gellner é sobre sua preferência pela perspectiva da modernização pelo alto, o que torna difícil uma atenção adequada à visão dos de baixo.

Essa visão de baixo, isto é, a nação vista não por governos, porta-vozes ou ativistas de movimentos nacionalistas (ou não nacionalistas), mas sim pelas pessoas comuns que são o objeto de sua ação e propaganda, é extremamente difícil de ser descoberta. Felizmente, os historiadores sociais aprenderam como investigar a história das idéias, das opiniões e dos sentimentos no plano sub-literário, de modo que hoje estamos mais seguros de não confundir — como os historiadores habitualmente faziam — os editoriais de jornais escolhidos com a opinião pública. Com certeza, ainda não sabemos muito. Todavia, três coisas estão claras.

Primeiro, as ideologias oficiais de Estados e movimentos não são orientações para aquilo que está nas mentes de seus seguidores e cidadãos, mesmo dos mais leais entre eles. Segundo, e mais especificamente, não podemos presumir que, para a maioria das pessoas, a identificação nacional — quando existe — exclui ou é sempre superior ao restante do conjunto de identificações que constituem o ser social. Na verdade, a identificação nacional é sempre combinada com identificações de outro tipo, mesmo quando possa ser sentida como superior às outras. Terceiro, a identificação nacional e tudo o que se acredita nela implicado pode mudar e deslocar-se no tempo, mesmo em períodos muito curtos. Em meu julgamento, esta é hoje uma área dos estudos nacionais na qual se precisa urgentemente de reflexão e pesquisa;

5. o desenvolvimento de nações e do nacionalismo em Estados longamente estabelecidos como a Grã-Bretanha e a França não foi estudado intensivamente, embora hoje chame a atenção.¹⁸ Constata-se essa ausência pelo desprezo, na Grã-Bretanha, por quaisquer problemas relacionados ao nacionalismo inglês — um termo que, em si mesmo, soa estranho para muitos ouvidos —, se comparado com a atenção que se dá aos escoceses e galeses, para

não mencionar o nacionalismo irlandês. Por outro lado, houve nos anos recentes um grande desenvolvimento no estudo de movimentos nacionais que aspiram a ser Estados, seguindo principalmente os inovadores estudos comparativos de Hroch sobre os pequenos movimentos nacionais europeus. Incorporo dois pontos da análise desse excelente escritor. O primeiro é que a "consciência nacional" se desenvolve desigualmente entre os grupos e regiões sociais de um país; essa diversidade regional e suas razões foram notavelmente esquecidas no passado. A propósito, a maioria dos estudiosos concordaria que, qualquer que seja a natureza dos primeiros grupos sociais capturados pela "consciência nacional", as massas populares — trabalhadores, empregados, camponeses — são as últimas a serem por ela afetadas. Segundo, e em consequência, sigo a útil divisão de Hroch da história dos movimentos nacionais em três fases. A fase A, que se desenvolveu na Europa do século XIX, foi puramente cultural, literária e folclórica, sem implicações políticas particulares e mesmo nacionais, tanto quanto as pesquisas (feitas por não-romenos) da Gypsy Lore Society para os sujeitos pesquisados. Na fase B, encontramos um conjunto de pioneiros e militantes da "idéia nacional" e o começo das campanhas políticas em prol dessa idéia. O principal corpo do trabalho de Hroch se refere a essa fase e à análise das origens, composição e distribuição dessa *minorité agissante*. Minha preocupação no presente livro é mais com a fase C, quando os programas nacionalistas adquirem sustentação de massa — e não antes — ou, ao menos, alguma das sustentações de massa que os nacionalistas sempre dizem representar. A transição da fase B para a fase C é, evidentemente, um momento crucial na cronologia dos movimentos nacionais. Algumas vezes, como na Irlanda, ocorre antes da criação de um Estado nacional; mas, provavelmente, ocorre com muito mais freqüência depois, como uma consequência dessa criação. Outras vezes, como no assim chamado Terceiro Mundo, a transição não ocorre nem mesmo então.

Finalmente, não posso deixar de acrescentar que nenhum historiador sério das nações e dos nacionalismos pode ser um nacionalista político comprometido, a não ser no mesmo sentido em que os crentes na verdade literal das Escrituras, os quais, mesmo incapazes de contribuir para a teoria evolucionista, não estão

excluídos de fazer contribuições à arqueologia e à filologia semítica. O nacionalismo requer muita crença naquilo que, obviamente, não é assim. Como disse Renan, "o erro histórico é parte da formação de uma nação".¹⁹ Historiadores estão profissionalmente obrigados a não compreender a história de modo errado, ou ao menos fazer um esforço. Ser irlandês e orgulhosamente ligado à Irlanda — ser mesmo orgulhosamente católico irlandês ou protestante-do-Ulster irlandês — não é, em si mesmo, incompatível com o estudo rigoroso da história da Irlanda. Já ser um feniano* ou um orangeman** em minha opinião, não é assim tão compatível, ou tanto quanto um sionista é compatível com a escrita de uma história genuinamente séria dos judeus; a menos que o historiador abandone suas convicções quando entra em uma biblioteca ou quando faz sua pesquisa. Alguns historiadores nacionalistas foram incapazes de fazê-lo. Felizmente, ao começar a escrever este livro, não precisei deixar minhas convicções não históricas de lado.

* Feniano: membro de uma irmandade secreta revolucionária irlandesa estabelecida em Nova York em 1858, com o objetivo de libertar a Irlanda do jugo inglês. (N.T.)

** Orangeman: membro de uma sociedade secreta instituída no Norte da Irlanda em 1795 para sustentar a ascendência e a religião protestante. O nome vem de Guilherme III da Inglaterra, príncipe de Orange. (N.T.)

NOTAS

1. Walter Bagehot, *Physics and Politics* (Londres, 1887), pp. 20-21.
2. A. D. Smith, "Nationalism, A Trend Report and Bibliography", in *Current Sociology*, XXI/3, Haia e Paris, 1973. Ver também as bibliografias do mesmo autor in *Theories of Nationalism* (Londres, 2ª ed., 1983) e *The Ethnic Origins of Nations* (Oxford, 1986). Atualmente o professor Anthony Smith é o principal guia nesse campo, para leitores de língua inglesa.
3. Ernest Renan, *Qu'est-ce que c'est une Nation?* (Conferência feita na Sorbonne em 11.3.1882) (Paris, 1882); John Stuart Mill, *Considerations on Representative Government* (Londres, 1861), cap. XVI.
4. Para uma introdução conveniente, incluindo uma seleção de escritos dos principais autores marxistas da época, George Haupt, Michel Lowy e Claudie Weill, *Les Marxistes e la Question Nationale 1848-1914* (Paris, 1974). Otto Bauer, *Die Nationalitätenfrage und die Sozialdemokratie* (Viena, 1907; a 2ª ed., de 1924, contém uma nova introdução importante), inexplicavelmente parece que não foi traduzido para o inglês. Para um apanhado recente, Horace B. Davis, *Toward a Theory of Nationalism* (Nova York, 1978).
5. O texto de 1913 foi publicado junto com outros escritos posteriores in Josef Stalin, *Marxism and the National and Colonial Question* (Londres, 1936), em um volume que teve considerável influência internacional, especialmente no mundo colonizado.
6. Carleton B. Hayes, *The Historical Evolution of Modern Nationalism* (Nova York, 1931), e Hans Kohn, *The Idea of Nationalism. A Study in its Origins and Background* (Nova York, 1944), contêm material histórico valioso. A expressão "pais fundadores" vem de um estudo fundamental de história filológica e conceitual de A. Kemiläinen, *Nationalism. Problems Concerning the World, the Concept and Classification* (Jyväskylä, 1964).
7. Ver *History of Nationalism in East* (Londres, 1929); *Nationalism and Imperialism in the Hitler East* (Nova York, 1932).

8. Bagehot, *Physics and Politics*, p. 83.
9. Karl W. Deutsch, *Nationalism and Social Communication. An Enquiry into the Foundations of Nationality* (Cambridge, MA, 1953).
10. São estes, em acréscimo aos capítulos em questão, in *The Age of Revolution 1789-1848* (1962), *The Age of Capital 1848-1875* (1975) e *The Age of Empire 1875-1914* (1987) [trad. bras. *A Era das Revoluções, 1789-1848, A Era do Capital, 1848-1875 e A Era dos Impérios, 1875-1914*, Paz e Terra, respectivamente 1971, 1977 e 1989]: "The attitude of popular classes towards national movements for independence", in *Commission Internationale d'Histoire des Mouvements Sociaux et Structures Sociales, Mouvements Nationaux d'Indépendance et Classes Populaires aux XIX^e et XX^e Siècles en Occident et en Orient*, 2 vols. (Paris, 1971), vol. I, pp. 34-44, "Some reflections on nationalism", in T. J. Nossiter, A. H. Hanson, Stein Rokkan (orgs.), *Imagination and Precision in the Social Sciences: Essays in Memory of Peter Nettl* (Londres, 1972, pp. 385-406); "Reflections on 'The Break-Up of Britains'" (*New Left Review*, 105, 1977); "What is the worker's country?" (cap. 4 do meu *Worlds of Labour*, Londres, 1984); "Working-class internationalism", in F. van Holthoon e Marcel van der Linden (orgs.), *Internationalism in the Labour Movement* (Leiden-Nova York-Copenhague-Colônia, 1988, pp. 2-16).
11. "Uma Nação é uma comunidade desenvolvida e estável, com linguagem, território, vida econômica e caracterização psicológica manifestos em uma comunidade cultural." Josef Stalin, *Marxism and the National and Colonial Question*, p. 8. O original foi escrito em 1912.
12. Ilankai Tamil Arasu Kadchi, "The case for a federal constitution for Ceylon", Colombo, 1951, cit. in Robert N. Kearney, "Ethnic conflict and the Tamil separatist movement in Sri Lanka" (*Asian Survey*, 25, 9.9.1985, p. 904).
13. Karl Renner comparou especificamente a associação nacional do indivíduo com sua associação a uma fé religiosa, isto é, um *status*, "por direito, escolhido livremente pelo indivíduo que atingira a maioria ou, no caso do interesse dos menores, por seus representantes legais". Sumário, *Staat und Nation* (Viena, 1899), pp. 7 e segs.
14. E. J. Hobsbawm, "Some reflections on nationalism", p. 387.
15. Ernest Gellner, *Nations and Nationalism*, p. 1. Essa definição basicamente política também é aceita por alguns outros autores, a exemplo de John Breuilly, *Nationalism and the State*, p. 3.
16. Gellner, *Nations and Nationalism*, pp. 48-49.
17. Antonio Sorella, "La televisione e la lingua italiana" (*Trimestre, Periodico di Cultura*, 14, 2-3-4 (1982), pp. 291-300.

18. Para a linha desse trabalho, ver Raphael Samuel (org.), *Patriotism, The Making and Unmaking of British National Identity* (3 vols., Londres, 1989). Penso que o trabalho de Linda Colley seja particularmente estimulante, a exemplo de "Whose nation? Class and national consciousness in Britains 1750-1830" (*Past & Present*, II 3, 1986), pp. 96-117.
19. Ernest Renan, *Qu'est que c'est une Nation?*, pp. 7-8: "L'oubli e je dirai même l'erreur historique, sont un facteur essentiel de la formation d'une nation et c'est ainsi que le progrès des études historiques est souvent pour la nationalité un danger".

I

A nação como novidade: da revolução ao liberalismo

A característica básica da nação moderna e de tudo o que a ela está ligado é sua modernidade. Isso, agora, é bem compreendido, embora a suposição oposta — a de que a identificação nacional seja tão natural, fundamental e permanente a ponto de preceder a história — ainda seja tão amplamente aceita que talvez seja útil esclarecer a modernidade do vocabulário a respeito do assunto. O Dicionário da Real Academia Espanhola, cujas várias edições foram pesquisadas com esse objetivo,¹ não usa a terminologia de Estado, nação e língua no sentido moderno antes de sua edição de 1884. Aí, pela primeira vez, aprendemos que a *lengua nacional* é “a língua oficial e literária de um país e, à diferença de dialetos e línguas de outras nações, é a língua geralmente falada”. A mesma relação é estabelecida no verbete “dialecto” entre este e a língua nacional. Antes de 1884, a palavra *nación* significava simplesmente “o agregado de habitantes de uma província, de um país ou de um reino” e também “um estrangeiro”. Mas agora era dada como “um Estado ou corpo político que reconhece um centro supremo de governo comum” e também “o território constituído por esse Estado e seus habitantes, considerados como um todo” — e, portanto, o elemento de um Estado comum e supremo é central a tais definições, pelo menos no mundo ibérico. A *nación* é o “conjunto de los habitantes de um país regido por un mismo gobierno” (grifos meus).² Na recente *Enciclopédia Brasileira*

Mérito,³ a nação é “a comunidade de cidadãos de um Estado, vivendo sob o mesmo regime ou governo e tendo uma comunhão de interesses; a coletividade de habitantes de um território com tradições, aspirações e interesses comuns, subordinados a um poder central que se encarrega de manter a unidade do grupo (grifos meus); o povo de um Estado, excluindo o poder governamental”. Além disso, no Dicionário da Academia Espanhola, a versão final de “nação” não é encontrada até 1925, quando é descrita como “a coletividade de pessoas que têm a mesma origem étnica e, em geral, falam a mesma língua e possuem uma tradição comum”.

Gobierno, o governo, não foi, portanto, ligado ao conceito de *nación* até 1884. Na verdade, como a filologia poderia sugerir, o primeiro significado da palavra “nação” indica origem e descendência: “*naissance, extraction, rang*” para citar um dicionário francês antigo que cita a frase de Froissart, “je fus retourné au pays de ma nation en la conté de Haynnau” (Eu retornei à terra de meu nascimento/origem, no condado de Hainault).⁴ E, na medida em que a origem ou descendência estão ligadas a um corpo de homens, este dificilmente poderia ser aquele que formou um Estado (menos no caso dos dirigentes e seu clã). Na medida em que ligado a um território, esse corpo de homens apenas fortuitamente seria uma unidade política, e nunca muito grande. Para o dicionário espanhol de 1726 (primeira edição), a palavra *pátria* ou, no uso mais popular, *tierra*, “a pátria”, significava apenas “o lugar, o município ou a terra onde se nascia”, ou “qualquer região, província ou distrito de qualquer domínio senhorial ou Estado”. Este sentido estreito de pátria, que foi diferenciado do sentido lato do termo no espanhol moderno como *patria chica*, “a pequena pátria”, é bastante universal antes do século XIX, exceto entre as pessoas cultas com conhecimento da Roma antiga. Até 1884, a *tierra* não era vinculada a um Estado; e até 1925 não ouvimos a nota emocional do patriotismo moderno, que define *pátria* como “nossa própria nação, com a soma total de coisas materiais e imateriais passadas, presentes e futuras, que gozam da amável lealdade dos patriotas”. Certamente, a Espanha do século XIX não estava exatamente na vanguarda do progresso ideológico, embora Castela — e nós estamos falando da língua castelhana — fosse um dos primeiros reinos europeus ao qual não é totalmente inexato

atribuir o rótulo de “Estado-nação”. De qualquer maneira, pode-se duvidar de que a Grã-Bretanha ou a França do século XVIII fossem “Estados-nações” em sentido muito diferente. Portanto, o desenvolvimento de seu vocabulário específico pode ter interesse geral.

Nas línguas românicas, a palavra “nação” é vernácula. Em outras línguas, quando é usada, é um empréstimo estrangeiro. Isso nos permite traçar as distinções no seu uso de modo mais claro. Assim, no alemão culto e no vulgar, a palavra *Volk* (povo) tem hoje claramente as mesmas associações que as palavras derivadas de “*natio*”, mas essa interação é complexa. No alemão vulgar medieval, o termo (*natie*), quando usado — e pode-se pressupor, a partir de sua origem latina, que ele era dificilmente usado a não ser entre os literatos e pessoas de extração real, nobre ou senhorial —, não tem ainda a conotação de *Volk*, que foi adquirida apenas no século XVI. Como no francês medieval, significa nascimento ou grupo de descendência (*Geschlecht*).⁵

Como em outros lugares, a palavra desenvolveu-se para descrever grandes grupos fechados, como guildas e outras corporações, que necessitavam ser diferenciados de outros com os quais coexistiam: daí as “nações” aparecerem como sinônimo de estrangeiro, como no espanhol, as “nações” de mercadores estrangeiros (“comunidades estrangeiras, especialmente de comerciantes, vivendo em uma cidade e nela gozando de privilégios”);⁶ as familiares “nações” de estudantes nas antigas universidades. Daí também o menos familiar “regimento para a nação de Luxemburgo”.⁷ Contudo, parece claro que a evolução da palavra tenderia a destacar o lugar ou o território de origem — o *pays natal* de uma antiga definição francesa que rapidamente se tornou, ao menos na cabeça dos últimos lexicógrafos, o equivalente a “província”,⁸ enquanto outros enfatizam o grupo de descendência comum, movendo-se portanto na direção da etnicidade, como na insistência holandesa a respeito do significado fundamental de *natie* como “a totalidade de homens que se supõe pertencer ao mesmo *stam*”.

De qualquer modo, continua intrigante o problema da relação dessa “nação” vernácula, mesmo tão alargada, com o Estado, pois parece evidente que, em termos étnicos, lingüísticos e outros,

na maioria, os Estados, qualquer que fosse seu tamanho, não eram homogêneos e portanto não poderiam ser simplesmente equalizados com as nações. O dicionário holandês especificamente destaca, como uma peculiaridade do francês e do inglês, o fato de estes usarem a palavra “nação” para designar pessoas que pertencem a um Estado, mesmo que não falem a mesma língua.⁹ Uma discussão muito instrutiva a respeito desse enigma vem da Alemanha do século XVIII.¹⁰ Em 1740, para o enciclopedista Johann Heinrich Zedler, a nação, em seu sentido realmente original, significava um número unido de Bürger (na Alemanha da metade do século XVIII, é melhor deixar esta palavra com sua notória ambigüidade), os quais partilhavam um corpo de costumes, valores e leis. Disto se segue que a palavra não pode ter significado territorial, desde que os membros de diferentes nações (divididos por “diferenças nos modos de vida — Lebensarten — e costumes”) podiam viver juntos em uma mesma província, por pequena que esta fosse. Se as nações tivessem uma conexão intrínseca com o território, os wends* da Alemanha teriam que ser chamados de alemães, o que eles patentemente não são. O exemplo vem naturalmente à mente de um estudioso saxão, familiar com a última — e ainda sobrevivente — população eslava da Alemanha lingüística, à qual ainda não lhe ocorreu rotular com o problemático termo “minoría nacional”. Para Zedler, a palavra que descreve a totalidade das pessoas de todas as “nações”, vivendo em uma mesma província ou Estado, é *Volck*. Todavia — e tanto pior para a precisão terminológica — na prática o termo “nação” é freqüentemente usado no mesmo sentido que “*Volck*”; às vezes como sinônimo de “estamento” da sociedade (*Stand, ordo*) e outras vezes para qualquer associação ou sociedade (*Gesellschaft, societas*).

Qualquer que seja o significado “próprio e original” (ou qualquer outro) do termo “nação”, ele ainda é claramente diferente de seu significado moderno. Podemos, portanto, sem ir mais além no assunto, aceitar que, em seu sentido moderno e basicamente político, o conceito de nação é historicamente muito recente. De fato, outro monumento lingüístico, o *New English*

* Um dos povos eslavos da Alemanha do Leste. (N.T.)

Dictionary, já sublinhava isso ao indicar, em 1908, que o velho significado da palavra contemplava principalmente a unidade étnica, embora seu uso recente indicasse mais “a noção de independência e unidade política”.¹¹

Dada a novidade histórica do conceito moderno de “nação”, sugiro que o melhor modo de entender sua natureza é seguir aqueles que, sistematicamente, começaram a operar com esse conceito em seu discurso político e social durante a Era das Revoluções, especialmente a partir de 1830, com o nome de “princípio da nacionalidade”. Esta digressão na *Begriffsgeschichte* não é fácil de ser feita, parte porque, como veremos, os contemporâneos se davam pouca conta do uso de tais palavras, e parte porque a mesma palavra podia significar simultaneamente coisas muito diferentes.

O significado fundamental de “nação”, e também o mais freqüentemente ventilado na literatura, era político. Equalizava “o povo” e o Estado à maneira das revoluções francesa e americana, uma equalização que soa familiar em expressões como “Estado-nação”, “Nações Unidas” ou a retórica dos últimos presidentes do século XX. Nos EUA, o discurso anterior preferia falar em “povo”, “união”, “confederação”, “nossa terra comum”, “público”, “bem-estar público” ou “comunidade”, com o fim de evitar as implicações unitárias e centralizantes do termo “nação” em relação aos direitos dos estados federados.¹² Na era das revoluções, fazia parte ou cedo se tornaria parte do conceito de nação que esta deveria ser “una e indivisa”, como na frase francesa.¹³ Assim considerada, a “nação” era o corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão política. Pois, fosse o que fosse uma nação, ela sempre incluiria o elemento da cidadania e da escolha ou participação de massa. John Stuart Mill não definiu uma nação apenas pela posse do sentimento nacional. Também acrescentou que os membros de uma nacionalidade “desejam que seja um governo deles próprios, ou exclusivamente de uma porção deles”.¹⁴ Observamos sem surpresa que Mill não discute a idéia de nacionalidade em si mesma, em uma publicação separada, mas caracteristicamente — e brevemente — no contexto de seu pequeno tratado sobre o governo representativo, ou democracia.

A equação nação = Estado = povo e, especialmente, povo soberano, vinculou indubitavelmente a nação ao território, pois a estrutura e a definição dos Estados eram agora essencialmente territoriais. Implicava também uma multiplicidade de Estados-nações assim constituídos, e de fato isso era uma consequência da autodeterminação popular. A Declaração francesa dos Direitos em 1795 assim propôs:

"Cada povo é independente e soberano, qualquer que seja o número de indivíduos que o compõem e a extensão do território que ocupa. Esta soberania é inalienável".¹⁵

Contudo, pouco é dito a respeito do que constitui "um povo". Particularmente, não há conexão lógica entre o corpo de cidadãos de um Estado territorial, por uma parte, e a identificação de uma "nação" em bases lingüísticas, étnicas ou em outras com características que permitam o reconhecimento coletivo do pertencimento de grupo. De fato, por causa disso já foi mostrado que a Revolução Francesa "foi completamente estranha ao princípio e ao sentimento de nacionalidade; era inclusive hostil a ele".¹⁶ Como notou perspicazmente o lexicógrafo holandês, a língua não tem nada a ver, *em princípio*, com o ser inglês ou francês e, de fato, como veremos, os especialistas franceses lutaram tenazmente contra as tentativas de fazer da língua falada um critério de nacionalidade, pois este, segundo eles, era determinado puramente pela cidadania francesa. A língua que os alsacianos e gascões falavam continuou pouco importante para seu *status* como membros do povo francês.

De fato, se do ponto de vista revolucionário "a nação" tem algo em comum, não era, em qualquer sentido, a etnicidade, a língua ou o mais, mesmo que estas também pudessem ser indicação de vínculo coletivo. Como mostrou Pierre Vilar,¹⁷ o que caracterizava o povo-nação, visto de baixo, era precisamente o fato de ele representar o interesse comum contra os interesses particulares e o bem comum contra o privilégio, como na verdade é sugerido pelo termo que os americanos usaram antes de 1800 para indicar a existência de nações, embora evitassem a própria palavra. Do ponto de vista revolucionário, as diferenças étnicas

grupais eram tão secundárias quanto iriam ser mais tarde para os socialistas. Evidentemente, o que distinguia os colonos americanos do rei Jorge e seus seguidores não era a linguagem ou a etnicidade e, do mesmo modo, a República francesa não viu dificuldade alguma em eleger o anglo-americano Thomas Paine para a sua Assembléia Nacional.

Não podemos, portanto, ler na nação revolucionária nada parecido com o programa posterior de estabelecer Estados-nações para corpos (sociais) definidos em termos dos critérios tão intensamente debatidos pelos teóricos do século XIX, tais como etnicidade, língua comum, religião, território e lembranças históricas comuns (para citar de novo John Stuart Mill).¹⁸ Como vimos, exceto para um território de extensão indefinida (e talvez para a cor da pele) nenhum desses critérios uniu a nova nação americana. Além disso, na medida em que durante as guerras revolucionárias e napoleônicas a "grande nation" francesa alargou suas fronteiras para áreas que não eram francesas sem possuir nenhum dos critérios citados de vínculo nacional, torna-se claro que nenhum deles era a base de sua constituição.

No entanto, estavam com certeza presentes os vários elementos posteriormente usados para descobrir definições da nacionalidade não estatal, sejam os associados com a nação revolucionária, sejam os que criavam problemas para ela; e quanto mais esta se queria una e indivisa mais a sua heterogeneidade interna criava problemas. Não há dúvida de que, para a maioria dos jacobinos, um francês que não falasse francês era suspeito e que, na prática, o critério etnolingüístico de nacionalidade era freqüentemente aceito. Como colocou Barère em seu relatório ao Comitê de Segurança Pública:

Quem, nos Departamentos do Alto Reno e do Baixo Reno, juntou-se aos traidores, chamando a Prússia e a Áustria em nossas fronteiras invadidas? Foi o habitante do campo (alsaciano), que fala a mesma língua de nossos inimigos e que conseqüentemente considera-se mais seu irmão e seu cidadão-companheiro do que companheiro-cidadão e irmão dos franceses, que se dirigem a ele em outra língua e têm outros costumes.¹⁹

A insistência francesa na uniformidade lingüística, desde a Revolução, foi realmente marcante e, para a época, era bastante excepcional. Retornaremos a isso posteriormente. Mas o que deve ser notado é que, na teoria, não era o uso nativo da língua francesa que fazia de uma pessoa um francês — e como poderia sê-lo se a própria Revolução gastou tanto tempo provando que poucas pessoas na França realmente dela se utilizavam?²⁰ — e sim a disposição de adotar a língua francesa junto com outras coisas como as liberdades, as leis e as características comuns do povo livre da França. Em certo sentido, adotar o francês era uma das condições da plena cidadania francesa (e, portanto, da nacionalidade), da mesma forma que adotar o inglês se tornou condição da cidadania americana. Para ilustrar a diferença entre uma definição basicamente lingüística de nacionalidade e a dos franceses, mesmo em sua forma extrema, lembremo-nos do filólogo alemão que vamos encontrar adiante, tentando convencer o Congresso Estatístico Internacional da necessidade de inserir a questão da língua nos censos estatais (cf. adiante, pp. 98-9). Richard Böckh, cujas influentes publicações na década de 1860 argumentavam que a língua era o único indicador adequado da nacionalidade, um argumento ajustado ao nacionalismo alemão desde que os germânicos estavam amplamente distribuídos na Europa central e oriental, foi obrigado a classificar os judeus *ashkenazim* como alemães, na medida em que o ídiche era, sem dúvida, um dialeto germânico derivado da Alemanha medieval. Essa conclusão não podia ser partilhada pelos alemães anti-semitas, como Böckh sabia. Por seu lado, os franceses revolucionários não precisavam nem entendiam esse argumento, dado que lutavam pela integração dos judeus na nação francesa. De seu ponto de vista, os judeus sefardim, que falavam o espanhol medieval e os judeus *ashkenazim*, que falavam ídiche — e a França continha ambos — eram igualmente franceses desde que aceitassem as condições da cidadania francesa, o que naturalmente incluía falar francês. Correlatamente, o argumento de que Dreyfus não podia ser “realmente” francês porque descendia de judeus foi corretamente entendido como um desafio à própria natureza da Revolução Francesa e à sua definição de nação francesa.

É, contudo, na altura do relatório Barère que se encontram dois conceitos muito diferentes de nação: o revolucionário-de-

mocrático e o nacionalista. A equação Estado = nação = povo ajustava-se a ambos, mas para os nacionalistas a sua inclusão na criação de entidades políticas derivava da existência anterior de algumas comunidades distintas de outras, estrangeiras, enquanto que para a visão revolucionário-democrática o conceito central era o de soberania do povo-cidadão = Estado, a qual constituía uma “nação” em relação ao restante da raça humana.²¹ Nem podemos esquecer que os Estados, qualquer que fosse sua constituição, teriam doravante que dar-se conta de seus sujeitos, pois, na Era das Revoluções, tornara-se mais difícil governá-los. Como expressou o libertador grego Kolokotronis, não era mais verdade que “o povo pensa que os reis são deuses sobre a terra e que sua obrigação é dizer que o que reis fazem está bem-feito”.²² A divindade não mais os cercava. Quando em 1825 Carlos X da França reviveu a antiga cerimônia de coroação em Reims e também (relutantemente) a cerimônia da cura mágica, apenas 120 pessoas ficaram curadas de escrófula pelo toque real. Na última coroação antes da dele, em 1774, 2 400 pessoas haviam sido curadas.²³ Como veremos, depois de 1870 a democratização tornaria urgente e agudo o problema de legitimidade e o da mobilização de cidadãos. Para os governos, o item central na equação Estado = nação = povo era, plenamente, o Estado.

Todavia, qual era o *locus* da nação — ou, para o que aqui importa, da equação Estado = nação = povo, qualquer que seja a ordem dos termos — no discurso teórico daqueles que, afinal, imprimiram mais firmemente sua marca na Europa do século XIX, especialmente no período entre 1830 e 1880, quando o “princípio da nacionalidade” mudou o mapa da Europa do modo mais dramático: as burguesias liberais e seus intelectuais? Mesmo que eles quisessem, não poderiam ter evitado refletir sobre o problema na medida em que, nestes cinquenta anos, o equilíbrio de poder foi transformado pela emergência de dois grandes poderes baseados no princípio nacional (Alemanha e Itália), na partilha efetiva de um terceiro poder nas mesmas bases (Áustria e Hungria, depois do Compromisso de 1867), para não mencionar o reconhecimento de um número de entidades políticas menores como Estados independentes, que demandavam um novo *status* como povos nacionalmente fundados, do Oeste da Bélgica aos Estados que sucederam aos otomanos no Sudeste europeu

(Grécia, Sérvia, Romênia, Bulgária), além de duas revoltas nacionais dos poloneses exigindo sua reconstituição como Estado-nação do modo como o imaginavam. Na verdade, a burguesia e seus intelectuais não desejavam evitar essa reflexão. Pois o que Walter Bagehot havia chamado de “formação de nação” constituía o conteúdo essencial da evolução do século XIX.²⁴

No entanto, desde que o número de Estados-nações era pequeno no início do século XIX, a questão óbvia para as mentes inquiridoras era quais das numerosas populações européias classificáveis como uma “nacionalidade”, com alguma base, poderiam tornar-se um Estado (ou alguma forma menor com reconhecimento administrativo e político distinto) e quais dos numerosos Estados existentes estariam imbuídos do caráter de “nação”. A construção de listas com critérios de existência de nação potenciais ou reais servia a esse objetivo. Parecia óbvio que nem todos os Estados coincidiam com nações e vice-versa. Por um lado, a famosa questão de Renan — “por que a Holanda é uma nação, enquanto Hanover ou o Grão-ducado de Parma não o são?”²⁵ — levantava um conjunto de questões analíticas. Por outro lado, a observação de John Stuart Mill de que o estabelecimento de um Estado nacional tinha que ser viável e desejável pela própria nacionalidade levantava outro conjunto de questões. Mesmo para os nacionalistas da metade da era vitoriana, os quais não tinham dúvida quanto à resposta a ambos os tipos de questão, isso era assim desde que seu interesse era com sua própria nacionalidade com o Estado em que viviam. Mesmo eles encontravam-se frente às demandas de outras nacionalidades e Estados com olhos frios.

Todavia, além desse ponto, encontramos no discurso liberal do século XIX um surpreendente grau de vaguidade. Isto se deve não tanto à falência em pensar até o fim o problema da nação, mas sim ao pressuposto de que a nação não devia ser explicada, pois já era óbvia. Daí o fato de boa parte da teoria liberal das nações emergir apenas à margem do discurso de escritores liberais. Além disso, como veremos, uma área central do discurso liberal teórico impedia considerar a “nação” intelectualmente. Nossa tarefa no restante deste capítulo é a de reconstruir uma teoria liberal coerente da “nação”, muito ao modo como os arqueólogos reconstróem rotas comerciais a partir de depósitos de moedas.

A melhor maneira parece ser a de começar com a noção menos satisfatória de nação, ou seja, a do sentido dado à palavra por Adam Smith no título da sua grande obra. Pois, no contexto, nação significa simplesmente um Estado territorial ou, nas palavras de John Rae — uma afiada cabeça escocesa que na América do Norte, no começo do século XIX, criticava Smith — “cada comunidade, sociedade, nação, Estado ou povo separado (termos que, no que concerne ao nosso assunto, podem ser considerados sinônimos)”.²⁶ No entanto, o pensamento dos grandes economistas políticos liberais certamente deve ser relevante para pensadores liberais de classe média que consideraram a “nação” de outro ponto de vista, mesmo que não fossem economistas, como John Stuart Mill, ou, como Walter Bagehot, editores do *The Economist*. Teria sido um acaso histórico o fato de a era clássica do liberalismo do livre-comércio ter coincidido com a “formação de nações” que Bagehot considerava tão central em seu século? Em outras palavras: o Estado-nação, como tal, desempenhou uma função específica no processo de desenvolvimento capitalista? Ou ainda: como a análise liberal contemporânea viu essa função?

Pois é evidente ao historiador que o papel das economias definidas por fronteiras estatais era grande. A economia do mundo novecentista era mais *internacional* do que cosmopolita. Teóricos do sistema mundial tentaram mostrar que o capitalismo foi criado como um sistema global em um continente, e não em outro lugar, precisamente por causa do pluralismo político da Europa, a qual não constituía nem fazia parte de um único “império mundial”. O desenvolvimento econômico nos séculos XVI a XVIII foi feito com base em Estados territoriais, cada um dos quais tendia a perseguir políticas mercantilistas como um todo unificado. De modo mais óbvio ainda, quando falamos de capitalismo mundial no século XIX e começo do XX, falamos das suas unidades nacionais componentes no mundo desenvolvido — da indústria britânica, da economia americana, do capitalismo alemão diferente do capitalismo francês e assim por diante. Durante o longo período que vai do século XVIII aos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, parece não haver espaço e lugar na economia global para aquelas unidades genuinamente extraterritoriais, transnacionais ou intersticiais que desempenharam um

papel tão grande na gênese da economia capitalista mundial e que são, hoje, novamente tão proeminentes: por exemplo, mini-Estados independentes cuja significância econômica está fora de proporção ao seu tamanho e recursos — Lübeck e Gand no século XIV, Cingapura e Hong-Kong novamente hoje. De fato, considerando o desenvolvimento da economia mundial moderna, temos a ver a fase na qual o desenvolvimento econômico foi integralmente vinculado às “economias nacionais” de um número de Estados territoriais desenvolvidos como situada entre duas eras essencialmente transnacionais.

A dificuldade dos economistas liberais do século XIX ou dos liberais que, como esperado, aceitavam os argumentos da economia política clássica era a de poderem reconhecer o significado econômico das nações apenas na prática, mas não na teoria. A economia política clássica, e especialmente a de Adam Smith, foi formulada como uma crítica do “sistema mercantil”, ou seja, precisamente o sistema no qual os governos trataram as economias nacionais como conjuntos a serem desenvolvidos pelos esforços e políticas estatais. O livre-comércio e o livre-mercado se dirigiram precisamente contra esse conceito de desenvolvimento econômico nacional, que Smith acreditava ter demonstrado ser contraproduutivo. A teoria econômica foi então elaborada unicamente na base de unidades individuais de empresa — firmas ou pessoas — racionalmente maximizando seus ganhos e minimizando suas perdas em um mercado que não tinha extensão espacial específica. No limite, esse era o mercado mundial, e não poderia deixar de sê-lo. Embora Smith estivesse longe (tão longe quanto a teoria geral do crescimento econômico) de se opor a certas funções do governo que eram relevantes para a economia, não havia lugar para a nação ou qualquer coletividade maior do que uma empresa, a qual, a propósito, ele não se importou em investigar muito.

Assim, J. E. Cairnes, no auge da era liberal, chegou a gastar seriamente dez páginas considerando a proposição de que uma teoria do comércio internacional não era necessária se fosse distinta de qualquer comércio entre indivíduos.²⁷ Concluiu que, embora as transações internacionais estivessem indubitavelmente se tornando cada vez mais constantes, havia ainda muitas fricções que justificavam considerações à parte a respeito do problema do

comércio entre Estados. O economista liberal alemão Schönberg duvidava que o conceito de “renda nacional” tivesse algum significado. Essa idéia pode ter tentado aqueles que não se contentavam com idéias superficiais, mas os economistas liberais estavam indo longe demais mesmo que as estimativas da “riqueza nacional”, em termos monetários, estivessem erradas.²⁸ Edwin Cannan²⁹ pensava que a “nação” de Adam Smith consistia apenas de uma coleção de indivíduos vivendo em um território do Estado, e considerava que o fato de em cem anos toda esta gente estar morta tornava impossível falar da “nação” como uma entidade continuamente existente. Em termos de uma política econômica, isso significava que somente a alocação de recursos através do mercado era mais favorável, e que através de suas operações os ganhos dos indivíduos automaticamente produziram os interesses do todo — na medida em que havia lugar, na teoria, para conceitos tais como ganhos de toda a comunidade. Correlatamente, John Ray escreveu seu livro de 1834 especificamente para demonstrar, contra Smith, que os ganhos individuais e nacionais não eram idênticos, isto é, que os princípios que guiavam a busca individual de ganhos não necessariamente maximizavam a riqueza da nação.³⁰ Como veremos, não se pode negligenciar aqueles que se recusaram a aceitar incondicionalmente Smith, mas suas teorias econômicas não podiam competir com a escola clássica. O termo “economia nacional” apareceu no *Dictionnary of Political Economy* de Palgrave apenas em conexão com a teoria econômica alemã. O termo “nação” desapareceu dos trabalhos franceses equivalentes em 1890.³¹

E, no entanto, mesmo o mais puro dos economistas clássicos era obrigado a operar com o conceito de economia nacional. Como o saint-simoniano Michel Chevalier apologética e afetadamente anunciou em sua aula inaugural como professor de economia política no Collège de France:

Somos chamados a nos preocupar com os interesses gerais das sociedades humanas, mas não nos é proibido considerar a situação particular da sociedade na qual vivemos.³²

Ou então, como Lord Robbins afirmou uma vez mais em relação aos economistas políticos clássicos: “Há pouca evidência

de que eles ultrapassaram com alguma freqüência o teste da vantagem nacional como critério de política econômica, e menos ainda de que estavam preparados para aceitar a dissolução dos liames nacionais".³³ Em resumo, eles não podiam nem queriam escapar da "nação", cujo progresso Porter inquiria com satisfação a partir de 1835, pois pensava que era desejável "determinar os meios pelos quais qualquer comunidade consegue a superioridade entre as nações". Nem é necessário acrescentar que por "qualquer comunidade" ele queria dizer "a própria comunidade".³⁴

Na verdade, como poderiam ser negadas as funções econômicas e mesmo os benefícios do Estado-nação? A existência de Estados com monopólio da moeda, com finanças públicas e, portanto, com atividades e políticas fiscais era um fato. Eram atividades econômicas que não poderiam ser abolidas mesmo por aqueles que quisessem eliminar suas intervenções danosas na economia. Além disso, mesmo extremados libertários podiam aceitar, com Molinari, "que a divisão da humanidade em nações autônomas é essencialmente econômica".³⁵ Pois, na era pós-revolucionária do Estado-nação, o Estado garantia, afinal de contas, a segurança da propriedade e dos contratos — e como disse J. B. Say, notoriamente um inimigo da empresa pública, "nenhuma nação conseguiu um nível de riqueza sem estar sob um governo regular".³⁶ As funções do governo podiam até ser racionalizadas pelos economistas liberais como livre-competição. Assim, Molinari argumentava que "a fragmentação da humanidade em nações é útil na medida em que desenvolve um princípio extremamente poderoso de competitividade econômica".³⁷ Mencionava a Grande Exposição de 1851 para basear tal idéia. Mas mesmo sem essas justificações, a função do governo no desenvolvimento econômico foi assumida. J. B. Say, que não via muita diferença entre uma nação e seus vizinhos e duas províncias vizinhas, acusava no entanto a França — isto é, o Estado e governo francês — de descuidar do desenvolvimento dos recursos domésticos do país, preferindo a conquista estrangeira. Em resumo, nenhum economista — mesmo da mais extrema convicção liberal — podia negligenciar ou não levar em conta a economia nacional. Apenas eles não gostavam de referir-se a ela, ou não sabiam como fazê-lo.

Nos países que perseguiram o desenvolvimento econômico nacional contra a superioridade econômica da Inglaterra, no entanto, o livre-comércio smithiano era bem menos atrativo. Ali não faltavam homens ansiosos para falar sobre a economia nacional como um todo. O esquecido escocês-canadense Rae já foi mencionado. Ele propôs teorias que parecem antecipar as doutrinas da substituição de importações e da importação tecnológica da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina nos anos 50. Mais claramente ainda, aparece o grande federalista americano Alexander Hamilton, que vinculava a nação, o Estado e a economia, usando esse vínculo para justificar contra políticos menos centralizadores sua opção por governos nacionais fortes. A lista das "grandes medidas nacionais" feita pelo autor do verbete "nação" em uma obra posterior de referência americana é exclusivamente econômica: a fundação de um banco nacional, a responsabilidade nacional para débitos estatais, a criação de um débito nacional, a proteção de manufaturas nacionais através de altas tarifas e taxações compulsórias.³⁸ Pode ser que, como sugere esse admirável autor, todas estas medidas "intencionavam desenvolver o germe da nacionalidade"; ou pode ser que, no caso de outros federalistas que pouco falavam em nação e muito mais de economia, ele sentisse que a nação tomaria conta de si se o governo federal tomasse conta do desenvolvimento econômico: mas, em qualquer caso, a nação implicava uma economia nacional e sua sistemática promoção pelo Estado, o que, no século XIX, significava protecionismo.

Os economistas americanos do século XIX eram, em geral, medíocres o bastante para não desenvolverem o argumento teórico do hamiltonianismo, embora o pobre Carey e outros tivessem tentado.³⁹ Todavia esse argumento foi afirmado, lúcida e eloqüentemente, pelos economistas alemães chefiados por Friedrich List, o qual, francamente inspirado por Hamilton, havia adquirido suas idéias durante sua estada nos Estados Unidos na década de 1820, quando tomou parte nos debates sobre a economia nacional do período.⁴⁰ Para List, a tarefa da economia — que os alemães desde então tenderam preferencialmente a chamar de "economia nacional" (*Nationalökonomie*) ou de "economia do povo" (*Volkswirtschaft*) à "economia política" — era a de "realizar o desen-

volvimento econômico da nação e preparar sua entrada na sociedade universal do futuro".⁴¹ É desnecessário acrescentar que esse desenvolvimento tomaria a forma de uma industrialização capitalista levada adiante por uma burguesia vigorosa.

Contudo, o que é realmente interessante aqui a respeito de List e da posterior "escola histórica" dos economistas alemães que o tomaram como inspiração — como também economistas nacionalistas de outros países como Arthur Griffith, da Irlanda⁴² — é que ele claramente formulou uma característica do conceito "liberal" de nação até então comumente considerada como garantida. A nação teria que ser de tamanho suficiente para formar uma unidade viável de desenvolvimento. Se caísse abaixo desse patamar não teria justificativa histórica. Isso parecia muito óbvio para requerer argumentação, e era raramente discutido. O *Dictionnaire Politique* de Garnier-Pagès de 1843 pensava ser "ridículo" que a Bélgica ou Portugal quisessem ser nações independentes, dado seu visível pequeno tamanho.⁴³ John Stuart Mill justificava o inegável nacionalismo dos irlandeses na base de que eles eram, afinal de contas, após todas as considerações, "suficientemente numerosos para serem capazes de constituir uma nacionalidade respeitável".⁴⁴ Outros discordavam, entre os quais Mazzini e Cavour, embora fossem apóstolos do princípio da nacionalidade. De fato, o próprio *New English Dictionary* definia a palavra "nação" não apenas da forma usual familiarizada por J. S. Mill na Grã-Bretanha, mas também como "um agregado *amplo* de pessoas" com características adequadas (grifos meus).⁴⁵

List claramente afirmou que:

um território extenso e uma grande população, dotados de múltiplos recursos nacionais, são exigências essenciais da nacionalidade normal ... Uma nação restrita em população ou território, especialmente se possuir uma língua disjunta, pode apenas possuir uma literatura estropiada, e instituições estropiadas para promover sua arte e ciência. Um Estado pequeno não pode, em seu território, promover à perfeição os vários ramos de produção.⁴⁶

Os benefícios econômicos de Estados de larga escala (*Grossstaaten*), pensava o professor Gustav Cohn, eram demonstra-

dos pela história da Grã-Bretanha e da França. Eram benefícios menores, sem dúvida, do que aqueles provindos de uma única economia global, mas infelizmente a unidade mundial ainda não era alcançável. Enquanto isso, "tudo a que a humanidade aspira para toda a raça humana ... até agora já foi (*zunächst einmal*) alcançado por uma significativa fração da humanidade, isto é, 30 a 60 milhões de pessoas". E assim "segue-se que o futuro do mundo civilizado, por um longo tempo ainda, tomará a forma de grandes Estados (*Grossstaatenbildung*)".⁴⁷ A propósito, notamos o pressuposto constante de as "nações" serem a segunda melhor opção para a unidade mundial, ponto que retomaremos adiante.

Duas conseqüências decorrem dessa tese, as quais eram quase universalmente aceitas por pensadores sérios do assunto, mesmo quando não as formulavam tão explicitamente como o fizeram os alemães, os quais tinham algumas razões históricas para fazê-lo.

Primeiro, segue-se que o "princípio da nacionalidade", aplicado na prática, servia apenas para nacionalidades de um certo tamanho. Daí o fato, de outra forma surpreendente, de Mazzini, o apóstolo desse princípio, não visualizar a independência da Irlanda. Quanto às demandas das nacionalidades menores ainda ou das nacionalidades potenciais — sicilianos, bretões, galeses — podiam ser levadas menos a sério ainda. De fato, a palavra *Kleinstaateri* (o sistema de mini-Estados) era deliberadamente depreciativa. Representava aquilo contra o que os nacionalistas alemães lutavam. A palavra "balcanização", derivada da divisão do território antes formado pelo império turco em vários pequenos Estados independentes, ainda retém sua conotação negativa. Ambos os termos pertenciam ao vocabulário dos insultos políticos. Esse "princípio do ponto crítico" é excelentemente ilustrado pelo mapa da futura Europa das nações desenhado pelo próprio Mazzini em 1857, que compreendia uma dúzia precisa de Estados e federações, dos quais apenas um (desnecessário dizer, a Itália) não seria obviamente classificado como multinacional por critérios posteriores.⁴⁸ O "princípio da nacionalidade" na formulação wilsoniana, que dominou os tratados de paz após a Primeira Guerra Mundial, produziu a Europa de 26 Estados — 27 se agregarmos o Estado Livre Irlandês que seria logo estabelecido. Eu apenas acrescentaria que um estudo recente dos movimentos regionalis-

tas somente da Europa oriental registrou 42 deles,⁴⁹ demonstrando portanto o que acontece quando o "princípio do ponto crítico" é abandonado.

O importante a notar, no entanto, é que no período clássico do nacionalismo liberal ninguém sonharia em abandoná-lo. A autodeterminação das nações ajustava-se apenas para as nações consideradas viáveis: ou seja, viáveis culturalmente e, é lógico, economicamente (qualquer que fosse o significado exato de viabilidade). Nessa medida, a idéia de Mazzini e de Mill a respeito da autodeterminação nacional era fundamentalmente diferente da do presidente Wilson. Consideraremos adiante as razões da mudança de uma a outra. Todavia, vale a pena notar *en passant* que o "princípio do ponto crítico" não foi inteiramente abandonado mesmo na era wilsoniana. Entre as guerras, a existência de Luxemburgo e Liechtenstein restou como um leve embaraço, mesmo que estas estruturas políticas fossem muito bem-vindas pelos filatelistas. Ninguém sentia-se feliz pela existência da cidade livre de Danzig, nem mesmo nos dois Estados vizinhos que a queriam dentro de seu próprio território; menos ainda aqueles que sentiam que nenhuma cidade-Estado seria viável no século XX como tinha sido nos dias hanseáticos. Os habitantes da periférica Áustria quase unanimemente desejavam a sua integração na Alemanha, porque simplesmente não podiam acreditar que um Estado tão pequeno quanto o deles fosse viável como uma economia independente (*lebensfähig*). Foi apenas a partir de 1945 e, mais ainda, depois da descolonização, que se abriu caminho na entidade de nações para entidades como Dominica ou ilhas Maldivas ou Andorra.

A segunda conseqüência é que a construção de nações foi inevitavelmente vista como um processo de expansão. Esta era outra razão para a anomalia do caso irlandês ou para qualquer outro nacionalismo puramente separatista. Como vimos, era aceito na teoria que a evolução social expandiria a escala de unidades sociais humanas, da família e da tribo para o condado e o cantão, do local para o regional, para o nacional e ocasionalmente para o global. Assim sendo, as nações estavam afinadas com a evolução histórica na medida em que elas ampliassem a escala da sociedade humana, permanecendo iguais as outras condições.

Se nossa doutrina fosse sumarizada na forma de uma proposição, poderíamos talvez dizer que, genericamente, o princípio das nacionalidades é legítimo quando tende a unir, em um todo compacto, grupos dispersos da população; e ilegítimo quando tende a dividir um Estado.⁵⁰

Na prática, isso significava que se esperava que os movimentos nacionais fossem movimentos pela expansão ou unificação nacional. Assim, todos os alemães e italianos esperavam juntar-se em um Estado nacional, tal como os gregos. Os sérvios iriam fundir-se com os croatas em uma única Iugoslávia (até então sem nenhum precedente histórico) e, para além disso, o sonho de uma federação balcânica assombrava aqueles que procuravam uma unidade ainda maior. Tornou-se um compromisso dos movimentos comunistas até depois da Segunda Guerra Mundial. Os tchecos fundir-se-iam com os eslovacos, os poloneses iriam se combinar com lituanos e rutenos — e, de fato, eles já formavam um único grande Estado na Polônia pré-partilha —, os romenos da Moldávia iriam se unir com aqueles da Valáquia e da Transilvânia e assim por diante. Tudo isso era evidentemente incompatível com definições de nações baseadas na etnicidade, língua ou história comum; mas, como vimos, estes não eram critérios decisivos da formação liberal de nações. Em qualquer caso, ninguém chegou a negar, nunca, a real multinacionalidade ou multilinguagem ou multi-etnicidade dos mais antigos e inquestionáveis Estados-nações, ou seja, Grã-Bretanha, França ou Espanha.

Que os "Estados-nações" seriam nacionalmente heterogêneos nessa forma foi algo prontamente aceito, pois havia muitas partes da Europa e do resto do mundo onde as nacionalidades estavam tão obviamente misturadas no mesmo território que desenredá-las em bases puramente espaciais parecia ser bastante irrealista. Essa seria a base das interpretações de nacionalidade como as dos austro-marxistas, que a vinculava não ao território, mas às pessoas. Também não era um acaso que a iniciativa nesse assunto, dentro do partido social democrata austríaco, tenha vindo em grande parte dos eslovenos, que viviam em uma área de assentamentos eslovenos e germânicos, freqüentemente existindo como enclaves dentro de enclaves ou zonas de fronteiras com

As línguas nacionais serão crescentemente confinadas ao uso doméstico e, mesmo lá, serão tratadas como uma velha peça herdada

Quarenta anos depois, outro membro de uma nacionalidade de pequena, o teórico socialista Karl Kautsky — por origem, um tcheco —, falava em termos semelhantes, resignado mas não desapaixonado:

Deixe (a língua galesa) morrer acreditada, condignamente e em paz. Ligados a ela como somos, poucos desejariam adiar sua eua-násia. Mas nenhũa sacri-fício seria julgado grande demais para prevenir seu assassinato.⁵⁶

Deixada a seu curso: Brecknock, que demandava apenas que a evolução natural fosse do idioma, como o reverendo Griffiths, do Dissening College, de mesmo entre aqueles que aceitavam o eventual desaparecimento vinculo emocional com a antiga tradição. Isso é evidente até as para os galeses que falavam inglês, mas isto não diminui seu tavam conscientes das possibilidades de carreiras britânicas abertecessidade e as vantagens do bilinguismo.⁵⁵ Sem dúvida eles esperam para a cultura no mundo do século XIX — isto é, assumiram a meio para a religião e a poesia, poderia servir como língua útil XIX que duvidaram que sua própria língua, tão poderosa como foram os porta-vozes e líderes galeses no País de Gales do século conceito de "britânicos do Norte" depois da União de 1707.⁵⁴ derma. Foram os escoceses, e não os ingleses, que inventaram o com a perda daquilo que não poderia ser adaptado à Idade Moderna. Também não reconheciam diferenças irreconciliáveis entre a microcultura e a macrocultura, chegando mesmo a se reconciliar na nação maior — ou, se se preferir, aceitaram as leis do progresso-nações que aceitaram, como algo de positivo, sua integração nacional. Além disso, as nacionalidades pequenas ou mesmo Estatao menos para provar o espectro de cores de sua palheta macro-históricas e folclóricas das comunidades menores que continha, acolher e patrocinar os dialetos e línguas menores e as tradições e da língua estatal não estava em questão, a nação maior poderia (das). Pelo contrário, onde a supremacia da nacionalidade estatalvas das leis do progresso (como então certamente seriam chama-

Não havia nada de chauvinista nessa atitude genérica. Não implicava hostilidade às línguas e às culturas de tais vítimas coleti-

prática, a libertação nacional. por pessoas que estavam longe de ser hostis, em princípio ou na futuro independente. Muitas eram geralmente aceitas, mesmo lo XIX. Algumas pequenas nacionalidades e línguas não tinham partilhada por qualquer observador imparcial de meados do século puro anacronismo crítica-lo por sua postura essencial, a qual era equivocado a respeito dos tchecos e outros povos. Contudo, é um revolucionária. Sem a menor dúvida, estava também totalmente velmente seu povo com outros, exceto a respeito de sua tradição-Engels era orgulhosamente alemão, inclinado a comparar favora-elogiosos sobre o futuro de alguns outros povos.⁵³ Na verdade, mento dos tchecos como povo e de ter feito comentários pouco atacado como chauvinista alemão por ter predito o desaparecimento das a desaparecer como tal. Friedrich Engels tem sido fortemente que algumas das menores nacionalidades e línguas estavam também que ser viável pelos critérios então definidos, seguia-se Uma vez aceite que uma nação independente ou "real" teria

Ninguém pode supor que não seja mais benéfico para um bretão, ou para um basco ou um navarro francês ser ... um membro da nacionalidade francesa, admitido em termos iguais aos privilegiados da cidadania francesa ... do que azedar, em suas rochas, o arcaísmo semi-seleção dos tempos passados remoendo-o em sua pequena órbita mental, sem participação ou interesse no movimento geral do mundo. A mesma observação se aplica aos galeses e escoceses das terras altas, como membros da nação britânica.⁵²

ganho enorme: "prova que é possível para uma nacionalidade fundir-se e ser absorvida por outra". Para os inferiores e atrasados, isso seria um cia", disse Mill articulando o consenso de observadores sensíveis, através destas, sua contribuição para a humanidade. "A experiência só tinham a ganhar fundindo-se em nações maiores e fazendo, nacionalidades pequenas, e especialmente as pequenas e atrasadas, dos-nações foi aceita sobretudo porque parecia claro que as nadesentredados.⁵¹ Contudo, a heterogeneidade nacional dos Estadosenfição incerta e mutável, particularmente difíceis de serem

da mobília familiar, algo que tratamos com veneração mesmo que não tenha uso prático.⁵⁷

Todavia, esses eram problemas de nacionalidades menores cujo futuro independente parecia problemático. Os ingleses dificilmente se sensibilizavam com as preocupações dos escoceses ou dos galeses, da mesma forma como se vangloriavam dos crescentes exotismos domésticos das ilhas britânicas. De fato, como logo descobriram os estereotipados irlandeses, as nacionalidades maiores acolhiam as menores, desde que não as desafiassem: quanto menos eles se comportassem como ingleses, mais podiam cultivar sua maneira de ser irlandesa ou escocesa. Do mesmo modo, os nacionalistas pan-germânicos na verdade encorajaram a produção da literatura em baixo-alemão ou frisão,* desde que esta não competisse com o alto-alemão e fosse reduzida, de modo seguro, a um apêndice deste; e nacionalistas italianos orgulhavam-se de Belli, Goldoni e canções napolitanas. Por este lado, os belgas francófonos não fizeram objeção aos belgas que falavam flamengo. Foram os *flamingants* que resistiram ao francês. Houve realmente casos em que a nação líder ou o *Staatvolk* tentou, ativamente, suprimir as línguas e culturas menores, mas isso foi raro fora da França no século XIX.

Assim, alguns povos ou nacionalidades foram destinados a nunca se tornarem nações integrais. Outros conseguiram, ou conseguiriam, a sua total existência como nações. Todavia, quais deles tinham um futuro e quais não tinham? Os debates sobre aquilo que constituía as características da nacionalidade — território, língua, etnia, etc. — não ajudavam muito. O “princípio do ponto crítico” era naturalmente mais útil, pois eliminava um número de pequenos povos, mas, como vimos, não era também decisivo, visto que existiam “nações” inquestionáveis mas de tamanho bastante modesto, para não mencionar movimentos nacionais como o irlandês, cuja capacidade em formar nações viáveis era objeto de opiniões diversas. O interesse imediato da questão de Renan sobre o Hanover e o Grão-ducado de Parma era, afinal de contas, não o de contrastá-los com *qualquer* nação, mas com

* Frisão: língua germânica dos frisões, ainda hoje falada no Nordeste da Holanda. (N.T.)

outros Estados-nações da mesma modesta magnitude, como os Países Baixos ou a Suíça. Como veremos, a emergência de movimentos nacionais de massa, pedindo atenção, implicaria revisões substanciais de julgamento; mas na era clássica do liberalismo poucos deles, com exceção do império otomano, realmente pareciam pedir reconhecimento como Estados soberanos independentes, algo distinto da demanda de autonomia em várias formas. Como sempre, o caso irlandês era anômalo também a esse respeito — ou pelo menos assim ficou com o aparecimento dos fenianos, reivindicando uma República Irlandesa que só poderia ser independente da Grã-Bretanha.

Na prática, havia apenas três critérios que permitiam a um povo ser firmemente classificado como nação, sempre que fosse suficientemente grande para passar da entrada. O primeiro destes critérios era sua associação histórica com um Estado existente ou com um Estado de passado recente e razoavelmente durável. Havia pouca controvérsia sobre a existência de um povo-nação inglês ou francês ou de um povo russo ou polonês, e também pouca controvérsia fora da Espanha sobre a existência de uma nação espanhola com características nacionais bem compreendidas.⁵⁸ Pois uma vez dada a identificação da nação com o Estado, era natural que estrangeiros pressupusessem que o único povo em um país fosse aquele pertencente ao povo-Estado, um hábito que ainda irrita os escoceses.

O segundo critério era dado pela existência de uma elite cultural longamente estabelecida, que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito. Isso era a base da exigência italiana e alemã para a existência de nações, embora os seus respectivos “povos” não tivessem um Estado único com o qual pudessem se identificar. Em ambos os casos, a identificação nacional era, em consequência, fortemente lingüística, mesmo que (em nenhum dos dois casos) a língua nacional fosse falada diariamente por mais do que uma pequena minoria — na Itália foi estimado que esta era 2,5% da população no momento da unificação⁵⁹ — e que o resto falasse vários idiomas, com freqüência incompreensíveis mutuamente.⁶⁰

O terceiro critério, que infelizmente precisa ser dito, era dado por uma provada capacidade para a conquista. Não há nada como um povo imperial para tornar uma população consciente

de sua existência coletiva como povo, como bem sabia Friedrich List. Além disso, no século XIX, a conquista dava a prova darwiniana do sucesso evolucionista enquanto espécies sociais.

Outros candidatos a existirem como nação não estavam simplesmente excluídos *a priori*, mas também não havia nenhuma probabilidade *a priori* a seu favor. O caminho mais seguro para se conseguir a nacionalidade era provavelmente o de pertencer a alguma entidade política a qual, pelos padrões do liberalismo século XIX, fosse anômala, obsoleta e condenada pela história e pelo progresso. O império otomano era o mais óbvio fóssil evolucionário dessa espécie, mas também, com crescente evidência, o império Habsburgo.

Essas eram, então, as concepções de nação e Estado-nação dos ideólogos da era do triunfante liberalismo burguês: digamos, de 1830 a 1880. Essas concepções faziam parte da ideologia liberal de dois modos. Primeiro, porque o desenvolvimento das nações era inquestionavelmente uma fase do progresso ou da evolução humana que ia do pequeno ao grande grupo, da família à tribo, à região, à nação e, em última instância, ao mundo unificado do futuro no qual, para citar o superficial e portanto típico G. Lowes Dickinson, "as barreiras da nacionalidade que pertencem à infância da raça irão dissolver-se e fundir-se no brilho da ciência e da arte".⁶¹

Esse mundo seria unificado mesmo lingüisticamente. Uma única língua mundial, sem dúvida coexistindo com línguas nacionais reduzidas ao papel doméstico e sentimental dos dialetos, estava nos planos tanto do presidente Ulysses S. Grant quanto de Karl Kautsky.⁶² Essas predições, como sabemos, não estavam inteiramente fora dos limites. As tentativas de construir línguas mundiais artificiais, feitas a partir de 1880, seguindo os códigos internacionais de sinalização e os telegráficos da década de 1870, foram, na verdade, fracassadas, mesmo que uma delas, o esperanto, ainda sobreviva entre grupos pequenos de entusiastas e sob a proteção de alguns regimes derivados do internacionalismo socialista do período. Por outro lado, o ceticismo sensível de Kautsky a respeito desses esforços e sua predição de que uma das línguas estatais maiores seria transformada na língua mundial, mostrou-se de fato correta. O inglês se tornou a língua global, mesmo que ela suplemente, mais do que substitua, as línguas nacionais.

Assim, na perspectiva da ideologia liberal, a nação (isto é, a grande nação viável) representava o estágio de evolução alcançado na metade do século XIX. Como vimos, a outra face da moeda "nação como progresso" foi portanto, e logicamente, a assimilação de comunidades e povos menores aos maiores. Isso não implicou necessariamente abandono de antigas lealdades e sentimentos, embora isso pudesse acontecer. As populações geográfica e socialmente móveis, que não tinham nada de muito valioso a buscar em seu passado, poderiam estar prontas a fazê-lo. Este era, notadamente, o caso de muitos judeus de classe média nos países que ofereciam igualdade total através da assimilação — Paris valia uma missa para além do rei Henrique IV — até que eles descobrissem, do final do século em diante, que uma prontidão ilimitada para assimilar não era suficiente se a nação que os recebia não se dispusesse a aceitar plenamente os assimilados. Por outro lado, não deve ser esquecido que os Estados Unidos eram o único Estado que oferecia abertamente associação em uma "nação" para quem quisesse, e as "nações" se abriam mais rapidamente à entrada livre do que as classes. As gerações de antes de 1914 estão cheias de chauvinistas patrióticos cujos pais, para não falar das mães, não falavam a língua do povo escolhido pelos seus filhos e cujos nomes, eslavos ou alemães magiares, testemunhavam sua escolha. Os prêmios da assimilação podiam ser substanciais.

Mas também em outro sentido a nação moderna era parte da ideologia liberal. Estava ligada ao que sobrou dos grandes *slogans* liberais a respeito da associação durável, mais do que a respeito de sua necessidade lógica: assim como a liberdade e a igualdade estão para a fraternidade. Em outras palavras, na medida em que a própria nação era historicamente nova, opunha-se aos conservadores e tradicionalistas e, portanto, atraía seus oponentes. A associação entre essas duas linhas de pensamento pode ser ilustrada pelo exemplo de um típico pan-germânico da Áustria, nascido em uma área de conflito nacional agudo, a Morávia. Arnold Pichler,⁶³ que serviu à política de Viena com uma devoção inquebrantável até mesmo pelas transformações políticas de 1901 a 1938, permaneceu durante toda a sua vida um apaixonado nacionalista alemão, antitcheco e anti-semita — embora tenha ultrapassado o limite quando colocou todos os judeus em campos de

concentração, como sugeriram seus companheiros anti-semitas.⁶⁴ Ao mesmo tempo, ele era acerbamente anticlerical e mesmo um liberal em política; de qualquer maneira, ele contribuía no mais liberal dos jornais diários da Viena da primeira república. Em seus escritos, o nacionalismo e o raciocínio eugênico vão juntos com um entusiasmo pela revolução industrial e, mais surpreendente ainda, pela criação de um corpo de “cidadãos do mundo” (Weltbürger) ... que ... longe dos provincialismos de cidades pequenas e de horizontes ligados pela torre da igreja”, abrisse o planeta para aqueles até então prisioneiros de seus cantos regionais.⁶⁵

Tal era, portanto, o conceito de “nação” e “nacionalismo” visto pelos pensadores liberais no apogeu do liberalismo burguês, a era em que o “princípio da nacionalidade” tornou-se, pela primeira vez, um tema maior na política internacional. Como veremos, este diferia em um aspecto fundamental do princípio wilsoniano da autodeterminação nacional, que é também, na teoria, o princípio leninista e que dominou o debate sobre esses assuntos do final do século XIX em diante, e ainda predomina hoje. O “princípio da nacionalidade” não era incondicional. A esse respeito, diferia também da visão radical-democrática tal como colocada na Declaração de Direitos da Revolução Francesa citada anteriormente, a qual especificamente rejeitava o “princípio do ponto crítico”. No entanto, na prática, os minipovos que tinham seus direitos de soberania e autodeterminação assim garantidos não podiam exercê-los, impedidos pelos seus grandes e rapaces vizinhos, e a maioria deles não contava com muitos simpatizantes dos princípios de 1795. Pensa-se nos cantões livres das montanhas da Suíça, que dificilmente estariam longe das mentes dos leitores de Rousseau que escreveram na época a Declaração dos Direitos do Homem. Os dias de movimentos autonomistas ou independentes, em tais comunidades, ainda não haviam chegado.

Do ponto de vista do liberalismo — e, como o exemplo de Marx e Engels o demonstra, não apenas do liberalismo — a causa da “nação” estava no fato de esta representar um estágio no desenvolvimento histórico da sociedade humana; e a questão do estabelecimento de um Estado-nação específico dependia de este mostrar-se adequado ao progresso ou à evolução histórica avançada

da — para além dos sentimentos subjetivos dos membros da nacionalidade envolvida ou das simpatias pessoais do observador.⁶⁶ A admiração burguesa universal pelos escoceses das terras altas não levou, ao que eu saiba, algum escritor a demandar a sua existência como nação para eles — nem mesmo os sentimentalistas que lamentavam o fracasso da restauração Stuart sob Bonnie Prince Charlie, apoiados principalmente pelos clãs das terras altas.

Portanto, se o único nacionalismo historicamente justificável era aquele ajustado ao progresso — isto é, aquele que alargava, e não restringia, a escala de operação humana na economia, na sociedade e na cultura —, qual podia ser a defesa dos povos pequenos, das línguas menores e das tradições menores, na grande maioria dos casos, a não ser uma expressão da resistência conservadora ao avanço inevitável da história? Os pequenos povos, línguas e culturas ajustavam-se ao progresso apenas no caso de aceitarem um *status* subordinado a alguma unidade maior ou caso se retirassem da batalha para se tornar um repositório de nostalgia e de outros sentimentos — em uma palavra, se aceitassem o *status* de ser a antiga mobília da família que Kautsky atribuiu a eles. O qual, é claro, muitas das pequenas comunidades e culturas do mundo parecem ter aceitado. Como o observador liberal culto poderia ter raciocinado, por que deveriam as pessoas de língua gaélica comportar-se diferentemente dos que falam o dialeto de Northumberland? Nada os impedia de serem bilingües. Os escritores em dialetos ingleses não escolheram seu idioma *contra* a língua nacional padrão, mas com a consciência de que ambas tinham seu valor e seu lugar. E, se no curso do tempo, o idioma local retrocedesse diante do idioma nacional, ou mesmo desaparecesse, como aconteceu com algumas línguas celtas marginais (o corno e o *manx* deixaram de ser falados já no século XVIII), então, certamente, isso era inevitável, embora lamentável. Essas línguas não morreriam sem lamentos, pois uma geração que inventou o conceito e o termo “folclore” poderia contar sobre a diferença entre o presente vivo e as sobrevivências do passado.

Para compreender a “nação” da era liberal clássica é portanto essencial ter em mente que a “construção de nações”, por mais que seja central à história do século XIX, aplicava-se somente a algumas nações. E, de fato, a demanda pelo “princípio de nacio-

nalidade" também não era universal. Como problema internacional e como problema político doméstico, o "princípio da nacionalidade" atingia um limitado número de povos ou regiões, mesmo em Estados multilíngües e multiétnicos como o império Habsburgo, onde já dominava claramente a política. Não seria demais dizer que, depois de 1871, e com exceção da lenta desagregação do império otomano, poucos povos esperavam alguma subsequente mudança substancial no mapa da Europa e reconheciam poucos problemas nacionais aptos a envolvê-los, exceto a perene questão polonesa. De fato, fora dos Bálcãs, a única mudança no mapa da Europa entre a criação do império germânico e a Primeira Guerra Mundial foi a separação da Noruega da Suécia. Além disso, depois dos sinais de alarme e as excursões nacionais dos anos 1848-1867, não se supunha sequer que os ânimos nacionais iriam esfriar na Áustria-Hungria. De qualquer modo, é isto que os funcionários do império Habsburgo esperavam quando, de modo muito relutante, decidiram aceitar uma resolução do Congresso Estatístico Internacional de São Petersburgo em 1873, a de incluir uma questão sobre língua nos futuros censos, embora propusessem adiar sua aplicação até 1880 para permitir que a opinião se acalmasse com o tempo.⁶⁷ Eles não poderiam estar mais espetacularmente errados em seus prognósticos.

Segue-se que, de qualquer forma, as nações e os nacionalismos não eram, nesse período, problemas domésticos maiores para as entidades políticas que tinham alcançado o *status* de "Estados-nações", apesar de serem nacionalmente heterogêneos pelos padrões modernos, embora nações e nacionalismos fossem problemáticos para impérios não-nacionais que não eram classificáveis (anacronicamente) como "multinacionais". Nenhum Estado europeu a leste do Reno havia enfrentado ainda complicações desse tipo, exceto a Grã-Bretanha com sua permanente anomalia, os irlandeses. Isso não significa que políticos não se apercebessem dos catalães e bascos, dos bretões e flamengos, dos escoceses e galeses, mas sim que estes eram olhados do ponto de vista de alguma força política estatal como adicionando ou subtraindo forças. Os escoceses e galeses funcionavam como reforços do liberalismo, os bretões e flamengos como reforços ao catolicismo tradicionalista. É claro que os sistemas políticos dos Estados-na-

ções ainda se beneficiavam da ausência da democracia eleitoral, que minaria a prática e a teoria liberal da nação tal como minaria tanta coisa mais do liberalismo do século XIX.

Talvez seja essa a razão pela qual a literatura teórica consequente sobre o nacionalismo na era liberal seja pouca e tenha de alguma forma um ar casual. Observadores como Mill e Renan sentiam-se despreocupados o suficiente sobre os elementos que construíam o "sentimento nacional" — a etnicidade (a despeito da apaixonada preocupação vitoriana com a "raça"), a língua, a religião, o território, a história, a cultura e o restante — porque, politicamente, ainda não importava muito qual dentre eles era o mais importante. Mas de 1880 em diante o debate sobre "a questão nacional" tornou-se sério e intensivo, especialmente entre os socialistas, porque o apelo político dos *slogans* nacionais para as massas de votantes potenciais e reais, ou para os que apoiavam movimentos políticos de massa, era agora objeto de uma preocupação prática real. E o debate sobre questões tais como os critérios teóricos da nacionalidade tornaram-se apaixonados porque se acreditava que qualquer resposta particular implicava uma forma específica de estratégia, luta e programa político. Era um assunto de importância não apenas para governos confrontados com vários tipos de agitação ou reivindicação nacional, mas também para os partidos políticos que procuravam eleitorados na base de chamados nacionais, não-nacionais ou alternativos à nação. Para os socialistas da Europa central e oriental, fazia uma grande diferença qual a base teórica sobre a qual a nação fosse definida. Marx e Engels, como Mill e Renan, consideraram tais questões marginais. Na Segunda Internacional os debates foram centrais, e uma constelação de figuras eminentes, ou figuras que seriam eminentes — como Kautsky, Luxemburgo, Bauer, Lenin e Stalin — contribuíram para eles com importantes escritos. Se tais questões preocupavam os teóricos marxistas, também era de uma importância prática aguda para, digamos, os croatas e os sérvios, os macedônios e os búlgaros saber se a nacionalidade dos eslavos do Sul era definida de um modo ou de outro.⁶⁸

O "princípio da nacionalidade", que os diplomatas debatiam e que mudou o mapa da Europa entre 1830 e 1878, era portanto diferente do fenômeno político do nacionalismo que se

tornou crescentemente central na era da política de massas e da democratização européia. Nos dias de Mazzini, pouco importava para a maioria dos italianos se o *Risorgimento* tinha existido, de modo que, como Massimo d'Azeglio admitiu em sua famosa frase, "Nós fizemos a Itália, agora temos que fazer italianos".⁶⁹ Não importava nem mesmo para aqueles que, preocupados com "a questão polonesa", sabiam que provavelmente a maioria dos camponeses polacos (para não mencionar o terço da população do antigo Rzeczpospolita pré-1722 que falava outros idiomas) não se sentiam ainda como poloneses nacionalistas; como reconheceu o libertador da Polônia, coronel Pilsudski, em sua frase, "É o Estado que faz a nação e não a nação que faz o Estado".⁷⁰ Contudo, depois de 1880, importaria crescentemente de fato como homens e mulheres comuns sentiam-se a respeito da nacionalidade. É então importante considerar os sentimentos e atitudes desse tipo dos povos pré-industriais, sobre os quais o novo apelo do nacionalismo político poderia ser construído. O próximo capítulo tratará disso.

NOTAS

1. Lluís Garcia i Sevilha, "Llengua, Nació i Estat al Diccionari de la Real Academia Espanyola" (*L'Avenç*, 16.5.1979, pp. 50-55).
2. *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana* (Barcelona, 1907-34), vol. 37, pp. 854-867: "nación".
3. (São Paulo-Rio-Porto Alegre, 1958-1964), vol. 13, p. 581.
4. L. Curne de Sainte Pelaye, *Dictionnaire Historique de l'Ancien Langage François* (Niort, s.d.), 8 vols.: "nation".
5. Dr. E. Verwijs e Dr. J. Verdam, *Middelnederlandsch Woordenboek*, vol. 4 (Haia, 1899), col. 2078.
6. *Woordenboek der Nederlandsche Taal*, vol. 9 (Haia, 1913), cols. 1586-90.
7. Verwijs e Verdam, *Middelenderlandsch Woordenboek*, vol. 4.
8. L. Huguet, *Dictionnaire de la Langue Française du 16^e Siècle*, vol. 5 (Paris 1961), p. 400.
9. *Woordenboek* (1913), col. 1588.
10. John Heinrich Zedler, *Grosses vollständiges Universal-Lexicon aller Wissenschaften und Künste...*, vol. 23 (Leipzig-Haia, 1740, reproduzido por Graz, 1961), cols. 901-3.
11. *Oxford English Dictionary*, vol. VII (Oxford, 1933), p. 30.
12. John J. Lalor (org.), *Cyclopedia of Political Science* (Nova York, 1889), vol. II, p. 932: "nation". As notas relevantes são reimpressas, ou mesmo traduzidas, grandemente de antigos trabalhos franceses.
13. "Poder-se-ia concluir dessa definição que a Nação está destinada a formar apenas um Estado e que este constitui um todo indivisível." (*ibidem*, p. 923). A definição que advém desse "poder-se-ia concluir" é que uma Nação constituiu "um agregado de homens falando a mesma língua, tendo os mesmos costumes, e partilhando certas qualidades morais, que os distinguem de outros grupos de natureza similar". Esse é um dos numerosos exercícios na arte de questionar, pela qual o argumento nacionalista muitas vezes foi nocauteado.
14. J. S. Mill, *Utilitarianism, Liberty and Representative Government* (ed. popular, Londres, 1910), pp. 359-366.

15. Pode-se observar que na Declaração dos Direitos de 1789 ou de 1793 não há referências ao direito dos povos à soberania e à independência. Ver Lucien Jaume, *Le Discours Jacobin et la Démocratie* (Paris, 1989), Apêndices 1-3, pp. 407-414. Contudo, para a mesma visão em 1793, ver O. Dann e J. Dinwiddy (orgs.), *Nationalism in the Age of the French Revolution* (Londres, 1988), p. 34.
16. Maurice Blok, "Nationalities, principle of", in J. Lalor (org.), *Cyclopedia of Political Science*, vol. II, p. 939.
17. P. Vilar, "Sobre los fundamentos de las estructuras nacionales" (*Historia*, 16/Extra V (Madri, abr. 1978), p. II).
18. J. S. Mill, *Utilitarianism, Liberty and Representative Government*, pp. 359-366.
19. Cit. in M. de Certeau, D. Julia, e J. Revel, *Une Politique de la Langue. La Révolution Française et les Patois: L'Enquête de l'Abbé Grégoire* (Paris, 1975), p. 293. Para o problema geral da Revolução Francesa e a língua nacional, ver também Renée Balibar e Dominique Laporte, *Le Français National. Politique et Pratique de la Langue. Nationale sous la Révolution* (Paris, 1974). Para o problema específico da Alsácia, ver E. Philipps, *Les Luites Linguistiques en Alsace jusqu'en 1945* (Estrasburgo, 1975), e P. Lévy, *Histoire Linguistique d'Alsace et de Lorraine* (2 vols., Estrasburgo, 1929).
20. De Certeau, Julia e Revel, *Une Politique de la Langue*.
21. "Em relação ao Estado, os cidadãos constituem o povo; em relação à raça humana eles constituem a Nação", J. Hélie, "Nation, definition of", in Lalor, *Cyclopedia of Political Science*, vol. II, p. 923.
22. Destacado in E. J. Hobsbawm, *The Age of Revolution 1789-1848* (Londres, 1962), pp. 91-92.
23. Marc Bloc, *Les Rois Thaumatourges* (Paris, 1924), pp. 402-404.
24. Walter Bagehot, *Physics and Politics* (Londres, 1887), caps. III, IV em "Nation-making".
25. Ernest Renan, "What is a nation?", in Alfred Zimmern (org.), *Modern Political Doctrines* (Oxford, 1939), p. 192.
26. John Rae, *The sociological Theory of Capital, Being a Complet Reprint of The New Principles of Political Economy by John Rae* (1834), org. C. W. Mixter (Nova York, 1905), p. 26.
27. J. E. Cairnes, *Some Leading Principles of Political Economy Newly Expounded* (Londres, 1874), p. 26.
28. Dr. Gustav Schönberg (org.) *Handbuch der politischen Oekonomie*, vol. I (Tübingen, 1882), pp. 158 e segs.
29. Edwin Cannan, *History of the Theories of Production and Distribution in English Political Economy from 1776 to 1848* (Londres, 1894), pp. 10 e segs.
30. Rae, *The Sociological Theory of Capital*.
31. *Nouveau Dictionnaire d'Economie Politique*, Léon Say e Joseph Chailley (orgs.), (Paris, 1892).
32. Michel Chevalier, *Cours d'Economie Politique fait au Collège de France*, vol. I (Paris, 1855), p. 43. A aula foi dada originalmente em 1841.
33. L. Robbins, *The Theory of Economic Policy in English Classical Political Economy* (2ª ed., Londres, 1977), pp. 9-10. Entretanto, pode-se fazer uma exceção para o benthamismo genuinamente global.
34. George Richardson Porter, *The Progress of the Nation, in its Various Social and Economic Relations, from the Beginning of the Nineteenth Century to the Present Time*, 2 partes (Londres, 1836), Prefácio.
35. Molinari, in *Dictionnaire d'Economie Politique* (Paris, 1854) reed. in Lalor, *Cyclopedia of Political Science*, vol. II, p. 957: "Nations in political economy".
36. *Ibidem*, pp. 958-959.
37. *Ibidem*, p. 957.
38. *Ibidem*, p. 933.
39. Cf. J. Schumpeter, *History of Economic Analysis* (Oxford, 1954), pp. 515-516.
40. Ele escreveu *Outline of American Political Economy* (Filadélfia, 1827), que antecipa sua visão posterior. Para Friedrich List na América, ver W. Notz, "Friedrich List in Amerika", (*Weltwirtschaftliches Archiv*, 29, 1925, pp. 199-265, e vol. 22, 1925, pp. 154-182, e "Frederick List in America" (*American Economic Review*, 16, 1926, pp. 249-265).
41. Friedrich List, *The National System of Political Economy* (Londres, 1885), p. 174.
42. Para um bom sumário de seus pontos de vista, E. Strauss, *Irish Nationalism and British Democracy* (Londres, 1951) pp. 218-220.
43. "Nation", por Elias Regnault, *Dictionnaire Politique*, com uma introdução de Garnier-Pagès (Paris, 1842), pp. 623-625. "Não há qualquer coisa de derrisório em chamar a Bélgica de Nação?"
44. *Considerations on Representative Government, in Utilitarianism*, p. 365.
45. *Oxford English Dictionary*, VII, p. 30.
46. *Ibidem*, pp. 175-176.
47. Gustav Cohn, *Grundlegung der Nationalökonomie*, vol. I (Stuttgart, 1885), pp. 447-449.
48. Ver Denis Mack Smith (org.), *Il Risorgimento* (Bari, 1968), p. 422.
49. Jochen Blaschke (org.), *Handbuch der westeuropäischen Regionalbewegungen* (Frankfurt, 1980).
50. Maurice Block, in Lalor, *Cyclopedia of Political Science*, vol. II, p. 941.
51. Para a contribuição de Ethin Kristan ao Congresso de Brünn, que

- elaborou seu programa nacional, ver Georges Haupt, Michel Lowy e Claudie Weill, *Les Marxistes et la Question Nationale 1848-1914* (Paris, 1937), pp. 204-207.
52. Mill, *Utilitarianism, Liberty and Representative Government*, pp. 363-364.
 53. Cf. Roman Rosdiolsky, "Friedrich Engels und das Problem der 'geschichtslosen Völker'" (*Archiv für Sozialgeschichte*, 4/1964, pp. 87-282).
 54. Ver Linda Colley, "Whose Nation? Class and national consciousness in Britain 1750-1830" (*Past & Present*, 113, 1983), pp. 96-117.
 55. Ieuan Gwynedd Jones, "Language and Community in Nineteenth-Century Wales", in David Smith (org.), *A People and a Proletariat: Essays in the History of Wales 1780-1980* (Londres, 1980), pp. 59-63.
 56. *Enquête sobre educação no País de Gales, Parliamentary Paper*, 1847, XXVII, parte II (Relatório dos condados de Brecknock, Cardigan e Radnor), p. 67.
 57. Haupt, Lowy e Weill, *Les Marxistes*, p. 122.
 58. Dentro da Espanha eram evidentes as diferenças culturais, lingüísticas e institucionais entre as pessoas dos reinos de Aragão e de Castela. No império espanhol, do qual Aragão foi excluído, eram mais ainda.
 59. Tullio de Mauro, *Storia Linguistica dell'Italia Unita* (Bari, 1963), p. 41.
 60. "Obwohl sie alle in einem Reich 'Deutscher Nation' nebeneinander lebten, darf nichts darüber hinwegtäuschen, dass ihnen sogar die gemeinsame Umgangssprache fehlte." Hans-Ulrich Wehler, *Deutsche Gesellschaftsgeschichte*, vol. I (Munique, 1987), p. 50.
 61. B. Porter, *Critics of Empire. British Radical Attitudes to Colonialism in Africa, 1895-1914* (Londres, 1968), p. 331, citando G. Lowes Dickinson na obra *A Modern Symposium* (1908).
 62. Para uma citação importante do discurso inaugural do presidente Grant, ver E. J. Hobsbawm, *The Age of Capital 1848-1875* (Londres, 1975), epígrafes do cap. III.
 63. Franz Pichler, *Polizeihoferat P. Ein treuer Diener seines ungetreuen Staates. Wiener Polizeidiens 1901-1938* (Viena, 1984). Agradeço a Clemens Heller por esta referência.
 64. *Ibidem*, p. 19.
 65. *Ibidem*, p. 30.
 66. Cf. carta de Friedrich Engels a Bernstein em 22/25.2.1882 (*Werke*, vol. 35, pp. 278 e segs.), sobre os eslavos dos Bálcãs: "E mesmo que esses rapazes fossem tão admiráveis quanto os escoceses das Terras Altas, consagrados por Walter Scott — outro bando de ladrões de gado terríveis —, o máximo que podemos fazer é condenar os *modos*

- como a sociedade os trata hoje. Se estivéssemos no poder, nós também teríamos que negociar com o banditismo dessa gente, o qual faz parte de sua herança."
67. Emil Brix, *Die Umgangssprachen in Altösterreich zwischen Agitation und Assimilation. Die Sprachenstatistik in den ziesleithanischen Volkszählungen 1880-1910* (Viena-Colônia-Graz, 1982).
 68. Cf. Ivo Banac, *The National Question in Yugoslavia: Origins, History, Politics* (Itaca e Londres, 1984), pp. 76-86.
 69. Diu na primeira reunião do parlamento do recém-unido reino italiano (E. Latham, *Famous Sayings and Their Authors*, Detroit, 1970).
 70. H. Roos, *A History of Modern Poland* (Londres, 1966), p. 48.

II

O protonacionalismo popular

Como e por que pode o conceito de “patriotismo nacional”, tão distante da experiência real da maioria dos seres humanos, tornar-se tão rápido uma força política poderosa? Evidentemente, não basta lembrar a experiência universal dos seres humanos que, pertencendo a grupos, reconhecem-se mutuamente como membros de coletividades e comunidades e portanto reconhecem os outros como estrangeiros. O problema diante de nós deriva do fato de que a nação moderna, seja um Estado ou um corpo de pessoas que aspiram formar um Estado, diferem em tamanho, escala e natureza das reais comunidades com as quais os seres humanos se identificaram através da história, e colocam demandas muito diferentes para estes. A nação moderna é uma “comunidade imaginada”, na útil frase de Benedict Anderson, e não há dúvida de que pode preencher o vazio emocional causado pelo declínio ou desintegração, ou a inexistência de redes de relações ou comunidades humanas *reais*, mas o problema permanece na questão de por que as pessoas, tendo perdido suas comunidades reais, desejam imaginar esse tipo particular de substituição. Uma das razões pode ser a de que, em muitas partes do mundo, os Estados e os movimentos nacionais podem mobilizar certas variantes do sentimento de vínculo coletivo já existente e podem operar potencialmente, dessa forma, na escala macropolítica que se ajustaria às nações e aos Estados modernos. Chamo tais laços de “protonacionais”.

Eles são de dois tipos. Primeiro, há as formas supralocais de identificação popular que vão além daquelas que circunscrevem os espaços reais onde as pessoas passaram a maior parte de suas vidas: como a Virgem Maria, que liga os fiéis de Nápoles a um mundo maior, mesmo que seja mais diretamente para o povo de Nápoles que o sangue de São Januário deva se liquefazer todo ano (e de fato isso deve acontecer, por um milagre garantido eternamente) para a doença não cair sobre a cidade. Em segundo lugar, há os laços e vocabulários políticos de grupos seletos mais diretamente ligados a Estados e instituições, capazes de uma eventual generalização, extensão e popularização. Este tipo tem um pouco mais em comum com a “nação” moderna. No entanto, nenhum dos dois tipos pode ser legitimamente identificado com o nacionalismo moderno, como se fosse sua extensão linear, porque eles não têm ou não tiveram nenhuma relação *necessária* com a unidade da organização política territorial que é o critério crucial daquilo que hoje entendemos por “nação”.

Peguemos dois óbvios exemplos. Até 1945, onde há vestígios, os que falavam dialetos germânicos, e cujas elites usavam a língua da cultura alemã, padronizada e escrita, estavam estabelecidos não apenas em suas regiões principais da Europa central mas também como classes dirigentes e como cidadãos nos trechos de áreas camponesas por toda a Europa do Leste e do Sudeste, para não mencionar as pequenas colônias que formavam uma diáspora geralmente religiosa, nas Américas. Eles foram dispersados por uma série de ondas de conquistas, migrações e colonização até o extremo leste, como o baixo Volga, entre o século XI e o século XVIII. (Omitimos o fenômeno muito diferente da migração do século XIX.) Todos eles, certamente, viam-se a si mesmos como “alemães”, em algum sentido, distintos de outros grupos entre os quais viviam. Embora houvesse fricções constantes entre os alemães locais e outros grupos étnicos — especialmente onde os alemães monopolizavam certas funções cruciais, como por exemplo a classe dominante proprietária da terra no Báltico —, não conheço, antes do século XIX, nenhum caso em que tenha surgido um problema político pelo fato de os alemães encontrarem-se vivendo sob governantes não-alemães. Da mesma forma, enquanto os judeus, espalhados pelo mundo por alguns milênios, nunca

deixaram de se identificar a si mesmos, onde estivessem, como membros de um povo especial e distinto dos vários ramos de não-crentes entre os quais viviam, em momento nenhum, ao menos desde o retorno do cativo babilônico, isto implicou uma aspiração séria por um Estado político judeu — para não falar de um Estado territorial — até que um nacionalismo judeu foi inventado no final do século XIX por analogia com o recém-formado nacionalismo ocidental. É inteiramente ilegítimo identificar os liames que têm os judeus com a terra ancestral de Israel, mérito que deriva das peregrinações ali feitas ou a esperança de retorno quando viesse o Messias — além do que, do ponto de vista dos judeus, obviamente Ele *não* veio — com as aspirações de juntar todos os judeus em um Estado territorial moderno situado na antiga Terra Santa. Poder-se-ia bem argumentar que bons muçulmanos, cuja ambição maior é peregrinar a Meca, ao fazê-lo pretendam realmente declarar-se cidadãos do que se tornou agora a Arábia Saudita.

O que precisamente constituía o protonacionalismo popular? A questão é muito difícil, pois implica a descoberta dos sentimentos das pessoas não alfabetizadas que formavam a maioria absoluta da população mundial antes do século XX. As idéias deste capítulo estão baseadas nos literatos que liam e escreviam — ou pelo menos em alguns deles —, mas é claramente ilegítimo extrapolar das elites para as massas e dos alfabetizados para os analfabetos, mesmo que os dois mundos não sejam inteiramente separáveis e a palavra escrita tenha influenciado as idéias daqueles que apenas falavam.¹ O que Herder pensava a respeito do *Volk* não pode ser utilizado como evidência do que pensava o campesinato da Westfália. Um exemplo pode ilustrar a extensão dessa distância entre alfabetizados e não-alfabetizados. Os alemães que formavam a classe dos senhores feudais, bem como os cidadãos da região báltica, sentiam naturalmente que “a vingança nacional continuava a ameaçar como uma espada de Dâmocles sobre suas cabeças”, pois, como Christian Kelch mostrou em sua história da Livônia de 1695, os camponeses estonianos e os letões odiavam-nos com toda razão (“Selbige zu hassen wohl Ursache gehabt”). No entanto, não há evidência de que os camponeses estonianos pensavam em termos nacionais. Em primeiro lugar, eles não pare-

cem ter visto a si mesmos como um grupo etnolinguístico. A palavra "estoniano" foi usada apenas na década de 1860. Antes disso, os camponeses chamavam-se a si mesmos de *maarahvas*, isto é, "povo do campo". Em segundo lugar, a palavra *saks* (saxão) tinha o significado *dominante* de "senhor" ou "mestre", e apenas secundariamente o sentido de "alemão". Já foi argumentado plausivelmente (por um eminente historiador estoniano) que onde literatos (alemães) leram referências ao "alemão" nos documentos, os camponeses tinham provavelmente querido dizer, simplesmente, "senhor" ou "mestre":

Do final do século XVIII em diante, os clérigos e ministros locais puderam ler os trabalhos dos iluministas sobre a conquista da Estônia (os camponeses não tinham acesso a tais livros) e tenderam a interpretar as palavras dos camponeses de um modo que se ajustava à sua própria maneira de pensar.²

Vamos então começar com uma das poucas tentativas de estabelecer o pensamento daqueles que raramente formulavam seus pensamentos sobre assuntos públicos de modo sistemático, e nunca os escreviam: o livro do falecido Michael Cherniavsky, *O Czar e o Povo*.³ Nesse livro, Cherniavsky discute, entre outras coisas, o conceito de "sagrada Rússia" ou "a sagrada terra russa", um termo para o qual não encontrou muitos paralelos, sendo o mais próximo a "sagrada Irlanda". Ele poderia, talvez, ter acrescentado o "das heil'ge Land Tirol" (a sagrada terra do Tirol) para obter um interessante contraste e comparação.

Segundo Cherniavsky, uma terra só poderia ser "sagrada" se pudesse reivindicar uma única atribuição na economia global da salvação, ou seja, ser a única fonte de salvação da humanidade: no caso da Rússia de até a metade do século XV, as tentativas de reunir as Igrejas e a queda de Constantinopla, que acabou com o Império romano, fizeram desse país a única terra ortodoxa do mundo e de Moscou a terceira Roma. Pelo menos, essa era a visão do czar. Tais reflexões, no entanto, não são inteiramente pertinentes, na medida em que a expressão não chegou a ter um amplo uso até os problemáticos tempos do começo do século XVII, quando o czar e o Estado virtualmente desapareceram. Mas

mesmo que isso não tivesse acontecido, eles jamais poderiam ter contribuído para o uso da palavra, visto que nem a burocracia, a Igreja ou os ideólogos do poder moscovita *jamais* parecem tê-la usado antes ou depois dos tempos problemáticos.⁴ Em uma palavra, a sagrada Rússia era um termo popular que expressava presumivelmente idéias populares. Seu uso é exemplificado na épica dos cossacos do Don da metade do século XVII, tal como a "história poética do assalto de Azov" (pelos turcos). Aqui os sitiados cossacos cantam:

Nunca mais estaremos na Sagrada Rússia novamente. Nossa morte pecaminosa vem no deserto. Morremos pelos seus ícones milagrosos, pela fé cristã, em nome do Czar e por todo o Estado moscovita.⁵

A sagrada terra russa é portanto definida pelos ícones sagrados, a fé, o czar, o Estado. É uma combinação poderosa, e não apenas porque os ícones, isto é, símbolos visíveis como o são as bandeiras, estão entre os métodos mais amplamente usados de se ver o que não pode ser visto. E a Santa Rússia é uma força inquestionavelmente popular e informal, e não uma força criada de cima. Considere-se, como o fez Cherniavsky, a perceptividade e delicadeza com a qual ele aprendeu de seu professor Ernest Kantorowicz⁶ a palavra "Rússia". O império dos czares, a unidade política, era *Rossiya*, um neologismo dos séculos XVI-XVII que se tornou oficial a partir de Pedro, o Grande. A terra sagrada da Rússia foi sempre a antiga *Rus*. Ser um russo é, até hoje, ser *russky*. Nenhuma palavra derivada do *Rossiya* oficial — e muitas foram tentadas no século XVIII — conseguiu ser aceita como descrição da nação e do *povo* russos ou então de seus membros. Ser um *russky*, como nos lembra Cherniavsky, era equivalente a ser um membro do curioso par intercambiável *krestianin-christianin* (camponês-cristão) e ser também um "fiel verdadeiro" ou ortodoxo. Este sentido essencialmente popular e populista da sagrada russidade pode ou não corresponder à nação moderna. Na Rússia, sua identificação com o simultâneo chefe da Igreja e do Estado obviamente facilita tal identificação. Na sagrada terra do Tirol isso não aconteceu, porque a combinação pós-tridentina da terra-

ícones-fê-imperador-Estado favoreceu a Igreja Católica Romana e o *Kaiser* Habsburgo (como tal ou como conde do Tirol) contra o moderno conceito de uma nação alemã, austríaca ou qualquer outra. Deve ser lembrado que os camponeses tirolezes levantaram-se, em 1809, mais contra seus vizinhos bávaros e não tanto contra os franceses. Todavia, por mais que o "povo da terra sagrada" possa ser identificado com a nação posterior, o conceito claramente veio antes.

Contudo, nos critérios da sagrada Rússia, sagrado Tirol e talvez sagrada Irlanda, observamos a omissão de dois elementos que hoje associamos de perto, senão crucialmente, com as definições de nação: linguagem e etnicidade.

O que dizer da linguagem? Não será a verdadeira essência daquilo que distingue um povo de outro, "nós" de "eles", seres humanos reais dos bárbaros que não podem falar uma língua genuína mas apenas proferem ruídos incompreensíveis? Cada leitor da Bíblia não aprendeu, no episódio da Torre de Babel, como o inimigo foi tomado como amigo pela correta pronúncia da palavra *shibboleth*? Não se definiram assim os gregos, como proto-nacionalistas, contra o restante da humanidade, os "bárbaros"? A mais óbvia barreira para a comunicação não será a ignorância da língua de outro grupo, e portanto aquilo que mais claramente define as linhas que separam os grupos? Assim, a criação ou a fala de uma gíria especial não serve ainda para marcar as pessoas como membros de uma subcultura que deseja separar-se de outras subculturas ou de toda a comunidade?

Não se pode negar que pessoas que falam línguas mutuamente incompreensíveis e que vivem lado a lado irão identificar a si mesmos como de sua língua e aos membros de outras comunidades como de outras línguas, ou pelo menos como não de sua própria língua (como *barbaroi*, ou como *nemci* na terminologia dos eslavos). No entanto, não é isso que importa. A questão é a de saber se essas barreiras linguísticas podem separar entidades que poderiam ser nações ou potenciais nacionalidades, e não meramente grupos que têm problemas em compreender as palavras de outros grupos. Essa questão nos leva ao terreno das pesquisas sobre a natureza das línguas vernáculas e seu uso como critério de vínculo ao grupo. Ao investigar ambas as questões, devemos nova-

mente nos precaver contra confundir os debates dos alfabetizados, que são quase as únicas fontes, com aqueles dos não-alfabetizados, e também de não ler anacronicamente, no passado, o seu uso pelo século XX.

As línguas vernáculas não cultas são sempre um complexo de dialetos e variantes locais que, com vários graus de facilidade ou dificuldade, intercomunicam-se dependendo da sua acessibilidade ou fechamento geográfico. Algumas podem ser tão incompreensíveis como se pertencessem a uma família linguística diferente, o que acontece em áreas montanhosas que facilitam a segregação. Nos seus países, há anedotas sobre as dificuldades de galeses do Norte entenderem o gaélico do sul do País de Gales, ou dos albaneses *ghëg* em entender o dialeto *tosk*. Para os filólogos, o fato de o catalão ser mais próximo do francês do que do basco pode ser crucial, mas para um marinheiro normando que se encontre em Bayonne ou Port Bou a língua local pode parecer, à primeira impressão, igualmente opaca. Até hoje, indivíduos cultos cuja primeira língua é o alemão e que são de Kiev podem ter a maior dificuldade em entender alemães-suíços instruídos que falam comumente o dialeto alemão como meio de comunicação diária.

Assim, na época anterior à generalização da educação primária não havia, nem poderia haver, nenhuma língua "nacional" falada, e não ser certos idiomas literários ou administrativos do modo como eram escritos, dirigidos ou adaptados ao uso oral, seja como uma língua franca na qual os que falavam dialetos poderiam se comunicar, seja como — mais perto de nossa questão — um meio para dirigir-se a audiências populares através dos limites dos dialetos, por exemplo a língua usada por pregadores ou declamadores de canções e poemas comuns a uma área cultural mais ampla.⁷ O tamanho dessa área de comunicabilidade comum potencial podia variar consideravelmente. Seria quase certamente ampla para as elites, cujos horizontes e campo de ação eram menos localizados do que, por exemplo, o dos camponeses. É difícil conceber uma "língua nacional" genuinamente falada que envolva uma base puramente oral e que não seja híbrida nem uma gíria (que certamente pode se tornar eventualmente uma língua prática) existente em uma região de qualquer tamanho

geográfico substancial. Em outras palavras, a "língua materna", real ou literal, isto é, o idioma aprendido pelos filhos de mães analfabetas e falado para o uso cotidiano, não era, em qualquer sentido, uma "língua nacional".

Como já sugeri, isso não exclui uma certa identificação popular *cultural* com a língua ou com um complexo de dialetos abertamente relacionados, que são próprios a um corpo de comunidades e as distingue de seus vizinhos, como no caso dos que falam magiar. E na medida em que isso acontece, o nacionalismo do período posterior pode ter raízes lingüísticas protonacionais genuinamente populares. Esse bem pode ser o caso dos albaneses que vivem sob influências culturais rivais desde a antiguidade clássica e estão divididos entre três ou quatro religiões rivais (se incluímos o culto islâmico do Bektashi localmente centrado): islâmica, católica ortodoxa e católica romana. Era natural para os pioneiros do nacionalismo albanês procurar na linguagem uma identidade cultural albanesa, pois a religião, como de resto tudo o mais na Albânia, parecia dividir, mais do que unificar.⁸ No entanto, mesmo em um caso tão aparentemente claro, devemos nos precaver em confiar excessivamente na literatura. De fato, não é claro em que sentido e até onde os albaneses comuns do final do século XIX e começo do século XX viram-se como tal, ou reconheceram uma afinidade mútua. O guia de Edith Durham, uma jovem montanhesa do Norte para quem foi dito que os albaneses do Sul tinham igrejas ortodoxas, diz: "Eles não são cristãos, mas *tosks* — o que não sugere um forte sentido de identidade coletiva —, além de dizer "não é possível saber o número preciso de albaneses que foram aos Estados Unidos porque os primeiros imigrantes nem sempre identificavam-se como albaneses".⁹ Além disso, mesmo os pioneiros da existência da nação naquela terra de clãs feudais e senhores lançaram mão de argumentos mais convincentes em prol da solidariedade antes de apelarem para a língua. Como Naim Frasheri (1846-1900) disse, "todos nós somos uma única tribo, uma única família; somos um só sangue e uma só língua".¹⁰ A língua, quando não ausente, vinha por último.

As línguas nacionais são sempre, portanto, construtos semi-artificiais e, às vezes, virtualmente inventados, como o moderno hebreu. São o oposto do que a mitologia nacionalista pretende

que sejam — as bases fundamentais da cultura nacional e as matrizes da mentalidade nacional. Frequentemente, essas línguas são tentativas de construir um idioma padronizado através da recombinação de uma multiplicidade de idiomas realmente falados, os quais são, assim, rebaixados a dialetos — e o único problema nessa construção é a escolha do dialeto que será a base da língua homogênea e padronizada. Os problemas subsequentes de padronizar e homogeneizar a ortografia e a gramática nacionais, bem como o de acrescentar novos elementos ao vocabulário, são secundários.¹¹ As histórias de praticamente todas as línguas européias insistem nesta base regional: o búlgaro erudito é baseado no idioma búlgaro do Leste, o ucraniano erudito em seus dialetos do Sudeste, o húngaro erudito emerge no século XVI pela combinação de vários dialetos, o letão culto é baseado na média de três variantes, o lituano de duas, e assim por diante. Onde os nomes dos arquitetos da linguagem são conhecidos, como é frequentemente o caso de línguas que adquiriram *status* literário entre os séculos XVIII, XIX e XX, essa escolha pode ser arbitrária (embora justificada por argumentação).

Algumas vezes essa escolha é política ou tem implicações políticas óbvias. Assim, os croatas falam três dialetos (*čakavian*, *kajhavian* e *štokavian*) um dos quais é também o maior dialeto dos sérvios. Duas delas desenvolveram versões cultas. O grande apóstolo croata do ilirianismo, Ljudevit Gaj (1809-1872), embora falasse originalmente e escrevesse em croata *kajhavian*, mudou seus próprios escritos para o *štokavian* em 1838, com o objetivo de sublinhar a unidade básica dos eslavos do Sul, para que: 1. o servo-croata se desenvolvesse mais, ou menos, como uma língua erudita (embora fosse escrita em caracteres romanos pelos católicos croatas e em caracteres cirílicos pelos sérvios ortodoxos); 2. empobrecesse o nacionalismo croata da justificação lingüística adequada; 3. proveesse tanto os sérvios como os croatas com o pretexto para o expansionismo.¹² Por outro lado, às vezes eles apostavam errado. Bernolák escolheu um dialeto como a base para o que pretendia que fosse o eslovaco erudito por volta de 1790, o que não conseguiu; poucas décadas depois, Ludovit Stur escolheu outra que provou ser mais viável. Na Noruega, o nacionalista Wergeland (1808-1845) pedia um norueguês mais puramente no-

rueguês, diferente da língua escrita excessivamente dinamarquesa, e tal língua foi prontamente construída (*Landsmål*, conhecida hoje como *nynorsk*). A despeito do apoio oficial que recebeu depois que a Noruega se tornou independente, essa língua só se estabeleceu como língua de minoria do país, o qual, desde 1947, é de fato bilíngüe em sua escrita, sendo o *nynorsk* confinado a 20% dos noruegueses, especialmente os que vivem na Noruega central e ocidental.¹³ É claro que em muitos outros casos de línguas literárias antigas a história escolheu adequadamente, como com os dialetos associados à administração real que se tornaram as bases do idioma instruído da França e da Inglaterra, ou quando a combinação do uso marítimo e comercial, o prestígio cultural e o apoio macedônio ajudaram o ático a se tornar a base do *koiné* helênico ou o idioma grego comum.

Podemos deixar de lado, por um momento, o problema menor embora também urgente — de como modernizar até mesmo esses antigos idiomas cultos “nacionais” para adaptá-los para uma vida contemporânea não considerada pela Academia Francesa ou pelo dr. Johnson. O problema é universal, embora se complique, em muitos casos — especialmente entre os holandeses, alemães, tchecos, islandeses e muitos outros —, por algo que se pode chamar de nacionalismo filológico, ou seja, a insistência na pureza lingüística do vocabulário nacional, que obrigou os cientistas alemães a traduzirem “oxigênio” por *Sauerstoff* e ainda inspira uma ação desesperada da retaguarda francesa contra os estragos do *franglais*. Todavia, o problema é mais agudo nas línguas que não foram grandes suportes da cultura, mas que gostariam de ser veículos adequados para, digamos, a comunicação moderna técnico-econômica ou a educação superior. Daí demandas como a galesa, que, possivelmente com alguma justificação, pensa ser a mais antiga língua erudita viva, pois data aproximadamente do século VI. No entanto, em 1847 foi observado que:

(...) seria impossível expressar em gaélico muitas das proposições comuns em política e ciência de modo a deixar claro seu sentido mesmo para um leitor galês inteligente que não conhecesse o inglês.¹⁴

Torna-se então claro que, exceto para os dominantes e para os instruídos, a língua dificilmente poderia ser um critério para a existência de uma nação, e que mesmo para aqueles foi necessário escolher um vernáculo nacional (em uma forma literária padronizada) de preferência a línguas mais prestigiosas, sagradas ou clássicas que eram, para as elites minoritárias, um meio perfeitamente prático de comunicação administrativa e intelectual, de debate público e mesmo de composição literária — pensa-se no persa clássico do império mughal ou no chinês clássico do Japão Heian. Essa escolha foi de fato feita mais cedo ou mais tarde, exceto talvez na China, onde a língua híbrida dos instruídos classicamente se tornou o meio de comunicação entre dialetos que de outra forma seriam mutuamente incompreensíveis nesse vasto império, e está em processo de se tornar algo como uma língua falada.

Na verdade, por que a língua deveria ser um critério de vínculo a grupo, com exceção talvez do caso em que a diferenciação de línguas coincida com alguma outra razão para marcar a pessoa como externa, pertencente a outra comunidade? Como uma instituição, o próprio casamento não pressupõe a comunidade da língua, caso contrário não haveria exogamia institucionalizada. Não se vê razão para discordar do culto historiador de opiniões a respeito da multiplicidade de línguas e povos e que sustentou que “apenas as generalizações posteriores estabeleceram os seres humanos com a mesma língua como amigos, e como inimigos os de língua estrangeira”.¹⁵ Onde não existem outras línguas no mesmo espaço, o idioma próprio de cada um não é tanto um critério de grupo como algo que todas as pessoas possuem, igual às pernas. Onde muitas línguas coexistem, o multilingüismo pode ser tão normal que constitui, de modo bastante arbitrário, uma identificação exclusiva com qualquer idioma. (Isso faz com que os censos requeiram uma escolha exclusiva diante de fontes não confiáveis de informação lingüística.)¹⁶ Em algumas áreas, as estatísticas lingüísticas oscilam desordenadamente de um censo para outro desde que a identificação com um idioma dependa não do conhecimento, mas de algum outro fator mutável, como em algumas áreas da Eslovênia e da Morávia sob os Habsburgo; ou então as pessoas podem tanto falar sua própria língua

como uma língua híbrida não reconhecida oficialmente, como em algumas partes da Ístria.¹⁷ Além disso, essas línguas não são intercambiáveis. As pessoas em Maurício não escolhem arbitrariamente entre falar *créole* ou sua própria língua doméstica, porque usam cada uma com diferentes objetivos, tal como os suíços-alemães, que escrevem o alemão erudito e falam *schwyzerdütsch*; ou como o pai esloveno da novela de Josef Roth, *Radetzkymarsch*, que se dirige a seu filho, um oficial promovido, “no duro alemão comum do exército eslavo” em respeito ao *status* de um oficial Habsburgo,¹⁸ e não em sua língua original, como o jovem esperava. De fato, a identificação mística de uma nacionalidade com uma espécie de idéia platônica da língua, existindo atrás e acima de todas suas variantes e versões imperfeitas, é muito mais uma criação ideológica de intelectuais nacionalistas, dos quais Herder é o profeta, do que uma característica dos reais praticantes comuns do idioma. É um conceito erudito e não vivido.

Isso não significa negar que as línguas, ou mesmo famílias lingüísticas, não sejam parte da realidade popular. Para a maioria dos povos de línguas germânicas, a maior parte dos estrangeiros a leste e ao sul — principalmente os de línguas românicas, mas também celtas — é *galesa*, enquanto que a maior parte das pessoas de língua finlandesa ou, depois, eslava, a leste e a sudeste, é *wend*; e, do mesmo modo, para a maioria dos eslavos, os de língua alemã são *nemci*. Contudo, sempre foi evidente para todo mundo que a língua e o povo (qualquer que seja o modo como foram definidos) não coincidem. No Sudão, os fur estabelecidos vivem em simbiose com os nômades baggara, mas um acampamento vizinho de nômades fur que falam fur é tratado como se fosse baggara, pois a distinção crucial entre os dois povos não é a língua, mas a função. Que esses nômades falem fur “apenas permite que as transações comuns, como comprar leite, alocar terrenos no acampamento ou obter adubo, que se teria com outros baggara, fluam de maneira mais suave”.¹⁹

Em termos mais “teóricos”, as famosas 72 línguas nas quais a raça humana foi dividida depois da torre de Babel (pelo menos segundo comentadores medievais do Livro do Gênesis) cobriam, cada uma, muitas *nationes* ou tribos, de acordo com Anselmo de Leon, pupilo do grande Anselmo de Canterbury. William de Al-

ton, um dominicano inglês, ao especular sobre isso na metade do século XIII, distinguia os homens por grupos de línguas (de acordo com o idioma falado), por *generationes* (de acordo com a origem), por habitarem um território particular e por diferenças entre costumes e conversas, as *gentes*. Estas classificações não necessariamente são coincidentes e não devem ser confundidas com um *populus* ou povo, que era definido pela vontade de obedecer a uma lei comum e, portanto, eram mais uma comunidade histórico-política do que uma comunidade “natural”.²⁰ Nessa análise, William de Alton demonstrou uma perspicácia e um realismo admiráveis mas não incomuns até o final do século XIX.

Pois a língua era apenas um modo de distinguir entre comunidades culturais, e não necessariamente o fundamental. Heródoto sustentava que os gregos formavam um povo, apesar de sua fragmentação geográfica e política, porque tinham uma descendência comum, uma língua comum, deuses e lugares sagrados comuns, costumes e festas de sacrifício e hábitos e modos de vida comuns.²¹ Certamente a língua era de importância crucial para eruditos como Heródoto. Seria um critério igualmente importante de identidade grega a um beócio ou tessaliano médio? Não sabemos. O que sabemos é que lutas nacionalistas foram agravadas algumas vezes, nos tempos modernos, pela recusa de frações de grupos lingüísticos em aceitar a unidade política com outros que falam a mesma língua. Esses casos (os chamados *Wasserpölschen* na Silésia durante o período germânico e os chamados *Windische* na zona fronteiriça daquilo que se tornaria a Áustria e a parte eslovena da Iugoslávia) levaram à amarga acusação dos poloneses e eslovenos de que tais categorias tinham sido inventadas por chauvinistas da Grande Alemanha para justificar seu expansionismo territorial, e não há dúvida de que tais acusações tinham um fundo de verdade. No entanto, não pode ser negada a existência de grupos lingüísticos de poloneses e eslovenos que, por qualquer razão, preferiam considerar-se politicamente alemães ou austríacos.

A língua, no sentido herderiano de ser falada pelo *Volk*, sem dúvida não era diretamente um elemento central na formação do protonacionalismo, embora não lhe fosse necessariamente sem relevância. Contudo, indiretamente tornou-se central à definição

moderna de nacionalidade, e portanto também à sua percepção popular. Pois onde existe uma língua de elite, administrativa ou culta, por menor que seja o número daqueles que a usam, ela pode tornar-se um elemento importante da coesão protonacional, por três razões que foram enumeradas por B. Anderson.²²

A primeira é o fato de ela criar uma comunidade dessa elite intercomunicante a qual, se coincide ou pode vir a coincidir com uma área estatal territorial particular e com uma zona vernácula própria, pode ser uma espécie de modelo ou projeto piloto para a ainda não existente comunidade maior, intercomunicante, da "nação". Nessa medida, os idiomas falados não são irrelevantes para a futura nacionalidade. Línguas "clássicas" ou rituais, por mais que sejam prestigiadas, não servem para se tornar línguas nacionais, como foi descoberto na Grécia, onde havia uma real continuidade lingüística entre o grego falado antigo e moderno. Vuk Karadzic (1787-1864), o grande reformador e de fato o fundador virtual do moderno servocroata erudito, estava sem dúvida certo quando resistiu às primeiras tentativas de criar essa língua erudita fora da Igreja eslavônia — por parte daqueles que anteciparam a criação posterior do hebraico moderno a partir de um antigo hebraico adaptado — e de construí-la sobre os dialetos falados pelos povos sérvios.²³ Tanto o impulso que levou à criação do hebraico moderno falado quanto às circunstâncias que levaram ao seu bem-sucedido estabelecimento são raras demais para servir de exemplo geral.

Todavia, dado que o dialeto que forma a base da linguagem nacional é realmente falado, não importa que aqueles que o falem sejam uma minoria, desde que sejam uma minoria de suficiente peso político. Neste sentido, o francês foi essencial do conceito de França, mesmo que, em 1789, 50% dos franceses não falassem nada de francês; apenas 12 a 13% falavam-no "corretamente" e, fora da região central, não era habitualmente falado mesmo na área da *langue d'oïl*, com exceção das cidades e mesmo assim nem sempre nos subúrbios. No Norte e no Sul da França virtualmente ninguém falava francês.²⁴ Mas, se o francês ao menos tinha um Estado, de modo a poder ser a sua "linguagem nacional", a única base para a unificação italiana era a língua italiana, que unia a elite instruída da península, como leitores e escritores,

embora tenha sido calculado que, quando da unificação (1860), apenas 2,5% da população usavam a língua para fins cotidianos.²⁵ Pois esse minúsculo grupo era, em sentido real, *um* e portanto o povo italiano. Ninguém mais era. Do mesmo modo, a Alemanha do século XVIII era um conceito puramente cultural; no entanto, porque era o único conceito no qual a Alemanha tinha uma existência — distinta da multiplicidade de principados e Estados, pequenos e grandes, administrados e divididos por horizontes religiosos e políticos —, podia administrá-los por meio da língua alemã. No melhor dos casos, esta Alemanha consistia de 300 a 500 mil leitores²⁶ de obras na língua culta vernácula, e do certamente bem menor número daqueles que realmente falavam *Hochsprache* ou a língua cultural de uso diário,²⁷ especialmente os atores que interpretavam as (novas) obras que seriam os clássicos vernáculos. Na ausência de um padrão estatal definidor do que era correto ("o inglês do rei"), na Alemanha esse padrão foi estabelecido nos teatros.

A segunda razão é que uma língua comum, exatamente por não ser naturalmente gerada mas sim construída — especialmente quando é impressa —, adquire uma nova fixidez que a faz parecer mais permanente e portanto (por uma ilusão de ótica) mais "eterna" do que realmente é. Daí a importância não apenas da invenção da imprensa — especialmente quando uma versão vernácula de um livro sagrado provê a fundação da língua erudita, como freqüentemente foi o caso —, mas também dos grandes padronizadores e depuradores que aparecem na história culta de toda língua cultural, depois do surgimento do livro impresso. Basicamente essa época ocorreu entre o final do século XVIII e o começo do século XX para todas as línguas, exceto para um pequeno grupo de línguas européias.

Em terceiro lugar, a língua cultural oficial dos dominantes e da elite freqüentemente transformou-se na língua real dos Estados modernos via educação pública e outros mecanismos administrativos.

Contudo, esses são desenvolvimentos posteriores. Dificilmente afetam a língua das pessoas comuns na era pré-nacionalista e, certamente, na era pré-literária. Não há dúvida de que o mandarim ligou um vasto império chinês cujos povos integrantes não

podiam entender reciprocamente as suas línguas, mas não o fez diretamente através da língua e sim através da administração de um império centralizado que operava por meio de um conjunto comum de ideogramas e como instrumento da comunicação entre elites. Para a maioria dos chineses não teria tido importância se os mandarins tivessem se comunicado em latim, como não teve importância para a maioria dos habitantes da Índia que a Companhia das Índias Orientais tivesse, em 1830, substituído a língua persa — que havia sido o idioma administrativo do império muçulmano — pelo inglês. Ambas eram igualmente estranhas para eles e, já que não escreviam nem liam, eram línguas irrelevantes. Para tristeza dos historiadores nacionalistas posteriores, os habitantes flamengos daquilo que seria mais tarde a Bélgica não se mobilizaram contra os franceses por uma brutal galicização da vida pública e oficial nos anos revolucionários e napoleônicos, nem Waterloo levou a qualquer “movimento sério em Flandres a favor de uma língua flamenga ou uma cultura flamenga”.²⁸ Por que o seria? Para aqueles que não podiam entender francês, as concessões administrativas práticas tinham que ser feitas por um regime de fanáticos lingüistas. É bem menos surpreendente que o fluxo de estrangeiros que falavam francês, nas comunas rurais de Flandres, tenha sido sentido mais por sua recusa em assistir à missa aos domingos do que em bases lingüísticas.²⁹ Em resumo, deixando de lado casos especiais, não há razão para supor que a língua tenha sido apenas mais do que um entre os muitos critérios pelos quais as pessoas pertenciam simbolicamente a uma coletividade humana. E é absolutamente certo que a língua não tinha ainda um potencial político. Como um comentador francês da torre de Babel observava em 1536:

Existem agora mais do que LXXII línguas, porque existem agora mais nações diferentes na terra do que havia naqueles dias.³⁰

As línguas multiplicaram com os Estados, e não o contrário. O que dizer sobre a etnicidade? No uso comum, é sempre ligada, de modo inespecífico, à origem e descendência comuns, das quais se alega derivarem as características comuns dos membros do grupo étnico. “Parentesco” e “sangue” têm uma óbvia

vantagem em ligar membros de um grupo e excluir estranhos, e portanto são centrais ao nacionalismo étnico. “A Cultura (Kultur)”, disse Hans Hanak, “não pode ser adquirida pela educação. A cultura está no sangue. A melhor prova disso, hoje, é dada pelos judeus, que podem apropriar-se de nossa civilização (*Zivilisation*) mas nunca de nossa cultura”. Hanak — ironicamente, seu nome denuncia a origem eslava — era o *Kreisleiter* nacional-socialista de Innsbruck em 1938, e essas palavras se dirigiram para congratular as mulheres nazistas de Innsbruck diante da tentativa judaica de destruir seu “elevado e respeitado *status*” ao pregar a igualdade de homens e mulheres, a qual teve um momentâneo sucesso.³¹ No entanto, a abordagem genética de etnicidade é abertamente sem importância, já que a base crucial de um grupo étnico, como forma de organização social, é cultural e não biológica.³²

Além disso, as populações dos grandes Estados-nações territoriais são quase invariavelmente muito heterogêneas para reivindicar uma etnicidade comum, mesmo se não contarmos com a imigração moderna, e em qualquer caso a história demográfica de grande parte da Europa foi tal que *sabemos* o quão multiforme pode ser a origem de grupos étnicos, especialmente em áreas onde populações foram deslocadas e estabelecidas no curso do tempo, como em vastas áreas da Europa central, da Europa do Leste e do Sudeste, ou mesmo em partes da França.³³ A mistura que constitui a especificidade étnica de qualquer povo da Europa do Sudeste — ilírios pré-romanos, gregos, imigrantes eslavos de vários tipos e várias ondas de invasores da Ásia central, dos avaros aos turcos otomanos — constitui assunto de um eterno debate (especialmente na Romênia). Assim, os montenegrinos, originalmente considerados sérvios mas sendo agora uma “nacionalidade” e tendo uma república federada própria, parecem ser uma combinação de camponeses sérvios, de relíquias do antigo reino sérvio e das hordas valáquias que ocuparam as áreas despovoadas pela conquista turca.³⁴ É claro que não se pode negar que, por exemplo, os magiares do século XIII poderiam se considerar como uma comunidade étnica, pois descendiam (ou poderiam alegar a descendência) das ondas de invasores nômades da Ásia central, falavam variantes de uma língua completamente dessemelhante da dos seus vizinhos, ocupavam amplamente um meio

ambiente específico em seu reino e sem dúvida partilhavam de práticas ancestrais. Mas tais casos não são comuns.

No entanto, a etnicidade no sentido de Heródoto era, e é ainda pode ser algo que — ligando as populações que vivem em amplos territórios, ou mesmo em dispersão, e que não contam com uma estrutura política — pode ser chamado de protonação. É o caso provável dos curdos, dos somalis, dos judeus e dos bascos, entre outros. No entanto, essa etnicidade não tem relação histórica com aquilo que é crucial nas nações modernas, ou seja, a formação do Estado-nação ou, para o que importa aqui, qualquer Estado, como demonstra o caso dos gregos antigos. Poder-se-ia argumentar até mesmo que os povos que têm o sentido mais agudo e poderoso do que pode ser chamado de etnicidade "tribal" resistiram não apenas à imposição do Estado moderno, nacional ou não, como também a *qualquer* Estado: os que falavam *pushtu* no Afeganistão e em suas cercanias, os escoceses das terras altas antes de 1745, os berberes do monte Atlas e outros que vêm rapidamente à lembrança.

Do mesmo modo, na medida em que "o povo" foi identificado com uma estrutura política particular, esta atravessa as mais claras divisões étnicas e lingüísticas, mesmo se visto de baixo. Os homens da sagrada terra do Tirol que se levantaram contra os franceses em 1809, sob a liderança de Andreas Hofer, incluíam tanto alemães quanto italianos e também, sem dúvida, os que falavam ladino.⁵⁵ O nacionalismo suíço é, como sabemos, pluriétnico. Da mesma forma, se supusermos que os montanheseiros gregos que se levantaram contra os turcos nos dias de Byron eram nacionalistas, o que é claramente improvável, não podemos deixar de notar que alguns dos seus mais aguerridos participantes não eram helenos, mas albaneses (os *suliotas*). Além disso, muito poucos movimentos nacionalistas modernos são realmente baseados em consciência étnica, embora, assim que se formam, costumam inventar uma, na forma de racismo. Em resumo, não precisamos portanto ficar surpresos com o fato de os cossacos do Don terem abandonado a etnicidade ou os ancestrais comuns na sua definição do que os tornava filhos da sagrada terra russa. Na verdade, foram sagazes ao assim fazê-lo, pois — como tantos corpos de combativos camponeses livres — suas origens eram bastante

múltiplas. Muitos deles eram ucranianos, tártaros, poloneses, lituanos e russos. O que os unia não era o sangue, mas a crença.

Será a etnicidade ou a "raça", portanto, irrelevante para o moderno nacionalismo? De fato esse não é o caso, pois diferenças visíveis na psique são óbvias demais para serem desprezadas e têm sido muito freqüentemente usadas para marcar, ou reforçar, as distinções entre "nós" e "eles", incluindo as distinções nacionais. Três coisas, no entanto, precisam ser ditas sobre tais distinções. A primeira é que elas funcionaram tanto horizontal quanto verticalmente e, antes da era do nacionalismo moderno, provavelmente serviram mais comumente para separar estratos sociais do que comunidades inteiras. O uso mais comum da discriminação pela cor aparece na história, infelizmente, como aquele que atribui posição social mais elevada dentro da mesma sociedade (por exemplo, a Índia), quanto mais clara for a cor da pele, embora tanto a imigração em massa como a mobilidade social viessem a complicar o padrão ou mesmo revertê-lo, de modo que o tipo "certo" de classificação racial vai a par com o tipo "certo" de posição social, independente da aparência física — como nos países andinos, onde indígenas que se agregam às baixas classes médias são automaticamente reclassificados como "mestiços" ou *cholos*, independente da aparência.⁵⁶

Em segundo lugar, a etnicidade "visível" tende a ser negativa na medida em que é muito mais usada para definir "o outro" do que o próprio grupo. Daí o papel proverbial dos estereótipos raciais ("o nariz judeu"), a relativa cegueira dos colonizadores em relação às diferentes cores presentes naqueles considerados globalmente como "negros" e a expressão "todos eles se parecem" ao se referir a olhos puxados e pele amarela, o que é provavelmente baseado em uma visão social seletiva daquilo que se acredita ser comum ao "outro". A homogeneidade étnico-racial da própria nacionalidade é dada como garantida, uma vez afirmada — o que nem sempre acontece —, mesmo que a inspeção mais superficial possa dela duvidar. Pois para "nós" parece óbvio que os membros de nossa "nacionalidade" tenham um amplo espectro de tamanhos, formas e aparências, mesmo quando todos partilhem de certas características físicas comuns, como um certo tipo de cabelo preto. É apenas para "eles" que todos somos parecidos.

Em terceiro lugar, a etnicidade negativa é sempre intrinsecamente pouco importante ao protonacionalismo, a menos que tenha sido fundida com algo parecido a uma tradição estatal, como na China, na Coréia e no Japão, onde estão os exemplos mais extremos e raros de Estados históricos compostos por uma população quase ou inteiramente homogênea etnicamente.³⁷ Em tais casos, é bem possível que a etnicidade e a lealdade política estejam ligadas. Estou informado de que o papel especial da dinastia Ming nas rebeliões chinesas que se sucederam à sua queda, em 1644 — sua restauração estava, e provavelmente ainda está, no programa de importantes sociedades secretas —, era ligado ao fato de que, à diferença de seus predecessores mongóis e de seus sucessores manchus, a dinastia Ming era puramente chinesa ou han. Por essa razão, as diferenças étnicas mais óbvias tiveram um papel muito pequeno na gênese do moderno nacionalismo. Os índios da América Latina sempre tiveram um profundo senso de sua diferença étnica em relação aos brancos e mestiços, desde a conquista espanhola, e isto foi reforçado e institucionalizado pelo sistema colonial espanhol de dividir a população em castas raciais.³⁸ Entretanto, não conheço nenhum caso em que esse fato tivesse levado a movimentos nacionalistas. Raramente chegou a inspirar até mesmo sentimentos pan-índigenas entre os índios, à diferença dos intelectuais indigenistas.³⁹ Do mesmo modo, o que os habitantes da África subsaariana têm em comum contra seus conquistadores de pele branca é uma cor relativamente escura. A negritude é um sentimento que realmente existe, não apenas entre elites e intelectuais negros, mas sempre que um grupo de pessoas de pele mais escura se confronta com pessoas de pele mais clara. Pode ser um fato político, mas a mera consciência da cor nunca produziu nenhum Estado africano, nem mesmo Gana e Senegal, cujos fundadores foram inspirados pelas idéias pan-africanas. Nem resistiu à influência dos Estados africanos reais que foram formados a partir das antigas colônias européias, cuja única coesão interna vinha de algumas décadas de administração colonial.

Sobra portanto o critério dos antigos cossacos do século XVII em relação à sagrada Rússia: a religião e o reino ou império.

Os liames entre a consciência nacional e a religião podem ser estreitos, como o demonstram os exemplos da Polônia e da

Irlanda. De fato, a relação parece se estreitar mais ainda onde o nacionalismo se torna uma força de massa, à diferença de sua fase como movimento de uma minoria ideológica e ativista. Os militantes do movimento sionista dos dias heróicos do *vishuv* palestino provavelmente comeriam mais sanduíches de presunto, demonstrativamente, do que usariam chapéus rituais, como o fazem hoje os fanáticos israelenses. O nacionalismo dos países árabes é hoje tão identificado com o islamismo que amigos e inimigos acham difícil ajustar-se nas várias minorias cristãs árabes, coptas, maronitas e de católicos gregos, que foram seus pioneiros no Egito e na Síria turca.⁴⁰ De fato, essa crescente identificação do nacionalismo com a religião é também característica do movimento irlandês. Nem isso é surpreendente. A religião é um antigo e experimentado método de estabelecer uma comunhão, através de uma prática comum e de uma irmandade, entre pessoas que de outro modo não teriam nada em comum.⁴¹ Algumas de suas versões, como o judaísmo, são especificamente indicadas como uma marca distintiva de vinculação a comunidades humanas particulares.

No entanto, a religião é um cimento paradoxal para o protonacionalismo, e de fato também para o nacionalismo moderno, que, comumente, a considerou com muita reserva (pelo menos nas suas fases mais militantes) como uma força que poderia desafiar o proclamado monopólio da “nação” diante da lealdade de seus membros. Em qualquer caso, as religiões genuinamente tribais normalmente operam em uma escala muito pequena para as modernas nacionalidades e resistem a abrir-se muito. Por outro lado, as religiões mundiais que foram inventadas entre o século VI a.C. e o século VII d.C. são universais por definição, e portanto pensadas para escamotear as diferenças étnicas, lingüísticas, políticas e outras. Os índios e os espanhóis no império e os paraguaios, brasileiros e argentinos desde a independência foram todos, igualmente, fiéis filhos de Roma, e não podiam distinguir-se como comunidades por sua religião. Felizmente, as verdades universais estão freqüentemente em competição, e as pessoas que estão na fronteira de algumas dessas verdades podem, às vezes, escolher outras como um distintivo étnico, como o fazem russos, ucranianos e poloneses para se diferenciarem entre si como cató-

licos romanos, ortodoxos e uniates* (a cristandade provou ser a mais conveniente procriadora de verdades universais rivais). Talvez seja parte do mesmo fenômeno o fato de o grande império chinês confucionista ser cercado de pequenos povos leais a outras religiões (principalmente o budismo e também o islamismo). No entanto, vale a pena notar que a prevalência de religiões transnacionais impôs limites a identificações étnico-religiosas, pelo menos nas regiões do mundo onde se desenvolveu o moderno nacionalismo. Essas identificações estão longe de ser universais, e mesmo quando existem não costumam distinguir os povos em questão de todos os seus vizinhos, mas apenas de alguns, como, por exemplo, os lituanos, que estão separados dos alemães luteranos e dos letos, e também dos russos ortodoxos e bielorrussos pelo catolicismo romano, mas não dos poloneses, que são, igualmente, católicos fervorosos. Na Europa, apenas os irlandeses — que não têm outros vizinhos a não ser os protestantes — são exclusivamente definidos por sua religião.⁴²

Mas o que significa exatamente uma identificação étnico-religiosa e onde ela ocorre? Em alguns casos, parece claro em primeiro lugar que uma religião étnica é escolhida porque um povo sente-se diferente de outros povos e Estados vizinhos. Ao que tudo indica, o Irã seguiu seu próprio caminho divino tanto como um país zoroástrico como quanto um país xiita, desde a sua conversão ao islamismo ou, pelo menos, desde os safavidas. Os irlandeses vieram a se identificar com o catolicismo apenas quando não conseguiram — ou talvez quando se recusaram a — seguir os ingleses na Reforma, e a colonização maciça de parte de seu país pelos protestantes, que ficaram com as suas melhores terras, não favorecia sua conversão.⁴³ As Igrejas da Inglaterra e da Escócia são politicamente definidas, mesmo que a última represente o calvinismo ortodoxo. Talvez o povo do País de Gales, até então não muito dado a seguir caminhos religiosos separados, tenha se convertido em massa à dissidência protestante, na primeira metade do século XIX, como parte da aquisição de uma consciência nacional que foi, recentemente, objeto de pesquisas sensíveis.⁴⁴

* Aportuguesamento do russo *uniyat* membros das Igrejas cristãs do Oriente que reconhecem o primado do papa mas conservam os ritos e a liturgia próprios. (N.T.)

Por outro lado, é igualmente claro que a conversão a diferentes religiões pode ajudar a criar duas diferentes nacionalidades, pois foi certamente o catolicismo romano (e seu subproduto, a escrita latina) e o ortodoxo (com seu subproduto, a escrita cirílica) que mais obviamente dividiram os croatas dos sérvios, até então partilhando uma única língua de cultura. Todavia, e novamente, há povos que claramente possuem alguma consciência protonacional, como os albaneses, embora estivessem divididos por um maior número de diferenças religiosas do que comumente se encontra em um território do tamanho do País de Gales (várias formas de islamismo, religião ortodoxa, catolicismo romano). Finalmente, ainda não está claro se identidades religiosas separadas, mesmo se poderosas, são em si mesmas semelhantes ao nacionalismo. A tendência moderna é a de assimilar ambos, visto que não conhecemos mais de perto o modelo do Estado multicorporativo, no qual várias comunidades religiosas coexistem como entidades de algum modo autônomas e auto-administradas, sob uma autoridade suprema, como foi o império otomano.⁴⁵ Não é nada evidente que o Paquistão tenha sido o produto de um movimento nacional entre os muçulmanos do então império indiano, embora ele possa ser considerado como uma reação contra um movimento nacional indiano abrangente que não deu reconhecimento adequado aos sentimentos e necessidades especiais dos muçulmanos; e embora a partilha territorial pareça ser a única fórmula disponível na era do Estado-nação moderno, não é evidente que um Estado territorial separado fosse o que a Liga Muçulmana tinha em mente — a não ser muito mais tarde — ou algo em que ela tivesse insistido apenas pela intransigência de Jinnah (que era realmente algo como um nacionalista muçulmano, mas não um fiel religioso). E é certamente provável que a maioria dos muçulmanos comuns pensavam em termos comunais e não nacionais, e não teriam entendido o conceito de autodeterminação nacional como algo aplicável à crença de Alá e de seu profeta.

Não há dúvida de que os paquistaneses consideram-se hoje membros de uma nação (islâmica) separada, tal como os bangladeshis, tendo vivido sob Estados separados durante vários períodos de tempo. Não há dúvida de que os bósnios e os muçulmanos chineses irão considerar-se oportunamente como membros de

uma nacionalidade, já que seus governos os tratam assim. Contudo, como tantos fenômenos nacionais, isso será, como já o foi, um desdobramento *ex post facto*. De fato, poderosa como é a identificação religiosa dos muçulmanos com o Islão, há muito poucos movimentos protonacionais ou nacionais, se é que há algum, caracterizados pelo distintivo islâmico (com exceção do Irã) na vasta área onde o islamismo faz fronteira com outras religiões. É outro assunto o fato de eles poderem estar se desenvolvendo, hoje, contra Israel ou nas repúblicas soviéticas na Ásia central. Em resumo, as relações entre religião e identificação protonacional ou nacional continuam complexas e extremamente opacas. Certamente resistem a generalizações simples.

No entanto, como foi apontado por Gellner,⁴⁶ a junção de um povo a culturas maiores, especialmente culturas instruídas, a qual é freqüentemente mediada por uma conversão a variantes de religiões universais, permite aos grupos étnicos adquirir ativos literários e religiosos que, mais tarde, podem ajudá-los a se tornarem nações e a se estruturarem como tal. Gellner argumentou que os grupos africanos assim ligados estão em melhor posição que outros para desenvolver seu nacionalismo — como no extremo da África, onde tanto os cristãos amhara quanto os muçulmanos somalis descobriram ser mais fácil tornarem-se “povos estatais” porque eram “povos do livro”, embora, na versão de Gellner, por edições diferentes e rivais. Isso é bastante plausível, embora fosse bom conhecer quantas conversões dirigidas a variantes do cristianismo ocorreram no outro fenômeno político subsaariano que se assemelhou ao nacionalismo moderno de massa, ou seja, a guerra civil de Biafra de 1967 e o Congresso Nacional Sul-Africano.

Se a religião não é uma marca necessária do protonacionalismo (embora tenha chegado a sê-lo para os russos do século XVII, pressionados tanto pelos católicos poloneses como pelos turcos e tártaros muçulmanos), os ícones sagrados, por outro lado, são seus componentes cruciais e também do nacionalismo moderno. Eles representam os símbolos e rituais ou as práticas coletivas comuns que, sozinhos, conferem uma realidade palpável àquilo que de outro modo seria uma comunidade imaginária. Podem ser imagens partilhadas (como eram os ícones) ou práticas partilhadas como os cinco dias de prece dos muçulmanos, ou

ainda palavras rituais como o *Allah Akbar* dos muçulmanos e o *Shema Yisroel* dos judeus. Podem ser imagens nomeadas, identificadas com territórios grandes o suficiente para constituírem nações, como a Virgem de Guadalupe no México ou a Virgem de Montserrat na Catalunha. Podem ser festivais ou competições periódicas como as Olimpíadas gregas e, mais recentemente, as invenções nacionalistas que têm o mesmo sentido, tais como os Jogos Florais Catalães, o *Eisteddfodau* galês e outros. O significado dos ícones sagrados é demonstrado pelo uso universal de simples pedaços de panos coloridos — as bandeiras — como o símbolo das nações modernas, e sua associação com ocasiões rituais altamente direcionadas e atos de veneração.

No entanto, os “ícones sagrados” podem ser muito vastos ou muito estreitos para servirem de símbolos de uma protonação, qualquer que seja sua forma ou natureza. É difícil confinar somente a Virgem Maria a algum setor limitado do mundo católico, e para cada Virgem localizada que se torna um símbolo protonacional existem centenas registradas como padroeiras de comunidades restritas, ou então são pouco importantes para nossos objetivos. Os ícones mais adequados do ponto de vista protonacional são obviamente aqueles associados especificamente com um Estado, isto é, em sua fase pré-nacional, com um rei ou imperador divino ou imbuído de divindade cujo âmbito de ação coincide com a futura nação. Os dominantes que são, *ex-officio*, chefes de suas Igrejas (como na Rússia) naturalmente prestam-se a tal associação, mas o domínio mágico dos reis da Inglaterra e da França demonstram seu potencial mesmo quando a Igreja e o Estado estão dissociados.⁴⁷ Visto que existem, comparativamente, muito poucas teocracias com possibilidades de se fazerem nações, é difícil julgar o quanto basta a autoridade divina. A questão deve ser deixada para os especialistas da história dos mongóis e tibetanos ou, mais perto do Ocidente, dos armênios medievais. A autoridade divina não era suficiente na Europa do século XIX, como descobriram os neoguelfos da Itália quando tentaram construir um nacionalismo italiano em torno do papado. Eles falharam, mesmo que o papado fosse, de fato, uma instituição italiana e na verdade, antes de 1860, a *única* instituição própria e inteiramente italiana. No entanto, a Santa Igreja dificilmente poderia transfor-

mar-se em uma instituição nacional, para não falar nacionalista, menos ainda sob Pio IX. O que teria sido uma Itália unificada sob a bandeira papal, no século XIX, não vale nem a especulação.

Isto nos traz ao último critério do protonacionalismo, e certamente o mais decisivo, que é a consciência de pertencer ou ter pertencido a uma entidade política durável.⁴⁸ A base mais forte do protonacionalismo já conhecida é, sem dúvida, o que o jargão do século XIX chamou de “nação histórica”, especialmente se o Estado que formava a referência para a “nação” posterior fosse associado a um *Staatvolk* especial, o povo-Estado, tal como os russos, os ingleses e os castelhanos. Todavia, aqui deve ser feita uma clara distinção entre os efeitos diretos e indiretos da historicidade nacional.

Em muitos casos, a “nação política” que originalmente formulou o vocabulário do que, mais tarde, tornou-se o povo-nação compreendia apenas uma pequena fração dos habitantes de um Estado, a sua elite privilegiada ou a nobreza e a aristocracia. Quando os nobres franceses desprezaram as cruzadas como *gesta Dei per francos* não tinham a intenção de associar o triunfo da cruz com a maioria dos habitantes da França ou mesmo com aquela parte pequena do hexágono que levava esse nome no século XI, porque a maioria daqueles que se consideravam descendentes dos francos deveriam visualizar o populacho sobre o qual mandava como descendentes dos povos conquistados pelos francos. (Esta visão foi posta de pernas para o ar para atender aos objetivos democráticos da república, que insistia, em textos escolares, que “nossos ancestrais” foram os gauleses e não os francos, versão essa que foi reafirmada para objetivos reacionários e eugênicos por pós-revolucionários reacionários como o conde Gobineau). O “nacionalismo da nobreza” pode ser considerado protonacional na medida em que “os três elementos *natio*, *fidelitas* política e *communitas*, ou seja, as categorias ‘nacionalidade’, ‘lealdade’ política e ‘comunidade política’ estão ... já unidos na consciência sócio-política e nas emoções de um grupo dentro da sociedade (*einer gesellschaftlichen Gruppe*)”.⁴⁹ É o ancestral direto de certos nacionalismos posteriores em países como a Polônia ou a Hungria, onde a idéia de uma nação magiar e polonesa poderia acomodar, sem a menor dificuldade, o fato de que uma grande parte dos

habitantes de suas terras sob a coroa de Santo Estêvão ou da comunidade polonesa não fosse nem magiar nem polonesa, por qualquer definição nacional moderna. Pois esses plebeus não eram considerados mais do que plebeus que por acaso eram magiães e poloneses. Estavam, por definição, fora do quadro da “nação política”. E, em qualquer caso, a “nação” não deve ser confundida com a nacionalidade moderna.⁵⁰

Obviamente, o conceito e o vocabulário de “nação política” poderia oportunamente ser estendido para uma nação constituída presumivelmente pela massa dos habitantes de um país, mas isso quase certamente aconteceu muito depois de sua formulação pela visão retroativa do nacionalismo. Além disso, os laços entre as duas coisas eram certamente indiretos, pois enquanto há muitas evidências de que pessoas comuns de um reino pudessem se identificar com o país e o povo através do dominante supremo, rei ou czar — como fez Joana d’Arc — não parece ser presumível que camponeses poderiam se identificar com um “país” que consistia na comunidade de senhores que eram, inevitavelmente, o alvo de seus descontentamentos. Caso fossem ligados e leais ao seu senhor, isto não implicaria nenhuma identificação com os interesses do resto da aristocracia nem alguma ligação com qualquer país maior que seu território doméstico.

De fato, quando na era pré-nacional encontramos o que hoje seria classificado como um movimento popular autônomo de defesa nacional contra invasores estrangeiros, como na Europa central dos séculos XV e XVI, sua ideologia parece ter sido social e religiosa, mas *não* nacional. Os camponeses parecem ter pensado que tinham sido traídos por nobres cujos deveres, como *bellatores*, deveria ter sido o de defendê-los de invasores como os turcos. Talvez tivessem um acordo secreto com os invasores? Era então deixado ao povo comum defender a verdadeira fé contra o paganismo, por meio de uma cruzada.⁵¹ Sob certas circunstâncias, esses movimentos podem ter criado a base de um patriotismo popular nacional amplo, como na Boêmia hussita — a ideologia hussita original não era nacional-tcheca — ou nas fronteiras militares dos Estados cristãos, no meio do campesinato armado e deixado relativamente livre para esse objetivo. Os cossacos, como vimos, são um exemplo disso. Todavia, onde a tradição estatal não

representou uma referência firme e permanente, esse patriotismo popular de base não pode ser visto como crescendo continuamente em direção ao patriotismo nacional moderno.⁵² Mas, na verdade, isso era muito pouco esperado pelos governos do antigo regime. O dever dos sujeitos em tais regimes, fora daqueles encarregados de deveres militares, era obediência e tranqüilidade e não lealdade e zelo. Frederico, o Grande, recusou indignado a oferta de seus leais berlinenses para ajudá-lo a derrotar os russos que estavam a um passo de ocupar sua capital, com base em que guerras eram assunto de soldados e não de civis. E todos nos lembramos da reação de Francisco II à guerrilha que vinha de seus fiéis tirolezes: "Hoje eles são patriotas por mim, amanhã podem ser patriotas contra mim".

De um modo ou de outro, no entanto, a vinculação a um Estado histórico (ou real), presente ou passado, pode agir diretamente sobre a consciência de pessoas comuns para produzir um protonacionalismo — ou talvez até algo próximo do patriotismo moderno, como no caso da Inglaterra Tudor. (Seria estreiteza recusar esse rótulo às peças propagandísticas de Shakespeare sobre a história inglesa; mas certamente não estamos autorizados a presumir a falta de habilidade crítica com que são lidas.) Não há razão para negar sentimentos protonacionais aos sérvios anteriores ao século XIX, não pelo fato de que fossem ortodoxos contra seus vizinhos católicos ou muçulmanos — isso não os teria diferenciado dos búlgaros — mas porque a memória do antigo reino derrotado pelos turcos foi preservada em canções e estórias heróicas e, possivelmente de modo mais interessante aqui, na liturgia diária da Igreja sérvia, que canonizou a maioria dos seus reis. Sem dúvida, o fato de haver um czar na Rússia ajudou os russos a se verem como algo parecido a uma nação. É patente o apelo popular potencial de uma tradição estatal por um nacionalismo moderno, cujo objeto é estabelecer a nação como um Estado territorial. Levou alguns destes movimentos a irem muito além da memória real dos seus povos na busca de um Estado nacional adequado (e adequadamente impressionante) no passado, como no caso dos armênios, cujo último reino suficientemente importante existiu no século I a.C., ou como os croatas, cujos nacionalistas se consideram (improvavelmente) como herdeiros da "nação política

croata". Como sempre, o conteúdo da propaganda nacional do século XIX é um guia não confiável para descobrir o que as camadas inferiores do povo comum realmente pensavam antes de começarem a aderir à causa nacional.⁵³ Isso não significa negar, é claro, que a identificação protonacional sobre a qual se podem construir nacionalismos posteriores existisse entre os armênios, ou entre camponeses croatas pré-século XIX, embora com uma extensão distinta e menor.

Entretanto, onde existem ou parecem existir continuidades entre protonacionalismos, elas são muito artificiais. Não há continuidade histórica entre o protonacionalismo judaico e o sionismo moderno. Os habitantes da sagrada terra do Tirol transformaram-se em uma subvariedade do nacionalismo alemão do nosso século, e de fato em apoiadores entusiásticos de Adolf Hitler. Contudo, esse processo, que foi excelentemente analisado na literatura, não tem conexão intrínseca com o levante popular tirolês de 1809 sob a liderança do estalajadeiro Andreas Hofer (étnica e lingüisticamente um alemão), mesmo que os nacionalistas pan-germânicos pensem de outro modo.⁵⁴ De fato, se pode, às vezes, ver a total incongruência entre protonacionalismo e nacionalismo mesmo quando ambos existem simultaneamente e combinados. Os líderes e organizadores eruditos do nacionalismo grego, no começo do século XIX, estavam sem dúvida inspirados pelo pensamento das antigas glórias helênicas, que também despertava o entusiasmo dos cultos, isto é, dos estrangeiros eruditos de helenismo clássico. E a língua culta nacional construída por e para eles, o *Katharevousa*, era e é um idioma neoclássico elevado que buscava trazer a língua dos descendentes de Temístocles e Péricles de volta à sua verdadeira herança, depois de dois milênios de escravidão, que a haviam corrompido. No entanto, os gregos reais que pegaram em armas para lutar pelo que seria a formação de um Estado-nação independente não falavam o antigo grego mais do que os italianos falavam latim. Eles falavam e escreviam demótico. Péricles, Ésquilo, Eurípides e as glórias da antiga Esparta e Atenas significavam muito pouco para eles, ou mesmo nada, e na medida em que ouviram deles falar não os consideraram importantes. Paradoxalmente, eles punham mais sentido em Roma do que na Grécia (*romaiosyne*), ou seja, viam-se a si mesmos como herdeiros

do Império romano cristianizado (isto é, bizantino). Eles lutaram como cristãos contra os muçulmanos pagãos e como romanos contra os cães turcos.

Todavia, é evidente — ao menos no caso grego acima citado — que o protonacionalismo, onde existiu, facilitou a tarefa do nacionalismo apesar das suas grandes diferenças, na medida em que os símbolos e sentimentos existentes na comunidade protonacional podiam ser mobilizados para uma causa moderna ou para o Estado moderno. Todavia, isso não significa dizer que ambos eram a mesma coisa ou que um, lógica e inevitavelmente, deveria se seguir ao outro.

Pois é evidente que apenas o protonacionalismo não basta para formar nacionalidades e nações, para não falar em Estados. O número de movimentos nacionais, com ou sem Estados, é evidentemente muito menor que o número de grupos humanos capazes de formar tais movimentos através dos critérios correntes de existência potencial de nações, e certamente é muito menor que o número de comunidades com o senso de vinculação comum semelhante à do protonacionalismo. E isso apesar do fato de que reivindicações sérias a um estatismo independente (deixamos de lado a questão da autodeterminação para os 1800 habitantes das Malvinas ou ilhas Falkland) foram feitas por populações tão pequenas quanto o são as 70 mil pessoas que lutaram pela independência de uma nação saariana ou os 120 mil que virtualmente declararam a independência da parte turca de Chipre. Deve-se concordar com Gellner que a dominação ideológica universal aparente do nacionalismo hoje é uma espécie de ilusão de ótica. Um mundo de nações não pode existir; apenas um mundo onde alguns grupos potencialmente nacionais, demandando esse *status*, excluí outros grupos de fazer reivindicações semelhantes, o que poucos fazem. Se o nacionalismo protonacional fosse suficiente, um movimento nacional sério teria já aparecido entre mapuches ou entre os aimaras. Se tais movimentos irão ainda aparecer será por causa da intervenção de outros fatores.

Em segundo lugar, enquanto uma base protonacional pode ser desejável, e até mesmo essencial, para a formação de movimentos nacionais sérios que aspiram a um Estado — embora em si mesma não seja suficiente para criá-los —, não é essencial para

a formação da lealdade e do patriotismo nacionais, uma vez que o Estado tenha sido fundado. Como foi freqüentemente observado, as nações são mais a consequência de um Estado estabelecido do que as suas fundações. Os EUA e a Austrália são exemplos evidentes de Estados-nações nos quais *todas* as características nacionais específicas e critérios de existência de nação foram estabelecidos desde o final do século XVIII, e de fato poderiam não ter existido antes da fundação dos seus respectivos Estados e países. Todavia, não precisamos lembrar que o mero estabelecimento de um Estado não é suficiente, em si mesmo, para criar uma nação.

Finalmente, vale uma palavra de aviso, como sempre. Sabemos muito pouco sobre o que aconteceu ou sobre o que acontece nas mentes da maioria dos homens e mulheres mais relativamente desarticulados, para podermos falar com alguma confiança sobre seus pensamentos e sentimentos a respeito de nacionalidades e Estados-nações aos quais proclamam suas lealdades. As relações reais entre a identificação protonacional e o patriotismo estatal ou nacional posterior devem freqüentemente ficar obscuras por essa razão. Sabemos o que Nelson quis dizer quando, na véspera da batalha de Trafalgar, dirigiu-se à sua frota dizendo que a Inglaterra esperava que cada um cumprisse o seu dever, mas não sabemos o que se passava nas mentes dos marinheiros de Nelson naquele dia, mesmo que seja muito pouco razoável duvidar que alguns deles pudessem ser descritos como patriotas. Sabemos que os movimentos e partidos nacionais lêem, no apoio dado por essas pessoas da nação, seu consentimento, mas não sabemos o que esses consumidores se tornam depois que compram a coleção desses bens variados, apresentados a eles como um pacote pelos vendedores da política nacional. Algumas vezes parece muito claro o que eles querem como conteúdo — por exemplo, no caso dos irlandeses, o uso universal da língua gaélica —, mas tais referendos seletivos e silenciosos são muito raramente possíveis. Estamos constantemente correndo o risco de dar notas às pessoas por um compêndio que elas não estudaram e por um exame que elas não fizeram.

Suponha-se, por exemplo, que se tome a disposição para morrer pela pátria como um índice de patriotismo, como parece bastante plausível e como nacionalistas e governos nacionais incli-

naram-se a acreditar. Esperaríamos então que os soldados de Guilherme II e de Hitler, talvez mais abertos ao apelo nacional, lutaram mais bravamente que os de Hesse do século XVIII, alugados como mercenários pelo seu príncipe e que, portanto, estariam menos motivados. Mas foi assim que eles lutaram? E será que lutaram melhor do que os turcos na Primeira Guerra, que dificilmente poderiam ser considerados como patriotas nacionais? Ou como os gurkhas, que, de modo evidente, não estavam motivados nem pelo patriotismo britânico nem pelo patriotismo nepalês? Formulamos aqui estas questões tão absurdas não para extrair respostas ou estimular teses, mas para indicar a densidade da bruma que rodeia as questões sobre a consciência nacional de homens e mulheres comuns, especialmente no período anterior ao nacionalismo moderno ter se tornado uma inquestionável força política de massa. Mesmo na Europa ocidental, como para a maioria das nações, isso só aconteceu muito mais tarde, no fim do século XIX. Então, pelo menos, a escolha se tornou mais clara, mesmo que, como veremos, o conteúdo tenha permanecido obscuro.

NOTAS

1. Ver Roger Chartier, *The Cultural Uses of Print in Early Modern France* (Princeton, 1987), Introdução; e também E. J. Hobsbawm, *Words of Labour* (Londres, 1984), pp. 39-42, para as relações de cultura popular hegemônica.
2. Dados e citações de Juhan Kahk, "Peasants' Movements and National Movements in the History of Europe" (*Acta Universitatis Stockholmensis. Studia Baltica Stockholmensia*, 2, 1985: "National Movements in the Baltic Countries During the 19th Century", pp. 15-16.
3. Michel Cherniavsky, *Tsar and People. Studies in Russian Myths* (New Haven e Londres, 1961). Ver também Jeffrey Brooks, *When Russia Learned to Read* (Princeton, 1985), cap. VI, "Nationalism and National Identity", esp. pp. 213-232.
4. Cherniavsky, *Tsar and People*, pp. 107, 114.
5. *Ibidem*, p. 113.
6. Ver o pioneirismo de Ernst Kantorowicz, *The King's Two Bodies. A Study in Medieval Political Theology* (Princeton, 1957).
7. A introdução mais útil para esse complexo de questões é Einar Haugen, "Dialect, Language, Nation" (*American Anthropologist*, 68, 1966, pp. 922-935). Para o campo comparativamente recente da sociolingüística, cf. J. A. Fishman (org.), *Contributions to the Sociology of Language*, 2 vols. (Haia-Paris, 1972), especialmente, do org., "The Sociology of Language: A Interdisciplinary Social Science Approach to Language in Society", in vol. I. Para um estudo concreto do desenvolvimento/construção da linguagem de um pioneiro, Heinz Kloss, *Die Entwicklung neuer germanischer Kultursprachen von 1800 bis 1950* (Munique, 1952).
8. "Os grandes nomes dessa literatura ... jamais celebram a religião em suas obras; muito ao contrário, eles não perdem nenhuma oportunidade para estigmatizar a ação hostil à unidade nacional dos diferentes clérigos ... Parece que [a pesquisa da identidade cultural] ...

- fez-se essencialmente em torno do problema da língua." Christian Gut, in *Groupe de Travail sur l'Europe Centrale et Orientale. Bulletin d'Information*, n^o 2, jun. 1978, p. 40 (Maison des Sciences de l'Homme, Paris).
9. Edith Durham, *High Albania* (1909, nova ed., Londres, 1985), p. 17; S. Thernstrom et alii, *Harvard Encyclopedia of American Ethnic Groups* (Cambridge e Londres, 1980), p. 24.
 10. Cit. in *Groupe de Travail*, p. 52.
 11. Para uma pesquisa conveniente desse campo, com cuidados acurados em relação à "artificialidade" da maioria das linguagens culturais, Marinella Lörinczi Angioni, "Appunti per una Macrostoria delle Lingue Scritte de l'Europa Moderna" (*Quaderni Sardi di Storia*, 3, jul. 1981-jun. 1983, pp. 133-156). É útil particularmente para as línguas melhores. Para a diferença entre o flamengo tradicional e a língua moderna, desenvolvida a partir de 1841, ver as observações de E. Coornaert in *Bulletin de la Société d'Histoire Moderne*, 67^o ano, 8, 1968, p. 5, nas discussões de R. Devleshouwer, "Données Historiques des Problèmes Linguistiques Belges". Ver também Jonatham Steinberg, "The Historian and the *Questione della Lingua*", in P. Burke e Roy Porter (orgs.), *The Social History of Language* (Cambridge, 1987), pp. 198-209.
 12. A matéria é bem colocada por Ivo Banac, *The National Question in Yugoslavia: Origins, History, Politics* (Ítaca e Londres, 1984) (de onde esses dados provêm): "A situação única do dialeto croata, que é o uso de três dialetos ... não podia ser reconciliado com a crença romântica de que a linguagem era a expressão mais profunda do espírito nacional ... Obviamente uma Nação não poderia ter três espíritos, e nem um dialeto poderia ser compartilhado por duas nacionalidades" (p. 81).
 13. Einar Hauger, *The Scandinavian Languages: An Introduction* (Londres, 1976).
 14. Relatórios dos Comissários de Informações para a Educação do Estado no País de Gales (*Parliamentary Papers*, XXVII, de 1847, parte III, p. 853).
 15. Arno Borst, *Der Turmbau von Babel: Geschichte der Meinungen über Ursprung und Vielfalt der Sprachen der Völker*, 4 vols. in 6 (Stuttgart, 1957-1963), vol. IV, p. 1913.
 16. Paul M. G. Lévy, "La Statistique des Langues en Belgique" (*Revue de l'Institut de Sociologie* [Bruxelas], 18, 1938, pp. 507-570).
 17. Emil Brix, *Die Umgangssprachen in Allösterreich zwischen Agitation und Assimilation, Die Sprachstatistik in den zisleithanischen Volkszählungen 1880-1910* (Viena-Colônia-Graz, 1982), e.g. pp. 182, 214, 332.
 18. Josef Roth, *The Radetzky March* (Harmondsworth, 1974), p. 5.
 19. Frederik Barth (org.), *Ethnic Groups and Boundaries* (Boston, 1969), p. 30.
 20. Borst, *Der Turmbau von Babel*, pp. 752-753.
 21. Heródoto, *Historias VIII*, 144. Borst, que discute a questão, destaca que, enquanto os gregos pensavam certamente que a "linguagem" estava vinculada às "pessoas" e ambas poderiam ser iguais, Eurípides achava que a linguagem era irrelevante, e Zenon, o Estóico, era bilingüe, falando fenício e grego (*ibidem*, 137, 160).
 22. Benedict Anderson, *Imagined Communities: Reflections on the Origins and Spread of Nationalism* (Londres, 1983), pp. 46-49; ver cap. V, mais generalizado em linguagem.
 23. Para um debate semelhante em conexão com a língua eslovaca, ver Hugh Seton-Watson, *Nations and States: An Enquiry into the Origins of Nations and the Politics of Nationalism* (Londres, 1977), pp. 170-171.
 24. A fonte básica para estes assuntos é Ferdinand Brunot (org.), *Historie de la Langue Française* (13 vols., Paris 1927-1943), esp. vol. IX; e M. de Certeau, D. Julia, J. Revel, *Une Politique de la Langue: La Révolution Française et les Patois: l'Enquête de l'Abbé Grégoire* (Paris, 1975). Para o problema de ampliar uma língua minoritária nacional para uma língua nacional de massa durante e depois da Revolução Francesa, ver o excelente Renée Balibar, *L'Institution du Français: Essai sur le co-Linguisme des Carolingiens à la République* (Paris, 1985); ver também R. Balibar e D. Laporte, *Le Français National: Politique et Pratique de la Langue Nationale sous la Révolution* (Paris, 1974).
 25. Tullio de Mauro, *Storia Linguistica dell'Italia Unita* (Bari, 1963), p. 41.
 26. Até o "início do século XIX" todos os trabalhos de Goethe e Schiller, juntos ou separados, parecem ter vendido menos de 100 mil cópias, isto é, mais de 30-40 anos. H. U. Wehler, *Deutsche Gesellschaftsgeschichte 1700-1815* (Munique, 1987), p. 305.
 27. Excetuando-se a Suíça, provavelmente seja um pouco exagerado afirmar que "até hoje o alemão (*Hochdeutsch*), mais ainda que o italiano, é uma verdadeira e própria língua artificial de cultura, subdialeto, 'sob' ou junto com a qual a maior parte dos usuários se serve mesmo de uma *Umgangssprache* local" (Lörinczi Angioni, "Appunti", p. 139), mas com certeza era verdade no início do século XIX. Por isso Manzoni, cujo *I Promessi Sposi* criou o italiano como uma língua nacional de ficção em prosa, não o falava no dia-a-dia, comunicando-se com sua esposa francesa na língua dela (que ele sabia falar melhor do que o italiano) e com outras pessoas no seu

- milanês nativo. De fato, a primeira edição de sua grande novela ainda mostrava muitos resquícios do milanês, um deslize que ele procurou corrigir sistematicamente na segunda edição. Estou em débito com o professor Conor Fahy por essa informação.
28. Shepard B. Clough, *A History of the Flemish Movement in Belgium: A Study in Nationalism* (Nova York, 1930, reed. 1968), p. 25. Para a lentidão no desenvolvimento da consciência lingüística, ver também Val R. Lorwin, "Belgium: Religion, Class and Language in National Politics", in Robert A. Dahl, *Political Opposition in Western Democracies* (New Haven, 1966), pp. 158 e segs.
 29. S. B. Clough, *A History of the Flemish Movement in Belgium*, pp. 21-22.
 30. Borst, *Der Turmbau von Babel*.
 31. Cit. in Leopold Spira, "Bemerkungen zu Jörg Haider" (*Wiener Tagebuch*, out. 1988, p. 6).
 32. Aceito o argumento convincente de Frederik Barth, *Ethnic Groups and Boundaries*.
 33. Theodore Zeldin, *France 1848-1945* (Oxford, 1977), vol. I, pp. 46-47.
 34. Ivo Banac, *The National Question in Yugoslavia*, p. 44. Entretanto, como esses fatos são tirados da ampla e erudita *Istorija Crne Gore*, publicada em 1970 na capital de uma república baseada na suposição de que os montenegrinos não são a mesma coisa que os sérvios, o leitor poderia tomar certo cuidado, como sói acontecer com a historiografia balcânica.
 35. John W. Cole e Eric R. Wolf, *The Hidden Frontier: Ecology and Ethnicity in an Alpine Valley* (Nova York e Londres, 1974), pp. 112-113.
 36. Por outro lado, aqueles que não conhecem a posição social da pessoa — talvez porque ele ou ela tenham migrado para uma cidade grande — a julgam meramente pela cor e, por isso, o (ou a) desclassifica. Ressentimentos contra isso podem ter sido um motivo comum para a radicalização política de estudantes em Lima, nas décadas de 60 e 70, quando levas de filhos de famílias provincianas *cholas*, em ascensão, entravam para as universidades, que estavam em rápida expansão. Agradeço a Nicolas Lynch, cujo estudo inédito sobre os líderes maoístas da Universidade de San Marcos argumenta bem o assunto.
 37. Portanto, dos Estados asiáticos (não árabes), hoje, 99% do Japão e das duas Coreias são homogêneos, e 94% são han na República Popular da China. Esses países existem, mais ou menos, dentro de suas fronteiras históricas.
 38. A obra modelo é Magnus Mörner, *El Mestizaje en la Historia de Ibero-América* (Cidade do México, 1961); ver também Alejandro Lipschutz,

- El Problema Racial en la Conquista de América y el Mestizaje* (Santiago do Chile, 1963), esp. cap. V. "Entretanto, enquanto as Leyes Indias freqüentemente referem-se a *castas*, os conceitos e terminologia estão mudando e são contraditórios" (Sergio Bagú, *Estructura Social de la Colonia* (Buenos Aires, 1952), p. 122).
39. A maior exceção, que confirma a análise deste capítulo — ver p. 196 — é a memória do império inca no Peru, que inspirou tanto os mitos quanto os movimentos (localizados) com vistas à sua restauração. Ver a antologia *Ideologia Mesiánica del Mundo Andino*, Juan M. Ossio. A. (org.) (Lima, 1973) e Alberto Flores Galindo, *Buscando un Inca: Identidad y Utopía en los Andes* (Havana, 1986). Porém parece claro, a partir do excelente tratamento que Flores dá aos movimentos indígenas e a seus mantenedores: 1. que os movimentos indígenas contra os *mistis* eram essencialmente sociais; 2. que não tinham nenhuma implicação "nacional", mesmo porque até depois da Segunda Guerra Mundial os índios andinos nem sabiam que moravam no Peru (p. 321); 3. que os intelectuais *indigenistas* do período não conheciam nada, virtualmente, sobre os índios (exemplos à p. 292).
 40. George Antonius, *The Arab Awakening* (Londres, 1938), é amplamente apoiado por Maxime Rodinson, "Développement et Structure de l'Arabisme", no seu *Marxisme et Monde Musulman* (Paris, 1972), pp. 587-602.
 41. Fred. R. van der Mehden, *Religion and Nationalism in southeast Asia: Burma, Indonesia, the Philippines* (Madison, 1963), é útil ao considerar países de religiões muito diferentes.
 42. Entretanto, no século XIX a distinção entre crentes fervorosos e "mornos" ou ateus introduziu possibilidades adicionais de se usarem insígnias religioso-nacionais. Isso levou a Igreja católica a simpatizar com tais movimentos, como os dos bretões, bascos e flamengos.
 43. Em um condado como o de Antrim, diz-se que o sentir um punhado de solo dirá a um homem se a terra de onde veio é habitada por católicos ou por protestantes.
 44. Cf. Gwyn Alfred Williams, *The Welsh in their History* (Londres e Camberra, 1982); "When was Wales?" (Londres, 1985).
 45. Sobre o *millet system* do império otomano, ver H. A. R. Gibb e H. A. Bowen, *Islamic Society in the West* (Oxford, 1957), vol. I, parte 2, pp. 219-226.
 46. Gellner, *Nations and Nationalism* (Oxford, 1983).
 47. O tratamento clássico desse tema ainda é feito por Marc Bloch em *Les Rois Thaumaturges* (Paris, 1924).

48. Contudo, não se deve aceitar que essa consciência tenha afetado todos os grupos da população do mesmo modo, ou coberto algo como o território de uma "nação" moderna, ou implicado na moderna nacionalidade. A consciência popular grega, presumivelmente baseada na herança bizantina, era constituída de partes do império romano (*romaiosyne*).
49. Jenő Szücs, *Nation und Geschichte* (Budapeste, 1981), pp. 84-85.
50. "A nobreza mantinha comunicações sistemáticas — a única classe a fazê-lo — através de seus distritos administrativos, e a Dieta dos Estados era ela própria, com 'a Nação política croata' debatia questões e tomava decisões. Era uma Nação sem 'nacionalidade' ... isto é, sem consciência nacional ... porque a nobreza não poderia se identificar com outros membros da comunidade étnica croata, os camponeses e os urbanitas. O 'patriota' feudal amava sua 'terra natal', mas sua terra natal englobou os Estados e as possessões de sua nobreza e o 'Reino'. Para ele 'a Nação política' da qual era um membro significava o território e as tradições do antigo Estado." Mirjana Gross, "On the Integration of the Croatian Nation: a Case Study in Nation-Building", *East European Quarterly*, XV, 2, jun. 1981, p. 212.
51. Szücs, *Nation und Geschichte*, pp. 112-125.
52. *Ibidem*, pp. 125-130.
53. Sem conseguir admitir isso de maneira adequada torna a discussão de Ivo Banac, embora excelente, menos persuasiva, sob o aspecto croata do problema.
54. Cole e Wolf, *The Hidden Frontier*, pp. 53, 112-113.

III

A perspectiva governamental

Deixando as bases, voltemo-nos para os altos escalões, onde os governantes dos Estados e sociedades após a Revolução Francesa se preocupavam com os problemas da nação e da nacionalidade.

O Estado moderno típico, que recebeu sua forma sistemática na era das revoluções francesas — embora, de vários modos, ele tivesse sido antecipado pelos principados europeus que evoluíram a partir dos séculos XVI e XVII —, era uma novidade em muitos aspectos. Era definido como um território (de preferência, contínuo e inteiro) dominando a totalidade de seus habitantes; e estava separado de outros territórios semelhantes por fronteiras e limites claramente definidos. Politicamente, seu domínio e sua administração sobre os habitantes eram exercidos diretamente e não através de sistemas intermediários de dominação e de corporações autônomas. Procurava, o mais possível, impor as mesmas leis e arranjos administrativos instituídos por todo o território, embora, depois da era das revoluções, estes não fossem mais as ideologias religiosas ou seculares. Crescentemente, esse Estado era obrigado a ouvir as opiniões dos indivíduos ou cidadãos, porque seu arranjo político lhes havia dado voz — geralmente através de várias espécies de representação eleita — e/ou porque o Estado precisava do seu consentimento prático ou de sua atividade em outras coisas, como, por exemplo, contribuintes ou soldados potencialmente convocáveis. Em resumo, o Estado

dominava sobre um “povo” territorialmente definido e o fazia como a agência “nacional” suprema de domínio sobre seu território, e seus agentes cada vez mais alcançavam os habitantes mais humildes do menor de seus vilarejos.

Ao longo do século XIX, essas intervenções se tornaram tão universais e rotinizadas nos Estados “modernos” que uma família teria que viver em um lugar muito inacessível se um de seus membros não quisesse entrar em contato regular com o Estado nacional e seus agentes: através do carteiro, do policial ou do guarda, e oportunamente do professor; através dos homens que trabalhavam nas estradas de ferro, quando estas eram públicas; para não mencionar quartéis de soldados ou mesmo as bandas militares amplamente audíveis. Cada vez mais o Estado detinha informações sobre cada um dos indivíduos e cidadãos através do instrumento representado por seus censos periódicos regulares (que só se tornaram comuns depois da metade do século XIX), através da educação primária teoricamente compulsória e através do serviço militar obrigatório, onde existisse. Nos Estados burocráticos e bem policiados, um sistema de documentação e registro pessoal trouxe os habitantes para um contato ainda mais direto com a máquina de administração e dominação, especialmente se estes se deslocavam de um lugar para outro. Nos Estados que contavam com uma alternativa civil para as celebrações eclesiásticas dos grandes ritos humanos, e a maioria deles dispunha dessa alternativa, os habitantes podiam encontrar os representantes do Estado nessas ocasiões emocionalmente intensas; e sempre elas seriam anotadas pela maquinaria que registrava os nascimentos, casamentos e mortes, que complementavam a máquina dos censos. Como nunca até então, o governo e os indivíduos e cidadãos estavam inevitavelmente ligados por laços diários. E as revoluções nos transportes e nas comunicações, verificadas no século XIX, estreitaram e rotinizaram os liames entre a autoridade central e os lugares mais remotos.

Do ponto de vista dos Estados e das classes dirigentes, essas transformações colocaram dois grandes tipos de problemas políticos, se deixarmos de lado as relações mutáveis entre o governo central e as elites locais, que — na Europa, onde o federalismo era atípico e cada vez mais raro — dirigiam-se rapidamente para o

centro nacional.¹ O primeiro desses problemas era composto pelas questões técnico-administrativas sobre a melhor maneira de implementar nova forma de governo na qual cada habitante adulto masculino, e na verdade cada habitante de qualquer idade ou sexo passível de ser sujeito da administração, estava diretamente ligado ao governo estatal. Isto nos importa aqui na medida em que implicava a construção de uma máquina administrativa de atuação, composta de um numeroso corpo de agentes, que automaticamente levantava a questão da língua escrita e mesmo falada, ou as línguas de comunicação dentro do Estado, que poderiam tornar politicamente sensível a aspiração por uma educação universal. Embora a percentagem desses agentes governamentais fosse modesta por nossos padrões — por volta de 1910 era, no melhor dos casos, da ordem de um para cada vinte pessoas da população nacional ocupada — ela crescia e às vezes bastante rapidamente, representando um substancial número de empregados: mais ou menos 700 mil na Áustria cisleitânia (1910), meio milhão na França (1906), 1,5 milhão na Alemanha (1907) e 700 mil na Itália, para citar alguns exemplos.² Notamos de passagem que, em cada um desses países, provavelmente esses agentes governamentais constituíam o maior corpo de empregos que requeriam educação.

O segundo tipo de problema se referia aos temas, politicamente muito mais sensíveis, da lealdade e da identificação dos cidadãos ao Estado e ao sistema dirigente. Nos dias que antecederam o confronto direto entre cidadãos e dirigentes nacionais secularizados, a lealdade ao Estado, bem como a identificação com este, não eram exigidas dos homens comuns — para não mencionar as mulheres comuns — ou eram asseguradas por meio das instâncias autônomas ou intermediárias que a era das revoluções desmantelou ou suprimiu: a religião e a hierarquia social (“Deus abençoe o cavaleiro e suas relações / e nos mantenha em nossas próprias situações”), ou mesmo através de pequenas autoridades constituídas autonomamente, ou ainda comunidades autogovernadas e corporações que ficavam como uma salvaguarda entre o indivíduo e o rei ou imperador, deixando a monarquia livre para representar a virtude e a justiça. Do mesmo modo que as crianças eram leais aos seus pais e as mulheres aos seus companheiros, os

quais agiam “em seu nome”. Alternativamente, o liberalismo clássico — que encontrou sua expressão nos regimes das revoluções francesa e belga de 1830 e na era da reforma britânica depois de 1832 — evitou o problema da política dos cidadãos limitando direitos políticos para os homens de propriedade e educação.

No entanto, no último terço do século XIX, tornou-se evidente que a democratização, ou pelo menos a crescente e ilimitada eleitorização da política, era inevitável. Tornou-se igualmente óbvio — pelo menos a partir da década de 1880 — que onde se concedesse a participação política, mesmo a mais nominal, ao homem comum como um cidadão (com raras exceções, a mulher comum continuou excluída), não se poderia mais confiar em que ele desse lealdade automática e apoio aos seus superiores ou ao Estado. Mais ainda se a classe a que ele pertencesse fosse historicamente nova e, portanto, carecesse de um lugar tradicional no esquema das coisas. A necessidade de o Estado e as classes dominantes competirem com seus rivais pela lealdade das ordens inferiores se tornou, portanto, aguda.

E simultaneamente, como exemplificam as modernas guerras, os interesses estatais dependiam agora da participação dos cidadãos comuns em um grau não considerado antes. Onde os exércitos eram compostos de voluntários ou de serviço militar obrigatório, a boa vontade dos homens em servir era agora uma variável essencial nos cálculos do governo; e também a sua capacidade real mental e física para fazê-lo, algo que os governos começaram sistematicamente a investigar — como no famoso inquérito sobre a “deterioração física” da Grã-Bretanha depois da Guerra dos Bôeres. O grau de sacrifício que poderia ser imposto aos civis tinha que entrar nos planos dos estrategistas: antes de 1914, apesar de uma certa resistência em considerar o assunto, os estrategistas britânicos foram contra o aumento da participação do país em operações militares de terra e o conseqüente enfraquecimento da marinha, porque esta era a grande protetora da importação de alimentos. As atitudes políticas dos cidadãos, particularmente dos trabalhadores, era assunto de interesse vital dado a ascensão dos movimentos trabalhistas e socialistas. Obviamente, a democratização da política — ou seja, de um lado a extensão crescente do voto (masculino) e de outro a criação de um Estado moderno —

colocava a questão da nação e dos sentimentos do cidadão em relação àquilo que ele considerava como sua “nação”, a sua “nacionalidade” ou outro centro de lealdade, no topo da agenda política.

Para os dirigentes, o problema não era apenas o de adquirir uma nova legitimidade, embora onde os novos Estados fossem uma novidade isso teria também que ser resolvido — e a identificação com um “povo” ou “nação”, qualquer que fosse o modo de sua definição, era um meio conveniente e prestigioso de resolvê-lo; nos Estados que insistiram na soberania popular este era, por definição, o único meio. O que mais poderia ter legitimado as monarquias de Estados que nunca haviam existido como tal, como a Grécia, a Itália e a Bélgica, ou então cuja existência rompia com todos os precedentes históricos, como o império alemão em 1871? A necessidade de adaptar-se surgiu mesmo em regimes longamente estabelecidos, por três razões. Poucos deles não haviam se transformado entre 1789 e 1815 — mesmo a Suíça pós-napoleônica era, sob muitos aspectos, uma entidade política nova. Alguns padrões que tradicionalmente haviam garantido a lealdade, como a legitimidade dinástica, a ordenação divina, o direito histórico e a continuidade da dominação, ou a coesão religiosa, estavam seriamente enfraquecidos. Finalmente, todas essas tradicionais legitimações da autoridade estatal estavam, desde 1789, sob permanente desafio.

Esse era claramente o caso da monarquia. A necessidade de prover uma fundação “nacional” nova, ou pelo menos suplementar, para essa instituição foi sentida em Estados tão seguros contra a revolução quanto a Grã-Bretanha de Jorge III e a Rússia de Nicolau I.³ E, certamente, as monarquias tentaram adaptar-se.

No entanto, se os ajustamentos da monarquia à “nação” são um indicador útil da extensão na qual as instituições tradicionais, depois da era das revoluções, tinham que se adaptar ou então extinguir-se, a instituição da regra hereditária pelo próprio príncipe — tal como estabelecida na Europa dos séculos XVI e XVII — não mantinha nenhuma relação com aqueles ajustamentos. De fato, a maioria dos monarcas da Europa em 1914 — quando a monarquia era ainda quase universal no continente — contavam com um conjunto de famílias inter-relacionadas cuja nacionalida-

de pessoal (no caso de assumirem uma) era inteiramente acessória às suas funções de chefes de Estado. O consorte da rainha Vitória, príncipe Alberto, escrevia ao rei da Prússia como um alemão, com um senso da Alemanha como sua pátria pessoal, e no entanto a política que ele firmemente representou era, de modo menos ambíguo ainda, aquela da Grã-Bretanha.⁴ As corporações transnacionais do final do século XX estão muito mais aptas a escolher seus chefes executivos entre os membros da nação da qual são originários ou onde estão situados seus escritórios do que os Estados-nações do século XIX na escolha de reis com conexões locais.

Por outro lado, o Estado pós-revolucionário, fosse ou não chefiado por um dirigente hereditário, tinha uma relação orgânica necessária com "a nação", isto é, com os habitantes de seu território, considerados, de alguma forma, uma coletividade ou "um povo", tanto devido à sua estrutura como devido às transformações políticas que lhe davam o caráter de um corpo composto de cidadãos, variavelmente mobilizados por demandas e direitos políticos. Mesmo que o Estado ainda não enfrentasse ameaças sérias à sua legitimidade e coesão, nem forças poderosas reais de subversão, o mero declínio dos liames sócio-políticos tornava imperativo formular e inculcar novas formas de lealdade cívica ("uma religião cívica" nas palavras de Rousseau), visto que outras lealdades potenciais eram agora capazes de expressão política. Pois, que o Estado poderia sentir-se absolutamente seguro na era das revoluções, do liberalismo, do nacionalismo, da democratização e da ascensão dos movimentos operários? A sociologia que nasceu nas últimas décadas do século era fundamentalmente uma sociologia política, e o problema da coesão sócio-política nos Estados constituía seu centro. Contudo, os Estados requeriam uma religião cívica ("patriotismo") sobretudo porque necessitavam mais do que a passividade de seus cidadãos. "A Inglaterra", como Nelson disse a seus marinheiros na fala patriótica que antecedeu a batalha de Trafalgar, "espero que cada um, neste dia, cumpra o seu dever".

E se, por um acaso, o Estado não fosse bem-sucedido em converter seus cidadãos à nova religião antes que eles ouvissem outros pregadores rivais, podia estar perdido. Como Gladstone se deu conta, a Irlanda estava perdida para o Reino Unido no mo-

mento em que a democratização do voto, em 1884-1885, demonstrou que a totalidade virtual das cadeiras parlamentares católicas, naquela ilha, pertenceriam doravante a um partido irlandês (isto é, nacionalista); no entanto, permaneceu um Reino Unido porque outros componentes nacionais aceitaram o nacionalismo centralizado estatalmente da "Grã-Bretanha", o qual havia se desenvolvido no século XVIII para seu próprio proveito e que até hoje intriga os teóricos que representam um nacionalismo mais ortodoxo.⁵ O império Habsburgo, um conjunto de Irlandas, não teve essa sorte. Aqui está a diferença essencial entre o que o novelista austríaco Robert Musil chamou de *Kakania* (aludindo às letras K e K, abreviatura da Alemanha "imperial e real") e o que Tom Nairn, nele inspirado, chamou de *Ukania* (das iniciais de *United Kingdom*, Reino Unido).

Um patriotismo puramente baseado no Estado não é necessariamente ineficaz, desde que a própria existência e funções do Estado-cidadão territorial moderno constantemente envolva habitantes em seus assuntos e, inevitavelmente, forneça uma "paisagem" institucional e processual diferente de todas as outras e que seja o cenário de suas vidas, por ele amplamente determinadas. O mero fato de um Estado-nação existir por algumas décadas, menos que a duração de uma vida humana, pode ser o suficiente para estabelecer uma identificação, mesmo que esta seja passiva. Se não fosse assim, poderíamos esperar que o surgimento do fundamentalismo *shia* no Irã tivesse repercussões tão significativas no Iraque como entre os xiitas do dividido Líbano, pois a maioria da população muçulmana não-curda deste Estado — o qual, de passagem, contém os maiores lugares sagrados da seita — pertence à mesma fé que os iranianos.⁶ No entanto, a própria idéia de um Estado-nação soberano e secular na Mesopotâmia é mais recente ainda que o Estado territorial judeu. Um exemplo extremo da eficácia potencial do puro patriotismo estatal é dado pela duradoura lealdade finlandesa ao império czarista no século XIX, mantida até que a política da russificação, após 1880, produzisse uma reação anti-russa. De fato, enquanto os monumentos à casa dos Romanov não são facilmente encontrados na própria Rússia, uma estátua do czar Alexandre II, o Libertador, ainda está orgulhosamente de pé na praça principal de Helsinque.

Pode-se ir além. A idéia de patriotismo original, revolucionário-popular, estava baseada no Estado e não era uma idéia nacionalista, pois relacionava-se com a soberania do próprio povo, isto é, do Estado exercendo o poder em seu nome. A etnicidade e outros elementos de continuidade histórica não tinham importância, nesse sentido, para a “nação”, e a língua era relevante apenas, ou principalmente, para fins pragmáticos. No sentido original da palavra, “patriotas” eram os que se opunham àqueles que acreditavam em “meu país, certo ou errado” — como citou o dr. Johnson, mostrando o uso irônico da palavra —, os “perturbadores facciosos do governo”.⁷ De modo mais sério, a Revolução Francesa, que parece haver usado o termo à moda pioneira dos americanos e especialmente ao modo das revoluções holandesas de 1783,⁸ pensava nos patriotas como aqueles que mostravam o amor por seu país desejando renová-lo pela reforma ou pela revolução. E a *patrie*, onde repousava sua lealdade, era o oposto de uma unidade preexistente ou existencial, mas uma nação criada pela escolha política de seus membros, os quais, nesse ato, enfraqueciam ou rompiam com suas lealdades anteriores. Os 1200 guardas nacionais do Languedoc, do Delfinado e da Provença que se encontraram perto de Valence no dia 19 de novembro de 1789 fizeram um juramento de lealdade à Nação, ao Rei e à Lei, e portanto declararam que não eram mais do Delfinado, da Provença ou do Languedoc, mas apenas franceses; mais significativamente o fizeram também as Guardas Nacionais da Alsácia, da Lorena e do Franco-Condado em um encontro semelhante em 1790, transformando assim os habitantes das províncias que tinham sido anexadas pela França, quase um século antes, em franceses genuínos.⁹ Como afirmou Lavissee, “La nation consentie, voulue par elle-même”¹⁰ era a contribuição francesa à história. O conceito revolucionário de nação, entendido como constituído pela opção política deliberada de seus potenciais cidadãos, foi preservado em sua forma pura nos Estados Unidos. Os americanos são aqueles que desejam sê-lo. Nem o conceito francês de “nação” como análogo a um plebiscito (“um plebiscito todos os dias”, disse Renan) faz perder esse seu caráter essencialmente político. A nacionalidade francesa era a cidadania francesa; a etnicidade, a história, a língua ou o *patois* falado em casa não tinham nada a ver com a definição de nação.

Além disso, a nação — como um corpo de cidadãos cujos direitos, como tal, davam-lhes um chão no país e portanto faziam do Estado, até certo ponto, “algo nosso” — não era apenas um fenômeno dos regimes democráticos e revolucionários, embora os regimes anti-revolucionários e relutantemente democráticos tenham sido extremamente lentos em reconhecer esse fato. Foi por isso que os governos beligerantes de 1914 ficaram tão surpresos ao verem seus povos pegar em armas, embora por pouco tempo, em um acesso de patriotismo.¹¹

O próprio ato de democratizar a política, isto é, de transformar sujeitos em cidadãos, tendia a produzir uma consciência populista que, vista de certos ângulos, é difícil de distinguir do patriotismo nacional e mesmo chauvinista — pois se “o país” é, de algum modo, “meu”, então pode ser visto muito depressa como preferível aos dos estrangeiros, especialmente se estes não possuem os direitos e as liberdades da verdadeira cidadania. O “inglês nascido livre” de E. P. Thompson, ou seja, os britânicos do século XVIII que nunca seriam escravos, contrastavam-se prontamente com os franceses. Isto não implicava, necessariamente, qualquer simpatia em relação à classe dominante ou seus governos, e estes, em troca, podem muito bem ter suspeitado da lealdade dos militantes de classe baixa, para quem eram muito mais presentes os ricos e aristocratas que exploravam o povo comum do que o mais odiado estrangeiro. A consciência de classe que os trabalhadores estavam adquirindo em numerosos países nas últimas décadas antes de 1914 implicava, mesmo que não afirmado, a reivindicação aos Direitos do Homem e do Cidadão, e portanto um patriotismo potencial. A consciência política de massa ou consciência de classe implicava um conceito de “pátria” ou “terra natal”, como demonstra tanto a história do jacobinismo como a de movimentos como o cartismo. Pois a maioria dos cartistas era tanto contra os ricos quanto contra os franceses.

O que fazia esse patriotismo populista-democrático e jacobino extremamente vulnerável era a dupla subalternidade — objetiva e, entre as classes operárias, subjetiva — dessas massas. Nos Estados onde se desenvolveu, a agenda política do patriotismo foi formulada pelos governos e pelas classes dominantes. O desdobramento da consciência política e de classe entre os trabalhadores

lhes ensinou a reivindicar e exercer direitos de cidadania. Seu paradoxo trágico foi que, onde os trabalhadores aprenderam a afirmá-los, tais direitos os levaram a mergulhar obedientemente no massacre mútuo da Primeira Guerra Mundial. Contudo, é significativo que os governos beligerantes pediram apoio para a guerra não simplesmente através do patriotismo cego e menos ainda com base na glória machista e no heroísmo, mas através de uma propaganda dirigida fundamentalmente a civis e cidadãos. A maioria dos governos beligerantes apresentou a guerra como defensiva. Todos apresentaram-na como uma ameaça, vinda do estrangeiro, aos ganhos cívicos próprios de seu lado ou de seus países; todos aprenderam a apresentar seus objetivos de guerra (embora de alguma forma inconsistentemente) não apenas como a eliminação de tais ameaças, mas como, de alguma forma, a transformação social do país, no interesse de seus cidadãos mais pobres ("lares de heróis").

A democratização, assim, podia automaticamente ajudar a resolver o problema de como os Estados e regimes poderiam adquirir legitimidade aos olhos de seus cidadãos, mesmo que estes estivessem descontentes. Reforçava, além de poder até mesmo criar, o patriotismo. Contudo tinha seus limites, especialmente quando essa democratização era confrontada com forças alternativas, mais facilmente mobilizáveis, que atraíam a lealdade de que o Estado proclamava ser o único depositário. Os nacionalismos que não dependiam do Estado eram as mais poderosas dessas forças. Como veremos, eles cresciam tanto em número como na extensão de seu apelo, e no último terço do século XIX formularam ambições que fizeram crescer sua ameaça potencial aos Estados. Já foi sugerido que a própria modernização dos Estados estimulava, se é que não criava, essas forças. De fato, as teorias do nacionalismo como uma função da modernização tornaram-se bastante proeminentes na literatura recente.¹² No entanto, qualquer que fosse a relação do nacionalismo com a modernização dos Estados no século XIX, o Estado confrontava o nacionalismo como uma força política separada, bastante distinta do "patriotismo estatal" e com o qual ele era obrigado a se entender. No entanto, o nacionalismo poderia se tornar um instrumento enormemente poderoso para o governo, caso conseguisse ser integra-

do no patriotismo estatal para tornar-se seu componente emocional central.

É claro que isso era bastante possível, pela mera projeção dos sentimentos identificatórios existenciais e genuínos em relação à terra natal de cada um com a terra natal de todos, o que está registrado na expansão filológica do âmbito de palavras tais como *pays*, *paese*, *pueblo* ou mesmo *patrie*, uma palavra que, ainda em 1776, foi registrada pela Academia Francesa em termos locais. "O país de um francês era meramente a parte do país onde ele havia nascido."¹³ Só por um impulso forte para formar um "povo" é que os cidadãos de um país se tornaram uma espécie de comunidade, embora uma comunidade imaginada, e seus membros, portanto, passaram a procurar (e conseqüentemente a achar) coisas em comum, lugares, práticas, personagens, lembranças, sinais e símbolo. Alternativamente, a herança de partes, regiões e localidades do que havia se tornado "a nação" poderia ser combinada em uma herança nacional, de modo que até mesmo antigos conflitos vieram a simbolizar sua reconciliação em um plano mais elevado e geral. Walter Scott pôde assim construir uma única Escócia sobre um território encharcado do sangue das guerras entre os habitantes das terras altas e os das terras baixas, entre reis e *covenanters*,* e ele o fez pela ênfase em suas antigas divisões. Em um sentido mais geral, o problema teórico, tão bem sumarizado no *Tableau de la géographie de la France* de 1903 de Vidal de la Blanche,¹⁴ que tinha que ser resolvido por qualquer Estado-nação, era "como um fragmento da crosta da terra, que não é nem uma ilha nem uma península, e que não pode ser considerado propriamente como uma única unidade pela geografia física, chegou ao estado de um país político e, finalmente, tornou-se uma pátria (*patrie*)". Pois toda nação de tamanho médio tinha que construir sua unidade na base de uma evidente disparidade.

Os Estados e regimes tinham todas as razões para reforçar, se pudessem, o patriotismo estatal com os sentimentos e símbolos da comunidade imaginária, onde e como eles se originassem, e concentrá-los sobre si mesmos. Tal como aconteceu, o tempo em

* Na história escocesa, *covenanters* eram os parlamentares que firmaram o acordo entre a Escócia e a Inglaterra em 1643 para estender e preservar o presbiterianismo.

que a democratização da política tornou essencial “educar nossos mestres”, “fazer italianos”, transformar “camponeses em franceses” e fazer com que todos se ligassem a uma bandeira e a uma nação, foi também o tempo em que os sentimentos nacionalistas populares, de todos os modos xenófobos, se tornaram mais fáceis de ser mobilizados, junto com a superioridade nacional pregada pela nova pseudociência do racismo. Pois o período que vai de 1880 a 1914 foi também o período das maiores migrações de massa já conhecidas, dentro dos Estados e entre eles, e o período do imperialismo e de rivalidades internacionais crescentes que terminaram na guerra mundial. Tudo isso enfatizava a diferença entre “eles” e “nós”. E não há modo mais eficaz de unir as partes díspares de povos inquietos do que uni-los contra forasteiros. Não se é obrigado a aceitar o *Primat der Innenpolitik* para reconhecer que os governos têm um interesse doméstico considerável em mobilizar o nacionalismo entre seus cidadãos. Do mesmo modo, nada estimula melhor o nacionalismo, em ambos os lados, que um conflito internacional. O papel da disputa sobre o Reno, em 1840, no desenvolvimento dos clichês nacionalistas francês e alemão já é conhecido.¹⁵

Naturalmente, os Estados iriam usar a maquinaria de comunicação, crescentemente poderosa junto a seus habitantes — sobretudo as escolas primárias — para difundir a imagem e a herança da “nação” e inculcar adesão a ela, bem como ligá-los ao país e à bandeira, freqüentemente “inventando tradições”, ou mesmo nações, com esse objetivo.¹⁶ Este autor lembra-se de ter sido submetido a tal peça de invenção política (malsucedida) em uma escola primária austríaca da metade dos anos 20, na forma de um novo hino nacional que tentava, desesperadamente, convencer as crianças de que um punhado de províncias que sobraram ou que foram arrancadas da secessão do império Habsburgo formava um todo coerente que merecia amor e devoção patriótica; uma tarefa em nada facilitada pelo fato de que a única coisa que tinham em comum era que a maioria de seus habitantes queria juntar-se à Alemanha. A “Áustria alemã”, começava esse curioso e passageiro hino, “terra magnífica (*herrliches*), nós te amamos” e continuava, como previsto, como um guia de viagem ou uma lição de geografia, seguindo os riozinhos alpinos das geleiras ao vale do Danúbio

e a Viena, concluindo com a afirmação de que essa nova Áustria residual era “minha terra natal” (*mein Heimatland*).¹⁷

Embora os governos estivessem plenamente engajados em uma engenharia social ideológica consciente e deliberada, seria um erro ver esses exercícios como pura manipulação do alto. De fato, eles eram muito bem-sucedidos quando podiam ser construídos sobre sentimentos nacionalistas não-oficiais já presentes, fossem estes uma xenofobia popular ou *chauvinismo* — a palavra raiz em si mesma, como “jingoísmo”, apareceu pela primeira vez no *vaudeville* ou em *music-halls* demagógicos¹⁸ — fossem eles, com mais probabilidade, o nacionalismo das classes médias e médias baixas. Na medida em que tais sentimentos não eram criados, mas apenas emprestados e tutelados pelos governos, aqueles que o fizeram tornaram-se uma espécie de aprendizes de feiticeiro. No melhor dos casos eles não poderiam controlar inteiramente as forças que tinham desencadeado; no pior dos casos, tornaram-se seus prisioneiros. Assim, não é concebível que o governo britânico de 1914, ou mesmo a classe dominante britânica, tivesse querido organizar a orgia da xenofobia antigermânica que varreu o país depois da declaração de guerra, a propósito forçando a família real britânica a mudar o venerável nome dinástico de Guelfo para Windsor, que soava menos germânico. Pois, como veremos, o tipo de nacionalismo que emergiu no final do século XIX não tinha nenhuma semelhança básica com o patriotismo estatal, mesmo se estivesse a ele ligado. Sua lealdade básica não era, paradoxalmente, ao “país”, mas sim à sua versão particular do país: com um construto ideológico.

A fusão do patriotismo estatal com o nacionalismo não estatal foi politicamente arriscada, visto que os critérios de um eram abrangentes — por exemplo, todos os cidadãos da República Francesa — enquanto que os critérios do outro eram exclusivos — por exemplo, aqueles cidadãos da República Francesa que falam a língua francesa e, em casos extremos, são loiros e têm cabeças longas.¹⁹ O custo potencial de fundi-los foi, portanto, alto, pois a identificação com uma nacionalidade alienava outras, que se recusavam a ser assimiladas ou eliminadas. Havia, na Europa, muito poucos Estados-nações genuinamente homogêneos, como, por exemplo, Portugal, embora na metade e mesmo no fim do

século XIX houvesse ainda um grande número de grupos potencialmente classificáveis como “nacionalidades”, que não competiam com a reivindicação da “nação” oficialmente dominante, e um imenso número de indivíduos que procuravam ativamente assimilação em uma ou outra nacionalidade dominante e línguas culturais.

Contudo, se a identificação de um Estado com uma nação arriscava-se a criar um contranacionalismo, o próprio processo de sua modernização tornava essa identificação bem mais provável porque implicava uma homogeneização e padronização de seus habitantes, essencialmente por meio de uma “língua nacional” escrita. Tanto a administração direta de um vasto número de cidadãos pelos governos modernos quanto o desenvolvimento técnico e econômico o requeriam, porque eles tornam desejável a alfabetização universal e obrigatório o desenvolvimento de massa da educação secundária. É a escala na qual o Estado opera, bem como sua necessidade de contato *direto* com os cidadãos, que criam o problema. Assim, a educação de massa deve, para propósitos práticos, ser conduzida em uma língua original comum, enquanto a educação para uma elite pequena pode ser conduzida em uma língua incompreensível ou não falada pelo corpo da população; ou, no caso de línguas “clássicas” como o latim, o persa clássico ou o chinês clássico escrito, por ninguém. As transações administrativas ou políticas no topo podem ser conduzidas em uma língua incompreensível para a massa do povo, como fazia a nobreza húngara, que conduzia os assuntos parlamentares antes de 1840 em latim ou como, ainda hoje, se usa o inglês na Índia; mas uma campanha eleitoral para o voto democrático deve ser conduzida na língua popular. De fato, a economia, a tecnologia e a política crescentemente tornam essencial uma língua comunicativa *falada* de massa — uma necessidade intensificada pela ascensão do filme, do rádio e da televisão — de modo que as línguas originalmente planejadas ou funcionando, como línguas híbridas, para os que falam línguas populares mutuamente incompreensíveis, ou como idiomas culturais para os cultos, são pressionadas para servir como meio para a fala nacional: chinês mandarim, indonésio bahasa, filipino.²⁰

Se a escolha de uma língua nacional “oficial” fosse meramente feita por conveniências pragmáticas, ela seria relativamen-

te simples. Seria escolhido o idioma mais apto a ser falado e/ou entendido pelo maior número de cidadãos ou aquele que mais facilitasse a comunicação mútua. A escolha feita por José II do alemão como a língua administrativa do seu império multinacional era bastante pragmática nesse sentido, como foi a opção feita por Gandhi do hindí para a futura Índia independente — a língua materna de Gandhi era o gujarati — e, desde 1947, a escolha do inglês como meio de comunicação nacional, o que era menos aceitável pelos indianos. Em Estados multinacionais o problema poderia ser resolvido em teoria, como tentaram os Habsburgo de 1848 em diante, pelo estratagema de dotar as “línguas de uso comum” (*Umgangssprache*) de algum reconhecimento oficial em nível administrativo apropriado. Quanto mais localizada e não-alfabetizada fosse uma entidade geográfica em relação a outra, isto é, mais fechada na vida rural tradicional, menores as ocasiões para conflitos entre elas e entre um nível lingüístico e outro. Mesmo no pico do conflito entre alemães e tchecos no império Habsburgo, era ainda possível escrever:

Em um Estado multinacional, podemos ter como garantido que, mesmo aqueles que não têm posição oficial estão sob o estímulo, de fato, sob a obrigação, de aprender uma segunda língua — por exemplo, comerciantes, artesãos, trabalhadores. Os camponeses estão menos afetados por esta pressão real. Pois a auto-segregação (*Abgeschlossenheit*) e a auto-suficiência da vida da aldeia, que persiste até hoje, significa que eles estão raramente conscientes da proximidade de um povoado que fala uma língua diferente, pelo menos na Boêmia e na Morávia, onde o povo do campo de ambas as nações goza do mesmo *status* econômico e social. Em tais áreas, as fronteiras lingüísticas podem permanecer intocadas por séculos, especialmente se a endogamia local e o que é, na prática, o direito prioritário de comprar (terras) dos membros da comunidade limitam o recrutamento de forasteiros na aldeia. Os poucos estranhos que nela entram são logo assimilados e incorporados.²¹

Contudo, a “língua nacional” é raramente um assunto pragmático e menos ainda um assunto tranqüilo, como é mostrado pela relutância em reconhecê-las como construtos e pela invenção de tradições e heranças históricas para elas.²² Para os ideólogos do

nacionalismo, tal como ele evoluiu depois de 1830 e se transformou no final do século, a "língua nacional" podia ser tudo menos pragmática e tranqüila. Para eles, a língua era a alma da nação e, como veremos, o critério crucial de nacionalidade. Estava longe de ser um assunto de conveniência administrativa a escolha da língua ou línguas que seriam usadas nas escolas secundárias de Celje (Cilli), onde pessoas de língua alemã e eslovena coexistiam. (De fato, essa questão específica convulsionou a política austríaca de 1895.)²³ Com exceção dos mais afortunados governos de países multilíngües, todos os outros se davam conta da explosividade do problema da língua.

O que fazia do problema da língua um problema mais explosivo ainda era o fato de, nas circunstâncias, qualquer nacionalismo ainda não identificado com um Estado tornar-se necessariamente política. Pois o Estado era a máquina que tinha que ser manipulada se uma "nacionalidade" quisesse transformar-se em uma "nação", ou mesmo se seu presente *status* tivesse que ser protegido contra a erosão histórica ou a assimilação. Como veremos, o nacionalismo lingüístico refere-se essencialmente à língua de uso oficial e da educação pública. Os poloneses, eslovenos e tchecos nunca se cansaram de repetir, desde tão cedo quanto o é 1848, que o problema era o de "escola e uso oficial".²⁴ É sobre se as escolas no País de Gales devem ensinar em gaélico e em inglês, ou só gaélico; sobre a necessidade de dar nomes galeses a lugares no principado que, não tendo sido colonizados por povos de língua gaélica, nunca tiveram nenhum nome galês; sobre a língua usada na sinalização das estradas e nos nomes das ruas; sobre os subsídios públicos para um canal de televisão que opera em galês; sobre a língua em que se conduzem os debates nos conselhos distritais e em que se escrevem suas minutas; sobre a língua usada nos formulários para obter habilitação para dirigir ou nas contas de eletricidade, ou mesmo se deveriam ser distribuídos formulários bilíngües ou separados para cada língua, ou um dia, talvez, apenas formulários em gaélico. Pois, como coloca um autor nacionalista:

Em um tempo em que o gaélico estava ainda relativamente seguro, Emrys ap Iwan vira a necessidade de torná-lo mais uma vez uma língua oficial e a língua da educação, se se quisesse que sobrevivesse.²⁵

Os Estados foram forçados, de um modo ou de outro, a se entender com o novo "princípio da nacionalidade" e seus sintomas, fossem ou não capazes de usá-lo para seus próprios objetivos. O melhor meio para concluir este capítulo é examinar brevemente suas atitudes em relação ao problema da nação e da língua na metade do século XIX. A questão pode ser seguida através dos debates dos especialistas técnicos, ou seja, os estatísticos governamentais que tentavam coordenar e padronizar os censos nacionais periódicos que, a partir da metade do século, se tornaram parte normal da maquinaria de documentação necessária a todos os Estados "avançados" ou modernos. O problema que apareceu no Primeiro Congresso Internacional de Estatística de 1853 foi se a questão das "línguas faladas" deveria ser incluída nos censos e qual seu peso, se o tinham, na nação e na nacionalidade.

O assunto foi originalmente levantado, de modo pouco surpreendente, pelo belga Quetelet, que não apenas foi o fundador da estatística moderna mas que também vinha de um Estado onde as relações entre o francês e o flamengo já eram objeto de alguma importância política. O Congresso Internacional de Estatística de 1860 decidiu que a questão da língua deveria ser opcional nos censos, cada Estado podendo decidir se ela tinha ou não algum significado "nacional". O Congresso de 1873, no entanto, recomendou que tal questão deveria, daí em diante, ser incluída em todos os censos.

A visão inicial dos especialistas era a de que a "nacionalidade" de um indivíduo não deveria ser estabelecida por questões do censo, exceto no sentido que os franceses davam à palavra, ou seja, a cidadania estatal da pessoa. Neste sentido, a língua era pouco importante para a "nacionalidade", embora na prática isto significasse que os franceses, e com eles todos os que aceitassem essa definição, como os magiares, reconheciam oficialmente apenas uma língua dentro de suas fronteiras. Os franceses simplesmente desprezaram as outras línguas; os magiares, que dificilmente podiam fazê-lo, dado que menos da metade dos habitantes do seu reino falavam essa língua, foram obrigados a descrevê-los juridicamente como "magiares que não falam magiar",²⁶ do mesmo modo que os gregos, posteriormente, tiveram que descrever os habitantes das partes anexadas da Macedônia como "gregos de

fala eslava". Em resumo, um monopólio lingüístico mascarado de uma definição não-lingüística de nação.

Parece evidente que a nacionalidade era algo muito complexo para ser descrito apenas pela língua. Os estatísticos dos Habsburgo, que tinham mais experiência do que quaisquer outros no assunto, assumiram que (a) a língua não era atributo de indivíduos, mas de comunidades, e (b) requeria um estudo da "situação, demarcação e condições climáticas, bem como estudos antropológicos e etnológicos das características físicas e intelectuais, externas e internas de um povo, de seus costumes e padrões, etc."²⁷ O dr. Glatter, ex-diretor do Instituto de Estatística de Viena, foi além e, no espírito próprio do século XIX, decidiu que não era a língua, mas sim a *raça*, que determinava a nacionalidade.

Contudo, a nacionalidade era uma questão política de muita importância para ser deixada aos cuidados dos estatísticos. Tinha, claramente, *alguma* relação com a língua falada, ao menos porque a língua, desde a década de 1840, estava começando a desempenhar um papel significativo nos conflitos territoriais internacionais — especialmente na questão Schleswig-Holstein, disputada entre os dinamarqueses e os alemães,²⁸ mesmo que antes do século XIX os argumentos lingüísticos não tivessem sido usados para calçar as demandas territoriais dos Estados.²⁹ Mas em 1842 a *Revue des Deux Mondes* já observava que "as verdadeiras fronteiras naturais não são determinadas por montanhas e rios, mas sim pela língua, pelos costumes, pelas lembranças, por tudo aquilo que distingue uma nação de outra", um argumento usado abertamente para explicar por que a França *não* deveria necessariamente aspirar à fronteira do Reno; da mesma forma, o argumento de que "o idioma falado em Nice tem apenas uma semelhança remota com o italiano" deu a Cavour a desculpa oficial para ceder aquela parte do reino da Savóia para Napoleão III.³⁰ O fato é que a língua havia se tornado, agora, um fator da diplomacia internacional. Já era claramente um fator da política doméstica de alguns Estados. Além disso, como notou o Congresso de Petersburgo, era o único aspecto da nacionalidade que poderia ser, ao menos, contado e tabulado.³¹

Ao aceitar a língua como indicador da nacionalidade, o Congresso não apenas assumiu um ponto de vista administrativo

como seguiu também os argumentos de um estatístico alemão que afirmava, em influentes publicações de 1866 e 1869, que a língua era o único indicador adequado da nacionalidade.³² Essa tinha sido, por muito tempo, a visão da nacionalidade sustentada entre nacionalistas e intelectuais alemães, dada a ausência de um único Estado-nação alemão e a vasta distribuição, na Europa, de comunidades que falavam dialetos alemães e cujos membros cultos escreviam e liam o alemão padrão. Esse ponto de vista não implicava a reivindicação por um único Estado-nação alemão que incluísse todos esses alemães — tal reivindicação era e permaneceria inteiramente não realista —³³ e na versão puramente filológica de Böckh não é nada claro o quanto isso implicava de cultura e de consciência comuns; pois, como vimos, nessas bases lingüísticas ele logicamente incluía, entre os alemães, os que falavam ídiche, o dialeto medieval alemão modificado na linguagem universal dos judeus do Leste. No entanto, como também vimos, as demandas territoriais em bases lingüísticas eram agora possíveis — a campanha alemã de 1840 rejeitou a demanda francesa por uma fronteira renana precisamente nessas bases — e, quaisquer que fossem exatamente as implicações da língua, elas não podiam mais ser desprezadas.

Contudo, o que deveria exatamente ser contado? Neste ponto, a analogia da língua com o lugar de nascimento, a idade e o estado civil, feita pelos censos, dissolvia-se. A língua implicava uma escolha política. O estatístico Ficker, como acadêmico, rejeitava escolher a língua da vida pública, que poderia ser imposta aos indivíduos pelo Estado ou pelo partido, embora isso fosse plenamente aceitável pelos seus colegas franceses e húngaros. Pela mesma razão, ele rejeitou as línguas da Igreja e da escola. No entanto, os estatísticos dos Habsburgo, no espírito do liberalismo do século XIX, tentaram abrir espaço para o fluxo e a mudança da língua e acima de tudo para a assimilação lingüística, ao perguntar aos cidadãos não a sua *Muttersprache* ou (no sentido literal) a primeira língua aprendida com as mães, mas a sua "língua familiar", ou seja, a língua comumente falada em sua casa, o que poderia ser diferente.³⁴

Ninguém estava satisfeito com a igualização entre língua e nacionalidade: os nacionalistas, porque ela excluía a opção por

outra nacionalidade por parte de indivíduos que falavam uma língua específica em casa, e os governos — certamente o governo Habsburgo —, porque poderiam reconhecer uma batata quente sem ter que prová-la. Da mesma forma, eles subestimavam sua capacidade de autocombustão. Os Habsburgo puseram de lado a questão da língua até que os ânimos nacionais, tão visivelmente superaquecidos na década de 1860, tivessem (como pensavam) esfriado. Eles começaram a contar em 1880. O que ninguém realmente esperava era que perguntar tal questão iria, em si mesma, gerar um nacionalismo lingüístico. Cada censo se tornou um campo de batalha entre nacionalidades, e as tentativas crescentemente elaboradas das autoridades em satisfazer as partes litigantes falharam. Apenas produziram monumentos de sabedoria desintereçada, como os censos austríacos e belgas de 1910, que satisfizessem historiadores. Na verdade, perguntar a questão lingüística nos censos *forçou* cada um a escolher, pela primeira vez, não apenas uma nacionalidade mas também uma nacionalidade lingüística.³⁵ Os requisitos técnicos do Estado administrativo moderno uma vez mais ajudaram a patrocinar a emergência do nacionalismo, cujas transformações traçaremos agora.

NOTAS

1. A abolição de um parlamento irlandês separado, a revogação da autonomia do "Congresso Polonês", a dominação da Alemanha ex-federal por um membro (Prússia) hegemônico e um único parlamento todo-nacional, a transformação da Itália em um Estado centralizado e a formação de uma única política nacional na Espanha, independente de interesses locais, são alguns dos vários exemplos dessa tendência. Os governos centrais poderiam, como na Grã-Bretanha, deixar bastante espaço para a iniciativa local por permissão central, mas o único governo federal na Europa, antes de 1914, era a Suíça.
2. Peter Flora, *State, Economy and Society in Western Europe 1815-1975*, vol. I, cap. V (Frankfurt, Londres e Chicago, 1983).
3. Linda Colley, "The Apotheosis of George III: Loyalty, Royalty and the British Nation" (*Past & Present*, 102 [1984], pp. 94-129); para a proposta do conde Uvarov (1832) de que o governo do czar deveria basear-se não apenas nos princípios de autocracia e da ortodoxia, mas também no de "natsionalnost", cf. Hugh Seton-Watson, *Nations and States* (Londres, 1977), p. 84.
4. Cf. *Revolutionsbriefe 1848: Ungedrucktes aus dem Nachlass König Friedrich Wilhelms IV von Preussen*. (Leipzig, 1930).
5. Para a evolução da consciência britânica, ver em geral Raphael Samuel (org.), *Patriotism: The Making and Unmaking of British National Identity* (3 vols., Londres, 1989), mas esp. Linda Colley, "Whose Nation? Class and National Consciousness in Britain 1750-1830" (*Past & Present*, 113, nov. 1986, pp. 97-117), e "Imperial South Wales", in Gwyn A. Williams, *The Welsh in their History* (Londres e Camberra, 1982). Para o quebra-cabeças, Tom Nairn, *The Enchanted Glass: Britain and its Monarchy* (Londres, 1988), parte 2.
6. A repressão desencorajou sem dúvida nenhuma a expressão de tais simpatias no Iraque: por outro lado, o sucesso temporário considerável dos exércitos revolucionários iranianos invasores não parece ter tido sucesso em encorajá-la.

7. Cf. Hugh Cunningham, "The Language of Patriotism, 1750-1914" (*History Workshop, Journal*, 12, 1981, pp. 8-33).
8. J. Godechot, *La Grande Nation: l'Expansion Révolutionnaire de la France dans le Monde 1789-1799* (Paris, 1956), vol. I, p. 254.
9. *Ibidem*, p. 73.
10. Cit. in Pierre Nora (org.), *Les Lieux de Mémoire II* La Nation*, p. 363 (Paris, 1986).
11. Marc Ferro, *La Grande Guerre 1914-1918* (Paris, 1969), p. 23; A. Offner, "The Working Classes, British Naval Plans and the Coming of the Great War" (*Past & Present*, 107, mai. 1985, pp. 225-226).
12. De acordo com Karl Deutsch, *Nationalism and Social Communication. An Enquiry into the Foundations of nationality* (Cambridge, MA, 1953), Ernest Gellner, *Nations and Nationalism* (Oxford, 1983) é um bom exemplo. Cf. John Breuilly, "Reflections on Nationalism" (*Philosophy and Social Sciences*, 15, 1.3.1985, pp. 65-75).
13. J. M. Thompson, *The French Revolution* (Oxford, 1944), p. 121.
14. Foi projetado como o primeiro volume da famosa *Histoire de la France*, multivolumada, editada por Ernest Lavisse, um monumento à ciência positivista e à ideologia republicana. Ver J.-Y. Guiomar, "Le Tableau de la Géographie de la France, de Vidal de la Blache", in Pierre Nora (org.), *Les Lieux de Mémoire, II**, pp. 569 e segs.
15. Do lado francês isso deu uma aceitação universal ao tema das "fronteiras naturais" das nações, um termo que, ao contrário do mito histórico, pertence essencialmente ao século XIX (cf. D. Nordmann, "Des Limites d'État aux Frontières nationales", in P. Nora (org.), *Les Lieux de Mémoire*, vol. II **, pp. 35-62 *passim*, mas esp. p. 52). Do lado alemão a campanha pública do outono de 1840 produziu "a explosão do moderno nacionalismo alemão como um fenômeno de massa" que foi quase imediatamente — e pela primeira vez — reconhecido por príncipes e governos. Cf. H.-U. Wehler, *Deutsche Gesellschaftsgeschichte 1815-1845/49* (vol. II, Munique, 1987), p. 399. Também produziu uma futura antífona quase nacional.
16. E. J. Hobsbawm, "Mass-producing Traditions: Europe 1870-1914", in E. J. Hobsbawm e T. Ranger (orgs.), *The Invention of Tradition* (Cambridge, 1983), cap. VII; Guy Vincent, *L'École Primaire Française: Étude Sociologique* (Lyon, 1980), cap. VIII: "L'École et la Nation", esp. pp. 188-193.
17. Essa antífona foi depois deslocada por outra, em termos gerais, geograficamente, mas — visto que alguns austríacos acreditavam na Austria — acentuando de modo mais enfático sua germanidade, assim como reintroduzia Deus — incidentalmente, para a melodia de Haydn que se repartia entre a antífona Habsburgo e o *Deutschland über alles*.
18. Ver Gérard de Puymège, "Le Soldat Chauvi", in P. Nora (org.), *Les Lieux de Mémoire, II****, esp. pp. 51 e segs. O Chauvin original parece ter se orgulhado da conquista da Argélia.
19. Para o forte caráter racista nos debates do nacionalismo francês, ver Pierre André Taguieff, *La Force du Préjugé: Essai sur le Racisme et ses Doubles* (Paris, 1987), pp. 126-128. Pela novidade desse racismo darwinista, ver Günter Nagel, *Georges Vacher de Lapouge (1854-1936). Ein Beitrag zur Geschichte des Sozialdarwinismus in Frankreich* (Freiburg im Breisgau, 1975).
20. Cf. exemplos nas Filipinas: "Land of 100 Tongues but not a Single Language" (*New York Times*, 2.12.1987). Para o problema em geral, ver J. Fishman, "The Sociology of Language: an Interdisciplinary Social Science Approach to Language in society", in T. Sebeok (org.), *Current Trends in Linguistics*, vol. 12*** (Haia-Paris, 1974).
21. Karl Renner, *Das Selbstbestimmungsrecht der Nationen in besonderer Anwendung auf Oesterreich* (Leipzig e Viena, 1918), p. 65. Esta é a segunda edição reescrita da *Der Kampf der österreichischen Nationen um den Staat* (1902) do autor austríaco marxista, que era filho de camponeses alemães da Morávia.
22. "Muitos discursos comunitários criam e cultivam mitos e genealogias que dizem respeito à origem e ao desenvolvimento das variedades-padrões (de sua língua) a fim de desenfaturar os numerosos componentes da colheita mais recente que eles contêm ... Uma variedade atinge historicidade para tornar-se associada a um grande movimento ou tradição ideológicos ou nacionais." J. Fishman, *The sociology of Language*, p. 164.
23. W. A. Macartney, *The Habsburg Empire* (Londres, 1971), p. 661.
24. P. Burian, "The State Language problem in Old Austria" (*Austrian History Yearbook*, 6-7, 1970-1971), p. 87.
25. Ned Thomas, *The Welsh Extremist: Welsh Politics, Literature and Society Today* (Talybont, 1973), p. 83.
26. K. Renner, *Staat und Nation*, p. 13.
27. Emil Brix, *Die Umgangssprachen in Allösterreich zwischen Agitation und Assimilation. Die Sprachenstatistik in den zisleithanischen Volkszählungen, 1880-1910* (Viena-Colônia-Graz, 1982), p. 76. A consideração dos debates estatísticos dada aqui está baseada nesse trabalho.
28. Cf. Sarah Wambaugh, *A Monograph on Plebiscites, With a Collection of Official Documents* (Fundo Carnegie para a Paz Internacional, Nova York, 1920), esp. p. 138.

29. Nordmann, in P. Nora (org.), *Les Lieux de Mémoire*, vol. II**, p. 52.
30. *Ibidem*, pp. 55-56.
31. Brix, *Die Umgangssprachen*, p. 90.
32. Richard Böckh, "Die statistische Bedeutung der Volkssprache als Kennzeichen der nationalität" (*Zeitschrift für Völkerpsychologie und Sprachwissenschaft*, 4, 1866, pp. 259-402); do mesmo autor, *Der Deutschen Volkszahl un Sprachgebiet in den europäischen Staaten* (Berlim, 1869).
33. Até Hitler distinguiu os alemães do Reich daqueles "alemães nacionais" (*Volksdeutsche*) que viviam fora de suas fronteiras, mas aos quais era dada a opção de voltar "para casa", no Reich.
34. Brix, *Die Umgangssprachen*, p. 94.
35. *Ibidem*, p. 114.

IV

As transformações do nacionalismo: 1870-1918

Uma vez tendo sido alcançado um certo grau de desenvolvimento europeu, as comunidades de povos, lingüísticas e culturais, tendo maturado silenciosamente através dos séculos, emergem do mundo da existência passiva como povos (*passiver Volkheit*). Tornam-se conscientes de si mesmas como uma força que possui destino histórico. Demandam o controle do Estado como o mais alto instrumento de poder disponível, e lutam pela sua autodeterminação política. O aniversário da idéia política de nação e o ano em que nasceu esta nova consciência é 1789, o ano da Revolução Francesa.¹

Duzentos anos após a Revolução Francesa, nenhum historiador sério e, espera-se, ninguém que leu este livro até aqui poderá considerar afirmações como a acima citada mais do que um exercício em mitologia programática. No entanto, essa citação parece ser uma declaração representativa do "princípio da nacionalidade" que convulsionou a política internacional da Europa depois de 1830, criando um número de Estados novos, dos quais a metade corresponderia, até onde era possível, ao princípio que Mazzini formulava como "Cada nação, um Estado"; entretanto, esse grupo poderia ser menor se comparado à outra metade, que seguiria a formulação "apenas um Estado para toda a nação".² Esse princípio é particularmente representativo, considerando cinco direções: a ênfase na comunidade cultural e lingüística, que era uma inovação no século XIX;³ a ênfase no nacionalismo, cuja as-

piração era a de formar ou tomar os Estados, e não as “nações”, de Estados já existentes; o seu historicismo e o sentido de missão histórica; a reivindicação da paternidade de 1789; e, não menos, a sua ambigüidade terminológica e retórica.

No entanto, se a citação parece, à primeira vista, algo que o próprio Mazzini poderia ter escrito, de fato ela foi escrita setenta anos depois das revoluções de 1830, por um socialista marxiano, de origem morávia, em um livro sobre os problemas específicos do império Habsburgo. Em poucas palavras, embora pudesse ser confundida com o “princípio de nacionalidade” que transformou o mapa político da Europa entre 1830 e 1870, pertence de fato a uma fase posterior e distinta do desenvolvimento nacionalista na história européia.

O nacionalismo dos anos 1880-1914 diferia em três grandes aspectos da fase mazziniana de nacionalismo. Primeiro, abandonava o “princípio do ponto crítico” que, como vimos, tinha sido central ao nacionalismo da era liberal. Doravante, *qualquer* corpo de pessoas que se considerasse uma “nação” demandaria o direito à autodeterminação, o que, em última análise, significava o direito a um Estado independente soberano separado para seu território. Em segundo lugar, e em consequência dessa multiplicação de nações “não históricas” potenciais, a etnicidade e a língua tornaram-se o critério central, crescentemente decisivo ou mesmo único para a existência de uma nação potencial. Entretanto, havia uma terceira mudança que afetava não tanto os movimentos nacionais não estatais, então cada vez mais numerosos e ambiciosos, mas os sentimentos nacionais dentro dos Estados-nações estabelecidos: uma mudança aguda no direito político a nação e bandeira, para a qual o termo “nacionalismo” foi realmente inventado na(s) última(s) década(s) do século XIX. A citação de Renner representa as primeiras duas mudanças, mas evidentemente não a terceira, pois esta vinha da esquerda.

Existem três razões pelas quais freqüentemente não se reconhece que muito tardiamente o critério etnolingüístico se tornou de fato dominante para definir uma nação. Primeiro, os dois movimentos nacionais não estatais mais proeminentes da primeira metade do século XIX eram essencialmente baseados em comunidades de letrados, unidos através de fronteiras políticas e

geográficas pelo uso de uma língua estabelecida da alta cultura e por sua literatura. Para os alemães e italianos, a sua língua nacional não era meramente uma conveniência administrativa ou um meio de unificar a comunicação ampliada do Estado, como o francês tinha sido para a França desde a ordenação de Villers-Cotterets em 1539; ou nem mesmo como plano revolucionário para trazer as verdades da ciência, do progresso e da liberdade para todos, assegurando a permanência da igualdade para os cidadãos e prevenindo a revivescência da hierarquia do *ancien regime*, como era para os jacobinos.⁴ Era até mesmo mais do que veículo de expressão para uma literatura de prestígio e para expressão intelectual universal. Era, na verdade, a *única* coisa que os fazia alemães e italianos, e conseqüentemente tinha um peso maior para a identidade nacional do que, digamos, o inglês tinha para quem o lia e escrevia. No entanto, nessa época, para as classes médias liberais italianas e alemãs a língua provia então um argumento central para a criação de um Estado unificado nacional, e isso não tinha acontecido em lugar nenhum, na primeira metade do século XIX. As demandas políticas por independência na Polônia ou na Bélgica não eram baseadas na língua, nem tampouco as rebeliões de vários povos balcânicos contra o império otomano, que produziram alguns Estados independentes. Menos ainda era o caso do movimento irlandês na Grã-Bretanha. Alternativamente, quando os movimentos lingüísticos já tinham uma base política significativa, como nas terras tchecas, a autodeterminação nacional (como oposta ao reconhecimento cultural) não era ainda uma questão, e não se pensava seriamente no estabelecimento de um Estado separado.

No entanto, desde o final do século XVIII (e, em grande parte, sob influência intelectual alemã), a Europa havia sido varrida pela paixão romântica pelo campesinato puro, simples e não corrompido; e para essa redescoberta folclórica do “povo” foram essenciais as línguas vernáculas que este falava. Contudo, embora esse renascimento cultural populista tenha fornecido a base para muitos movimentos nacionalistas subseqüentes, e tenham justificavelmente entrado no que Hroch classificou como a primeira fase (“fase A”), o próprio Hroch deixou claro que, em nenhum sentido, isso implicava um movimento político do povo que o

fazia nem alguma aspiração ou programa político. Na verdade, mais freqüente do que a descoberta da tradição popular e de sua transformação em "tradição nacional" de alguns grupos camponeses esquecidos pela história era o fato de serem fruto de um trabalho de alguns entusiastas da classe dominante ou elite (estrangeira) como os alemães bálticos e os suecos finlandeses. A Sociedade de Literatura Finlandesa (fundada em 1831) foi estabelecida por suecos, e seus registros eram feitos em sueco, e todos os escritos do principal ideólogo do nacionalismo cultural finlandês, Snellman, parecem ter sido feitos em sueco.⁵ Embora não se possa negar a formação ampla de movimentos de revivescência lingüística e cultural no período de 1780 a 1840, é um erro confundir a fase A de Hroch com a fase B, quando passou a existir um corpo de ativistas devotados à agitação política pela "idéia nacional"; e menos ainda com a "fase C", quando se pode contar com apoio de massa para a "idéia nacional". Como mostra o caso britânico, não há casualmente nenhuma conexão necessária entre a revivescência de movimentos desse tipo e as agitações nacionais ou movimentos de nacionalismo político subseqüentes, e, ao contrário, esses movimentos nacionalistas podem não ter nada a ver, originalmente, com a revivescência cultural. A Sociedade Folclóre (1878) e o refflorescimento, na Inglaterra, das canções folclóricas não eram mais nacionalistas do que a Gypsy Lore Society.

A terceira razão se refere mais ao problema da identificação étnica do que da identificação lingüística. Isso está relacionado com a falta de teorias influentes, ou pseudoteorias, que identificavam as nações com descendência genética (estas só apareceram muito tardiamente no século XIX). Mas esse assunto será cuidado mais adiante.

A crescente significação da "questão nacional" nos quarenta anos que precederam 1914 não é medida simplesmente por sua intensificação nos velhos impérios multinacionais austro-húngaro e turco. Havia se tornado uma questão importante da política interna de quase todos os Estados europeus. Assim, precisamente no Reino Unido ela não ficou muito tempo confinada ao irlandês, até mesmo o nacionalismo irlandês crescia com esse nome — o número de jornais que se autodescreviam como "nacionais" ou

"nacionalistas" cresceu de um em 1871 para treze em 1881, chegando a 33 em 1891 —⁶ e se tornaram politicamente explosivos na política britânica. Contudo, é freqüentemente esquecido que esse foi o período no qual pela primeira vez foram reconhecidos oficialmente os interesses galeses como nacionais (a lei galesa do fechamento aos domingos, em 1881, foi descrita como "a primeira lei do Parlamento especificamente galesa"),⁷ e quando a Escócia conseguiu não só um mecanismo modesto de regulamentação interna, um escritório escocês no governo, mas também a participação nacional garantida no gasto público do Reino Unido, através da chamada *Goschen Formula*. O nacionalismo interno podia também tomar a forma de ascensão daqueles movimentos de direita para os quais o termo "nacionalismo" foi de fato cunhado nesse período — como na França, Itália e Alemanha — ou, mais geralmente, da xenofobia política que encontrou sua expressão mais deplorável, embora não fosse a única, no anti-semitismo. Que um Estado tão relativamente tranqüilo como a Suécia pudesse ter sido, nesse período, sacudido pela secessão nacional da Noruega (1907) — que não foi proposta por ninguém até a década de 1890 — é, sem dúvida, tão significativo quanto a paralisia da política dos Habsburgo diante das agitações rivais nacionalistas.

Além disso, é durante esse período que encontramos movimentos nacionalistas se multiplicando em regiões onde eram plenamente desconhecidos, ou entre povos até então interessantes apenas para os folcloristas; e, mesmo que pela primeira vez, fantásticamente também no mundo não ocidental. Não é muito claro o quanto esses novos movimentos antiimperialistas podem ser olhados como nacionalistas, embora seja irrecusável a influência da ideologia ocidental nacionalista sobre seus porta-vozes e ativistas — como no caso da influência irlandesa sobre o nacionalismo indiano. Entretanto, mesmo se ficarmos apenas na Europa e em seu entorno, encontramos em 1914 muitos movimentos que não haviam existido em 1870: entre armênios, georgianos e lituanos e outros povos bálticos, entre os judeus (e versões sionistas e não sionistas), entre macedônios e albaneses nos Bálcãs, entre rutenos e croatas no império Habsburgo — o nacionalismo croata não deve ser confundido com o apoio anterior croata para o nacionalismo iugoslavo, ou "ilirianismo" —, entre os bascos e catalães,

entre os galeses, na Bélgica com um movimento flamengo radicalizado de forma distinta, bem como inesperados e inéditos toques de nacionalismo local em lugares como a Sardenha. Podemos até mesmo detectar os primeiros sinais do nacionalismo árabe no império otomano.

Como já foi sugerido, a maioria desses movimentos destacava agora o elemento lingüístico e/ou étnico. Que isso fosse, com freqüência, novo pode ser prontamente demonstrado. Antes da fundação da Liga Gaélica, em 1893, que inicialmente não tinha fins políticos, a língua irlandesa não era uma questão do movimento nacional irlandês. Não figurava nem na agitação do apelo de O'Connell — embora o libertador fosse um *kerryman* de fala gaélica — nem no programa feniano. Mesmo as tentativas sérias de criar uma língua irlandesa uniforme a partir do comum complexo de dialetos não foram feitas antes de 1900. O nacionalismo finlandês tematizava a defesa da autonomia do grão-ducado sob o governo dos czares, e os liberais finlandeses que surgiram depois de 1848 assumiram a idéia de que representavam uma nação única, bilíngüe. O nacionalismo finlandês apenas se tornou essencialmente lingüístico na década de 1860 (quando um decreto imperial melhorou a posição pública da língua finlandesa diante dos suecos), mas até a década de 1880 a luta lingüística permaneceu, em grande parte, uma luta de classes interna entre os finlandeses de classe baixa (representados pelos *fenomen*, que queriam uma única nação tendo o finlandês como língua) e a minoria sueca de classe alta (representada pelos *svecomen*, que argumentavam que o país tinha duas nações e, portanto, duas línguas). Somente depois de 1880 é que coincidiram a luta pela autonomia e a luta pela língua e pela cultura, dado que o czarismo deslocou-se para seu próprio nacionalismo russificador.⁸

Da mesma forma, o catalonismo, como um movimento cultural-lingüístico (conservador), não pode ser historiado mais além de 1850, e seus Jocs Florals (análogos ao *Eisteddfodau* galês) não foram revividos antes de 1859. A própria língua não foi padronizada, de forma oficial, até o século XX,⁹ e o regionalismo catalão não se preocupou com a questão lingüística até 1880.¹⁰ Já foi sugerido que o desenvolvimento do nacionalismo basco ficou uns trinta anos atrás daquele do movimento catalão, embora a mu-

dança ideológica do autonomismo basco (que foi da defesa da restauração de privilégios feudais antigos para o argumento lingüístico-racial) tenha sido súbita: em 1894, menos de vinte anos depois do final da segunda guerra carlista, Sabino Arana fundou o seu Partido Nacional Basco (PNV), inventando, a propósito, o nome basco para o país (*Euskadi*) até então inexistente.¹¹

Na outra extremidade da Europa, os movimentos nacionais dos povos bálticos ainda estavam apenas saindo de suas primeiras fases (culturais) no último terço do século e, nos remotos bálticos, onde a questão macedônia fez aparecer sua carga sangrenta depois de 1870, a idéia de que as várias nacionalidades que viviam nesse território deveriam ser diferenciadas por sua *língua* foi a última que atingiu os Estados da Sérvia, Grécia, Bulgária e a Sublime Porta, os quais passaram a lutar por ela.¹² Os habitantes da Macedônia foram diferenciados por sua religião; ou então as reivindicações por esta ou aquela parte da Macedônia foram baseadas em uma história que ia da Idade Média ao Mundo Antigo; ou então a diferença vinha por conta de argumentos etnográficos sobre costumes e práticas rituais comuns. A Macedônia se tornou um campo de batalha para os filólogos apenas no século XX, ao passo que os gregos, que não podiam competir nesse terreno, compensaram-se ao destacar uma etnicidade imaginária.

Ao mesmo tempo — mais ou menos na segunda metade do século XIX —, o nacionalismo étnico recebeu reforços enormes; em termos práticos através da crescente e maciça migração geográfica; na teoria, pela transformação da “raça” em conceito central das ciências sociais do século XIX. Por um lado, a velha e estabelecida divisão da humanidade em algumas poucas “raças” que se diferenciavam pela cor da pele passou a ser elaborada agora em um conjunto de diferenciações “raciais” que separavam pessoas que tinham aproximadamente a mesma pele clara, como “arianos” e “semitas” ou, entre os “arianos”, os nórdicos, os alpinos e os mediterrâneos. Por outro lado, o evolucionismo darwinista, suplementado pelo que seria depois conhecido como genética, alimentou o racismo com aquilo que parecia ser um conjunto poderoso de razões “científicas” para afastar ou mesmo, como aconteceu de fato, expulsar e assassinar estranhos. Tudo isso aconteceu comparativamente tarde. O anti-semitismo não

adquiriu um caráter “racial” (diferente de um caráter religioso e cultural) até por volta de 1880; os maiores profetas do racismo alemão e francês (Vacher de Lapouge, Houston Stewart Chamberlain) pertencem à década de 1890, e os nórdicos não tiveram nenhum discurso, nem o racista, até por volta de 1900.¹³

Os liames entre o racismo e o nacionalismo são óbvios. A língua e a “raça” eram facilmente confundidas como no caso dos “arianos” e “semitas”, para indignação de estudiosos escrupulosos como Max Muller, para quem a “raça”, um conceito genético, não podia ser inferida da língua, que não era herdada. Além disso, há uma evidente analogia entre a insistência dos racistas na pureza racial e nos horrores da miscigenação, e também a insistência de tantas formas de nacionalismo lingüístico — a maioria, talvez — sobre a necessidade de purificar a língua nacional de elementos estrangeiros. No século XIX, os ingleses foram bastante excepcionais em exagerar suas origens híbridas (bretões, anglo-saxões, escandinavos, normandos, escoceses, irlandeses, etc.) e orgulhar-se da mistura filológica de sua língua. Contudo, o que trouxe a “raça” e a “nação” mais perto ainda foi a prática de usá-las como sinônimos possíveis, generalizando, de modo igualmente inexato, o caráter “racial/nacional”, como era então a moda. Assim, como observou um escritor francês, antes da *Entente Cordiale* anglo-francesa de 1904, os dois países tinham considerado um acordo como impossível porque haveria uma “inimizade hereditária” entre as duas raças.¹⁴ Dessa forma, o nacionalismo lingüístico e o étnico reforçavam-se um ao outro.

Não é surpreendente que o nacionalismo tenha conseguido espaço tão rapidamente nos anos que vão de 1870 a 1914. As mudanças tanto políticas quanto sociais eram em função dele; isso, sem mencionar uma situação internacional que fornecia abundantes desculpas para pendurar manifestos de hostilidade a estrangeiros. Socialmente, três fatos deram um alcance crescente para o desenvolvimento de novas formas de invenção de comunidades — reais ou “imaginárias” — como nacionalidades: a resistência de grupos tradicionais ameaçados pelo rápido progresso da modernidade, as novas classes e estratos, não tradicionais, que rapidamente cresciam nas sociedades urbanizadas dos países desenvolvidos e as migrações sem precedentes que distribuíram uma

diáspora múltipla de povos através do planeta, cada um estranho tanto aos nativos quanto aos outros grupos migrantes e nenhum, ainda, com os hábitos e convenções da coexistência. O ritmo e o peso absolutos da mudança nesse período seria suficiente para explicar por que, sob tais circunstâncias, as ocasiões para fricção entre grupos se multiplicaram, mesmo se não contássemos com os tremores da “grande depressão” que tão freqüentemente, nesses anos, alterou a vida dos pobres e dos economicamente modestos e inseguros. Tudo o que se requeria para a entrada do nacionalismo na política era que os grupos de homens e mulheres que se viam, de algum modo, como ruritânios, ou eram assim vistos pelos outros, estivessem prontos a aceitar que seus descontentamentos eram causados pelo tratamento inferior dado aos ruritânios (muitas vezes inegável), comparado com outras nacionalidades ou por um Estado e uma classe dominante não-ruritânia. De qualquer forma, por volta de 1914 alguns observadores surpreenderam-se com populações européias que ainda pareciam completamente fechadas a qualquer apelo feito com base na nacionalidade, embora isso não significasse necessariamente aceitação de um programa nacionalista. Os cidadãos americanos de origem imigrante não reivindicaram qualquer concessão lingüística ou de outro tipo à sua nacionalidade pelo governo federal, embora, no entanto, qualquer político democrata urbano soubesse perfeitamente bem o quanto rendia dirigir-se aos irlandeses como irlandeses e aos poloneses como poloneses.

Como vimos, as maiores mudanças políticas que possibilitaram a transformação da receptividade potencial aos apelos nacionais em recepção real foram a democratização da política em um número crescente de Estados e a criação de um Estado administrativo moderno, mobilizador e influenciador dos cidadãos. Contudo, a ascensão da política de massas ajuda-nos mais a reformular, do que responder, a questão do apoio popular ao nacionalismo. O que precisamos saber, exatamente, é o que significavam os *slogans* nacionais em política e se eles significavam a mesma coisa para diferentes eleitorados sociais; como tais *slogans* mudaram e em que circunstâncias eles combinavam ou eram incompatíveis com os outros *slogans* que poderiam mobilizar a coletividade de cidadãos, e como eles conseguiram, ou não, realizar essa mobilização.

A identificação de uma nação com uma língua nos possibilita responder a tais questões, visto que o nacionalismo lingüístico requer, essencialmente, controle do Estado ou ao menos o ganho do reconhecimento oficial para a língua. Isso não tem a mesma importância para todos os estratos ou grupos que vivem dentro de um Estado ou nacionalidade, ou mesmo para cada Estado ou nacionalidade. De qualquer modo, não são os problemas de comunicação, ou mesmo de cultura, que estão no coração do nacionalismo da língua, mas sim os de poder, *status*, política e ideologia. Se comunicação ou cultura tivessem sido a questão crucial, o movimento nacionalista judeu (sionismo) não teria optado por um hebraico moderno que ninguém ainda falava e em uma pronúncia diferente daquela usada nas sinagogas européias. O ídiche foi rejeitado, e no entanto ele era falado por 95% dos judeus *ashkenazim*, do Leste europeu e seus emigrantes ao Ocidente — ou seja, por uma substancial maioria dos judeus do mundo. Por volta de 1935, já foi dito, o ídiche era “uma das principais línguas cultas do tempo”,¹⁵ devido à sua literatura variada, ampla e diferenciada, desenvolvida para seus dez milhões de usuários. Da mesma forma, o movimento nacional irlandês não teria se jogado na condenada campanha para reconverter o irlandês para uma língua que a maioria deles não entendia e que mesmo aqueles que passaram a ensiná-la aos seus compatriotas mal tinham começado a aprendê-la.¹⁶

Como mostra o exemplo do ídiche e confirma o século XIX, essa idade de ouro das literaturas em dialeto, a existência de um idioma amplamente falado ou mesmo escrito não necessariamente gerou nacionalismo de base lingüística. Essas línguas e literaturas viam-se e eram vistas, conscientemente, como suplementando e não competindo com as línguas hegemônicas da cultura e comunicação geral.

O elemento político-ideológico é evidente no processo de construção da língua, que pode percorrer desde a mera “correção” e padronização das línguas culturais e literárias existentes, através da formação de tais línguas a partir do complexo recorrente de dialetos contíguos, até a ressurreição de línguas mortas ou quase extintas que resultam na virtual invenção de línguas novas. Pois, ao contrário dos mitos nacionalistas, a língua de um

povo não é a base da consciência nacional mas sim, na frase de Einar Haugen, um “artefato cultural”.¹⁷ O desenvolvimento do vernáculo moderno indiano mostra isso com clareza.

No século XIX, o bengali erudito foi deliberadamente envolvido pelo sânscrito e se tornou uma língua cultural, que não apenas separou as classes altas das populares como também indianizou a alta cultura bengali, rebaixando assim o muçulmano bengali para as massas; em troca, foi notada uma certa retirada do sânscrito como influência na língua de Bangladesh (Bengala do Leste) desde a divisão. Mais instrutiva ainda é a tentativa de Gandhi de desenvolver e manter uma única linguagem hindu baseada na unidade do movimento nacional, ou seja, de prevenir as variantes do hindu e do muçulmano, que formavam a língua híbrida da Índia do Norte, de se afastarem em demasia, fornecendo, ao mesmo tempo, uma alternativa nacional ao inglês. No entanto, os paladinos de um hindu mais ecumênico foram desafiados por um grupo fortemente pró-hindu e antimuçulmano (portanto, antiurdu) que, em 1930, conseguiu o controle da organização formada pelo Congresso Nacional para propagar a língua, levando Gandhi, Nehru e outros líderes do Congresso a renunciar à organização (a Hindi Shitya Samuelan ou HSS). Em 1942, Gandhi voltou, sem sucesso, ao projeto de criar um “hindu amplo”. Enquanto isso, a HSS criou o que entendia ser um hindi padronizado, e oportunamente montou centros de exames para conferir graus e diplomas em língua para o ensino secundário, padronizando assim a língua para fins do ensino; em 1950, criou um “Comitê de Terminologia Científica” para aumentar seu vocabulário, coroando essa ação com a *Enciclopédia Hindu*, começada em 1956.¹⁸

De fato, a língua se tornou um exercício mais deliberado de engenharia social na medida em que seu significado simbólico passou a prevalecer sobre seu uso real, como o testemunham os vários movimentos para “nativizá-la” ou tornar seu vocabulário mais “verdadeiramente” nacional, dos quais a luta dos governos franceses contra o *franglais* é o exemplo recente melhor conhecido. As paixões que movem esses movimentos são fáceis de ser entendidas, mas elas não têm nada a ver com a prática de falar, entender e escrever ou mesmo com o espírito da literatura. O

norueguês influenciado pelo dinamarquês foi e continua a ser o principal meio da literatura norueguesa. A reação contra essa língua, no século XIX, foi nacionalista. Como é mostrado pelo seu tom, a declaração do Cassino Alemão de Praga de que aprender tcheco — então falado por 93% da população da cidade — era *traição*,¹⁹ não é uma declaração sobre comunicações. Os entusiastas galeses, que estão até hoje dando nomes em seu idioma para lugares que jamais tiveram algum nome galês até hoje sabem muito bem que os que falam o idioma não precisam “galecizar” o nome de Birmingham mais do que o de Bamako ou qualquer outra cidade estrangeira. Todavia, qualquer que seja a motivação da construção e manipulação planejada da língua e qualquer que seja o grau de transformação visualizado, o poder estatal é essencial.

Pois como poderia o nacionalismo romeno insistir em suas origens latinas, em 1863 (marcando a diferença dos vizinhos eslavos e magiães), escrevendo e imprimindo em letras romanas em vez de usar o cirílico comum, fora do poder do Estado? (O chefe de polícia de Metternich, conde Sedlnitzky, praticou uma forma parecida de política cultural e lingüística subsidiando a impressão de trabalhos religiosos ortodoxos em caracteres latinos e não em cirílico, para desmobilizar as tendências pan-eslavas entre os eslavos do império Habsburgo.)²⁰ Como poderiam os idiomas domésticos ou rurais ser transformados em linguagens capazes de competir com as línguas prevaletentes da cultura nacional ou mundial — para não mencionar as línguas virtualmente não existentes a que se conferiu realidade — sem o apoio da autoridade do reconhecimento público dado pela educação ou administração? Qual teria sido o futuro do hebraico se o mandato britânico não tivesse, em 1919, aceitado esse idioma como uma das três línguas oficiais da Palestina, em um tempo em que o número de pessoas que efetivamente falavam hebraico como linguagem diária não passava de 20 mil? O que poderia ter remediado o fato observado de que, na medida em que as linhas lingüísticas se congelavam na Finlândia por volta do final do século XIX, “a proporção de intelectuais que falavam sueco era muito maior do que o faziam as pessoas comuns” — isto é, que finlandeses cultos continuavam a achar o sueco mais útil do que sua língua materna — senão um sistema de educação secundário e mesmo superior?²¹

Contudo, as línguas têm um número considerável de usos práticos e socialmente diferentes e, por mais que sejam simbólicas das aspirações nacionais, as atitudes em relação à língua escolhida como a oficial para fins administrativos, educacionais e outros diferem em suas conseqüências. Lembremo-nos, uma vez mais, de que o elemento controverso é a língua *escrita*, ou a língua falada para fins públicos. A(s) língua(s) falada(s) dentro da esfera privada de comunicação não enseja(m) maiores problemas, mesmo quando coexiste(m) com línguas públicas, já que cada uma ocupa seu próprio espaço, como sabe toda criança que muda do idioma que utiliza para falar com seus pais para aquele adequado para falar com professores e amigos.

Além disso, enquanto a extraordinária mobilidade geográfica e social do período forçou, ou encorajou, um número sem precedentes de homens — e mesmo de mulheres, não obstante seu confinamento à esfera privada — a aprender novas línguas, esse processo em si mesmo não levantou questões ideológicas a não ser quando uma língua foi deliberadamente *rejeitada* e outra *substituída*, geralmente (na verdade, quase universalmente) como um meio de entrar na cultura mais ampla ou em uma classe social mais alta, identificada com outra língua. Certamente foi esse o caso mais freqüente, como aconteceu com as classes médias assimiladas de judeus *ashkenazim* da Europa central e ocidental, que tinham orgulho de não falar nem entender o ídiche, e também possivelmente com famílias de numerosos e apaixonados nacionalistas ou nacional-socialistas da Europa central em um ponto de sua trajetória, cujos sobrenomes indicam uma origem obviamente eslavônica. Contudo, era mais freqüente as línguas novas e antigas viverem em simbiose, cada uma em sua própria esfera. Para a classe média educada de Veneza, falar italiano não implicava desistir de falar vêneto em casa ou no mercado, não mais do que o bilingüismo sugeria uma traição à sua língua originária galesa a Lloyd George.

A língua falada não apresentava, assim, um problema político de maior importância, seja para os estratos mais altos da sociedade, seja para as massas de trabalhadores. As pessoas do topo falavam as línguas da cultura universal e, se seu próprio vernáculo ou língua familiar não era nenhuma dessas, os homens — e, no

começo de 1900, também as mulheres — aprendiam uma ou várias delas. Eles falariam naturalmente a língua nacional padrão no modo “culto”, com ou sem sotaque e com um toque do vocabulário regional, mas sempre de um modo que os identificasse como membros de sua classe social.²² Podiam ou não falar a gíria, o dialeto ou o vernáculo das classes baixas com quem mantinham contato, dependendo de suas próprias origens familiares, lugar de residência, forma de educação, das convenções de sua classe e, é claro, dependendo da extensão na qual a comunicação com as classes baixas requeria conhecimento de sua(s) língua(s) ou de algum *créole* ou *pidgin*. O *status* oficial dessas línguas era pouco importante se, qualquer que fosse a língua de uso oficial e cultural, esta estivesse à sua disposição.

Para os analfabetos, que faziam parte do povo comum, o mundo de palavras era inteiramente oral e, conseqüentemente, a língua de qualquer escrito, oficial ou não, não tinha outro significado a não ser o de lembrá-los crescentemente de sua falta de conhecimento e poder. A reivindicação dos nacionalistas albaneses, de que sua língua não deveria ser escrita em caracteres gregos ou árabes mas sim no alfabeto latino, o que não implicava inferioridade nem para gregos nem para turcos, era obviamente pouco importante para pessoas que não podiam ler nenhum alfabeto. Na medida em que pessoas de diferentes terras natais se relacionavam e que a auto-suficiência dos vilarejos degradava, tornou-se sério o problema de achar uma língua comum para comunicação — não tanto para as mulheres, confinadas a um meio restrito, e menos ainda para aqueles que colhiam e os que criavam animais —, e a forma mais fácil de resolvê-lo era a de aprender o suficiente de uma (ou da) língua nacional. Mais ainda quando as duas grandes instituições da educação de massa, a escola primária e o exército, trouxeram algum conhecimento da língua oficial para cada lar.²³ Não é surpreendente que as línguas de uso puramente local ou socialmente restritas perdessem terreno para as línguas de uso mais amplo. Nem existem quaisquer evidências de que essas mudanças e adaptações lingüísticas encontrassem alguma resistência de baixo. Entre duas línguas, aquela que é mais amplamente usada tem vantagens amplamente reconhecidas e aparentemente nenhuma desvantagem, mais ainda por não haver nada

para impedir o uso da língua materna entre os que falavam uma só língua. No entanto, o bretão que falasse uma só língua estava perdido se saísse da área natal e de suas ocupações tradicionais. Em outros lugares, estaria um pouco melhor do que um animal estúpido: um fardo de músculos mudo. Do ponto de vista de homens pobres que procuravam trabalho ou melhoria no mundo moderno, não havia nada de errado com os camponeses que se tornavam franceses ou polacos e italianos em Chicago aprendendo inglês e desejando ser americanos.

Se eram óbvias as vantagens em conhecer uma língua não local, mais inegáveis ainda eram as que advinham da alfabetização em uma língua de circulação ampla, especialmente em uma língua universal. As pressões que existem na América Latina para a educação em língua vernácula indígena, às quais falta uma escrita, não vêm dos índios, mas sim de intelectuais indigenistas. Ser monolíngüe é estar acorrentado, a não ser que sua língua local seja de fato uma língua mundial. As vantagens de saber francês eram tantas na Bélgica de 1846 a 1910, que mais flamengos tornaram-se bilíngües do que pessoas que falavam francês aprenderam flamengo.²⁴ O declínio de línguas localizadas e de baixa circulação não precisa ser explicado pela hipótese da opressão lingüística nacional. Pelo contrário, os esforços admiráveis e sistemáticos para mantê-las, com muito custo, não apenas permitiram que declinassem mais vagarosamente: sorbiano, reto-romano (vomanche/*ladinsch*) ou o gaélico escocês. A despeito das amargas lembranças de intelectuais do vernáculo que foram proibidos, por professores pouco imaginativos, de usar seu *patois* ou sua língua nas salas de aula onde se ministravam as lições em inglês ou francês, não há evidência de que os pais de alunos, *en masse*, preferissem uma educação exclusivamente em sua própria língua. É claro que a obrigação de ser educado exclusivamente em outra língua de circulação limitada — por exemplo, em romeno e não em búlgaro — deve ter encontrado maiores resistências.

Dai não haver entusiasmo especial pelo nacionalismo lingüístico nem por parte da aristocracia ou grande burguesia nem por parte dos camponeses ou trabalhadores. A *grande bourgeoisie*, como tal, não estava necessariamente comprometida nem com o chauvinismo imperialista nem com o nacionalismo dos povos pe-

quenos, as duas variantes do nacionalismo que chegaram à cena no final do século XIX — e menos ainda com o zelo lingüístico de pequenas nações. A burguesia flamenga em Gand ou Antuérpia era, e talvez ainda seja, deliberadamente francófona e anti-*flamingant*. Os industriais poloneses, e muitos deles se consideravam mais alemães ou judeus do que poloneses,²⁵ viram claramente que seus interesses econômicos eram melhor atendidos se fornecessem à grande Rússia e outros mercados supranacionais, a tal ponto que isso fez Rosa de Luxemburgo enganar-se subestimando a força do nacionalismo polonês. A classe comerciante escocesa, por mais que fosse orgulhosa do modo de ser escocês, teria considerado qualquer sugestão de abolir a União de 1707 como idiote sentimental.

Como vimos, as classes operárias dificilmente se motivariam em torno das questões da língua como tal, embora esta pudesse muito bem servir como símbolo para outros tipos de fricção entre grupos. O fato de a maioria dos trabalhadores de Gand e Antuérpia não poderem sequer se comunicar com seus colegas de Liège e Charleroi sem tradução não os impediu de, juntos, formarem um único movimento operário, no qual a língua causou tão poucos problemas que um trabalho corrente sobre o socialismo na Bélgica, escrito em 1903, apenas se refere à questão flamenga, uma situação que hoje seria inconcebível.²⁶ De fato, no Sul de Gales, os interesses liberais burgueses e operários juntaram-se para resistir às tentativas do liberalismo nacionalista do Norte de Gales do jovem Lloyd George em identificar o modo de ser galês com a língua galesa, e o Partido Liberal — o partido nacional do principado — com sua defesa. Foram bem-sucedidos na década de 1890.

As classes que defendiam o uso oficial do vernáculo escrito ou se expressavam nessa língua eram os estratos médios mais pobres, porém cultos, que incluíam aqueles que tinham adquirido o *status* de baixa classe média precisamente por ocuparem empregos não-manuais que requeriam escolaridade. Os socialistas do período sabiam bem do que falavam quando incluíam o prefixo “pequeno-burguês” ao falarem de “nacionalismo”. As linhas de frente da batalha do nacionalismo lingüístico eram reforçadas pelo jornalismo provincial, pelos professores de escola e pelos

aspirantes de oficiais subalternos. As batalhas da política Habsburgo foram travadas a respeito da língua do ensino nas escolas secundárias ou da nacionalidade dos que ocupariam os empregos de mestres efetivos, quando a contenda nacional tornava metade do império da Áustria virtualmente ingovernável. Foi quando os ativistas pan-germânicos ultranacionalistas do império de Guilherme II passaram a recrutar fortemente os instruídos (mas os *Oberlehrer* e não os professores) e semi-instruídos de uma sociedade socialmente móvel e em expansão.

Não desejo reduzir o nacionalismo lingüístico a uma questão de empregos, como fizeram os liberais materialistas vulgares quando reduziam a questão da guerra aos lucros das empresas de armamentos. Contudo, nem o nacionalismo nem a oposição a ele podem ser plenamente entendidos a menos que vejamos as línguas vernáculas como interesses constituídos das classes com menos passagem por exames. Além disso, cada passo que dava ao vernáculo uma melhor posição oficial, especialmente como uma língua de ensino, multiplicava o número de homens e mulheres que poderiam partilhar desses interesses constituídos. A criação de províncias essencialmente lingüísticas na Índia pós-independência e a resistência à imposição de uma das línguas vernáculas (o hindu) como língua nacional refletem, ambas, esta situação: dentro da província de Tamilnadu a educação em tâmil abre as carreiras públicas estatais, enquanto que a manutenção do inglês não coloca uma pessoa culta tâmil em desvantagem nacional em relação a outras educadas em qualquer outra língua vernácula. Daí o fato de o momento crucial da criação da língua como um trunfo potencial não estar em sua aceitação como meio de educação primária (embora isso crie automaticamente um corpo de professores primários e doutrinadores da língua) mas sim sua aceitação como meio de educação secundária, tal como foi conseguido em Flandres e na Finlândia na década de 1880. Pois como se davam conta os nacionalistas finlandeses, era isso que vinculava a mobilidade social ao vernáculo, e, portanto, ao nacionalismo lingüístico. “Foi em grande parte em Antuérpia e em Gand que uma geração nova e com mentalidade secular, educada nas escolas secundárias públicas em flamengo... que produziu muitos dos indivíduos e grupos que formaram e sustentaram a ideologia *flamingant*.”²⁷

No entanto, ao criar os estratos médios gentílicos, o progresso lingüístico deixou claros a inferioridade, a insegurança de *status* e o ressentimento tão característicos dos estratos médios baixos, fazendo o novo nacionalismo ser muito atraente para eles. Assim, as novas classes instruídas flamengas encontraram-se posicionadas entre as massas flamengas, cujos elementos mais dinâmicos foram levados a assumir o francês pelas vantagens práticas de conhecer esta língua, e os níveis superiores da administração, da cultura e dos negócios belgas, que se conservaram firmemente de língua francesa.²⁸ O próprio fato de um flamengo precisar ser bilíngüe para conseguir um posto, enquanto uma pessoa de língua francesa necessitava apenas de uma vaga noção da outra língua, se tanto, expunha a inferioridade da língua menor, como mais tarde aconteceu em Quebec (onde havia empregos que requeriam, genuinamente, o bilingüismo, os que falavam línguas menores estariam, portanto, em desvantagem, eram normalmente subalternos).

Seria possível esperar que os flamengos, como os de Quebec, com a demografia a seu favor, olhassem o futuro com mais confiança. Pois, afinal de contas, eles estavam mais favorecidos a esse respeito do que os povos que falavam idiomas rurais declinantes e antigos como o irlandês, o bretão, o basco, o frisão, o romanche e mesmo o galês, que, por si sós, claramente não pareciam ser competidores efetivos na luta interlingüística pela existência, no sentido puramente darwinista. O flamengo e o francês canadense não eram, em sentido nenhum, línguas ameaçadas, mas os que falavam não requeriam uma elite sociolingüística e, por outro lado, os que falavam a língua dominante não reconheciam os usuários instruídos da língua vernácula como uma elite. Não era a sua língua que estava ameaçada, mas posição social e o *status* das classes médias *flamingants* ou de Quebec. Apenas a proteção política poderia levantá-los.

A situação não era essencialmente diferente nos casos em que a questão lingüística se definia como a defesa de um idioma que declinava — freqüentemente, um idioma que, como o basco ou galês, estava virtualmente em ponto de extinção nos novos centros urbano-industriais do país. Certamente, a defesa da antiga língua significava a defesa dos velhos costumes e tradições contra

as subversões da modernidade: daí o apoio que movimentos como os dos bretões, flamengos e bascos receberam dos sacerdotes católicos romanos. Nessa medida eles não eram simplesmente movimentos de classes médias. No entanto, o nacionalismo lingüístico basco não era um movimento do campo tradicional, em que as pessoas ainda falavam a língua que o fundador do Partido Nacional Basco, ele próprio de fala hispânica, aprendeu quando adulto. O campesinato basco não tinha o menor interesse no novo nacionalismo. Suas raízes estavam no “meio (urbano e da costa) conservador, católico e pequeno-burguês”,²⁹ que reagia contra a ameaça da industrialização e do socialismo ateu, proletário e imigrante que vinha com ela, enquanto rejeitavam a grande burguesia basca, cujos interesses estavam atados à monarquia espanhola. Ao contrário do autonomismo catalão, o PNV tinha apenas um apoio muito fraco na burguesia. E a reivindicação à singularidade lingüística e racial na qual o nacionalismo basco se baseava é daquelas que soam familiares a qualquer *connoisseur* da direita radical pequeno-burguesa: os bascos seriam superiores aos outros povos em virtude de sua *pureza* racial, demonstrada pela singularidade de sua língua, que indicaria a recusa a misturar-se com outros povos, sobretudo com árabes e judeus. Algo muito parecido pode ser dito sobre os movimentos de um nacionalismo croata exclusivista, que, emergindo em pequena escala na década de 1860 (“apoiado pela pequena burguesia, especialmente por pequenos varejistas e negociantes”), ganhou alguma base durante a grande depressão do final do século XIX, novamente entre o mesmo tipo de baixa classe média economicamente comprimida. Ele “espe lhava a oposição da pequena burguesia ao iugoslavismo visto como ideologia da burguesia mais próspera”. Desde que nem a língua nem a raça estavam disponíveis para marcar a diferença entre o povo escolhido e o resto, uma missão histórica da nação croata para defender o cristianismo contra a invasão do Leste serviu para fornecer o senso de superioridade necessário aos estratos carentes de autoconfiança.³⁰

Os mesmos estratos sociais formaram o âmago daquela sub- variedade de nacionalismo, os movimentos políticos de anti-semitismo que apareceram nas duas últimas décadas do século, especialmente na Alemanha (Stöcker), na Áustria (Schönerer, Lue-

ger) e na França (Drumont e o caso Dreyfus). A incerteza sobre seu *status* e definição, a insegurança de grandes estratos situados entre os sem dúvida filhos e filhas de trabalhadores manuais e os sem dúvida membros da classe alta e média-alta, a supercompensação pelos reclamos de singularidade e superioridade ameaçados por trabalhadores, por indivíduos e Estados estrangeiros, por imigrantes, por capitalistas e financistas prontamente identificados com judeus, que também eram vistos como agitadores revolucionários — tudo isso forneceu os vínculos entre os estratos médios mais medíocres e um nacionalismo militante, que pode quase ser definido como resposta a tais ameaças. Pois esses estratos médios consideravam-se em luta e em perigo. A palavra-chave no vocabulário político da direita francesa na década de 1880 não era “família”, “ordem”, “tradição”, “religião”, “moralidade” ou qualquer outro termo semelhante. De acordo com os analistas, essa palavra era “ameaça”.³¹

Entre os estratos médios mais baixos, portanto, o nacionalismo sofreu uma mutação: de um conceito associado ao liberalismo e à esquerda para um movimento da direita chauvinista, imperialista e xenófoba ou, mais precisamente, da direita radical, uma mutação mais prontamente observável no uso ambíguo de termos tais como “*patrie*” e “patriotismo” na França da década de 1870.³² O próprio termo “nacionalismo” foi cunhado para refletir a emergência desta tendência, especialmente na França e pouco depois na Itália, onde as línguas românicas prestaram-se a essa formação.³³ Pelo final do século esses termos pareciam ser bastante novos. Contudo, mesmo onde houve continuidade, como nas organizações de ginástica de massa do nacionalismo alemão, os *Turner*, a mudança para a direita dos anos 1890 pode ser medida seguindo-se a trilha do espraiamento do anti-semitismo do ramo austríaco para o germânico e a substituição da bandeira tricolor (preta-branca-vermelha) pela bandeira nacional-liberal (preta-vermelha-amarela) de 1848, além do novo entusiasmo pelo expansionismo imperial.³⁴ Pode ser um assunto de debate o quanto o centro de gravidade de tais movimentos estava alto na escala das classes médias — por exemplo, “o da rebelião de grupos da baixa e média burguesia urbana contra o que consideravam como um proletariado hostil em ascensão”,³⁵ o que jogou a Itália na Primei-

ra Guerra Mundial. Mas pesquisas sobre a composição dos fascismos alemão e italiano não deixam dúvidas de que esses movimentos tiravam sua força, essencialmente, dos estratos médios.³⁶

Além disso, embora nos poderes e Estados-nações estabelecidos o zelo patriótico fosse mais do que bem-vindo para governos comprometidos com a expansão imperial e com a rivalidade nacional contra outros Estados, vimos que esses sentimentos eram autóctones e, portanto, não inteiramente manipuláveis de cima. Poucos governos, mesmo antes de 1914, foram tão chauvinistas quanto os ultranacionalistas que os pressionavam nessa direção. E, mesmo assim, não houve governos que tenham sido criados pelos ultras.

No entanto, se o governo não podia controlar inteiramente o novo nacionalismo e este não podia ainda controlar os governos, a identificação com o Estado era essencial ao nacionalismo pequeno-burguês e classes médias baixas. Se não tinham ainda um Estado, a independência nacional lhes daria a posição que julgavam merecer. Pregar o retorno da Irlanda à sua antiga língua não seria mais um *slogan* propagandístico para os homens e mulheres que estudavam gaélico elementar em turmas noturnas, em Dublin, e ensinavam o que tinham acabado de aprender para outros militantes. Como a história do Estado Livre Irlandês iria demonstrar, saber o gaélico tornou-se uma qualificação para todos os empregos públicos, menos os muito subalternos, e passar nos exames de irlandês seria, portanto, o critério para pertencer às classes intelectuais e profissionais. Se eles já vivessem em um Estado-nação, o nacionalismo dava-lhes a identidade social que os proletários obtinham de seu movimento de classe. Poder-se-ia sugerir que a autodefinição das classes médias baixas — tanto aqueles que eram fracos, como artesãos e pequenos comerciantes, quanto os que tinham ocupações profissionais e de colarinho branco, ou seja, estratos sociais tão recentes quanto os dos trabalhadores e que vinham da expansão sem precedentes da educação superior — não era tanto uma definição de classe como a de um corpo dos mais zelosos, leais e “respeitáveis” filhos e filhas da pátria.

Qualquer que fosse o nacionalismo que apareceu nos cinquenta anos antes de 1914, todas as suas versões têm algo em

comum: a rejeição dos novos movimentos socialistas proletários, não apenas porque eram proletários mas também porque eram, cônica e militantemente, *internacionalistas* — ou, no mínimo, não nacionalistas.³⁷ Nada parecia mais lógico, portanto, do que ver os apelos do nacionalismo e do socialismo como mutuamente exclusivos, e o avanço de um como equivalente ao recuo do outro. E a versão consagrada entre historiadores é de fato que, nesse período, o nacionalismo de massa triunfou contra suas ideologias rivais, especialmente o socialismo com base de classe, como ficou demonstrado pela irrupção da guerra de 1914, a qual revelou o vazio do socialismo internacionalista, e pelo generalizado triunfo do “princípio da nacionalidade” nos acordos de paz que se seguiram ao término da guerra.

No entanto, e de modo oposto às afirmações comuns, os vários princípios nos quais o apelo político de massas estava baseado — especialmente o apelo de classe dos socialistas, o apelo confessional das religiões e o apelo da nacionalidade — não eram mutuamente exclusivos. Não havia nem mesmo uma linha estrita que distinguisse uns dos outros, mesmo no caso em que ambos os lados tendiam a insistir em uma incompatibilidade *ex officio*: a religião e o socialismo ateu. Homens e mulheres não escolhiam suas identidades como escolhiam sapatos, sabendo que se pode apenas colocar um par por vez. Eles tinham simultaneamente, como ainda têm, várias adesões e lealdades, entre as quais a nacionalidade, e estão simultaneamente interessados em vários aspectos da vida, e qualquer destes pode se tornar mais importante que os outros, dependendo da ocasião. Por longos períodos de tempo esses diferentes vínculos não representariam exigências incompatíveis para uma pessoa, de modo que um homem poderia não ter problema algum em sentir-se filho de irlandês, marido de uma alemã, membro de uma comunidade mineira, um trabalhador, um torcedor do Barnsley Football Club, um liberal, um metodista, um inglês patriota, um possível republicano e um apoiador do império britânico.

Foi apenas quando uma dessas lealdades passou a conflitar diretamente com outra, ou outras, que surgiu o problema entre elas. A minoria dos militantes comprometidos politicamente seria naturalmente mais sensível a tais incompatibilidades, de modo

que é seguro dizer que agosto de 1914 foi uma experiência bem menos traumática para a maioria dos trabalhadores britânicos, franceses e alemães do que para os líderes dos seus partidos socialistas, simplesmente porque — devido a razões já parcialmente discutidas aqui (ver capítulo 3, pp. 109 e 110) — parecia compatível, aos trabalhadores comuns, apoiar seu próprio governo na guerra e expressar sua consciência de classe e sua hostilidade aos empregadores. Os mineiros do Sul do País de Gales chocaram seus líderes revolucionários, sindicalistas e internacionalistas ao aderirem tão rapidamente à bandeira quanto tinham aderido a uma greve geral nas minas menos de um ano antes, surdos à acusação de que não eram patriotas. Contudo, até mesmo os militantes podem, sem problemas, compatibilizar o que os teóricos consideram incompatível: por exemplo, o nacionalismo francês e a lealdade total à União Soviética, como muitos dos militantes do Partido Comunista Francês já mostraram.

Na verdade, o fato de os novos movimentos políticos de massa — nacionalistas, socialistas, confessionais ou outros — estarem, freqüentemente, competindo pelas mesmas massas sugere que seu eleitorado potencial estava disposto a responder a várias interpelações. A aliança entre o nacionalismo e a religião é óbvia o suficiente, especialmente na Irlanda e na Polônia. Qual deles é o mais básico? A resposta está longe de ser clara. Muito mais surpreendente e pouco notada é a grande contigüidade entre os apelos da insatisfação nacional e social que Lenin, com seu habitual olho penetrante para realidades políticas, transformou em um dos fundamentos da política comunista no mundo colonial. Os bem conhecidos debates marxistas internacionais sobre a “questão nacional” não são meramente sobre a interpelação de *slogans* nacionalistas a trabalhadores que deveriam ouvir somente o chamado do internacionalismo e da classe. Eram também, e talvez de forma mais imediata, sobre como tratar partidos de classe operária que simultaneamente apoiavam demandas nacionalistas e socialistas.³⁸ Além disso, é agora evidente que — embora isto não figurasse então nos debates — havia inicialmente partidos socialistas que eram, ou se tornaram, *os principais veículos dos movimentos nacionais de seus povos*, tal como existiam partidos camponeses orientados socialmente que desenvolveram naturalmente

uma dimensão nacionalista, como na Croácia. Em resumo, a unidade da liberação socialista e nacionalista com a qual Connolly sonhou na Irlanda — e a qual não conseguiu liderar — foi conseguida, na realidade, em outro lugar.

Pode-se ir além. A combinação das reivindicações sociais e nacionais, como um todo, provaram ser bem mais efetivas como mobilizadoras da independência do que o puro apelo do nacionalismo, o qual se limitava às classes médias baixas descontentes, as únicas para quem ele substituíria — ou parecia substituir — um programa simultaneamente social e político.

A Polônia é um caso instrutivo do que estamos discutindo. A restauração do país, depois de um século e meio de partilha, não foi conseguida sob a liderança de nenhum dos movimentos políticos devotados exclusivamente a esse fim, mas sob o Partido Socialista Polonês, cujo líder, o coronel Pilsudski, tornou-se o libertador do país. Na Finlândia, o partido nacional dos finlandeses foi, de fato, o Partido Socialista, que conseguiu 47% dos votos nas últimas eleições (livres) antes da Revolução Russa de 1917. Na Geórgia, foram os mencheviques, outro partido socialista, que adquiriram essa função; na Armênia foram os *dashnaks*, afiliados à Internacional Socialista.³⁹ Entre os judeus da Europa oriental, a ideologia socialista dominou a organização nacional tanto entre os não-sionistas (*bundist*) como nas versões sionistas. Esse fenômeno não estava confinado apenas ao império czarista, onde de fato quase todas as organizações e ideologias que visassem a mudança tinham que se definir, em primeiro lugar, como representando a revolução social e política. Os sentimentos nacionais dos galeses e escoceses no Reino Unido não encontraram expressão em partidos nacionalistas como tais, mas sim nos maiores partidos de oposição do Reino Unido — primeiro nos liberais, depois no trabalhista. Na Holanda (mas não na Alemanha), os sentimentos nacionais, pequenos mas reais, traduziram-se principalmente no radicalismo pequeno-burguês. Conseqüentemente, os frísios estão super-representados na história da esquerda holandesa e, da mesma forma, estão os escoceses e galeses na história da esquerda britânica. O líder mais eminente do primeiro Partido Socialista Holandês, Troelstra (1860-1930), começou sua carreira como poeta na língua frísia e líder do “Jovem Frísia”, um grupo de

revivificação frísia.⁴⁰ Nas décadas recentes, o fenômeno também tem sido observado, embora esteja escondido, até certo ponto, na tendência que têm os velhos partidos e movimentos nacionalistas pequeno-burgueses — originalmente vinculados com as ideologias de direita (como no País de Gales, Euskadi, Flandres e outros) — de colocá-lo no hábito da moda da revolução social e do marxismo. No entanto, o veículo principal das reivindicações nacionais tâmil na Índia — o DMK — começou sua vida como um partido regional socialista em Madras; transformações semelhantes podem infelizmente ser detectadas na esquerda de Sri Lanka, na direção de um chauvinismo cingalês.⁴¹

Os exemplos acima são citados não para constatar a relação dos elementos nacionalistas e socialistas em tais movimentos, a qual, de modo bastante justificável, trazia preocupações e problemas para a Internacional Socialista. Servem para demonstrar que os movimentos de massa podiam, simultaneamente, esperar aspirações que pensamos ser mutuamente exclusivas. De fato, ao fazer um apelo basicamente social-revolucionário, tais movimentos poderiam formar a matriz daquilo que se tornaria, oportunamente, os movimentos de massa nacionais de seus povos.

De fato, o caso mais freqüentemente citado como a prova da supremacia do apelo nacional sobre o apelo de classe exemplifica, na realidade, a complexidade das suas relações mútuas. Graças à excelente pesquisa já feita, estamos hoje bem informados sobre um caso crucial para julgar esse conflito de idéias: o império multinacional Habsburgo.⁴² Nas linhas que se seguem, sumarizo uma interessante exploração de opinião feita por Peter Hanák, baseada na análise de um grande número de cartas, trocadas entre soldados e suas famílias, censuradas e confiscadas durante a Primeira Guerra Mundial em Viena e Budapeste.⁴³ Nos primeiros anos, não havia muito nacionalismo nem antimonarquismo entre os correspondentes, exceto para aqueles que pertenciam a uma *irredentia*, como os sérvios (notadamente aqueles da Bósnia e da Voivodina), os quais geralmente simpatizavam com o reino da Sérvia enquanto sérvios, e com a sagrada Rússia enquanto eslavos e ortodoxos; entre os italianos e — depois da entrada da Romênia na guerra — entre os romenos. A base social da hostilidade sérvia à Áustria era claramente popular, mas a maioria das cartas nacio-

nalistas entre italianos e romenos vinha da classe média e da *intelligentsia*. A única outra dissidência nacional de importância era encontrada entre os tchecos (a julgar pelas cartas dos prisioneiros de guerra, que incluíam com certeza um grande grupo de desertores patriotas). No entanto, mais da metade dos inimigos ativos dos Habsburgo, e dos voluntários das forças tchecas na Rússia, vinha da classe média e da *intelligentsia*. (As cartas da Boêmia para os prisioneiros eram muito mais cautelosas e, portanto, menos instrutivas.)

Os anos da guerra — mas especialmente a primeira Revolução Russa — revelaram dramaticamente o conteúdo político da correspondência interceptada. De fato, os relatórios dos censores a respeito da opinião pública observavam unanimemente que a Revolução Russa era o primeiro acontecimento político, desde o advento da guerra, cujas ondas de choque atingiam as camadas mais baixas do povo. Entre os ativistas de algumas nacionalidades oprimidas, como os poloneses e os ucranianos, o acontecimento dava esperanças para a reforma — e talvez mesmo até para a independência. Contudo, o espírito dominante era formado pelo desejo de paz e de transformação social.

As opiniões políticas que agora começam a aparecer — até mesmo nas cartas dos trabalhadores, camponeses e mulheres trabalhadoras — são melhor analisadas em termos de três oposições binárias encadeadas: rico-pobre (ou senhor-camponês, patrão-operário), guerra-paz e ordem-desordem. Os liames entre eles, ao menos nas cartas, são óbvios: o rico vive bem e não serve no exército, os pobres estão à mercê dos ricos e poderosos, das autoridades do Estado, do exército e assim por diante. A novidade está não apenas na maior frequência de queixas, no sentido de que de diferentes modos os pobres uniformizados e no *front* doméstico estavam sendo igualmente maltratados, mas sobretudo no sentido de que essa expectativa revolucionária de mudanças fundamentais era agora disponível como uma alternativa à aceitação passiva do destino.

O tema fundamental na correspondência dos pobres era a guerra como uma destruição e uma ruptura na *ordem de vida e de trabalho*. Conseqüentemente, em uma hostilidade à guerra, ao serviço militar, à economia de guerra, etc., e um desejo de paz. Mas,

novamente, encontramos a queixa transformada em resistência. “Se ao menos o bom Deus nos trouxesse a paz de novo” transforma-se em “já tivemos o bastante” ou “eles dizem que os socialistas vão fazer a paz”.

Os sentimentos nacionais aparecem apenas indiretamente nesses argumentos principalmente porque, para citar Hanák, “até 1918 o sentimento nacional vigente em amplas massas do povo não havia ainda se cristalizado como um componente estável da consciência, ou porque as pessoas ainda não estavam conscientes da discrepância entre a lealdade ao Estado e a lealdade à nação, ou, ainda, não haviam feito uma escolha clara entre as duas”.⁴⁴ A nacionalidade aparecia mais freqüentemente como um aspecto do conflito entre ricos e pobres, especialmente quando os dois pertenciam a diferentes nacionalidades. Todavia, mesmo onde havia o tom nacional mais forte — como nas cartas dos tchecos, sérvios e italianos — encontramos também um desejo generalizado de transformação social.

Não vou me referir às detalhadas instruções dos censores sobre os mutáveis climas de opinião no ano de 1917. Mas é instrutiva a análise de Hanák sobre uma amostra de 1500 cartas escritas entre meados de novembro de 1917 e a metade de março de 1918 — isto é, depois da Revolução de Outubro. Dois terços dessas cartas foram escritas por trabalhadores e camponeses, e um terço por intelectuais, o que correspondia aproximadamente às proporções nacionais da composição nacional da monarquia; 18% dessas cartas referem-se, basicamente, ao tema social; 10% ao desejo de paz; 16% à questão nacional e à atitude diante da monarquia, e 56% representam uma combinação dos seguintes temas: pão e paz — se posso simplificar o tema — 29%; pão e nação, 9%; paz e nação, 18%. Assim, o tema social aparece em 56% das cartas; o tema da paz em 57%; e o tema nacional em 43% delas. A ênfase social e, de fato, revolucionária, é particularmente forte nas cartas dos tchecos, húngaros, eslovacos, alemães e croatas. A paz — que um terço das cartas esperava receber da Rússia, um terço da revolução e outros 20% de uma combinação de ambos — naturalmente surgia como apelo a correspondentes de todas as nacionalidades, com uma qualificação à qual darei atenção. Das cartas que tratavam do tema nacional, 60% representavam a hostilidade

ao império e o desejo variavelmente definido pela independência, e 40% eram leais a ele — ou melhor, se omitirmos os alemães e húngaros, 28% eram leais; 35% das cartas “nacionais” esperavam a independência como um resultado da vitória aliada, mas 12% ainda acreditavam que o que desejavam era passível de ser alcançado no quadro na monarquia.

Como se poderia esperar, os desejos de paz e da revolução social estavam juntos, especialmente entre alemães, tchecos e húngaros. Contudo, as aspirações nacionais pela paz pareciam depender muito da vitória aliada. De fato, durante as negociações de Brest-Litovsk, muitas cartas nacionalistas desaprovavam, por essa razão, um acordo imediato de paz. Isso é evidente nas cartas das elites tchecas, polonesas, italianas e sérvias. O período no qual a Revolução de Outubro provocou seu primeiro impacto foi também o período no qual o elemento social na opinião política estava em seu ponto mais forte, mas ao mesmo tempo um momento no qual — como concordam Zeman e Hanák — os elementos nacionais e sociais presentes na aspiração à revolução começaram a divergir e conflitar. As grandes greves de janeiro de 1918 marcaram uma espécie de ponto crítico. Em certo sentido, como Zeman observou, ao decidir suprimir a agitação revolucionária e continuar uma guerra perdida, as autoridades da monarquia Habsburgo asseguravam que haveria uma Europa wilsoniana e não uma Europa soviética. Contudo, mesmo quando o tema nacional finalmente se tornou dominante na consciência popular, no curso de 1918, ele não estava separado do tema social ou oposto a ele. Enquanto a monarquia desmoronava, para a maioria dos pobres ambos os dois temas estavam juntos.

O que pode ser concluído deste breve exame? *Primeiro*, que ainda sabemos muito pouco sobre o que significava a consciência nacional para as massas das nacionalidades envolvidas. Para descobri-la precisaríamos de muito mais pesquisas do tipo que Hanák fez ao mergulhar nas cartas censuradas; mas, antes disso, precisamos de um olhar frio e desmistificador dirigido à terminologia e à ideologia que cerca a “questão nacional” nesse período, particularmente em sua variante nacionalista. *Segundo*, que a aquisição de uma consciência nacional não pode ser separada da aquisição de outras formas de consciência social e política nesse período: todas

estão juntas. *Terceiro*, que o desenvolvimento de uma consciência nacional (fora das classes e casos identificados com o nacionalismo integralista ou de extrema direita) não é nem linear nem feito necessariamente à custa de outros elementos da consciência social. Visto da perspectiva de agosto de 1914, poder-se-ia concluir que a nação e o Estado-nação haviam triunfado sobre todas as lealdades sociais e políticas rivais. Poderia alguém dizer a mesma coisa da perspectiva de 1917? O nacionalismo foi vitorioso nas nacionalidades anteriormente independentes da Europa beligerante, na medida em que, em 1918, falharam os movimentos que refletiam as preocupações reais dos povos pobres da Europa. Quando isso aconteceu, os estratos médios e médio-baixos das nacionalidades oprimidas estavam na posição de se tornarem as elites dirigentes dos novos pequenos Estados wilsonianos independentes. A independência nacional sem a revolução social era, sob o pálio da vitória aliada, uma posição de recuo possível para aqueles que tinham sonhado com uma combinação de ambas. Na maioria dos Estados beligerantes derrotados ou semiderrotados não havia essa posição de recuo. Aí, o colapso levou à revolução social. Os soviets e mesmo as repúblicas soviéticas de vida curta eram encontrados não entre tchecos e croatas, mas na Alemanha, na Áustria alemã e na Hungria — e sua sombra estendeu-se à Itália. Lá, o nacionalismo ressurgiu não como um substituto mais suave para a revolução social, mas como uma mobilização de ex-oficiais e civis da classe média e da baixa classe média para a contra-revolução. Emergia como a matriz do fascismo.

NOTAS

1. K. Renner, *Staat und Nation*, p. 89.
2. *Ibidem*, p. 9.
3. Cf. Th. Schieder, Typologie und Erscheinungsformen des Nationalstaats", in H. A. Winkler (org.), *Nationalismus* (Königstein im Taunus, 1985), p. 128.
4. "Todos os membros do soberano (povo) podem ocupar todos os cargos (públicos); é desejável que todos os preenham rotativamente, antes de voltar para suas ocupações agrícolas ou mecânicas. O estado de coisas nos confronta com a alternativa que se segue. Se esses cargos são ocupados por homens incapazes de se expressar ou escrever na língua nacional, como é que os direitos dos cidadãos podem ser salvaguardados por documentos, cujos textos contêm erros terminológicos, idéias sem precisão — em resumo, todos os sintomas da ignorância? Se, por outro lado, tal ignorância fosse excluir homens de cargos públicos, logo veríamos o renascimento daquela aristocracia que antes usava o *patois* como um sinal de afabilidade protetora quando estava falando com aqueles que eles chamam insolentemente de 'gentinha' (*les petits gens*). Logo a sociedade estaria mais uma vez infectada do 'tipo certo de gente' (*des gens comme il faut*) ... Entre duas classes separadas, algum tipo de hierarquia se estabelecerá. Por isso a ignorância da língua colocaria em risco o bem-estar social, ou destruiria a igualdade." (Do *Rapport* do Abbé Grégoire, cit. in Fernand Brunot, *Histoire de la Langue Française* [Paris, 1930-1948], vol. IX, I, pp. 207-8).
5. E. Juttikala e K. Pirinen, *A History of Finland* (Helsinki, 1975), p. 176.
6. Devo esses dados, extraídos do Newspaper Press Directory daqueles anos, às pesquisas inéditas da imprensa provincial da Irlanda, 1852-1892, de Mary Lou Legg, do Birkbeck College.
7. Ver "Report of the Commissioners appointed to inquire into the operation of the Sunday Closing (Wales) Act, 1881" (*Parliamentary Papers*, H.o.C., vol. XI, de 1890); K. O. Morgan, *Wales, Rebirth of a Nation 1880-1980* (Oxford, 1982), p. 36.

8. Juttikala e Pirinen, *A History of Finland*, pp. 176-186.
9. Carles Riba, "Cent Anys de Defensa Il·lustració de l'Idioma a Catalunya" (*L'Avenç*, 71, mai. 1984, pp. 54-62). Esse é o texto de uma aula dada em 1939.
10. Francesc Vallverdú, "El Catalá al Segle XIX", *L'Avenç*, 27, mai. 1980), pp. 30-36.
11. H.-J. Puhle, "Baskischer Nationalismus im spanischen Kontext", in H.A. Winkler (org.), *Nationalismus in der Welt von Heute* (Göttingen, 1982), p. 61.
12. Fundo Carnegie para a Paz Internacional: *Report of the International Commission to Enquire into the Cause and Conduct of the Balkan Wars* (Washington, 1914), p. 27.
13. J. Romein, *The Watershed of Two Eras: Europe in 1900* (Middletown, 1878), p. 108. Uma raça "nórdica" sob essa nomenclatura surgiu primeiro na literatura de antropologia classificatória em 1898 (*OED Supplement*: "nordic"). O termo parece pertencer a J. Deniker, *Races et Peuples de la Terre* (Paris, 1900), mas foi adotado pelos racistas, que o acharam conveniente para descrever a raça loura, de cabeça alongada, que associavam com sua superioridade.
14. Jean Finot, *Race Prejudice* (Londres, 1906), pp. v-vi.
15. Lewis Glinert, "Viewpoint: the Recovery of Hebrew" (*Times Literary Supplement*, 17, jun. 1983, p. 634).
16. Cf. Declan Kiberd, *Synge and the Irish Language* (Londres, 1979), e.g. p. 223.
17. Einar Haugen, *Language Conflicts and Language Planning: The Case of Modern Norwegian* (Haia, 1966); do mesmo autor, "The Scandinavian Languages as Cultural Artifacts", in Joshua A. Fishman, Charles A. Ferguson, Jyotindra Das Gupta (orgs.), *Language Problems of Developing Nations* (Nova York-Londres-Sydney-Toronto, 1968), pp. 267-284.
18. J. Bhattacharyya, "Language, Class and Community in Bengal" (*South Asia Bulletin*, VII, 1 e 2, outono 1987, pp. 56-63); S. N. Mukherjee, "Bhadralok in Bengali Language and Literature: an Essay on the Language of Class and Status" (*Bengal Past and Present*, 95, parte II, jul.-dez. 1976, pp. 225-237); J. Das Gupta e John Gumperz, "Language, Communication and Control in North India, in Fishman, Ferguson, Das Gupta (orgs.), *Language Problems*, pp. 151-166.
19. B. Suttner, *Die Badenischen Sprachenverordnungen von 1897*, 2 vols. (Graz-Colônia, 1960, 1965), vol. II, pp. 86-88.
20. J. Fishman, "The Sociology of Language: an Interdisciplinary

- Approach", in T. E. Sebeok (org.), *Current Trends in Linguistics*, vol. 12*** (Haia-Paris, 1974), p. 1755.
21. Juttikala e Pirinen, *A History of Finland*, p. 176.
 22. Nenhum taxista de Viena, ao escutar o dialeto de Ochs von Lerchenau, mesmo sem ver quem fala, teria qualquer dúvida sobre seu *status* social.
 23. Por volta de 1794, Abbé Grégoire notou, com satisfação, que "em geral o francês é falado em nossos batalhões", presumivelmente porque homens de origens regionais diferentes muitas vezes encontravam-se misturados.
 24. A. Zolberg, "The Making of Flemings and Walloons: Belgium 1830-1914" (*Journal of Interdisciplinary History*, vol. 2, 1974, pp. 210-215).
 25. Waclaw Dlugoborski, "Das polnische Bürgertum vor 1918 in vergleichender Perspektive", in J. Kocka (org.), *Bürgertum im 19. Jahrhundert: Deutschland im europäischen Vergleich* (Munique, 1988), vol. I, pp. 266-289.
 26. Jules Destrée e Emile Vanderveelde, *Le Socialisme en Belgique* (Paris, 1903, originalmente 1898). Para ser preciso, a bibliografia de 48 páginas contém um *único* título sobre o problema flamengo — um panfleto eleitoral.
 27. Zolberg, "The Making of Flemings and Wallons", p. 227.
 28. *Ibidem*, pp. 209 e segs.
 29. Puble, "Baskischer Nationalismus", pp. 62-65.
 30. Mirjana Gross, "Croatian National-Integrational Ideologies from the End of Illyrism to the Creation of Yugoslavia" (*Austrian History Yearbook*, 15-16, 1979-1980, pp. 3-44, esp. 18, 20-1, 34 - discussão de A. Suppan).
 31. Antoine Prost, *Vocabulaire des Proclamations Électorales de 1881, 1885 et 1889* (Paris, 1974), p. 37.
 32. Jean Dubois, *Le Vocabulaire Politique et Social en France de 1869 à 1872* (Paris, s.d. - 1962), p. 65, item 3665. O termo "nacionalismo" ainda não está registrado, e permanece ausente em A. Prost, *Vocabulaire des Proclamations Électorales*, que discute a mudança para a direita do vocabulário "nacional" nesse período, esp. pp. 52-53, 64-65.
 33. Para a França, Zeev Sternhell, *Maurice Barrès et le Nationalisme Français* (Paris, 1972); para a Itália, os capítulos de S. Valtutti e F. Perfetti, in R. Lill e F. Valsecchi (orgs.), *Il Nazionalismo in Italia e in Germania fino alla Prima Guerra Mondiale* (Bolonha, 1983).
 34. Hans-Georg John, *Politik und Turnen: die deutsche Turnerschaft als nationale Bewegung im deutschen Kaiserreich von 1871 bis 1914* (Ahrensberg bei Hamburg, 1876), pp. 41 e segs.
 35. Jeans Petersen, in W. Schieder (org.), *Faschismus als soziale Bewegung* (Göttingen, 1983), p. 122, citando uma fonte de 1923.
 36. Michael Kater, *The Nazi Party: a Social Profile of Members and Leaders 1919-1945* (Cambridge, MA, 1983), esp. p. 236; Jens Petersen, "Elettorato e Base Social del Fascismo negli Anni Venti" (*Studi Storici*, XVI/3, 1975), pp. 627-669.
 37. Isso é considerado no cap. IV de E. J. Hobsbawm, *Worlds of Labour* (Londres, 1984) e, do mesmo autor, "Working-class Internationalism", in F. van Holthoon e Marcel van der Linden (orgs.), *Internationalism in the Labour Movement* (Leiden-Nova York-Copenhaga-Colônia, 1988), pp. 3-16.
 38. Para um breve sumário, G. Haupt, in Haupt, Lowy e Weill, *Les Marxistes et la Question Nationale* (Paris, 1972), pp. 39-43. A questão polonesa era a mais importante, mas não a única desse tipo.
 39. Sobre o fracasso do nacionalismo finlandês ao competir com o Partido Socialista, ver David Kirby, "Rank-and-file Attitudes in the Finnish Social Democratic Party (1905-1918)", (*Past & Present*, III, mai. 1986), esp. p. 164. Sobre a Geórgia e a Armênia, ver Ronald G. Suny (ed.), *Transcaucasia: Nationalism and Social Change* (Ann Arbor, 1983), esp. parte II, os ensaios de R. G. Suny, Anahide Ter Minassian e Gerard J. Libaradian.
 40. A. Fejtsma, "Histoire et Situation Actuelle de la Langue Frisonne" (*Pluriel*, 29, 1982), pp. 21-34.
 41. Para uma breve consideração sobre a mudança do ultra-esquerdismo para o chauvinismo cingalês no movimento JVP (Janatha Vimukti Peramuna), que liderou a florescente "juventude" rural de esquerda de 1971, ver Kumari Jayawardene, *Ethnic and Class Conflicts in Sri Lanka* (Dehiwala, 1985), pp. 84-90.
 42. Ver Z. A. Zeman, *The Break-up of the Habsburg Empire 1914-1918* (Londres, 1961); e a coleção de estudos *Die Auflösung des Habsburgerreiches. Zusammenbruch und Neuorientierung im Donauraum* (Schriftenreihe des österreichischen Ost- und Südosteuropainstituts, vol. III, Viena, 1970).
 43. Péter Hanák, "Die Volksmeinung während des letzten Kriegsjahres in Österreich-Ungarn", in *Die Auflösung*, pp. 58-66.
 44. *Ibidem*, p. 62.

48. Contudo, não se deve aceitar que essa consciência tenha afetado todos os grupos da população do mesmo modo, ou coberto algo como o território de uma "nação" moderna, ou implicado na moderna nacionalidade. A consciência popular grega, presumivelmente baseada na herança bizantina, era constituída de partes do império romano (*romatósyné*).
49. Jenő Szűcs, *Nation und Geschichte* (Budapeste, 1981), pp. 84-85.
50. "A nobreza mantinha comunicações sistemáticas — a única classe a fazê-lo — através de seus distritos administrativos, e a Dieta dos Estados era ela própria, com 'a Nação política croata' debatía questões e tomava decisões. Era uma Nação sem 'nacionalidade' ... isto é, sem consciência nacional ... porque a nobreza não poderia se identificar com outros membros da comunidade étnica croata, os camponeses e os urbanitas. O 'patriota' feudal amava sua 'terra natal', mas sua terra natal englobou os Estados e as possessões de sua nobreza e o 'Reino'. Para ele 'a Nação política' da qual era um membro significava o território e as tradições do antigo Estado." Mirjana Gross, "On the Integration of the Croatian Nation: a Case Study in Nation-Building", *East European Quarterly*, XV, 2, jun. 1981, p. 212.
51. Szűcs, *Nation und Geschichte*, pp. 112-125.
52. *Ibidem*, pp. 125-130.
53. Sem conseguir admitir isso de maneira adequada torna a discussão de Ivo Banac, embora excelente, menos persuasiva, sob o aspecto croata do problema.
54. Cole e Wolf, *The Hidden Frontier*, pp. 53, 112-113.

III

A perspectiva governamental

Deixando as bases, voltemo-nos para os altos escalões, onde os governantes dos Estados e sociedades após a Revolução Francesa se preocupavam com os problemas da nação e da nacionalidade.

O Estado moderno típico, que recebeu sua forma sistemática na era das revoluções francesas — embora, de vários modos, ele tivesse sido antecipado pelos principados europeus que evoluíram a partir dos séculos XVI e XVII —, era uma novidade em muitos aspectos. Era definido como um território (de preferência, contínuo e inteiro) dominando a totalidade de seus habitantes; e estava separado de outros territórios semelhantes por fronteiras e limites claramente definidos. Politicamente, seu domínio e sua administração sobre os habitantes eram exercidos diretamente e não através de sistemas intermediários de dominação e de corporações autônomas. Procurava, o mais possível, impor as mesmas leis e arranjos administrativos instituídos por todo o território, embora, depois da era das revoluções, estes não fossem mais as ideologias religiosas ou seculares. Crescentemente, esse Estado era obrigado a ouvir as opiniões dos indivíduos ou cidadãos, porque seu arranjo político lhes havia dado voz — geralmente através de várias espécies de representação eleita — e/ou porque o Estado precisava do seu consentimento prático ou de sua atividade em outras coisas, como, por exemplo, contribuintes ou soldados potencialmente convocáveis. Em resumo, o Estado

V

*O apogeu do nacionalismo:
1918-1950*

Se houve um momento em que o "princípio de nacionalidade" do século XIX triunfou, esse momento foi o final da Primeira Guerra Mundial, mesmo que isso não fosse nem previsível nem intencional por parte dos futuros vencedores. Na verdade, foi o resultado de dois fatores não intencionais: o colapso dos grandes impérios multinacionais da Europa central e oriental e a Revolução Russa, que fizeram os Aliados preferirem os argumentos wilsonianos aos bolcheviques. Pois, como se viu, o que parecia uma mobilização das massas em 1917-1918, foi muito mais uma revolução do que uma autodeterminação nacional. Poder-se-ia especular sobre qual seria o efeito de uma revolução vitoriosa, por toda a Europa, sobre as nacionalidades do continente, mas esse exercício seria inócuo. Excetuando-se a Rússia soviética, a Europa não se reconstruiu baseada na política bolchevique da "questão nacional". Em essência, e pela primeira e última vez em sua história, o continente tornou-se um quebra-cabeça de Estados definidos, com raras exceções, como Estados-nações, ou como espécies de democracias burguesas parlamentares. Essa situação durou muito pouco.

A Europa do período entreguerras também viu o triunfo daquele outro aspecto da nação "burguesa", discutido em um dos capítulos anteriores: a nação como uma "economia nacional". Apesar de a maioria dos economistas, empresários e governos

ocidentais sonhar com uma volta à economia mundial de 1913, isto provou-se impossível. De fato, mesmo que se quisesse, não poderia haver retorno à economia de empreendimentos privados livremente competitivos e comércio livre, que era o ideal, e até parte da realidade da economia mundial nos gloriosos tempos da supremacia mundial dos ingleses.

Por volta de 1913, as economias capitalistas já estavam rumando rapidamente na direção de grandes conglomerados de empreendimentos concentrados, mantidos, protegidos e, até certo ponto, guiados pelos governos. A própria guerra acelerou muito essa mudança em direção ao gerenciamento do Estado, e até a um capitalismo planejado pelo Estado. Quando Lenin previu a economia planejada socialista do futuro, para a qual os socialistas anteriores a 1914 haviam dado tão pouca atenção, seu modelo era a economia de guerra planejada da Alemanha, de 1914-1917. É claro que mesmo uma volta a uma economia baseada em grandes negócios rentáveis não poderia restabelecer o padrão internacional de 1913, dada a dramática redistribuição das forças econômicas e políticas que a guerra trouxera ao mundo ocidental. Entretanto, qualquer tipo de volta a 1913 seria uma esperança utópica. A crise econômica do período entreguerras reforçou a "economia nacional" autocontida da maneira mais espetacular. Durante alguns anos a própria economia mundial pareceu entrar em colapso; à medida que os grandes rios da migração internacional foram minguando, grandes barreiras de controles cambiais limitavam os pagamentos internacionais, o comércio internacional diminuiu, e mesmo os investimentos internacionais mostraram sinais momentâneos de colapso. Uma vez que até os ingleses abandonaram o livre comércio em 1931, parecia claro que os Estados estavam recuando o mais que podiam, num protecionismo tão defensivo que se aproximava de uma política de autarquia, mitigada por acordos bilaterais. Em suma, enquanto uma violenta nevasca fustigava a economia como um todo, o capitalismo mundial refugiava-se nos iglus de suas economias de Estado-nação e de seus impérios associados. Isso era necessário? Em teoria, não. Afinal, não houve, até agora, nenhum recuo como resposta às tempestades da economia global nas décadas de 70 e 80. Contudo, entre as guerras isso aconteceu, sem dúvida nenhuma.

A situação do período entreguerras, portanto, nos oferece uma excelente oportunidade de compreender as limitações e o potencial de nacionalismo e os Estados-nações. Entretanto, antes de considerá-los, vamos dar uma rápida olhada no padrão real dos Estados-nações imposto à Europa pelo Tratado de Paz de Versalhes e tratados associados, inclusive, para garantir tanto a razão quanto a conveniência, pelo Tratado Anglo-Irlandês de 1921. Esse rápido olhar revela imediatamente a completa impraticabilidade do princípio wilsoniano de fazer as fronteiras do Estado coincidirem com as fronteiras da nacionalidade e da língua. Os acordos de paz depois de 1918 realmente traduziam esse princípio na prática, tanto quanto possível, exceto por algumas decisões político-estratégicas quanto às fronteiras da Alemanha, e de algumas poucas concessões relutantes ao expansionismo da Itália e da Polônia. De qualquer modo, nenhuma tentativa sistemática igualmente foi feita antes ou desde então, na Europa ou em qualquer outra parte, para redesenhar o mapa político dentro das linhas nacionais.

Simplesmente não funcionou. Inevitavelmente, dada a real distribuição dos povos, a maioria dos novos Estados que se reergueu das ruínas dos antigos impérios era inteiramente tão multinacional quanto as velhas "prisões de nações" que substituíram. A Tchecoslováquia, a Polônia, a Romênia e a Iugoslávia são exemplos disso. A Alemanha, a Eslovênia e as minorias croatas na Itália tomaram o lugar das minorias italianas no império Habsburgo. A principal mudança: os Estados agora estavam em média um pouco menores e os "povos oprimidos" dentro deles eram agora chamados "minorias oprimidas". A implicação lógica de tentar criar um continente corretamente dividido em Estados territoriais coerentes, cada um habitado por uma população homogênea, separada étnica e lingüisticamente, era a expulsão maciça ou a extinção das minorias. Isso foi, e é, o criminoso *reductio ad absurdum* do nacionalismo na sua versão territorial, se bem que não tenha sido completamente demonstrado até 1940. Entretanto, a extinção em massa e até o genocídio começaram a surgir nas margens meridionais da Europa durante e depois da Primeira Guerra Mundial, quando os turcos levaram a cabo a eliminação em massa de armênios em 1915 e, depois da guerra greco-turca

de 1922, expulsaram de 1,3 a 1,5 milhão de gregos da Ásia Menor, onde estes viviam desde os tempos de Homero.¹ Subseqüentemente, Adolf Hitler, que nesse aspecto era um nacionalista wilsoniano lógico, conseguiu transferir os alemães que não viviam em território pátrio, como os do Tirol meridional italiano, para a própria Alemanha, como também conseguiu a eliminação permanente dos judeus. Depois da Segunda Guerra Mundial, tendo os judeus virtualmente desaparecido da longa faixa européia entre a França e o interior soviético, era a vez de os alemães serem expulsos em massa, notadamente da Polônia e da Tchecoslováquia. A nação territorial homogênea podia agora ser vista como um programa que apenas seria realizado por bárbaros ou, pelo menos, por meios bárbaros.

Um resultado paradoxal da descoberta de que nacionalidades e Estados não podiam ser forjados para coincidirem era que as fronteiras do Tratado de Versalhes, absurdas apesar de seguirem os padrões de Wilson, provaram ser permanentes, exceto onde os interesses de grandes potências exigiram sua modificação, isto é, nos interesses da Alemanha antes de 1945, e nos interesses da União Soviética depois de 1940. Apesar das inúmeras e pouco duráveis tentativas de redesenhar as fronteiras dos Estados sucessores dos impérios austríaco e turco, elas ainda estão mais ou menos no mesmo lugar onde estavam ao finalizar a Primeira Guerra Mundial, pelo menos quanto aos limites soviéticos meridional e ocidental, excetuando-se a transferência daquelas áreas no Adriático tomadas da Iugoslávia pela Itália, depois de 1918.

Contudo, o sistema wilsoniano também produziu alguns outros resultados significativos e não inteiramente esperados. Primeiro, demonstrou, sem grande surpresa, que o nacionalismo de pequenas nações era tanto a impaciência das minorias quanto o que Lenin chamou de "chauvinismo das grandes nações". Isso, é claro, não foi uma nova descoberta para os observadores da Hungria dos Habsburgo. Mais nova, e mais significativa, era a descoberta de que a "idéia nacional", enquanto formulada por seus pregadores oficiais, não coincidia necessariamente com a real auto-identificação do povo em questão. Os plebiscitos organizados depois de 1918 em várias regiões de composição nacional mesclada, para decidir sobre a associação de seus habitantes a Estados-

nações rivais, revelaram parcelas significativas daqueles que falavam uma língua porém optaram por juntar-se ao Estado daqueles que falavam outra. Às vezes isso pode ser explicado por pressões políticas ou por fraude eleitoral, ou pode ser descartado como ignorância ou imaturidade políticas. Nenhuma das hipóteses era inteiramente implausível. Entretanto, a existência de poloneses preferindo viver na Alemanha a morar numa Polônia renascida, e de eslovacos que escolheram a Áustria desprestigiando a nova Iugoslávia, não podia ser negada, mesmo que isso fosse *a priori* inexplicável para quem acreditava na necessária identificação dos membros de uma nacionalidade com o Estado territorial que declarava incorporá-los. Isso, na verdade, era uma teoria que agora estava ganhando terreno rapidamente. Vinte anos antes levaria o governo britânico a isolar a maioria dos alemães residentes no Reino Unido, *en bloc*, inclusive judeus e emigrantes antifascistas, pelo motivo de que se presumiria que qualquer pessoa nascida na Alemanha deveria ter uma lealdade suprema àquele país.

Uma divergência mais séria entre a definição e a realidade surgiu na Irlanda. Apesar de Emmet e Wolfe Tone, a comunidade majoritária nos seis condados de Ulster recusou-se a se ver como "irlandesa", da maneira como a maioria protestante sulista, de fronteira. A presunção de que uma única nação irlandesa existia dentro de uma só Irlanda, ou mesmo de que todos os habitantes de uma ilha compartilhavam da aspiração a uma única Irlanda feniana, unida e independente, provou-se um engano, e enquanto, por cinquenta anos após o estabelecimento do Estado Livre da Irlanda (e depois, República), os fenianos e seus simpatizantes podiam desprezar a divisão do país como um complô imperial inglês, e os unionistas de Ulster podiam ser vistos como bobos liderados por agentes britânicos, os últimos vinte anos deixaram claro que as raízes de uma Irlanda dividida não estão em Londres.

Novamente, o estabelecimento de um império eslavo meridional revelou que seus habitantes não possuíam uma única consciência iugoslava postulada pelos pioneiros (croatas) da idéia iliriana do início do século XIX, e poderiam ser mais facilmente mobilizados sob *slogans* fortes o bastante para produzir massacres, como croatas, sérvios ou eslovenos. De fato, a consciência de massa nacional dos croatas surgiu para ser desenvolvida apenas de-

pois do estabelecimento da Iugoslávia, e contra o novo império, ou mais precisamente a alegada predominância sérvia dentro dele.² Dentro da nova Tchecoslováquia os eslovacos esquivavam-se constantemente aos abraços fraternos dos tchecos. Desenvolvimentos semelhantes estavam para se tornar cada vez mais óbvios em vários dos Estados produzidos pela libertação nacional e colonial, e por razões similares. Os povos não se identificavam com suas "nações" da maneira que lhes prescreviam seus líderes e porta-vozes. O Congresso Nacional da Índia, proposto para um único subcontinente unido, assim como teve que aceitar a divisão da Índia em 1947, como Paquistão, proposto como um único Estado para os muçulmanos daquele subcontinente, também teve que aceitar a divisão do Paquistão em 1971. Uma vez que a política da Índia não era mais monopolizada por uma pequena elite altamente anglicizada ou ocidentalizada, teve que se confrontar com a demanda por Estados lingüísticos, aos quais os primeiros movimentos nacionais não tinham dado atenção, se bem que alguns comunistas indianos tenham se apercebido disso pouco antes da Primeira Guerra Mundial.³ Rivalidades lingüísticas eram para manter o inglês como língua oficial da Índia até hoje, apesar de ser falado por uma fração insignificante dos 700 milhões do país, porque outros indianos se recusam a aceitar a dominação do hindi, falado por 40% da população.

O Tratado de Versalhes revelou outro fenômeno novo: a difusão geográfica dos movimentos nacionalistas, e a divergência dos novos, a partir do padrão europeu. Dada a vinculação oficial das forças vitoriosas ao nacionalismo wilsoniano, era natural que quem quer que pedisse a palavra em nome de algum povo oprimido ou sem reconhecimento — e pressionavam-se os maiores pacifistas em larga escala — deveria fazê-lo em termos de princípio nacional, e especialmente em termos do direito de autodeterminação. Entretanto isso era mais do que um eficiente argumento de debate. Os líderes e ideólogos dos movimentos de libertação colonial e semicolonial falavam, com sinceridade, a linguagem do nacionalismo europeu, o qual eles tanto tinham aprendido no (ou do) Ocidente, mesmo quando não se encaixasse nas suas situações. E, à medida que o radicalismo da Revolução Russa ultrapassou o da Revolução Francesa como a principal ideologia da

emancipação global, o direito de autodeterminação, agora incorporado aos textos de Stalin, daí em diante atingiu aqueles que tinham estado fora das fileiras de Mazzini. A libertação no que ainda não se conhecia como Terceiro Mundo era agora vista em toda parte como "libertação nacional" ou, para os marxistas, como "libertação nacional e social".

No entanto, mais uma vez, a prática não se adequava à teoria. A verdadeira e crescente força da libertação consistia no ressentimento contra os conquistadores, legisladores e exploradores, que costumavam ser reconhecidos como estrangeiros pela cor, costumes e hábitos, ou como contrários àqueles que eram vistos como lhes favorecendo. Era antiimperialista. A esse respeito existiam identificações pré-nacionais, étnicas, religiosas ou similares, entre as pessoas, e eram, como ainda o são, obstáculos mais do que contribuições à consciência nacional, e rapidamente mobilizadas contra os nacionalistas pelos senhores imperiais; daí os constantes ataques às políticas imperialistas do "dividir para dominar", contra o encorajamento imperial do tribalismo, comunitarismo, ou o que fosse que dividisse os povos que poderiam ser, mas não eram, reunidos sob uma única nação.

Além disso (com exceção de umas poucas entidades políticas relativamente permanentes, a exemplo da China, Coréia, Vietnã e, talvez, Irã e Egito, que, se estivessem na Europa, teriam sido reconhecidas como "nações históricas") as unidades territoriais para as quais os assim chamados movimentos nacionais buscaram ganhar independência foram, sem dúvida, as verdadeiras criações da conquista imperial, no mais das vezes com menos de uma década de vida, ou então representavam zonas religioso-culturais insignificantes para serem chamadas de "nações" na Europa. Aqueles que se esforçaram para a libertação eram "nacionalistas" apenas porque adotaram uma ideologia ocidental adaptada, de forma excelente, para destronar governos estrangeiros, e até mesmo com frequência consistiam de uma minoria exígua de nativos "evoluídos". Movimentos culturais ou geopolíticos, como o pan-arabismo, o pan-latino-americanismo ou o pan-africanismo, não eram nacionalistas nem no sentido estrito, mas supranacionalistas, embora nenhuma ideologia duvidasse de que a expansão do imperialismo, nascida do âmago da Europa nacional (tal como o

pan-germanismo), sugerisse uma afinidade com o nacionalismo. Tudo isso era produto de intelectuais que não tinham nada mais próximo de um verdadeiro Estado ou nação no qual se ater. Os primeiros nacionalistas árabes encontravam-se na Síria otomana, a qual tinha apenas uma frágil realidade como país, mais do que no Egito, onde os movimentos tinham muito mais uma tendência egípcia. Em todo caso, tais movimentos expressavam pouco mais do que o fato inegável de que homens educados numa linguagem cultural particularmente ampla estavam lingüisticamente capacitados a assumir postos intelectuais em qualquer parte dentro daquela área cultural, o que ainda é confortável para os intelectuais latino-americanos, a maioria dos quais pode esperar um mágico exílio político em algum período de suas vidas, e para bacharéis palestinos, que logo se empregam em qualquer parte entre o Golfo e Marrocos.

Por outro lado, os movimentos com orientação territorial para a libertação não podiam escapar de se alicerçarem sobre elementos comuns que tinham sido fornecidos por poder ou poderes coloniais a seus territórios, uma vez que, com freqüência, isso era o único caráter nacional, e de unidade, que o futuro país possuía. A unidade imposta pela conquista e pela administração muitas vezes pode, na longa corrida, produzir um povo que se vê como uma "nação", assim como a existência de Estados independentes terá algumas vezes criado um senso de cidadania patriótica. A Argélia não tinha nada em comum enquanto país exceto a dominação francesa desde 1830 e, mais especificamente, a luta contra essa dominação, mesmo que se imaginasse que seu caráter como nação fosse ao menos tão bem estabelecido hoje como aquele das unidades políticas "históricas" de Magreb, Tunísia e Marrocos. É até mesmo mais patente que a experiência comum do estabelecimento e da conquista sionista seja o que criou o nacionalismo palestino associado a um território que, até 1918, nem mesmo tinha qualquer identidade regional significativa dentro da Síria meridional, à qual pertencia. Entretanto, isso não é suficiente para chamar de "nação" aos Estados que emergiram da descolonização, especialmente depois de 1945, ou chamar os movimentos que levaram à sua descolonização — presumindo que isso tenha sido uma resposta à pressão real ou pressuposta

para isso — de movimentos "nacionalistas". Desenvolvimentos mais recentes do mundo dependente serão considerados adiante.

Por enquanto, voltemos à Europa, sede do nacionalismo.

Aqui, a reconstrução do mapa com contornos nacionais despojou o nacionalismo de seu conteúdo liberador e unificador desde que, para a maioria das nações até então conflituadas, esses objetivos foram substancialmente atingidos. De certa forma a situação européia agora antecipava a situação do "Terceiro Mundo" politicamente descolonizado desde a Segunda Guerra Mundial, e se assemelhava ao laboratório do neocolonialismo prematuro, a América Latina. A independência política para Estados territoriais foi conseguida em grande parte. Em conseqüência cessou a simplicidade de antes, de minimizar ou conciliar os problemas do futuro, pela postergação de sua cogitação até depois de se atingir a independência ou a autodeterminação, o que, como agora se esclarece, não resolveu todos eles automaticamente.

O que restou do antigo liberalismo liberador e unificador? Por um lado, e para a maioria das nacionalidades, restaram as minorias sem redenção fora das fronteiras do Estado nacional, tais como os húngaros na Romênia e os eslovenos na Áustria; por outro, restou a expansão nacional por parte de tais Estados nacionais à custa de minorias estrangeiras ou domésticas. Naturalmente, havia ainda algumas nacionalidades sem Estados tanto na Europa oriental quanto na ocidental, como por exemplo os macedônios e os catalães. Contudo, considerando-se que, antes de 1914, o característico movimento nacional tenha se dirigido contra os Estados ou os conglomerados políticos, vistos como multinacionais ou supranacionais, tais como os impérios dos Habsburgo ou o otomano, após 1919 era no todo, na Europa, dirigido contra os Estados nacionais. Por isso foi, quase por definição, separatista mais do que unificador, apesar de aspirações separatistas terem sido mitigadas pelo realismo político ou, como no caso dos unionistas do Ulster, conciliado sob acordo com algum outro país. Mas isso tem sido assim há muito tempo. O novo era a emergência de tais aspirações em Estados nominalmente nacionais, mas na verdade plurinacionais da Europa ocidental, numa forma muito mais política do que basicamente cultural, apesar de que um ou dois desses novos corpos nacionalistas (como, por exemplo, os

partidos nacionais galês e escocês que surgiram entre as guerras), mesmo que lhes faltasse sustentação de massa no início, ao serem deixados sozinhos venceram a "fase B" de sua evolução.

Na verdade, deixando os irlandeses de lado, um número menor de nacionalismos na Europa ocidental manteve um perfil pouco notável antes de 1914. O Partido Nacional Basco, que adquiriu certo suporte de massa depois de 1905, e virtualmente esmagou as eleições locais em 1917-1919 (com exceção dos eleitores das classes trabalhadoras de Bilbao), foi, de alguma forma, excepcional. Seus militantes jovens buscavam inspiração diretamente no nacionalismo revolucionário irlandês, no período de 1916-1922. Sua base popular foi reforçada pela e sob a ditadura centralizadora de Primo de Rivera e, por fim, pela mais cruel e mais centralizadora repressão do general Franco. O catalanismo ainda pertencia fundamentalmente às classes médias locais, aos notáveis provincianos de pequenas cidades, e aos intelectuais, uma vez que a classe trabalhadora militante e predominantemente anarquista, tanto catalã como imigrante, guardava certa desconfiança do nacionalismo nas bases. A literatura do movimento anarquista era deliberada e conscientemente publicada em espanhol. Mais uma vez, a direita e a esquerda regionais só se uniram sob Primo de Rivera, por meio de um tipo de liderança popular contra a monarquia de Madri, com base na autonomia para a Catalunha. A república e a ditadura de Franco iriam reforçar o catalanismo de massa, o qual, nos últimos anos e desde a morte de Franco, pode realmente ter conduzido a uma mudança linguística maciça na direção do que, agora, não é apenas um idioma falado, mas uma linguagem cultural estabelecida e institucionalizada, apesar de em 1980 encontrarem-se as grandes circulações em jornais intelectuais e de classe média — um gênero notavelmente florescente. Naquele ano, apenas 6,5% dos jornais diários que circulavam em Barcelona eram escritos em catalão.⁴ Contudo, enquanto 80% da população da Catalunha falam catalão e 91% dos habitantes da Galiza (que possui um movimento regional muito menos ativo) falam galego, somente 30% dos habitantes do país basco falavam basco em 1977 — os números mais recentes parecem não ter mudado⁵ —, um fato que pode não estar desconectado do grande zelo dos nacionalistas bascos por

independência total, no sentido de autonomia. A divergência entre o nacionalismo basco e o catalão, da qual essa é uma indicação, provavelmente ampliou-se com o tempo, em grande parte porque o catalanismo tornou-se, e podia se tornar, uma força de massa apenas movendo-se para a esquerda, a fim de integrar-se a um movimento trabalhista poderoso e independente, enquanto o nacionalismo basco tornou-se isolado e acabou praticamente eliminando os movimentos socialistas tradicionais das classes trabalhadoras, um fato impossível de esconder pela fraseologia marxista do ETA separatista. Talvez não seja surpreendente que o catalanismo tenha sido espetacularmente mais bem-sucedido em assimilar os imigrantes (principalmente das classes trabalhadoras) em sua região do que o movimento basco, em grande parte mantido unido pela xenofobia. Em 1977, enquanto 54% dos habitantes da Catalunha nascidos fora da região falavam catalão, apenas 8% — da população da região basca nascida fora — falavam basco, se bem que devemos dar um desconto pela dificuldade maior desta língua.⁶

Assim como outros nacionalismos europeus ocidentais estavam se tornando uma força política séria, o movimento flamengo entrou numa fase nova e perigosa em 1914, quando parcelas dele colaboravam com os alemães, que haviam conquistado e ocupado a maior parte da Bélgica. Colaboraram de forma até mais dramática na Segunda Guerra Mundial. Porém, foi apenas algum tempo depois de 1945 que o nacionalismo flamengo surgiu para colocar a Bélgica em sério risco. Os outros nacionalismos da Europa ocidental mantiveram-se insignificantes. Os partidos nacionalistas escocês e galês só se destacaram nos anos de depressão do período entreguerras, mantiveram-se à margem da política de seus países como testemunhas do fato de o fundador do *Plaid Cymru* ser, por afinidade, uma reação continental da marca de Charles Maurras, e um chute nos católicos romanos.⁷ Nenhum dos partidos obteve qualquer sustentação eleitoral até o período posterior à Segunda Guerra Mundial. A maioria dos outros movimentos do gênero quase não saiu do tradicionalismo folclórico e do ressentimento provinciano.

Contudo é necessário fazer uma observação mais extensa sobre o nacionalismo pós-1918, o que nos leva — e ao nacionalismo — para fora das tradicionais áreas de disputas de fronteiras,

de eleições/plebiscitos, e de necessidades lingüísticas. A identificação nacional nessa era adquiriu novos meios de se expressar nas sociedades modernas, urbanizadas e de alta tecnologia. Dois deles muito importantes merecem destaque. O primeiro, que requer poucos comentários, foi o surgimento da moderna comunicação de massa: imprensa, cinema e rádio. Por esses meios as ideologias populistas podiam ser tanto padronizadas, homogeneizadas e transformadas quanto, obviamente, podiam ser exploradas com propósitos deliberados de propaganda por Estados ou interesses privados. (O primeiro-ministro classificou como especificamente concernente à propaganda e ao "esclarecimento ao público" aquilo que foi estabelecido na Alemanha, em 1933, pelo novo governo de Adolf Hitler.) Mas a propaganda deliberada quase certamente era menos significativa do que a habilidade de a comunicação de massa transformar o que, de fato, eram símbolos nacionais em parte da vida de qualquer indivíduo e, a partir daí, romper as divisões entre as esferas privada e local, nas quais a maioria dos cidadãos normalmente vivia, para as esferas pública e nacional. A transformação da família real britânica em um símbolo de identificação nacional, tanto doméstico quanto público, teria sido impossível sem a moderna comunicação de massa, e sua expressão ritual mais deliberada foi, na verdade, especificamente elaborada para o rádio — mais tarde adaptada para a televisão: a transmissão do Natal real, instituída em 1932.

O espaço entre as esferas privada e pública também foi preenchido pelos esportes. Entre as duas guerras, o esporte como um espetáculo de massa foi transformado numa sucessão infindável de contendas, onde se digladiavam pessoas e times simbolizando Estados-nações, o que hoje faz parte da vida global. Até então, ocasiões como os Jogos Olímpicos e partidas internacionais de futebol interessavam principalmente ao público de classe média (apesar de os Jogos Olímpicos já começarem a assumir ares de competições nacionais mesmo antes de 1914), e as partidas internacionais foram realmente organizadas com o objetivo de integrar os componentes nacionais dos Estados multinacionais. Eles simbolizavam a unidade desses Estados, assim como a rivalidade amistosa entre suas nações reforçava o sentimento de que todos pertenciam a uma unidade, pela institucionalização de disputas

regulares, que proviam uma válvula de escape para as tensões grupais, as quais seriam dissipadas de modo seguro nas simbólicas pseudolutas. É difícil não reconhecer esse elemento de antioalição nas primeiras partidas internacionais de futebol organizadas no continente europeu, especialmente as realizadas entre a Áustria e a Hungria.⁸ Pode-se sentir tentado a enxergar a extensão das partidas internacionais de *rugby* entre Inglaterra e Escócia contra o País de Gales e a Irlanda, em 1880, como uma reação à intensificação do sentimento nacional na Grã-Bretanha desse período.

Entre as guerras, porém, o esporte internacional tornou-se, como George Orwell logo notou, uma expressão de luta nacional, com os esportistas representando seus Estados ou nações, expressões fundamentais de suas comunidades imaginadas. Foi nesse período que o *Tour de France* acabou dominado por times nacionais, que a Copa Mitropa fez se defrontarem os times líderes dos Estados da Europa central, que a Copa do Mundo foi introduzida no meio futebolístico e, como demonstrou o ano de 1936, que os Jogos Olímpicos se transformaram indubitavelmente em ocasiões competitivas de auto-afirmação nacional. O que fez do esporte um meio único, em eficácia, para inculcar sentimentos nacionalistas, de todo modo só para homens, foi a facilidade com que até mesmo os menores indivíduos políticos ou públicos podiam se identificar como a nação, simbolizada por jovens que se destacavam no que praticamente todo homem quer, ou uma vez na vida terá querido: ser bom naquilo que faz. A imaginária comunidade de milhões parece mais real na forma de um time de onze pessoas com nome. O indivíduo, mesmo aquele que apenas torce, torna-se o próprio símbolo de sua nação. O autor se lembra quando ouvia, nervoso, à transmissão radiofônica da primeira partida internacional de futebol entre a Inglaterra e a Áustria, jogada em Viena em 1929, na casa de amigos que prometeram descontar nele se a Inglaterra ganhasse da Áustria, o que, pelos registros, parecia bastante provável. Como o único menino inglês presente, eu era Inglaterra, enquanto eles eram Áustria. (Por sorte a partida terminou empatada.) Dessa maneira crianças de doze anos ampliavam o conceito de lealdade ao time para a nação.

Na Europa, o que dominava o nacionalismo do período en-

treguerras, por isso, era o nacionalismo de Estados-nações estabelecidos e de suas *irredentas*. Entre os ex-beligerantes, o nacionalismo, é claro, tinha sido reforçado pela guerra, especialmente após a maré de esperança revolucionária ter baixado no início da década de 20. O fascismo e outros movimentos direitistas foram rápidos em explorar isso, fazendo-o, em primeira instância, para mobilizar os estratos médios, e outros apavorados com a revolução social, contra a ameaça vermelha que podia ser — especialmente na sua forma bolchevique — rapidamente identificada com o internacionalismo militante e, o que parece ser a mesma coisa, com um antimilitarismo reforçado pelas experiências bélicas em 1914-1918. O apelo de tal propaganda nacionalista era bem mais eficiente, mesmo entre trabalhadores, à medida que culpava os inimigos, de fora, e os traidores, de dentro, pelo fracasso ou pela fraqueza. E havia bastante fracasso e fraqueza para serem explicados.

É exagerado afirmar que tal nacionalismo militante fosse apenas o reflexo do desespero, mesmo que muita gente tenha aderido ao partido nazista obviamente pelo fracasso, pela frustração e pelo ressentimento, assim como a outros movimentos ultradireitistas de qualquer parte da Europa, durante a Grande Recessão. Contudo, existe uma diferença significativa entre as reações alemãs à derrota, depois de 1918, e dos alemães ocidentais, depois de 1945. Na República de Weimar, virtualmente todos os alemães, inclusive os comunistas, estavam totalmente convencidos da injustiça intolerável do Tratado de Versalhes, e a luta contra esse tratado foi uma das maiores forças de mobilização de massa em todos os partidos, de direita ou de esquerda. E mais: os termos impostos à Alemanha depois de 1945 eram incomensuravelmente mais duros e mais arbitrários do que em 1919. Além disso, a Alemanha Federal abrigava milhões de alemães ressentidos e nacionalistas, expulsos brutalmente da Europa central e oriental, que não se convenciam de que isso era uma punição justa pelos horrores muito piores que a Alemanha nazista havia infligido a outros povos. Mesmo assim, o revisionismo político militante não deveria desempenhar senão um papel modesto, e que diminuía rapidamente, na política da Alemanha Federal, e com certeza hoje, lá, não é um fator preponderante. Não há dificuldade em descobrir o motivo da diferença entre Weimar e Bonn. Na Repú-

blica Federal as coisas iam muito bem para a maioria dos cidadãos, desde o final de 1940, considerando que Weimar foi forçada para uma depressão assustadora, por meia década, quando nem mesmo acabara de emergir da derrota, da revolução, da estagnação e da inflação galopante.

De qualquer modo, mesmo que não se veja o ressurgimento do nacionalismo militante como um mero reflexo do desespero, era simplesmente algo que preenchia a lacuna deixada pelo fracasso, pela impotência e pela aparente inabilidade de outras ideologias, projetos e programas políticos compreenderem as esperanças dos homens. Era a utopia daqueles que perderam as velhas utopias da época do Iluminismo, o programa dos que perderam a fé em outros programas e o suporte daqueles que perderam a sustentação das velhas certezas políticas e sociais. Voltaremos a este ponto mais adiante.

Contudo, como o capítulo anterior tentou argumentar, o nacionalismo não pode, e nem podia nesse período, ser identificado com aqueles para os quais ele era um imperativo político exclusivo, voraz e abrangente. Não era, como vimos, a única forma assumida por um sentimento de identificação nacional ou, para colocar em termos de direitos e deveres do cidadão, de patriotismo. É importante distinguir entre o nacionalismo exclusivo dos Estados, ou movimentos políticos direitistas que se substituem por todas as outras formas de identificação política e social, e o conglomerado nacional/cidadão, a consciência social que, nos Estados modernos, constitui o solo no qual todos os outros sentimentos políticos florescem. Nesse sentido, “nação” e “classe” não se distinguem prontamente. Se aceitarmos que a consciência de classe, na prática, tinha uma dimensão cívico-nacional, e que a consciência cívico-nacional ou ética tinha dimensões sociais, então é possível que a radicalização das classes trabalhadoras na Europa do primeiro pós-guerra tenha reforçado sua potencial consciência nacional.

De que outra forma se poderia explicar o sucesso extraordinário das esquerdas nos países não-fascistas em resgatarem os sentimentos nacionais e patrióticos durante o período antifascista? Pois dificilmente se poderia negar que a resistência à Alemanha nazista, particularmente durante a Segunda Guerra Mundial, ti-

vesse tendências a apelar tanto para os sentimentos nacionais, quanto para as esperanças de renovação e liberação sociais. Certamente, nos meados da década de 30, o movimento comunista rompeu de forma deliberada com as tradições da Segunda e da Terceira Internacionais, que tinham abandonado os símbolos do patriotismo — até aqueles associados intimamente com o passado revolucionário, e mesmo socialista, como a *Marselhesa*⁹ — em favor de Estados burgueses e políticas pequeno-burguesas. As tentativas subseqüentes de resgatar esses símbolos e, como foi, recusar aos exércitos diabólicos o monopólio das melhores marchas militares, tiveram seus aspectos bizarros, pelo menos quando vistos de fora e em retrospectiva, como quando o Partido Comunista dos Estados Unidos declarou — sem sucesso, para surpresa de poucos observadores — que o comunismo era um americanismo do século XX. Entretanto, o papel dos comunistas na resistência antifascista emprestou uma considerável plausibilidade a seus resgates de patriotismo, particularmente depois de 1941; com certeza o bastante para preocupar o general de Gaulle.¹⁰ Além disso, tanto dentro quanto fora do movimento, a combinação do vermelho com as bandeiras nacionais era genuinamente popular.

É difícil decidir se havia um florescimento genuíno do sentimento nacional nas esquerdas, ou se isso simplesmente era aquele patriotismo revolucionário tradicional, do tipo jacobino, sendo-lhe permitido, mais uma vez, ser o centro das atenções, depois de estar banido por tanto tempo pelo antinacionalismo oficial e pelo antimilitarismo das esquerdas. Tem havido pouca pesquisa sobre essas questões, apesar de elas não estarem fora do alcance de uma *enquête* séria, e de as documentações políticas contemporâneas serem tão parcas, como parâmetros do assunto, quanto a memória dos que viveram naquela época. O que se torna evidente é que o reencontro da revolução social com o sentimento patriótico foi um fenômeno extremamente complexo. Enquanto aguardamos estudos mais avançados, ao menos é possível delinear algumas dessas complexidades.

Primeira, o nacionalismo antifascista emergiu no contexto de uma guerra civil ideológica *internacional*, na qual uma parte das numerosas classes dominantes nacionais pareciam optar por um alinhamento político internacional das direitas, e por Estados iden-

tificados com ele. Tais partidos domésticos de direita então se despojaram do apelo ao patriotismo xenófobo, que lhes servira antes tão bem, como atesta a frase francesa “Melhor Hitler do que Léon Blum”. Essa frase pode muito bem ter tido outro significado: antes um alemão do que um judeu; mas ela também pode ser lida como: melhor um país estrangeiro do que o nosso. Isso facilitou às esquerdas tomarem de volta a bandeira nacional do pulso, agora frouxo, das direitas. Na Grã-Bretanha, de forma semelhante, a oposição à política de acalmar Hitler era um grande negócio, mais fácil para as esquerdas do que para os conservadores, que não podiam deixar de vê-lo, bem corretamente, como uma poderosa muralha contra o bolchevismo, mais do que uma ameaça ao império britânico. Desse ponto de vista, o desenvolvimento do patriotismo antifascista foi, então, parte do que se poderia ver, com legitimidade, como o triunfo de um tipo de internacionalismo.

Segunda, trabalhadores e intelectuais também fizeram uma escolha *internacional*, mas a que justamente reforçava o sentimento nacional. Pesquisas recentes, tanto sobre o comunismo inglês quanto italiano dos anos 30, destacam o papel da mobilização antifascista atraindo jovens trabalhadores e intelectuais, e sobretudo o papel da Guerra Civil Espanhola.¹¹ Mas apoiar a Espanha não era um ato simples de solidariedade internacional, como as campanhas antiimperialistas em favor da Índia e do Marrocos, as quais tiveram um apelo muito mais restrito. Na Grã-Bretanha a luta contra o fascismo e contra a guerra dizia respeito aos britânicos; na França, aos franceses — porém após 1936, a principal frente na qual se apostava estava justamente perto de Madri. Pelos acidentes da história, questões que eram essencialmente domésticas em cada país foram trazidas à luta em campos de batalha de um país tão distante e desconhecido pela maioria dos trabalhadores, que virtualmente não havia associação para o britânico médio senão aquela da luta que lhe dizia respeito. Além disso, visto que o fascismo e a guerra eram identificados com Estados estrangeiros específicos — a Alemanha e a Itália —, o que estava em risco nessa luta não era só o futuro doméstico da Grã-Bretanha ou da França, ou a guerra e a paz de um modo geral, mas a defesa das nações britânica ou francesa contra os alemães.

Terceiro, o nacionalismo antifascista estava sem dúvida enga-

jado num conflito ao mesmo tempo social e nacional, como tornou-se claro no final da Segunda Guerra Mundial. Tanto para os britânicos quanto para os movimentos de resistência no continente europeu, vitória e transformação social eram inseparáveis. O fato de a guerra ter acabado na Grã-Bretanha com a derrota eleitoral de Winston Churchill, o líder de guerra amado e admirado e símbolo do patriotismo britânico, e com a vitória maciça do Partido Trabalhista, é demonstrado sem argumentações; qualquer que tenha sido a euforia da libertação em outros lugares, vista como uma expressão ponderável da opinião pública, a eleição geral britânica de 1945 era incontestável. Ambos os partidos, Conservador e Trabalhista, comprometeram-se com a vitória, mas apenas um comprometeu-se formalmente com a vitória e com a transformação social.

Além disso, para inúmeros trabalhadores britânicos a própria guerra tinha dimensão nacional. Não foi por acaso que o ataque alemão à União Soviética em 1941 provocou uma enorme onda filo-soviética entre os trabalhadores britânicos, alistados ou não; onda essa praticamente inatingida pelos comportamentos tanto da União Soviética, quanto dos comunistas nativos, entre setembro de 1939 e junho de 1941. E não foi apenas isso; depois de um longo tempo, a Grã-Bretanha não estava mais lutando sozinha. Para os que viveram a experiência dessa mudança dos acontecimentos como soldados rasos nas unidades das classes trabalhadoras do exército britânico, é perfeitamente claro que o volume de soldados politicamente conscientes (isto é, trabalhistas e sindicalizados do comércio) dessas unidades ainda pensavam de certa maneira na União Soviética como algum tipo de "Estado de Trabalhadores". Mesmo sendo um anticomunista ferrenho, um líder sindical como Ernest Bevin não abandonou essa suposição até durante algum tempo após o início da Segunda Guerra Mundial.¹² Nesse sentido, a própria guerra parecia ter elementos de uma guerra entre classes e Estados.

Daí em diante, o nacionalismo adquiriu uma forte associação com as esquerdas durante o período antifascista, associação essa que foi reforçada subsequenteiramente pela experiência da luta antiimperialista nos países coloniais. Pois as lutas coloniais estavam vinculadas às esquerdas internacionais de várias maneiras.

Seus aliados políticos em países metropolitanos encontravam-se, quase invariavelmente, nessas áreas. As teorias do imperialismo (ou melhor, do antiimperialismo) há muito tempo eram uma parte orgânica do corpo de pensamentos socialistas. O fato de a União Soviética ser, em grande parte, um país asiático, que via o mundo, também em grande parte, sob uma perspectiva não-européia — no entreguerras, sob uma perspectiva basicamente asiática —, só podia provocar os ativistas das partes ainda não conhecidas como "Terceiro Mundo". De outro lado, desde que Lenin descobrira que a libertação de povos coloniais oprimidos era um argumento potencialmente importante para a revolução mundial, os revolucionários comunistas fizeram o que podiam em favor das lutas de libertação colonial, que, de todo modo, os atraía para afirmações de que qualquer coisa que atrapalhasse os imperialistas metropolitanos deveria ser bem-vinda aos trabalhadores.

As relações entre as esquerdas e o nacionalismo de países dependentes eram, é claro, mais complexas do que uma simples fórmula pudesse sugerir. Além de suas próprias preferências ideológicas, os revolucionários antiimperialistas — mesmo internacionalistas, em tese — estavam voltados para conseguir a independência de seus próprios países e nada mais. Eram impermeáveis a sugestões que poderiam retardar ou modificar seus objetivos no interesse de alguma proposta global, mais ampla — como ganhar a guerra contra a Alemanha nazista e o Japão, inimigos do seu império que (segundo um tradicional princípio feniano) muitos deles viam como aliados de suas nações, especialmente durante os anos em que pareciam quase certos da vitória. Do ponto de vista das esquerdas antifascistas, era difícil entender alguém como Frank Ryan — um ativista irlandês republicano tão à esquerda que lutou pela República Espanhola, nas brigadas internacionais, mas que, depois de ser capturado pelas forças do general Franco, reapareceu em Berlim, onde fez o que pôde para barganhar o apoio do IRA para a Alemanha, contra a unificação das Irlandas no Norte e do Sul, depois da vitória alemã.¹³ Do ponto de vista do republicanismo irlandês tradicional, Ryan poderia ser visto como alguém que fizesse uma política consistente, mas talvez mal avaliada. Houve um caso contra Subhas C. Bose ("Netaji"), o herói das massas bengalesas e, antes, figura radical importante do Congres-

so Nacional da Índia, que juntou-se aos japoneses e organizou o Exército Nacional Indiano, antibritânico, dentre os soldados indianos feitos prisioneiros nos primeiros meses da guerra. Entretanto, isso não pode ser o motivo para que, em 1942, os Aliados parecessem ter uma chance obviamente melhor para ganhar a guerra na Ásia: uma invasão japonesa bem-sucedida da Índia era bastante improvável. Especialmente até 1943, líderes de movimentos antiimperialistas, em maior número do que gostaríamos de lembrar, viam na Alemanha e no Japão uma forma de se livrar de britânicos e franceses.

Como um todo, porém, os movimentos para a independência e a descolonização, especialmente após 1945, sem dúvida nenhuma estavam identificados com o antiimperialismo socialista/comunista, o que talvez explique por que tantos Estados descolonizados e recém-independentes tenham se declarado de alguma forma "socialistas" — e certamente não eram apenas aqueles nos quais os socialistas e comunistas participaram ativamente das lutas de liberação. A liberação nacional tornou-se uma palavra de ordem das esquerdas. Paradoxalmente, os novos movimentos étnicos e separatistas na Europa ocidental, desde então, começaram a adotar a terminologia social-revolucionária e marxista-leninista que destoa de suas origens ideológicas dentro da ultradireita pré-1914; e os pró-fascistas e mesmo os colaboracionistas (durante a guerra) registram alguns de seus militantes mais antigos.¹⁴ O fato de jovens intelectuais da esquerda "festiva" terem circulado por tais movimentos, quando 1968 não conseguiu produzir o sonhado milênio, forneceu um ímpeto adicional para essa transformação da retórica nacionalista, em função do que os povos "antiquados", impedidos de exercer seu direito natural de autodeterminação, foram reclassificados como "colônias", também se libertando da exploração capitalista.

Pode-se questionar que de 1930 a 1970 o discurso dominante da emancipação nacional refletia as teorias das esquerdas e, em particular, os desenvolvimentos no marxismo do Comintern. O fato de a linguagem alternativa da aspiração nacional ter sido tão descreditada por suas associações com o fascismo (a ponto de ser virtualmente excluída do uso público por uma geração) simplesmente tornou essa hegemonia do discurso esquerdista mais óbvia.

Hitler e a descolonização pareciam ter restaurado a aliança do nacionalismo com as esquerdas, o que poderia ser muito natural antes de 1848. Somente na década de 70 é que ressurgiram as legitimações alternativas para o nacionalismo. No Ocidente, grande parte das agitações nacionalistas do período, sendo basicamente dirigidas contra os regimes comunistas, reassumiram formas mais simples e mais viscerais de assertivas nacionais, mesmo quando não rejeitavam realmente qualquer ideologia emanada dos partidos comunistas dominantes. No Terceiro Mundo, o surgimento do integralismo religioso, especialmente sob várias formas islâmicas mas também com outras variantes religiosas (a exemplo do budismo entre os ultracingaleses do Sri Lanka), forneceu uma base tanto para o nacionalismo revolucionário quanto para a repressão nacional. Em um retrospecto, a hegemonia ideológica das esquerdas, desde 1930, pode parecer temporária, quando não ilusória.

Uma pergunta importante ficou para ser respondida: de que maneira os sucessos do nacionalismo foram afetados pela disseminação dos sentimentos nacionalistas e de movimentos que ultrapassavam as regiões geográficas onde tinham surgido? Apesar de observadores europeus, nos anos 20, terem começado a levar a sério o nacionalismo no mundo dependente — isto é, na prática, na Ásia e em países islâmicos —, talvez mais do que fazemos em retrospectiva,¹⁵ eles não encaravam isso de forma a precisar de uma modificação das análises européias. O maior aglomerado de Estados independentes fora da Europa — as repúblicas latino-americanas — chamavam pouca atenção, a não ser nos Estados Unidos, e o nacionalismo nessa área era visto mais como uma piada ruritânia, ou assimilado pelo indigenismo — a redescoberta cultural da validade das civilizações e das culturas indígenas —, até que certos grupos, nas décadas de 30 e 40, surgiram para mostrar simpatia pelo fascismo europeu, o que lhes permitiu ser alvo de atenções posteriores. O Japão, apesar de obviamente *sui generis*, poderia ser considerado uma honorária potência imperialista oriental, e portanto um Estado nacional e nacionalista, quase como seus modelos ocidentais. Com exceção do Afeganistão e talvez do Sião (Tailândia), o restante das regiões afro-asiáticas que não eram realmente dominadas ou administradas por uma metrô-

pole continha apenas um Estado, o qual apresentava espaço factível para uma manobra de independência: a Turquia pós-imperialista.

Virtualmente, todos os movimentos antiimperialistas de peso poderiam ser, e nas metrópoles geralmente eram, classificados de acordo com três tópicos: como elites locais educadas que imitavam a "autodeterminação nacional" européia (a exemplo da Índia); como xenofobia popular antiocidental (um título amplo, muito empregado especialmente na China); e como temperamentais tribos nativas marciais (como as de Marrocos ou dos desertos árabes). No último caso, os administradores e intelectuais imperialistas, sem negligenciar a possibilidade de recrutar camaradas tão truculentos, e no mais das vezes apolíticos, para os exércitos imperialistas, tendiam a ser indulgentes, reservando sua verdadeira hostilidade para os agitadores urbanos, especialmente aqueles com alguma educação. Nenhum desses casos parecia requerer muita reconsideração teórica, no entanto o exemplo dos movimentos populares nos países islâmicos e mesmo o apelo de Gandhi para as massas indianas demonstraram que a religião tinha um papel muito maior na mobilização do que costumava ter na Europa moderna. Talvez a próxima coisa a se pensar sobre o nacionalismo inspirado pelo Terceiro Mundo — fora da esquerda revolucionária — fosse um ceticismo geral sobre a aplicabilidade universal do conceito de "nacionalidade". Aos observadores imperiais parecia que no mundo independente sempre era uma inferência intelectual, absorvida por minorias "evoluídas", sem contato com a massa de seus conterrâneos, cujas idéias de comunidade e de lealdade política eram bem diferentes. Tais reflexões quase sempre eram justas, mesmo que tendessem a fazer com que os dominadores imperialistas ou os colonos europeus negligenciassem o florescimento da identificação nacional das massas quando de fato ocorreu, a exemplo do que os sionistas e os judeus israelenses fizeram no caso dos árabes palestinos.

No entre-guerras, muitos dos pensamentos mais interessantes sobre a "questão nacional", no mundo dependente, surgiram dentro do movimento comunista internacional, apesar de não escaparem da rígida malha do marxismo leninista, como codificado nesse período. No entanto, o problema que mais preocupava

os marxistas era a relação de classes (inclusive aquelas que deveriam se engajar na luta de classes, como da burguesia e do proletariado em um país colonial) dentro do amplo movimento antiimperialista para libertação nacional e social; na medida em que as sociedades coloniais indígenas possuíam uma estrutura de classes que as levava a se auto-analisarem em termos ocidentalizados, essa é uma situação que levantava complexidades fora do alcance das análises marxistas. A real definição de "nações" que lutavam por sua liberdade, por outro lado, geralmente era extraída de tais movimentos nacionalistas como existiam, sem muito questionamento. Portanto, a nação indiana era a população do subcontinente indiano, como rezava o Congresso Nacional da Índia; e a nação irlandesa era o que os fenianos encaravam como tal.¹⁶ Para os propósitos presentes, não precisamos ir mais além nessa área interessante.

Uma vez que poucos movimentos "nacionais" antiimperialistas do Terceiro Mundo coincidiram com uma entidade política ou étnica existente antes do aparecimento do imperialismo, o desenvolvimento do nacionalismo, no sentido europeu do século XIX, ocorreu em grande parte a partir da descolonização, ou seja, principalmente desde 1945. A maioria, entretanto, foi dirigida não contra um opressor imperialista estrangeiro, mas contra os Estados recém-emancipados que clamavam por uma homogeneidade nacional que não possuíam. Em outras palavras: protestavam contra o "nacional", isto é, irrealidade étnica, ou cultural, dos territórios nos quais a era imperial havia dividido o mundo dependente, apesar de, às vezes, protestarem contra a irrealidade de ideologias ocidentalizadas elaboradas por elites modernizadas que herdaram o poder dos ex-dominadores.

Mas eles protestavam (protestam) em nome de algo que corresponde ao velho "princípio de nacionalidade" e à demanda por autodeterminação? Em certas instâncias, eles falam a mesma língua, provavelmente derivada de Mazzini, mas, indiretamente, do marxismo, via entreguerras, a maior influência ideológica sobre intelectuais em amplas áreas do mundo dependente. Este foi simplesmente o caso no Sri Lanka, entre extremistas cingaleses e tâmeis, se bem que o comunitarismo cingalês também se baseasse em idéias lingüístico-raciais, oitocentistas e ocidentais, para de-

monstrar a superioridade ariana.¹⁷ Apesar de não acompanhar os conflitos e rivalidades comunitários e assertivas étnicas de grupo no Terceiro Mundo, são melhor analisados sob essa luz, principalmente enquanto movimentos com potencialidade para criar Estados, cujo final lógico é o estabelecimento de Estados territoriais. A inabilidade do "tribalismo", que evidentemente era uma sustentação muito forte em várias partes da África "para se levantar contra os aparatos sancionistas mesmo de Estados relativamente rudimentares",¹⁸ deveria nos proporcionar uma pausa. Então, para mudar de assunto, a inabilidade de áreas que se desintegravam em seus componentes comunitários, como o Líbano, deve manter qualquer coisa que poderia ser descrita, mesmo que parcialmente, como um Estado-nação ou qualquer outro Estado.

É claro que novos Estados foram criados desde 1945, os quais dividiram em números menores — digamos dois ou quatro — as regiões que diferem marcadamente quanto à estrutura sócio-política, à cultura, à etnia ou a outras características politicamente relevantes, e que poderiam, a não ser pela situação internacional, cair fora dessas linhas de rompimento, como aconteceu ocasionalmente (a exemplo do Paquistão oriental e ocidental, da Chipre turca e grega). Casos como esses são o Sudão e o Chade (muçulmanos/árabes ao norte, cristãos/animistas negros ao sul), e a Nigéria (muçulmanos e hausas ao norte, ioruba a sudoeste, e ibo a sudeste). Entretanto, é significativo que a situação da Nigéria parecesse desmembrada, desde a fracassada secessão de Biafra (ibo) em 1967, pelo rompimento das três comunidades dominantes e pela reposição da divisão tripartite original, com dezenove Estados menores, enfatizando incidentalmente o fato de que, entre eles, hausa, ioruba e ibo representavam menos de 60% do total da população nigeriana. Também está claro que a situação interna dos Estados é instável, ficando o poder nas mãos de uma única comunidade hegemônica, especialmente se ainda está em processo de estabelecer uma dominação sobre o território total do Estado. Esse parece ser o caso da Etiópia, onde o surgimento, no século XIX, de um império baseado numa minoria comunitária cristã — os que falam amhara representam 25% da população dividida em 40% de cristãos, 40% de muçulmanos e 20% de outros — foi interrompido por um breve período como colônia

italiana, pela restauração de um império expandido, e pela revolução de 1974. Mesmo assim é improvável que a unidade territorial desse país infeliz, faminto e destruído pela guerra pudesse estar em sério risco, a não ser pela tentativa de incorporar a Eritreia, a qual estava numa posição de desenvolver seus próprios movimentos políticos separatistas, e identidade territorial, como uma colônia italiana e sob a administração britânica, antes de ser agregada (para beneficiar a conveniência internacional) à Etiópia, à qual nunca pertencera.

Evidentemente existem muitas tensões étnicas, tribais ou comunitárias dentro de vários novos Estados independentes, tanto na África quanto na Ásia, mas — excetuando-se países que parecem ter estabelecido o que se assemelha a um funcional *modus vivendi* multiétnico — está longe de esclarecer que o separatismo do Estado é o que cada indivíduo que o compõe, ou mesmo que cada um de seus líderes e porta-vozes, tem em mente.

O verdadeiro problema de grupos étnicos e comunitários é bem diferente, especialmente daqueles que enfrentam dramáticas mudanças sócio-econômicas, para as quais sua história não os preparou. É muito menos parecido com os problemas da formação de nações novas do que com os de migrações maciças em países industriais velhos (ou novos): como se adaptar a um novo mundo numa sociedade de etnia pluralista. Certamente esses imigrantes, como vimos, são incorporados de modo natural a grupos que reúnem outros da "velha terra" ou "lá de casa", amenizando a insegurança e a saudade, com a ajuda mútua, pela reação contra a hostilidade de fora a pessoas como eles e, não menor, através do poderoso meio organizacional da política eleitoral, onde isto existir. Como qualquer político distrital americano sabe, os imigrantes respondem muito bem aos apelos étnicos e aos apoios para qualquer coisa que possa ser vista como uma causa nacional em seus países de origem, especialmente quando a imigração tem fundo político ou ideológico: apoiar o IRA entre os irlandeses, hostilizar Yasser Arafat entre os judeus, sustentar a restauração dos Estados bálticos entre os lituanos. Mas, como todo político também sabe, fazer estardalhaços corretos sobre Sinn Fein, a OLP e o stalinismo é apenas uma parte ínfima da tarefa política dos representantes de tais eleitores; a tarefa maior traduz-se em cui-

dar de seus interesses como *americanos* ou *canadenses*. Numa sociedade multiétnica ou comunitária isso significa, essencialmente, barganhar para que o grupo partilhe dos recursos disponíveis no Estado, contra outros grupos, defendendo seus protegidos contra a discriminação e, em geral, maximizando as chances de seus membros e minimizando suas desvantagens. O nacionalismo no sentido de demanda por um Estado territorial separado ou mesmo por uma autonomia lingüística é irrelevante para isto, apesar de poder fazer um judeu sentir-se bem.

O caso dos negros nos Estados Unidos exemplifica isso com clareza, pois a raça domina obviamente sua situação enquanto grupo e, apesar de altos índices de segregação social e de confinamento, o separatismo territorial está evidentemente muito remoto para eles, bem fora de sua impraticabilidade — tanto na forma de um êxodo em massa para qualquer outro país (africano), quanto na forma de se isolar uma parte dos Estados Unidos para eles. Essa primeira forma andou ganhando uma boa dose de apoio emocional entre os negros no hemisfério ocidental, mas nunca foi considerada como um programa sério, exceto pelos ultradireitistas malucos que visualizavam expulsões maciças (“repatriações”) de imigrantes negros.

A segunda forma recebeu uma rápida proposta, alinhada com a doutrina ortodoxa de “autodeterminação nacional”, da Internacional Comunista, mas não despertou interesse nos negros. No mapeamento da distribuição dos condados nos Estados meridionais, onde o censo mostrava maiorias negras, podia-se ver uma faixa mais ou menos contínua no papel (com um número de enclaves e exclaves) que, então, poderia ser encarada como um “território nacional” para negros americanos, e que se tornaria uma república negra.¹⁹ O absurdo dessa fantasia cartográfica reside na suposição de que o problema de viver nos Estados Unidos (predominantemente branco) poderia ser eliminado da vida dos negros americanos pelo separatismo, de maneira total. Além disso, já era evidente que mesmo se uma república negra pudesse se estabelecer em alguma parte da zona do *blues*, ela teria pouca significação nos guetos urbanos do Norte e do Oeste, nos quais os negros já estavam em grande número. A concentração nas cidades, onde 97% dos negros não-sulistas viviam em 1970 — um

terço dos negros sulistas ainda habitava a zona rural —, conferiu aos negros americanos uma considerável influência eleitoral, da qual eles conseguiram tirar alguma vantagem, apenas concentrando-se em arrebatar uma fatia maior dos recursos e facilidades da sociedade toda para seu grupo étnico. A segregação territorial dos guetos em sociedades pluralistas pode ser uma formidável força para a coesão étnica, como comprovam Belfast e Beirute, mas realmente *elimina* a perspectiva clássica de autodeterminação pela formação de Estados territoriais, a não ser em casos muito excepcionais.

E mais, a urbanização e a industrialização, repousando, como o fazem, em movimentos de massa e multivariados, em migrações e em transferências de pessoas, solapam a outra suposição básica nacionalista sobre um território habitado essencialmente por uma população étnica, cultural e lingüisticamente homogênea. A xenofobia aguda ou a reação racista da população nativa de países ou regiões que recebem os influxos maciços de “estranhos” têm sido, infelizmente, familiares nos Estados Unidos, desde 1890, e na Europa ocidental, desde 1950. Se bem que xenofobia e racismo sejam sintomas, e não remédios. As comunidades e os grupos étnicos nas sociedades modernas estão destinados a coexistir, qualquer que seja a retórica que sonhe com uma volta a uma nação sem misturas. O assassinato e a expulsão em massa (“repatriação”) na verdade simplificaram drasticamente o mapa étnico da Europa, e poderiam ser tentados em algumas outras regiões. Contudo, o movimento dos povos restaurou, desde então, a complexidade étnica, a qual o barbarismo buscou eliminar. Apenas hoje a típica “minoría nacional”, em grande parte dos países que recebem imigrantes, é um arquipélago de pequenas ilhas mais do que uma terra maciça coerente. Otto Bauer pode ter alguma relevância para o seu problema, mas não Mazzini.

Fundamentalmente, essa é a situação de grupos étnicos em Estados poliétnicos e policomunitários do Terceiro Mundo, isto é, na maioria das ex-colônias maiores do que as ilhas do Caribe — e mesmo em alguns mini-Estados. Grupos étnicos e comunitários dentro deles são, muitas vezes, fortemente organizados enquanto tais — principalmente em Estados novos, através de partidos políticos e grupos de pressão que são, de fato, porta-vozes dos interes-

ses étnicos. O acesso a cargos no Estado e no serviço público é o principal objetivo, uma vez que, em muitos casos, significa o único caminho para a riqueza e para a acumulação de capital, no que se refere àqueles que têm pouca familiaridade com as modernas ferramentas empresariais — tradicionalmente manejadas por algumas comunidades minoritárias e brancas.²⁰ À medida que tal acesso é adquirido através da escolaridade (exceto no caso raro de golpes militares não dados por oficiais da ativa), como observa Fredrik Barth com sua perspicácia habitual, “grupos étnicos rivais tornam-se diferenciados no que diz respeito ao nível educacional e tentam controlar ou monopolizar as ferramentas educacionais”.²¹

Uma vez que a competição desse grupo é para ter acesso a (ou assumir o controle de) posições na máquina do Estado (territorial), tal disputa étnica tem alguma coisa em comum com o surgimento do nacionalismo pequeno-burguês, discutido no capítulo 4. Em casos extremos isso realmente pode levar ao separatismo, como entre os tâmeis do Sri Lanka — uma minoria (em parte separável geograficamente) que tinha uma super-representação no serviço público, sob dominação britânica, e provavelmente na educação superior, e desde então tem estado sob pressão da maioria cingalesa, fortemente predominante, não apenas pela adoção do cingalês como *única* língua oficial em 1956. (Se o hindi tivesse sido a língua de 72%, em vez de 40% da população da Índia, a tentação de eliminar o inglês para fins oficiais teria sido maior, como seria o perigo do tâmil e outros separatismos no território indiano.²²) Entretanto, o nacionalismo territorial é um caso especial e limitado. Mesmo no Sri Lanka as aspirações separatistas não substituíram as federalistas até uns 25 anos depois da independência. O caso mais comum é a coexistência competitiva fundamentada, onde necessária, por várias mesclas de descentralização e autonomia. E quanto mais uma sociedade for urbanizada e industrializada, mais artificiais serão as tentativas de confinar, nos territórios dos países de origem, as comunidades étnicas que operam na economia mais ampla. A tentativa da África do Sul de agir desse modo é vista corretamente não como um exercício da clássica construção de nações para africanos, mas como um projeto para perpetuar a opressão racial.

Entretanto, como Barth mais uma vez aponta,²³ as relações

de grupo em tais sociedades complexas e poliétnicas/comunitárias são tão diferentes e menos estáveis do que tais relações tendem a ser em sociedades tradicionais. Em primeiro lugar, os grupos que são admitidos numa sociedade moderna ou mais avançada têm três estratégias possíveis (talvez não completamente distintas). Seus membros podem querer se assimilar ou “se passar” por membros da sociedade avançada. Como resultado, alguns podem ter sucesso, mas a comunidade como um todo será “despida de suas fontes de diversificação interna e é provável que permaneça como um grupo culturalmente conservador ... nas escalas mais baixas dentro do sistema social mais amplo”. Ou então, esses membros podem aceitar um *status* minoritário e tentar reduzir as descapacitações minoritárias, mas insistindo em manter seu caráter específico “em setores de não-articulação”. Em conseqüência, não haverá a emergência clara de uma sociedade organizada politicamente e, em sociedades industriais, o resultado provável será uma assimilação. Por último, o grupo pode decidir enfatizar sua identidade étnica, “usando-a para desenvolver novas posições e padrões ... não encontrados antes em suas sociedades ou inadequados para os novos propósitos”. Essa é a estratégia que, na visão de Barth, chega mais perto de gerar um nacionalismo étnico pós-colonial ou uma possível construção de Estado, se bem que, como argumentei, esse não é o objetivo normal nem a implicação necessária dessa estratégia. De qualquer modo, não ajuda muito a análise colocar todas essas formas de grupos étnicos sobreviventes sob o mesmo título de “nação” e de “nacionalismo”: canadenses de Quebec, gregos, imigrantes bálticos, índios do Algonquin, ucranianos e anglo-escoceses — para ter meramente um caso multiétnico.

Em segundo lugar, as relações tradicionais interétnicas foram muitas vezes, talvez na maioria dos casos, estabilizadas por desenvolverem-se numa divisão social do trabalho segmentada, de forma que o “estranho” tivesse uma função reconhecida e, sejam quais forem “nossos” atritos com sua comunidade, que “nos” completamente, mais do que faça competição. Deixados a si próprios, tais mercados de trabalho e serviços padronizados, etnicamente segmentados, desenvolvem-se naturalmente, mesmo na história da industrialização e da urbanização ocidentais, em parte porque

os nichos específicos em tais mercados existem para serem preenchidos, e principalmente porque a rede informal de ajuda mútua dos migrantes de regiões específicas os enche de amigos, parentes e clientes do país de origem. Por isso, mesmo hoje em Nova York, esperam-se encontrar rostos coreanos numa quitanda, e índios mohawk nas construções das estruturas de aço dos edifícios, e (como em Londres) indianos como donos de bancas de jornal, assim como a equipe de restaurantes indianos costuma formar-se de imigrantes da área de Sylhet, em Bangladesh.

Dado que “os sistemas tradicionais poliétnicos são com frequência marcadamente econômicos” (Barth), é impressionante que os movimentos em Estados pluralistas, que enfatizam a identidade étnica, estejam tão raramente preocupados com esse tipo de divisão social, e muito mais atentos à posição competitiva do seu grupo numa intercomunidade livre para todos, dentro do Estado. Muito do que passa por nacionalismo pós-colonial reflete a instabilidade conseqüente das relações do grupo, que estão baseadas não numa real divisão do trabalho ou função étnico-econômica, mas num equilíbrio (ou preponderância) do poder político.

Atritos e conflitos étnicos e comunitários são, portanto, suficientemente visíveis no mundo fora da zona de nacionalismo original, e podem dar a impressão de estarem se ajustando a um modelo do que é “nacional”.

E contudo, é preciso que se diga de novo, tudo isso não é a mesma coisa que “a questão nacional” sobre a qual os marxistas argumentavam, e em termos da qual mapas foram redesenhados. Ou, se preferirmos, a extensão do “nacionalismo” além de sua região de origem o movimenta além do alcance da análise original do fenômeno — como testemunha a emergência espontânea de novos termos para compreendê-lo, tal como a palavra *ethnie* (para “grupo étnico” ou para o que tem sido chamada uma “nacionalidade”), que surgiu bem recentemente.²⁴ Isso foi compreendido há tempos, embora os primeiros observadores do nacionalismo não-ocidental, mesmo conscientes “de que somos confrontados com um fenômeno bastante diferente do nacionalismo europeu”, encarassem como “fútil” evitar o termo, “tendo em vista sua adoção por todas as partes”.²⁵ Não obstante, se o termo é usado ou não, o fenômeno levanta novas questões sobre

vários assuntos. Um deles pode ser brevemente mencionado como a conclusão do capítulo: a linguagem.

De maneira alguma está claro que o padrão clássico de nacionalismo lingüístico — o de desenvolver um idioma étnico até que se torne uma nova linguagem literária, para todos os propósitos, padronizada, que depois se torna oficial — pode (ou deve) continuar. (Mesmo dentro das linguagens desse tipo, padronizadas, há muito estabelecidas, tem havido uma tendência recente de desintegrá-las pela transformação de subvariantes ou dialetos falados em possíveis meios de instrução escolar, como por exemplo o “inglês negro” ou o francês *joual* fortemente anglicizado, dos bairros de classes mais baixas de Montreal.) Para fins práticos a multilinguagem é inevitável na maioria dos Estados de hoje, seja porque as migrações encham virtualmente as cidades de colônias “étnicas”, seja porque a maioria dos novos Estados de agora agreguem um número tão grande de linguagens faladas, mutuamente ininteligíveis, que os meios de comunicação nacional (e hoje, preferivelmente, internacional) tornam-se indispensáveis, isso sem contar com as mais modestas línguas-francas. (Papua-Nova Guiné, com mais de 700 línguas para uma população de cerca de 2,5 milhões, pode ser um caso extremo.) De qualquer modo, já está claro que as linguagens politicamente mais aceitáveis são construções de comunicação sem identificação étnica local, como a Indonésia *pidgin* ou *bahasa*, ou línguas estrangeiras (de preferência as de cultura mundial), especialmente o inglês, que não colocam nenhum grupo étnico em vantagem ou desvantagem especiais. Essa situação, que pode explicar “o que parece ser uma notável flexibilidade lingüística entre as elites indonésias e falta de intensa ligação emocional com a ‘língua pátria’”²⁶ não é evidentemente a mesma que é familiar aos movimentos nacionalistas europeus. Como também não é a política do moderno recenseamento multiétnico do Canadá, se o compararmos ao do antigo império Habsburgo (ver pp. 119 e 120). Pois sabendo que, se membros de grupos étnicos imigrantes forem levados a escolher entre sua etnia e a canadense, vêem-se como canadenses, e sabendo da atração do inglês sobre eles, os grupos de pressão étnica se opõem às questões do censo sobre linguagem ou auto-identificação étnica; até recentemente, o cen-

so insistia numa declaração de *origem* patrilinear étnica e rejeitava as respostas "canadense" ou "americano", exceto para ameríndios. Essa etnia de "censo artesanal", originalmente forçada pelos canadenses de origem francesa para aumentar seu número fora da área central de Quebec, também serviu aos propósitos de líderes étnicos e de imigrantes, uma vez que encobria o fato de que dos 315 000 de origem polonesa no censo de 1971, apenas 135 000 declararam que sua língua pátria era o polonês, e somente 70 000 o falavam em casa. Os números, para os ucranianos, são comparáveis.²⁷

Em suma, os nacionalismos étnico e lingüístico podem estar em rotas divergentes, e ambos podem estar agora perdendo sua dependência do poder do Estado nacional. Parece já ser comum o que se pode chamar de multilinguagem não competitiva ou bilingüismo, à semelhança da relação, no século XIX, entre as linguagens oficiais da cultura e do Estado e os dialetos subalternos e *patois*. Não devemos nos iludir com a tendência de fornecer *status* de vernáculo oficial no que diz respeito às linguagens culturais nacionais/internacionais — o espanhol na América Latina, o francês em partes da África, e mais amplamente o inglês (que é o meio de educação secundária nas Filipinas e que é, ou até a revolução era, na Etiópia).²⁸ O modelo pode não ser mais a luta pela supremacia, como em Quebec, mas uma divisão de função, como no Paraguai, onde tanto o espanhol quanto o guarani são ensinados e falados pela elite urbana, mas o espanhol é o meio de comunicação para todos os propósitos escritos, além das *belles lettres*. Parece improvável que o quíchua, com *status* igual no Peru desde 1975, tente deslocar o espanhol como língua, por assim dizer, da imprensa diária e da universidade, ou que os meios de educação, riqueza e poder não continuem a passar pelo inglês,²⁹ qualquer que seja a afirmação oficial sobre algum vernáculo nas ex-colônias britânicas da África ou do Pacífico.

Essa especulação nos leva a algumas reflexões para concluir sobre o futuro das nações e sobre o nacionalismo.

NOTAS

1. Ver C. A. Macartney, "Refugees", in *Encyclopedia of the Social Sciences* (Nova York, 1934), vol. 13, pp. 200-205; Charles B. Eddy, *Greece and the Greek Refugees* (Londres, 1931): Para ser imparcial deve-se acrescentar que os gregos expulsaram 400 mil turcos.
2. Mirjana Gross, "On the Integration of the Croatian Nation: a Case Study in Nation Building" (*East European Quarterly*, 15, 2.6.1981, p. 224).
3. Ver G. Adhikari, *Pakistan and Indian National Unity* (Londres, 1942), *passim*, mas esp. pp. 16-20. Este trabalho abandonou a antiga linha do Partido Comunista que era, como aquela do Congresso, a favor do hindustani como única língua nacional (R. Palme Dutt, *India Today*, Londres 1940, pp. 265-266).
4. *Le Monde*, de 2.1.1981.
5. H.-J. Puhle, "Baskischer Nationalismus im spanhischen Kontext", in H. A. Winkler (org.), *Nationalismus in der Welt von Heute* (Göttingen, 1982), pp. 53-54.
6. Para um contraste amplo entre as práticas de opinião e lingüísticas de catalães e bascos, baseado em pesquisas por amostragem, ver M. García Ferrando, *Regionalismo y Autonomías en España* (Madri, 1982), e E. López Aranguren, *La Conciencia Regional en el Proceso Autonómico Español* (Madri, 1983).
7. Ver E. Sherrington, "Welsh Nationalism, the French Revolution and the Influence of the French Right", in D. Smith (org.), *A People and a Proletariat: Essays in the History of Wales 1780-1980* (Londres, 1980), pp. 127-147.
8. E. J. Hobsbawm, "Mass-Producing Traditions", in E. J. Hobsbawm e T. Ranger (orgs.), *The Invention of Tradition* (Cambridge, 1983), pp. 300-301.
9. Para a substituição da "Internacional" pela "Marselhesa" na Alemanha, assim como na França, ver M. Dommanget, *Eugène Pottier* (Paris, 1971), cap. III. Para o apelo patriótico, ver Maurie Thorez, *France Today and the People's Front* (Londres, 1936), XIX, pp. 174-185, esp. 180-181.

10. Charles de Gaulle, *Mémoires de Guerre, II* (Paris, 1956), pp. 291-292. Para os Estados Unidos, Earl Browder, *The People's Front in the United States* (Londres, 1937), esp. pp. 187-196, 249-269.
11. Hywel Francis, *Miners Against Fascism: Wales and the Spanish Civil War* (Londres, 1984); Paolo Spriano, *Storia del Partito Comunista Italiano*, vol. III (Turim, 1970), cap. IV.
12. Cf. os discursos de 1941 in A. Bullock, *The Life and Times of Ernest Bevin*, vol. 2 (1967), p. 77; H. Pelling, *The Labour Governments 1945-51* (Londres, 1984), p. 120.
13. Ver Sean Cronin, *Frank Ryan, The Search for the Republic* (Dublin, 1980); mas também Frank Ryan (org.), *The Book of the XV Brigade* (Newcastle on Tyne, 1975, publicado inicialmente em Madri em 1938).
14. Para o antigo colaboracionismo de vários ativistas "étnicos" na França, ver William R. Beer, "The Social Class of Ethnic Activists in Contemporary France", in Milton J. Esman (org.), *Ethnic Conflict in the Western World* (Ítaca, 1977), p. 157.
15. As obras de Hans Kohn, *History of Nationalism in the East* (Nova York, 1933) e *Nationalism and Imperialism in the Hither East* (Nova York, 1932), originalmente publicadas na Alemanha em 1928 e 1930, respectivamente, provavelmente sejam os primeiros grandes tratados sobre o assunto. O autor talvez tenha focalizado essa região por seus interesses sionistas.
16. *Die nationale Frage und Österreichs Kampf um seine Unabhängigkeit: Ein Sammelband*. Prefaciado por Johann Koplenig (Paris, 1939), documenta a principal exceção: a Áustria. Seus habitantes de língua alemã até aqui eram vistos pelos marxistas como membros da nação alemã, a principal razão para a adesão do Partido Social Democrático da Áustria à união com a Alemanha, o que levantou problemas, uma vez que a Alemanha estava nas mãos de Hitler. Enquanto os social-democratas mantinham sua posição, até o ponto de Karl Renner (depois primeiro presidente da segunda República Austríaca) realmente saudar o *Anschluss* em 1938, os comunistas austríacos desenvolveram uma teoria da nacionalidade austríaca separada que repelia esses constrangimentos.
17. Kumari Jayawardene, *Ethnic and Class Conflicts in Sri Lanka* (Dehiwala, 1985); do mesmo autor, "The National Question and the Left Movement in Sri Lanka" (*South Asia Bulletin*, VII, 1 e 2, 1987, pp. 11-22); Jayadeva Uyangoda, "Reinterpreting Tamil and Sinhala Nationalism" (*ibidem*, pp. 39-46); R. N. Kearney, "Ethnic Conflict and the Tamil Separatism Movement in Sri Lanka" (*Asian Survey*, 25, 9.9.1985, pp. 898-917).
18. Fredrik Barth (org.), *Ethnic Groups and Boundaries* (Boston, 1989), p. 34.
19. O Partido acirrou a luta por direitos iguais dos negros e por auto-determinação até a secessão, incluindo esta no "cinturão negro" (*Die Kommunistische Internationale vor dem VII Weltkongress: Materialien*. Moscou-Leningrado 1935, p. 445), relatório sobre "as decisões no outono do ano de 1930". Sobre as "divergências contundentes" a respeito dos *slogans* que beneficiavam uma república negra para a população negra nos Estados Unidos, na discussão da relevante subcomissão do VI Congresso da Internacional em 1928, ver as contribuições de Ford e Jones nesse Congresso (*Compte-rendu Sténographique du VI Congrès de l'Internationale Communiste 17 juillet-1 septembre 1928*. In *La Correspondance Internationale*, n° 125, 19.10.1918, pp. 1292-1293; n° 130, 30.10.1928, p. 1418).
20. Tais minorias, claro, também operavam através do acesso privilegiado àqueles no poder do Estado.
21. Ver Barth (ed.), *Ethnic Groups*, pp. 34-37.
22. Ver Sunil Bastian, "University Admission and the National Question", e Charles Abeysekera, "Ethnic Representation in the Higher State Services", in *Ethnicity and Social Change in Sri Lanka* (trabalhos apresentados em um seminário organizado pela Social Scientists' Association, dez. 1979), Dehiwala, 1985, pp. 220-232, 233-249.
23. Barth (org.), *Ethnic Groups*, pp. 33-37.
24. A obra *Trésor de la Langue Française* (vol. VIII, Paris, 1980), mesmo que registre a palavra *ethnie* em 1896, não oferece nenhum uso para ela antes de 1956. Anthony D. Smith, *The Ethnic Origins of Nations* (Oxford, 1986), utiliza o termo de modo amplo, mas deixa claro que o encara como um neologismo francês ainda não completamente anglicizado, exceto como excentricidade, na discussão da nacionalidade antes dos anos 60.
25. John H. Kautsky, "An Essay in the Politics of Development", in John H. Kautsky (org.), *Political Change in Underdeveloped Countries: Nationalism and Communism* (Nova York-Londres, 1962), p. 33.
26. N. Tanner, "Speech and Society among the Indonesian Elite", in J. B. Pride e J. Homes (orgs.), *Sociolinguistics* (Harmondsworth, 1972), p. 127.
27. Robert F. Harney, "So Great a Heritage as Ours: Immigration and the Survival of the Canadian Polity." (*Daedalus*, vol. 117/4, outono 1988), pp. 68-69, 83-84.
28. Sobre o significado do inglês, ver François Grosjean, *Life with Two Languages* (Cambridge, MA, 1982), onde se afirma que em apenas 38

Estados o inglês não teve nenhuma categoria oficial até 1974. Em vinte países (de língua não inglesa) era a única língua oficial, em outros 36 era usado nas cortes e como principal meio de instrução nas escolas (p. 114). Para o problema de competição com o inglês, ver também L. Harries, "The Nationalization of Swahili in Kenya" (*Language and Society*, 5, 1976, pp. 153-164).

29. Sob certos aspectos, a mídia de massa moderna (oral e visual), "que não requer os passos árduos da alfabetização" (David Riesman, na introdução de *The Passing of Traditional Society*, de Daniel Lerner, Nova York, 1958, p. 4), diminuiu o fator da literatura vernácula para os monoglotos, que agora não são mais privados da informação sobre o mundo mais amplo. O rádio transistorizado tem sido o principal agente dessa revolução cultural. Ver, por exemplo, Howard Handelman, *Struggle in the Andes: Peasant Political Mobilization in Peru* (Austin, 1974), p. 58. Minhas primeiras atenções para essa revolução foram despertadas no começo da década de 60 pelo falecido José Maria Arguedas, que assinalava a multiplicação das transmissões locais em quéchua para os imigrantes de Lima, em geral colocadas no ar em horários em que apenas os trabalhadores indígenas estavam acordados.

VI

O nacionalismo no final do século XX

Concluirei com algumas reflexões sobre o nacionalismo nesta última parte do século XX. À primeira vista houve, em todo o mundo, um triunfante avanço do "princípio de nacionalidade". Hoje, todos os Estados do planeta, pelo menos oficialmente, são "nações"; todos os movimentos de libertação tendem a ser movimentos de libertação "nacional". As agitações "nacionais" produzem rupturas nos Estados-nações mais antigos da Europa — Espanha, França, Reino Unido, e até mesmo, de maneira mais modesta, a Suíça; também afetam os regimes socialistas do Leste, os novos Estados do Terceiro Mundo libertos do colonialismo, e, inclusive, as federações do Novo Mundo, onde apenas o Canadá permanece dividido. Igualmente, atingem os Estados Unidos, onde a pressão se faz crescente para tornar o inglês a única língua oficial e pública, em resposta à imigração em massa dos americanos-espanhóis — a primeira onda de imigrantes que não se deixa seduzir pelos atrativos da assimilação lingüística. O apelo por uma comunidade imaginária da nação parece ter vencido todos os desafios, sobretudo naqueles locais onde as ideologias estão em conflito. O que mais poderia ter lançado a Argentina e a Inglaterra em uma louca guerra por um pântano e uma pastagem acidentados e ásperos, do que a solidariedade que emana de um "nós" imaginário, em oposição a um "eles" simbólico?

Todavia, embora não se possa negar o impacto crescente e, por vezes dramático, da política nacionalista ou étnica, existe um aspecto principal pelo qual o fenómeno, hoje, é funcionalmente diferente do "nacionalismo" e das "nações" da história do século XIX e início do século XX. Já não se apresenta como o principal vetor do desenvolvimento histórico. No mundo "desenvolvido" do século XIX, o desenvolvimento de um número de "nações" que combinavam o Estado-nação e a economia nacional era, evidentemente, um fato central da transformação histórica, e como tal era visto. No mundo "dependente" da primeira metade do século XX, e por razões óbvias, os movimentos por libertação e independência nacional, especialmente na sua parte colonizada, foram os agentes principais para a emancipação política da maior parte do planeta. Ou seja, para a eliminação de uma administração imperial — e, mais significativamente, da dominação direta militar feita por poderes imperiais —, uma situação que teria parecido praticamente inconcebível nos cinquenta anos que precederam o início do século XX.¹ Como vimos anteriormente, enquanto esses movimentos de libertação nacional no Terceiro Mundo foram teoricamente modelados no nacionalismo do Ocidente, na prática, os Estados que geralmente intentaram construir foram o oposto das entidades linguística e etnicamente homogêneas que vieram a ser encaradas como a forma padrão do "Estado-nação" no Ocidente. Não obstante, mesmo nessas circunstâncias, eles foram de fato mais semelhantes ao nacionalismo ocidental da era liberal do que diferentes. Tanto os movimentos de libertação nacional quanto os Estados que deles emergiram foram tipicamente unificadores e emancipatórios, embora, no último caso, aquilo que foi alcançado tenha excedido, muito frequentemente, o que era almejado.

Os movimentos nacionalistas característicos dos anos finais do século XX são essencialmente negativos, ou melhor, separatistas. Daí, a insistência colocada nas diferenças "étnicas" e linguísticas, que aparecem, às vezes, de forma individual ou combinada com a religião. Em um sentido, os movimentos podem ser encarados como os sucessores, e às vezes herdeiros, dos pequenos movimentos nacionalistas dirigidos contra os impérios Otomano, Czarista e dos Habsburgo, ou seja, contra o que era considerado,

historicamente, como modos obsoletos de organização política, em nome de um modelo de modernidade política (talvez erroneamente concebido), constituído pelo Estado-nação. Em outro sentido, a maioria dos movimentos é exatamente o oposto, encenando um conjunto de rejeições aos modos modernos de organização política, tanto nacionais como supranacionais. Frequentemente, esses movimentos nacionalistas parecem constituir reações de fraqueza e medo, tentativas de erguer barricadas para manter distantes as forças do mundo moderno, atitude que se assemelha ao ressentimento dos alemães de Praga que se sentiram acuados pela imigração tcheca. Esse não é apenas o caso das pequenas comunidades linguísticas vulneráveis, inclusive, a mudanças demográficas bem modestas, como nas montanhas e costas escassamente povoadas do povo de língua galesa do País de Gales ou da Estônia. Nesta última, um milhão ou pouco mais dos habitantes que falam o idioma estoniano colocar-se-iam no patamar mais inferior das populações capazes de manter uma cultura linguística moderna em todos os níveis. Não é surpreendente que o assunto mais explosivo, tanto no País de Gales como na Estônia, seja a imigração incontrolada de população que fala uma só língua, inglês ou russo, respectivamente. Todavia, reações similares são encontradas em populações bem maiores cujas existências linguística/cultural não estão ou não parecem estar, de alguma forma, ameaçadas. O exemplo mais absurdo disso é o movimento para declarar o inglês a única língua *oficial* dos Estados Unidos, que adquiriu aspectos de golpe político em alguns estados do país no final da década de 80. A idéia de supremacia do inglês nos Estados Unidos é, ou parece estar colocando em jogo, uma paranóia política, principalmente se se levar em conta o fato de que a imigração de fala espanhola é, de fato, suficientemente maciça para algumas partes do país para tornar desejável, e algumas vezes necessária, a tarefa de interlocução com esse público em sua própria língua.

O que estimula essas reações defensivas contra ameaças reais ou imaginárias é uma combinação de movimentos populacionais internacionais com as transformações sócio-econômicas fundamentais, extremamente rápidas e sem precedentes, tão características do terceiro quartel de nosso século. O Canadá francês pode

ilustrar essa combinação de um intenso nacionalismo lingüístico pequeno-burguês com o choque futuro de massas. Teoricamente, a língua francesa parece estar suficientemente segura porque é falada como língua materna por um quarto da população do Canadá; porque constitui uma comunidade com cerca de metade do tamanho da parte do Canadá que abriga os que falam inglês como língua materna; recebe o apoio oficial da federação ao seu caráter bilíngüe; recebe o reforço internacional da cultura francesa, e totaliza quase 130 mil estudantes nas universidades de língua francesa (1988). E, não obstante, a posição do nacionalismo de Quebec é aquela de um povo em retirada apressada frente às forças históricas que se aproximam ameaçadoramente para subjugá-lo; um movimento cujos próprios avanços são vistos mais em termos de uma fraqueza potencial do que um sucesso.² O nacionalismo de Quebec, de fato, abandonou as amplas minorias de língua francesa em New Brunswick e Ontario, a fim de se enriqueir na província de Quebec, autônoma e, até mesmo, separatista. O sentido da insegurança dos *canadenses franceses* é indicado pela crença de que o atual "multiculturalismo" oficial no Canadá é simplesmente um conluio que visa "aniquilar as necessidades especiais dos que falam a língua francesa através do peso político da multiculturalidade".³ E isso é, naturalmente, reforçado pela preferência evidente dos 3,5 milhões de imigrantes do pós-1945 em terem suas crianças educadas em inglês, o que, mais do que o francês, abre o horizonte para perspectivas nas várias carreiras profissionais da América do Norte. Ainda, teoricamente, a ameaça da imigração é menor no Canadá de língua francesa do que no de língua inglesa, desde o período entre 1946 e 1971, quando apenas 15% dos recém-chegados se instalaram em Quebec.

O que permanece atrás do medo e da insegurança dos canadenses franceses é, evidentemente, um cataclisma social que aparece indicado pelo colapso súbito e dramático da Igreja Católica naquilo que foi, por longo tempo, uma sociedade clerical, católica, conservadora e de alta natalidade, não apenas entre os fazendeiros, mas também entre o povo da cidade. Parece que no decorrer dos anos 60 o atendimento da Igreja na província caiu de um índice de 80% para 25%, enquanto que a taxa de natalidade de Quebec tornou-se uma das mais baixas do Canadá.⁴ O que quer

que seja que se encontre por trás de tal surpreendente transformação nos hábitos da população de Quebec, dificilmente poderia deixar de criar uma geração desorientada, faminta por recolocar novas certezas no lugar das velhas certezas em colapso. Inclusive tem sido argumentado que a emergência de um separatismo militante serviu como um substituto para o catolicismo tradicional perdido. A hipótese não é implausível, mesmo que ela não se preste à verificação ou falsificação convincentes —, sobretudo para alguém como este autor, que tem observado, entre a geração mais jovem do norte do País de Gales, a emergência de uma militância nacionalista de língua galesa. Essa militância é algo inteiramente não-tradicional em sua preferência por *pubs* e bebidas, e aparece ao mesmo tempo em que as capelas se esvaziaram; em que o pregador e o docente amador não são mais a voz da comunidade; e onde o declínio de um compromisso público com a moderação removeu a maneira mais evidente pela qual os indivíduos demonstravam a qualidade de membros de uma comunidade e cultura puritanas.

A mobilidade de amplas massas de população intensificou, naturalmente, essa desorientação, assim como acontece com as mudanças econômicas, algumas delas não desligadas da emergência do nacionalismo local.⁵ Seja onde for que vivamos em uma sociedade urbanizada, encontramos estrangeiros: homens e mulheres desenraizados que nos trazem à lembrança a fragilidade ou o murchar de nossas próprias raízes familiares.

Quais seriam os traços em comum (se é que existem) entre tais reações étnico-nacionalistas e a recente emergência do "fundamentalismo", em várias partes do planeta? Este tem sido descrito como capaz de atrair "pessoas que não podem tolerar existências acidentadas, sem método, repletas de condições inexplicáveis, e que, portanto, convergem sua atenção sobre aqueles que oferecem as visões de mundo mais extravagantes, inclusivas e completas".⁶ O fundamentalismo é encarado como algo que "reage sempre, de forma reacionária". "Alguma força, tendência, ou inimigo precisa ser sempre percebido como colocando em perigo, potencial ou realmente, o movimento de alguém ou daquilo que lhe é caro." Os "fundamentos" enfatizados pelo fundamentalismo "emergem sempre de algum estágio primitivo, puro e, mais

antigo, na história sagrada de cada um". Eles "são usados para estabelecer fronteiras, para atrair alguns grupos e alienar outros, enfim, para demarcação", conformando-se à velha observação de Georg Simmel que diz:

Grupos, e especialmente minorias, que vivem em conflito ... geralmente rejeitam aproximações ou manifestações de tolerância por parte do outro lado. A natureza rígida e fechada da sua oposição ficaria obscurecida e, desta forma, não poderiam lutar e confrontarem-se ... Dentro de certos grupos, tais rejeições podem até ser uma espécie de sabedoria política para demarcar alguns inimigos, a fim de garantir, efetivamente, a unidade dos membros do grupo que permanece consciente tanto de sua unidade como de seu interesse vital.⁷

As semelhanças com um número de fenômenos étnico-nacionalistas recentes são evidentes, especialmente quando estes aparecem ligados ou procuram restabelecer elos de ligação com uma fé religiosa específica de um grupo como entre os armênios (cristãos), em oposição aos turcos azeri (muçulmanos), ou, marcadamente, na fase recente do sionismo do Velho Testamento, do Likud, em Israel, tão diferente da ideologia dos fundadores do movimento, fortemente secularistas e, até mesmo, anti-religiosos.⁸ Parece até provável que os visitantes extraterrestres veriam o conflito e a exclusividade étnicos, a xenofobia e o fundamentalismo como aspectos do mesmo fenômeno geral. Todavia, há uma importante distinção. Qualquer que seja a sua versão religiosa, o fundamentalismo provê um programa concreto e detalhado tanto para os indivíduos como para a sociedade, mesmo que esse programa seja uma seleção de textos ou tradições, cuja adequação com o final do século XX não é muito tranqüila. A sua alternativa para a sociedade atual, má e degenerada, não se coloca como um problema imediato: mulheres, uma vez mais, serão ocultadas da visão dos outros, ou, se casadas, terão seu cabelos tosados; ladrões serão mais uma vez punidos através da amputação de mãos e pernas; álcool e similares são ritualmente proibidos, banidos; e o Corão, ou Bíblia, ou o que seja que constitua o compêndio autorizado sobre a sabedoria eterna, irá proporcionar uma orientação prática e moral em todos os assuntos, interpretados por aqueles

cuja tarefa principal é a interpretação. O apelo da etnicidade ou da linguagem não provê nenhuma orientação para o futuro. Não passa de um mero protesto contra o *status quo*, ou, mais precisamente, contra "os outros" que ameaçam o grupo etnicamente definido. Diversamente, enquanto o fundamentalismo, com seu apelo atual, estreito e sectário, retira sua energia da demanda pela verdade *universal* teoricamente aplicável a todos, o nacionalismo, por definição, exclui de seu campo de ação todos aqueles que não pertencem à sua própria "nação", ou seja, a ampla maioria da raça humana. Além do mais, enquanto o fundamentalismo pode, ao menos até um certo grau, apelar para o que resta de hábitos autênticos e de tradição, ou de práticas do passado que foram incorporadas às práticas religiosas, o nacionalismo em si mesmo, como já vimos, ou é hostil para com os reais caminhos do passado, ou emerge de suas ruínas.

Por outro lado, o nacionalismo possui uma vantagem sobre o fundamentalismo. Sua falta de conteúdo programático e de precisão lhe proporciona um apoio potencialmente universal dentro de sua própria comunidade. Exceto naquelas sociedades autenticamente tradicionais que reagem contra o impacto inicial da modernidade é que o fundamentalismo parece ser, universalmente, um problema minoritário. Isso pode ser ocultado tanto pelo poder de regimes impostos pela força, quer seus povos gostem ou não (como no Irã), ou pela capacidade das minorias fundamentalistas de efetivamente mobilizarem para os sistemas democráticos os votos localizados estrategicamente, como em Israel e nos Estados Unidos. Mas pode ser aceito como verdadeiro que hoje em dia a "maioria moral" não é uma verdadeira maioria (eleitoral), assim como a "vitória moral" (eufemismo tradicional para explicar a derrota) não é uma vitória verdadeira. Todavia, a etnicidade *pode* mobilizar a ampla maioria de sua comunidade — uma vez que seu apelo permanece suficientemente vago ou irrelevante. Existe pouca dúvida em relação ao fato de que a maioria dos judeus que não vivem em Israel e estão espalhados pelo mundo é "pró-Israel"; de que a maioria dos armênios apóia a transferência dos nagorno-karabah do Azerbaijão para a Armênia; e que a maior parte dos flamengos dá o máximo de si para não falar francês. Naturalmente, essa unidade se rompe tão logo a

causa nacional é identificada não com generalidades mas com especificidades rigidamente delimitadas: não com "Israel" em geral, mas com as políticas do Begin Shamir ou Sharon; não com o País de Gales em geral, mas com a supremacia da língua galesa; não com o "ser flamengo" contra o "ser francês", mas com um partido nacionalista especificamente flamengo.⁹ Nessa amplitude, partidos e movimentos especificamente comprometidos com um programa "nacionalista", a maioria deles separatista, parecem ser a expressão de interesses minoritários ou delimitados setorialmente, ou ainda serem politicamente instáveis e vacilantes. Para ilustrar essa instabilidade durante os últimos vinte anos, aponta-se para as rápidas mudanças nos êxitos eleitorais e número de membros de vários partidos nacionalistas como os da Escócia, os do País de Gales, os de Quebec e, sem dúvida alguma, de outros partidos nacionalistas. Tais partidos, como sempre, gostam de se igualar com o sentido de isolamento coletivo, com a hostilidade para com "eles" e para com a "comunidade imaginária", sentimentos que podem ser partilhados quase que universalmente em suas "nações", embora dificilmente eles sejam as únicas expressões de tal consenso nacional.

O significado histórico decadente do nacionalismo atualmente é ocultado não apenas pela expansão visível das agitações étnico-linguísticas, mas também pela ilusão semântica que deriva do fato de que todos os Estados são hoje "nações" em termos oficiais, embora muitos deles não tenham nada em comum com o que o termo "Estado-nação" possa significar; e portanto, todos os movimentos que procuram obter a independência encaram a si mesmos como nações instituintes mesmo quando evidentemente não o são; e que todos os movimentos por interesses regionais, locais, ou mesmo setoriais, que se colocam contra a centralização e a burocracia estatal, irão, se possível, vestir o hábito nacional da moda. Nações e nacionalismo, portanto, parecem ser mais influentes e onipresentes do que realmente são. Aruda planeja separar-se do restante das Índias Ocidentais Holandesas porque não gosta de estar vinculada a Curaçao. Isso a torna uma nação? Curaçao ou Suriname, qual delas já é membro das Nações Unidas? Os cornualeses são afortunados pela sua capacidade de pintar seus descontentamentos regionais nas cores atrativas da tradição

céltica, que os torna muito mais visíveis, mesmo que leve alguns deles a reinventar uma língua não falada durante duzentos anos, e mesmo ainda quando a única tradição pública popular com raízes autênticas no país é o metodismo wesleyano. Eles têm mais sorte, dizem, do que Merseyside, que só pode mobilizar em defesa de interesses locais mais iguais e específicos a memória dos Beatles, a memória das gerações dos comediantes Scouse e a orgulhosa tradição de seus times rivais de futebol; enquanto isso, seus habitantes tomam cuidado para manter longe qualquer lembrança muito clara das cores laranja e verde, expressão de sua divisão. Merseyside não pode tocar um clarim nacional. A Cornualha pode. Mas as situações que produzem descontentamentos em uma área são substancialmente diferentes daquelas produzidas em outras áreas?

De fato, a emergência de agitações étnicas e separatistas é devida, em parte, ao fato de que o princípio da criação de Estados desde a Segunda Guerra Mundial, contrariamente à crença comum, nada tem a ver com a autodeterminação nacional wilsoniana que existiu logo após a Primeira Guerra Mundial. A emergência dessas agitações refletia três forças: descolonização, revolução e, naturalmente, a intervenção de poderes externos. Mais da metade dos Estados existentes na atualidade tem menos de quarenta anos; isto limita seriamente a incidência do "princípio de nacionalidade" tradicional.

Descolonização significa que, de modo geral, os Estados independentes foram criados fora das áreas existentes de administração colonial, mas dentro de suas fronteiras coloniais. Estas, evidentemente, foram delineadas sem nenhuma referência aos seus habitantes (ou mesmo sem o seu conhecimento) e, portanto, não tiveram nenhum significado nacional ou mesmo protonacional para suas populações; exceto para as minorias ali nascidas, ocidentalizadas e colonialmente educadas, e que embora variassem eram, em geral, de tamanho exíguo. De maneira inversa, onde tais territórios eram muito pequenos e dispersos, como em muitos arquipélagos colonizados, eles se uniram ou se separaram conforme a conveniência ou as políticas locais. Conseqüentemente, os apelos dos líderes de tais novos Estados, constantes e eventualmente freqüentes, para vencer o "tribalismo", o "comunalis-

mo”, ou quaisquer outras forças, têm sido responsabilizados pelo fracasso dos novos habitantes da República X não se sentirem primordialmente os cidadãos patrióticos de X e, sim, membros de outra coletividade.

Em resumo, o apelo da maioria dessas “nações” e “movimentos nacionais” foi exatamente o oposto do nacionalismo que procura estabelecer laços entre aqueles considerados como tendo, em comum, uma etnicidade, uma linguagem, uma cultura, um passado histórico e assim por diante. De fato, esse apelo era *internacionalista*. O internacionalismo dos líderes e quadros dos movimentos de libertação nacional do Terceiro Mundo é mais evidente onde tais movimentos tiveram um papel destacado na libertação de seus países, do que naqueles países que foram descolonizados por movimentos que vieram “de cima”. Isso porque é mais dramático o colapso pós-independência daquilo que vinha funcionando, ou parecia funcionar, como um movimento unido “do povo”. Às vezes, como na Índia, a unidade do movimento foi rompida antes mesmo da independência.

Mais freqüentemente, logo após a independência, desenvolvem-se as tensões entre as partes componentes dos movimentos de independência (exemplos: na Argélia, entre os árabes e os berberes), entre povos envolvidos ativa e não ativamente, ou ainda, entre o secularismo não setorial já emancipado dos líderes e os sentimentos das massas. No entanto, o que naturalmente atrai mais a atenção é quando está para acontecer ou acontecem rupturas nos casos dos Estados multiétnicos e multicomunais — a partilha do subcontinente da Índia em 1947, a divisão do Paquistão, as demandas para a separação tâmil do Sri Lanka. Mas, jamais deveria ser esquecido que esses são casos especiais em um mundo onde Estados multiétnicos e multicomunais são a norma. O que já foi escrito há quase trinta anos, permanece substancialmente verdadeiro: “Países que compreendem muitos grupos culturais e linguísticos, como a maioria daqueles da África e da Ásia, não apresentam rupturas ou cisões, e aqueles que muitas vezes se apresentam com um único grupo linguístico, como os países árabes e da África do Norte, não... se uniram”.¹⁰

Finalmente, exceto por pura casualidade, a intervenção de poderes externos tem sido evidentemente não nacionalista, tanto

em sua motivação como em seus efeitos. Isso é tão óbvio que não requer ilustração. No entanto, assim também tem sido o impacto de revolução social, ainda que, certamente, de forma bem menos efetiva. Os revolucionários sociais têm sido intensamente conscientes da força do nacionalismo, assim como estão compromissados ideologicamente com a autonomia nacional, mesmo quando ela não é verdadeiramente desejada, como entre os eslavos lusácios, cuja língua está retrocedendo lentamente, a despeito dos admiráveis esforços da República Democrática Alemã para promovê-la. Desde 1917, a *única* forma de arranjos constitucionais que os Estados socialistas levaram a sério foram as fórmulas da federação nacional e da autonomia. Enquanto outros textos constitucionais, onde quer que tenham existido por longos períodos, foram puramente irreais, a autonomia nacional nunca deixou de ter uma certa realidade operacional. No entanto, tais regimes são não nacionais, visto que não se identificam com qualquer das suas nacionalidades constituintes,¹¹ ao menos em teoria, e consideram os interesses de cada uma delas como secundários em relação a um objetivo mais comum.

Por essa razão — e agora podemos ver isso num retrospecto melancólico —, a grande conquista dos regimes comunistas em países multinacionais foi a de limitar, no seu interior, os efeitos desastrosos do nacionalismo. A revolução na Iugoslávia obteve êxito evitando que as nacionalidades no interior de suas próprias fronteiras se massacrassem entre si, por um longo tempo das suas histórias, e, apesar de essa conquista estar hoje infelizmente se desagregando, as tensões nacionais, pelo final de 1988, ainda não tinham levado a uma única fatalidade.¹² Diversamente, a União Soviética, cujo potencial para ruptura nacional foi por tanto tempo desafiado (exceto durante a Segunda Guerra Mundial), pode agora ser vista através da nova transparência da *glasnost*. De fato, os gritos contra a “discriminação”, ou mesmo a “opressão” lançados pelos protestos no exterior em relação às várias nacionalidades soviéticas são bem menores¹³ do que as conseqüências esperadas de uma retirada do poder soviético. O anti-semitismo soviético oficial que tem sido indubitavelmente observado desde a fundação do Estado de Israel, em 1948, precisa ser avaliado frente à emergência do anti-semitismo popular, já que a mobilização polí-

tica foi novamente permitida (incluindo aquela dos reacionários), para não mencionar que assim que os alemães se colocaram em marcha houve o massacre de judeus, em escala considerável e por elementos locais, nos Estados bálticos e na Ucrânia, antes mesmo que os alemães iniciassem a matança sistemática de judeus.¹⁴ Naturalmente, pode ser argumentado que a atual onda de agitações miniétnicas ou étnicas é uma resposta para os princípios irresistivelmente não nacionalistas e não nacionais da formação dos Estados na maioria do mundo do século XX. Todavia, isso não significa que tais reações étnicas forneçam, de alguma forma, um princípio alternativo para a reestruturação política do mundo no século XXI.

Uma terceira observação confirma isso. A “nação”, hoje, visivelmente, está em vias de perder uma parte importante de suas velhas funções, nominalmente aquela da constituição de uma “economia nacional” confinada territorialmente, que formava, ao menos nas regiões desenvolvidas do mundo, um bloco estabelecido na “economia mundial” mais ampla. Desde a Segunda Guerra Mundial, mas especialmente desde os anos 60, o papel das “economias nacionais” tem sido corroído ou mesmo colocado em questão pelas principais transformações na divisão internacional do trabalho, cujas unidades básicas são organizações de todos os tamanhos, multinacionais ou transnacionais, e pelo desenvolvimento correspondente dos centros internacionais e redes de transações econômicas que estão, para fins práticos, fora do controle dos governos dos Estados. O número de organizações internacionais *intergovernamentais* cresceu de 123 em 1951 para 280 em 1972 e para 365 em 1984; o número de organizações internacionais *não governamentais* foi de 832 para 2 173 em 1972, e mais que dobrou nos doze anos que se seguiram, atingindo 4 615 em 1984.¹⁵ Provavelmente a única “economia nacional” em funcionamento no final do século XX seja a japonesa.

Não apenas as velhas “economias nacionais” (desenvolvidas), principais blocos estabelecidos do sistema mundial, foram substituídas por associações ou federações maiores dos “Estados-nações”, tais como a Comunidade Econômica Européia, e entidades internacionais controladas coletivamente como o Fundo Monetário Internacional, como ainda, a emergência dessas entidades é também um sintoma de retrocesso do mundo das “economias

nacionais”. Partes importantes do sistema de transações internacionais, tais como o mercado de eurodólares, estão fora de qualquer controle.

Tudo isso, naturalmente, tornou-se possível tanto pelas revoluções tecnológicas nos transportes e nas comunicações, como por um período prolongado de livres movimentos dos fatores de produção sobre uma vasta área do globo terrestre que se desenvolveu desde a Segunda Guerra Mundial. Isso impulsionou também uma onda maciça de migração, intercontinental e internacional, a maior delas desde as décadas anteriores a 1914, que, incidentalmente, agravou os atritos intercomunais, sobretudo sob a forma do racismo, transformando um mundo de territórios nacionais “que pertenciam” exclusivamente aos que lá nasceram, e que mantêm estrangeiros em seus lugares, em uma opção bem menos realista para o século XXI do que foi para o século XX. No presente, estamos vivendo uma curiosa combinação de tecnologia do final do século XX com o livre comércio do século XIX, e com o renascimento de uma espécie de centros intersticiais característicos do comércio mundial no período da Idade Média. Cidades-Estados como Hong Kong e Cingapura ressuscitam “zonas industriais” multiplicadas dentro de Estados-nações tecnicamente soberanos e situadas fora do território, como as Ligas Hanseáticas e as taxas aduaneiras correntes em zonas de praias de diferentes ilhas sem valor, cuja única função é, precisamente, remover as transações econômicas do controle dos Estados-nações. A ideologia das nações e do nacionalismo é irrelevante para qualquer dessas manifestações.

Isso não significa que as funções econômicas dos Estados diminuam ou estão prestes a acabar. Pelo contrário, tanto nos Estados não capitalistas como nos capitalistas cresceram, apesar de, nos anos 80, se detectar uma tendência em ambos para encorajarem outros empreendimentos não estatais ou privados. Mesmo nos países dedicados em teoria ao neoliberalismo, a importância contínua da administração, planejamento e direção estatal tem sido relegada a um patamar bem mais distanciado, e a receita e a despesa públicas adquirem um peso bem maior nas economias dos Estados, sobretudo por seu crescente papel de agentes de redistribuições substanciais da renda social por meio de mecanismos de bem-estar e fiscais. Isso, provavelmente, tem tornado o

Estado nacional um fator bem mais central nas vidas dos habitantes mundiais do que antes. Economias nacionais, embora enfraquecidas por uma economia transnacional, coexistem e interagem com ela. Contudo, a velha “economia mundial” não é mais o que era, exceto pelas economias autofechadas em uma ponta — e quantas delas não foram abandonadas, sendo que até a Birmânia parece considerar sua reentrada mundial? —, e talvez o Japão no outro extremo. Mesmo nos Estados Unidos, que nos anos 80 ainda parecia uma economia suficientemente vasta e dominante para lidar com seus problemas econômicos sem se importar com ninguém mais, ao final daquela década tornou-se consciente de que “havia concedido um controle considerável sobre sua economia para investidores estrangeiros ... (que) agora têm o poder de ajudar a manter a economia dos Estados Unidos crescendo, ou ajudar a precipitá-la na recessão” (*The Wall Street Journal*, 5.12.1988, p. 1). Para praticamente todos os estados de tamanho médio e pequeno, suas economias cessaram plenamente de serem autônomas, tanto quanto uma vez tinham sido.

Uma terceira observação também sugere isso. Os conflitos políticos básicos, que são mais prováveis hoje de decidir o destino do mundo, têm pouco a ver com os Estados-nações, porque por meio século não existiu um sistema estatal internacional do tipo europeu do século XIX, mas sim um mundo organizado de maneira essencialmente bipolar, ao redor de duas superpotências.

Politicamente, o mundo após 1945 não foi unificado, mas bipolarizado e organizado ao redor de duas superpotências que podem ser descritas como nações de tamanho jumbo, mas certamente não como partes de um sistema estatal internacional do tipo pré-1939 ou do século XIX. A maioria dos outros Estados parceiros, quer alinhados ou não com uma superpotência, poderiam agir como um freio à sua ação, embora, pelo menos durante os últimos quarenta anos, não haja nenhuma forte evidência de que fizeram isso. Além disso, tanto quanto diz respeito aos Estados Unidos, o conflito básico era ideológico — e como indício isto provavelmente foi verdade também para a União Soviética antes da era Gorbachov —, sendo o triunfo da ideologia “certa” disposto pela supremacia da superpotência em questão. A política mundial do pós-1945 foi basicamente a política da revolução e da

contra-revolução com problemas nacionais intervindo apenas para realçar ou perturbar o tema principal. Admite-se que no final dos anos 80 houvesse sinais de que esse padrão estivesse se rompendo, quando não fosse apenas porque ambas as superpotências estavam se tornando fracas economicamente para manter seus papéis principais e, também, porque o modelo de um mundo dividido pela Revolução de Outubro claramente mantinha pouca relação com as realidades do final do século XX. Um sistema internacional mais multilateral poderia reviver no tempo. Todavia, mesmo no interior de tal sistema, o papel das nações não seria central porque os jogadores principais em tal jogo seriam as unidades, bem maiores e amplas, de Estados, cuja forma não poderia ter sido pensada pelas agitações nacionalistas, separatistas, características do final do século XX.

Por exemplo, suponhamos, como finalidade do argumento, que uma nova “Europa das nações” no sentido wilsoniano fosse emergir, ou uma Ásia ou África das nações. (O campo para uma América Latina das nações étnico lingüísticas é consideravelmente mais restrito.) A Espanha seria reduzida pela separação de Euzkadi e Catalunha; a Grã-Bretanha pela cisão da Escócia e o País de Gales; a França pela separação da Córsega; a Bélgica se dividiria em dois países; enquanto mais para Leste os Estados da atual esfera de influência soviética seguiriam seu próprio caminho, talvez com os eslovacos separando-se dos tchecos, e os Balcãs sendo redivididos entre os eslovenos, croatas e sérvios, e os Estados albaneses aumentados, com uma Estônia, uma Letônia e uma Lituânia, independentes, reemergindo ao longo do Báltico. Poderíamos seriamente supor que tal balcanização ampliada para escala mundial proporcionaria um sistema estável? De fato, a primeira e mais provável coisa que os novos Estados europeus fariam, com toda certeza, seria solicitar a admissão na Comunidade Econômica Européia, que iria uma vez mais limitar seus direitos soberanos, todavia de uma maneira diferente da situação anterior. Porque apesar da insistência do general de Gaulle de um alinhamento de nações soberanas na CEE, a lógica da integração econômica empurrou a Comunidade para uma crescente supranacionalidade.

Em resumo, mesmo um sistema mundial autenticamente multilateral, dominado por uma oligarquia de Estados importan-

tes, da maneira como foi considerado o Conselho de Segurança quando foi originalmente instituído, ainda assim não seria um sistema internacional no qual a maioria dos Estados-nações e nações desempenhassem um papel importante.

Como podemos esperar, o nacionalismo, hoje, reflete algo como a crise do programa e da ideologia leninista-wilsoniana que é devida ao seu fracasso político e à forte redução da relevância da “nação” e do “Estado-nação” para a estrutura econômica e política do planeta. O nacionalismo, qualquer que seja a emoção poderosa de fazer parte de uma “comunidade imaginada”, nada é sem a criação de Estados-nações, e um mundo de tais Estados, adequando-se aos atuais critérios de nacionalidade étnico-linguísticos, não é, hoje em dia, uma probabilidade viável. Portanto, provavelmente, ambos os governos, em Dublin ou Londres, concordariam sobre a (relativa) deseabilidade de uma única Irlanda unida. No entanto, até mesmo na República Irlandesa, poucos veriam tal união como uma solução menos pior em uma seleção de soluções ruins. De modo inverso, se o Ulster estivesse no caso de declarar sua independência tanto da Grã-Bretanha como da Irlanda, a maioria dos protestantes do Ulster também veria esta opção definitiva do papa como um mal menor. Em resumo, é seguro dizer que somente um bando de fanáticos olharia esse progresso de autodeterminação nacional/comunal como algo um pouco melhor do que um *status quo* intensamente insatisfatório.

Em todo caso, na Europa, lar tradicional do princípio da nacionalidade, um número bem maior de movimentos nacionais existentes atualmente, do que aqueles que é possível lembrar, desistiu, na prática, de idealizar a independência estatal como seu objetivo final. Aqui a maioria de tais movimentos parece ser reações contra a centralização do Estado, do poder cultural ou econômico — isto é, daquilo que está distante —, contra a burocratização, ou ainda, expressa vários descontentamentos locais ou setoriais capazes de ser envoltos em bandeiras coloridas.¹⁶ É significativo que os Estados derrotados na Segunda Guerra Mundial, sobre os quais foi imposto um alto grau de devolução de territórios — presumivelmente em reação contra a centralização fascista —, têm carências de um maior número de movimentos separatistas do que o resto da Europa ocidental, embora, teoricamente,

a Baviera e a Sicília são pelo menos o meio cultural para o desenvolvimento de tais movimentos como os da Escócia e partes de língua francesa do Jura Bernês. De fato, o movimento separatista que se desenvolveu na Sicília após 1943 provou ser de duração efêmera, embora seu desaparecimento ainda seja lamentado por uns poucos como “o fim da nação siciliana”.¹⁷ O movimento separatista na Sicília foi liquidado pela legislação da autonomia regional de 1946.

Também isso não é surpreendente. O tipo de defesa tradicionalista contra uma abordagem suficientemente próxima da modernidade, que uma vez providenciou muito da base social para o nacionalismo da “fase B” de Hroch, dificilmente sobreviveu às décadas européias que se seguiram a 1950, as mais revolucionárias na história econômica mundial. O tipo de classes médias provincianas que uma vez tiveram esperanças de se beneficiar com o nacionalismo linguístico hoje raramente esperam mais do que vantagens interiores e limitadas. Na Europa ocidental tem sido comum o colapso de esperanças e aspirações maiores, como também a crise do poder estatal macronacional, real ou aparente, que antes permitiu ao nacionalismo preencher o vazio nas almas de intelectuais e militantes. É um substituto para sonhos perdidos. Às vezes parece ser um pouco mais que isso, como no caso da popularidade temporária da Occitânia, na França nos anos 70, a mudança de um número de intelectuais qualificados da esquerda para o nacionalismo escocês na mesma década, e a extraordinária preocupação com aquilo que era reivindicado como a identidade nacional valenciana que podia ser observada no início dos anos 80 entre os intelectuais de esquerda do Leste espanhol. Às vezes, tais movimentos podem representar descontentamentos populares mais sérios e maciços, como na virada renovada para o nacionalismo escocês no final dos anos 80, claramente uma reação tanto a um governo inteiramente britânico apoiado apenas por uma modesta minoria de escoceses, como a um partido de oposição inteiramente britânico, politicamente impotente.

Não obstante, a coisa mais surpreendente sobre as novas agitações do nacionalismo político nos países ocidentais é sua instabilidade e inconstância, comparadas com a força e a estabilidade dos sentimentos de identidade nacional que eles reivindi-

cam expressar. Isto é evidente se acompanharmos os êxitos contabilizados dos partidos nacionalistas galeses e escoceses, ou de corpos xenófobos tais como a Frente Nacional francesa. Embora não haja nenhuma evidência sobre isso, as flutuações no apoio escocês para o nacionalismo político escocês sugeririam que o sentido da identidade escocesa, a separação dos ingleses e o ressentimento contra a Inglaterra oscilam aos pulos, de forma não sistemática, desde a última guerra.

Também podemos detectar uma crise de consciência nacional nas velhas nações e por razões similares. A consciência, tal como emergiu no século XIX na Europa, estava situada em algum lugar no quadrilátero descrito pelos pontos povo-Estado-nação-governo. Teoricamente, esses quatro elementos coincidiam. Na frase de Hitler (onde a palavra *Volk* serve tanto para “povo” como para “nação”), a Alemanha consistia de “Ein Volk, ein Reich, ein Fuehrer”, ou seja, um povo/nação, um Estado, um governo. Na prática, as idéias de Estado e governo tendiam a ser determinadas pelo critério político típico do período desde a era das grandes revoluções do século XVIII, mas as idéias de “povo” e “nação” permaneciam por critérios amplamente políticos que eram úteis para a criação de uma comunidade imaginada e imaginária. A política constantemente retomava tais elementos políticos e tornava a moldá-los para seus objetivos específicos. A conexão orgânica entre os quatro elementos era tomada por certa. Só que isso não é mais possível nos grandes, antigos e históricos Estados-nações.

Isto pode ser ilustrado por uma pesquisa de opinião pública da República Federal da Alemanha, em 1972.¹⁸ Reconhecidamente, este é um caso extremo desde que a Alemanha, em teoria, passou da mais completa unidade política totalmente alemã sob Hitler, para uma situação onde ao menos dois Estados coexistem, podendo cada um reivindicar que ele constitui toda a nação alemã ou parte dela. No entanto, é justamente essa situação que nos permite detectar as incertezas e ambigüidades nas mentes da maior parte dos cidadãos quando eles pensam sobre “a nação”.

A primeira coisa que emerge da pesquisa é uma considerável incerteza: 83% dos alemães ocidentais pensavam que conheciam o que era o capitalismo, 78% não tinham nenhuma dúvida sobre o socialismo, mas, somente 71% aventuravam uma opinião

sobre “o Estado” e 34% não tinham a menor idéia de como definir ou descrever “a nação”. Entre aqueles com menor instrução a incerteza era ainda maior: 90% dos alemães que haviam completado o nível secundário sentiam que eram informados sobre os quatro termos, mas apenas 54% dos alemães (inexperientes, isto é, não qualificados), com apenas a educação primária, sentiam que sabiam o que era “Estado”, e unicamente 47% sentiam que sabiam o que era “a nação”. Essa incerteza emergia, precisamente, da quebra da velha harmonia entre “povo”, “nação” e “Estado”.

Quando indagados: “Nação e Estado são a mesma coisa, ou estamos falando de coisas diferentes?”, 43% dos alemães ocidentais — 81% entre os mais instruídos — davam a resposta óbvia de que não eram a mesma coisa, desde que coexistiam dois Estados alemães. No entanto, 35% acreditavam que a nação e o Estado eram inseparáveis, e assim, logicamente, 31% dos trabalhadores — 39% entre aqueles abaixo de 40 anos de idade — concluíram que a República Federal Alemã agora formava uma nação diferente porque era um Estado diferente. Registremos, também, que o grupo com a convicção mais forte de identidade entre Estado e nação — 42% — consistia de trabalhadores qualificados; o grupo com a convicção mais forte de que a Alemanha consistia de uma nação dividida em dois Estados era formado por eleitores do Partido Social Democrata; 52% mantinham essa visão contra 36% dos eleitores do Partido Democrata Cristão. Poderia ser dito que, um século depois da unificação da Alemanha, o tradicional conceito de “nação” do século XIX sobrevivia entre a classe trabalhadora.

O que isso sugere é a idéia de que a “nação”, como um molusco, uma vez extraída da dura concha do “Estado-nação”, emerge de forma distintamente vacilante. Naturalmente, não em razão de os alemães terem cessado de pensar sobre si próprios como “alemães”. Aquilo sobre o que eles mantêm incertezas, com boa razão, são as implicações políticas ou outras do “ser germânico”. Suspeita-se que semelhantes pesquisas em outros “Estados-nações” produziriam respostas similarmente confusas. Qual é, por exemplo, a relação entre o “ser francês” e a *francofonia* — o falar a língua francesa (termo que não existia até recentemente, tendo sido registrado primeiramente em 1959). Quando o general de Gaulle, quer tivesse ou não a intenção, se dirigia aos habitantes de

Quebec como os franceses no exterior, estava completamente em desacordo com o que vimos ser a definição não lingüística e tradicional do “ser francês”. O pensamento nacionalista de Quebec, por sua vez, “abandonou, mais ou menos, o termo *pátria (la patrie)* e, por sua vez, se envolveu num interminável debate sobre o mérito e o demérito de termos tais como nação, povo, sociedade e Estado”.¹⁹ Até os anos 60, o “ser britânico”, em termos de lei e administração, era um simples assunto de ter nascido de pais ou parentes britânicos, ou em solo britânico, ter casado com um cidadão britânico ou ser naturalizado. Hoje em dia isso está longe de ser um assunto simples.

Nada disso significa que, hoje, o nacionalismo não seja muito proeminente na política, ou que haja menos nacionalismo do que havia antes. O que eu argumento, mais propriamente, é que apesar de sua evidente proeminência, o nacionalismo é, historicamente, menos importante. Não é mais, como antes, um programa político global, como se poderia dizer que foi nos séculos XIX e início do XX. É, na maior parte, um fator complicador, ou um catalisador para outros desenvolvimentos. Não é implausível apresentar a história do mundo eurocêntrico do século XIX como aquele da “construção das nações”, assim como fez Walter Baggehot. Nós ainda apresentamos dessa maneira a história dos principais Estados europeus da Europa, depois de 1870, como no título da obra de Eugene Weber, *De Camponeses para Franceses*.²⁰ Estaria alguém inclinado a escrever a história do final do século XX e do início do século XXI em tais termos? Parece improvável.

Pelo contrário, essa história teria que, inevitavelmente, ser escrita como a história de um mundo que não pode mais ser contido dentro dos limites das “nações” e “Estados-nações”, como estes costumavam ser definidos, tanto politicamente, ou economicamente, ou culturalmente, ou mesmo, lingüisticamente. Essa história verá “Estados-nações” e “nações”, ou grupos primariamente étnico-lingüísticos, antes retrocedendo, resistindo a, se adaptando a, sendo absorvidos ou deslocados pela nova reestruturação supranacional do planeta. Nações e o nacionalismo estarão presentes nessa história, mas em papéis subordinados e, muito frequentemente, menores. Não significa isso que a história e cultura nacionais não deverão ter importância — talvez maior ainda do

que antes —, nos sistemas educacionais de países específicos, principalmente aqueles menores, ou que poderão não florescer localmente dentro de um quadro supranacional maior. Pode-se dizer que, hoje, a cultura catalã floresce, mas na pressuposição tácita de que são os catalães que irão se comunicar com o resto do mundo através do espanhol e do inglês, desde que são poucos os não-residentes na Catalunha que estarão aptos para se comunicar na língua local.²¹

Como sugeri, “nação” e “nacionalismo” não são mais termos adequados para descrever as entidades políticas descritas como tais, e muito menos para analisar sentimentos que foram descritos, uma vez, por essas palavras. Não é impossível que o nacionalismo irá declinar com o declínio do Estado-nação, sem o que “ser” inglês, ou irlandês, ou judeu, ou uma combinação desses todos, é somente um dos modos pelos quais as pessoas descrevem suas identidades, entre muitas outras que elas usam para tal objetivo, como demandas ocasionais.²² Seria absurdo reivindicar que esse dia está próximo. No entanto, espero que ao menos possa ser imaginado. Apesar de tudo, o próprio fato de que historiadores estão ao menos fazendo alguns progressos no estudo e análise das nações e do nacionalismo sugere que, como é freqüente, o fenômeno já passou do seu apogeu. A coruja de Minerva que traz sabedoria, disse Hegel, voa no crepúsculo. É um bom sinal que agora está circundando ao redor das nações e do nacionalismo.

NOTAS

1. As guerras provocadas em escala considerável por superpotências que usavam tudo menos seus armamentos nucleares (e químico-biológicos) têm sido, de modo marcante, menos bem-sucedidas do que faria supor a história do período anterior à Guerra Mundial — por exemplo, a Coréia e o Vietnã.
2. Léon Dion, "The Mystery of Quebec" (*Daedalus*, vol. 117/4, outono 1988, pp. 283-318) é um bom exemplo: "Essa geração nova não apresenta a mesma aspiração de defender a língua francesa como os mais velhos faziam, em parte porque se sente protegida pela ... *French Language Charter* ... e em parte porque os anglófonos do Canadá e pessoas que falam outras línguas estão mais tolerantes com o francês (p. 310).
3. R. F. Harney, "So Great a Heritage as Ours.' Immigration and the Survival of the Canadian Polity" (*Daedalus*, vol. 117/4, outono 1988), p. 75.
4. Gérard Pelletier, "Quebec Different but in Step With North America" (*Daedalus*, vol. 117/4, outono 1988, p. 271); R. F. Harney, "So Great a Heritage as Ours", p. 62.
5. Na década de 70, o nacionalismo de Quebec provocou um grande êxodo de negócios de Montreal, até então a maior cidade canadense e o centro dos negócios do Canadá, em favor de Toronto. "A cidade está chegando às vias de fato com um destino mais modesto, enquanto centro regional para Quebec e o Canadá do Leste." Mesmo assim, o impacto das línguas minoritárias, notavelmente menor em Montreal do que em outras cidades, não parece ter diminuído a militância lingüística. Em Toronto e Vancouver, os protestantes brancos e anglo-saxões não são mais a maioria da população, enquanto que, em Montreal, os canadenses franceses constituem 66% da população. Cf. Alan F. J. Artibise, "Canada as an Urban Nation" (*Daedalus*, vol. 117/4, outono 1988, pp. 237-264).
6. Martin E. Martin, "Fundamentalism as a Social Phenomenon" (*Bulletin, The American Academy of Arts and Sciences*, 42/2, nov. 1988, pp. 15-29).
7. *Ibidem*, pp. 20-21.
8. Não está claro o quanto a ortodoxia religiosa judia, genuinamente tradicional, que é, de maneira óbvia, contra o estabelecimento de um Estado para todos os judeus em Israel antes da volta do Messias, atenuou-se ou perdeu sua oposição para o sionismo. De qualquer modo, os residentes em territórios ocupados, propagando a parafernália da prática religiosa, não devem ser identificados automaticamente com a outra ala (e em provável crescimento) de um judaísmo fundamentalista, que busca reimpôr todos os rigores do ritual em uma sociedade secularizada.
9. De 1958 a 1974, os três partidos belgas principais (na sua versão flamenga) nunca totalizaram menos de 81,2% dos votos em Flandres. Ver A. Zolberg, in M. Esman (org.), *Ethnic Conflict in the Western World* (Ítaca, 1977), p. 118.
10. John H. Kautsky, "An Essay in the Policies of Development", in John H. Kautsky (org.), *Political Change in Underdeveloped Countries; Nationalism and Communism* (Nova York-Londres, 1962), p. 35.
11. A política deliberada de romenização da Romênia de Ceauçescu figura entre as raras exceções. Rompe com os arranjos elaborados para a autonomia nacional, que foram instituídos quando os comunistas tomaram o poder depois da Segunda Guerra Mundial.
12. A questão foi colocada para mim pelo professor Bogdan Denitch, da City University de Nova York, e, apesar de terem ocorrido mortes desde então, a relativa paz ainda é digna de nota — comparando-se com alguns outros conflitos nacional-étnicos em 1988-1989.
13. Essa afirmação não deve ser entendida como um perdão às transferências maciças de populações dos territórios de suas nacionalidades que ocorreram durante a guerra. Isso não pode ser perdoado sob qualquer circunstância, a não ser para salvar tais populações do extermínio.
14. Arno Mayer, *Why Did The Heavens not Darken? The "Final Solution" in History* (Nova York, 1989), pp. 257-262.
15. David Held, "Farewell Nation State" (*Marxism Today*, dez. 1988), p. 15.
16. "A caracterização de classe dos líderes ativistas ... [do movimento occitano] indica que as causas desse descontentamento residem menos no desenvolvimento econômico regional desigual do que nos agravos sentidos por classes profissionais e de colarinho branco ... por toda a França." Silliam R. Beer, "The social Class of Ethnic Activists in Contemporary France", in Milton J. Esman (org.), *Ethnic Conflict in the Western World* (Ítaca, 1977), p. 158.

17. Marcello Cimino, *Fine di una Nazione* (Palermo, 1977); G. C. Marino, *Storia del Separatismo Siciliano 1943-1947* (Roma, 1979).
18. Bundesministerium für innerdeutsche Beziehungen, *Materialien zum Bericht zur Lage der Nation*, 3 vols. (Bonn, 1971, 1972, 1974), III, pp. 107-113, esp. p. 112.
19. Léon Dion, "The Mystery of Quebec", p. 302. A versão gaullista de um Quebec francês, como colocada em uma fala do gabinete francês em 31 de julho de 1967, era que a França não poderia "se desinteressar pelo destino presente e futuro de uma população que descendia de seu próprio povo, e que tinha uma fé inabalável em seu país de origem, ou considera o Canadá como um país estrangeiro no mesmo sentido que outros" (*Canadian News Facts*, vol. 1, n.º 15, 14.8.1967), p. 114.
20. Eugen Weber, *Peasants Into Frenchmen: The Modernization of Rural France, 1870-1914* (Stanford, 1976).
21. Fora de seu país, dois terços dos catalães consideravam-se "espanhóis" na década de 70. M. García Ferrando, *Regionalismo y autonomías en España* (Madri, 1982), Tabela II.
22. Entre os raros teóricos que parecem não ter nenhuma dúvida sobre a força e a dominância do nacionalismo, está John Breuilly, in *Nationalism and the State*. Ele critica Gellner e Anderson por suporem "que o sucesso auto-evidente do nacionalismo significa que ele está enraizado fortemente no pensamento e no comportamento dos povos" ("Reflections on Nationalism", in *Philosophy and social Science*, 15/1, mar. 1985, p. 73).

Índice Remissivo

- Afeganistão, 80, 179
- África (*ver também países, individualmente*), 82, 86, 165, 182, 183, 190
- África do Sul, 186
- Congresso Nacional Sul-Africano, 86
- Albaneses, 80, 85, 129
- línguas, 69, 138
- nacionalismo, 70, 85, 129, 138, 209
- Alberto, príncipe consorte da Inglaterra, 106
- Alemães (*ver também Alemanha: alemão*)
- fora da Alemanha, 64, 66, 91, 124n, 151, 162, 163, 197
- Alemanha (*ver também alemães; alemão*),
- antes de 1918, 75, 103, 118, 160
- anti-semitismo, 34, 131-2, 143-4 e língua, 34
- nacionalismo, 30, 41-3, 46, 48, 49, 72, 77, 106, 112, 115, 119, 126-7, 141
- 1918-1949, 161, 163, 177, 178, 204
- anti-semitismo, 162
- nacionalismo, 144-5, 153, 170, 212
- a partir de 1949, *ver* República
- Democrática Alemã; República Federal Alemã
- Alemão,
- e nacionalismo alemão, 34, 48, 49, 72, 77, 115, 119, 126-7
- falado na Suíça, 69, 74, 97n
- palavras para "nação", 29, 30
- Alexandre II, czar da Rússia, 107
- América, *ver* América Latina; Canadá; Estados Unidos
- América, Latina (*ver também países, individualmente*),
- Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina, 41
- Índios, 81, 82, 179
- línguas, 139, 190
- língua espanhola na, 190
- nacionalismo, 83, 179, 209
- pan-latino-americanismo, 165
- Ameríndios (*ver* índios americanos)
- Amhara, 86, 182
- Anderson, Benedict, 13, 63, 76
- Anselmo de Canterbury, Santo, 74
- Anselmo de Laon, 74
- Anti-semitismo, *ver em* judeus
- Antuérpia, 140, 141
- Árabe, nacionalismo, 83, 130, 166, 180
- Arana, Sabino, 131

Argélia, 166, 204
 Argentina, 83, 195
 Armênios, 87, 90, 129, 148, 161, 200, 201
 Armstrong, J., 13
 Ariana, raça, 131, 132, 182
 Aruba, 202
 Austrália, 93
 Áustria (*ver também* império Habsburgo), 1918-1950, 44, 51, 112, 153, 171, 192n
 anti-semitismo, 51-2, 79, 144
 eslovenos na, 163, 167
 Áustria-Hungria, *ver* império Habsburgo
 Austro-marxistas, 16, 45
 Azerbaijão, 201

 Bagehot, Walter, 11, 13, 36, 37, 214
 Bahasa, *ver em* Indonésia
 Bangladesh, 85, 135, 188
 Barcelona, 168
 Barère de Vieuzac, Bertrand, 33, 34
 Bartc, Fredrik, 186, 188
 Bascos, 80, 99n, 129, 130, 131
 língua, 69, 142-3, 169
 nacionalismo e protonacionalismo (*ver também* Euskadi), antes de 1894, 46, 54, 80, 99n
 a partir de 1894, 129-31, 143, 168, 169
 Bauer, Otto, 12, 17, 55, 185
 Bélgica (*ver também* flamengos) nacionalismo (belga), 35, 42, 48, 105, 127
 Bentham, Jeremy, 55n
 Berberes, 80
 do monte Atlas, 80
 Berlim, 90

 Bernolák, Anton, 71
 Bevin, Ernest, 176
 Biafra, 86, 182
 Bilbao, 168
 Birmânia, 208
 Blum, Léon, 175
 Böckh, Richard, 34, 119
 Boémia, 89, 115, 150
 Bolchevismo (*ver também* comunismo), e nacionalismo 159, 172
 Bose, Subhas Chandra ("Netaji"), 177
 Bósnia, bósnios, 85, 149
 Brasil, 27-8, 83
 Brecknock (Gales), Dissenting College, 47
 Bretões, 43, 46, 54, 99n, 139
 língua, 139, 142
 Breuilly, John, 14, 218n
 Budapeste, 149
 Bulgária, búlgaros, 36, 55, 131
 língua, 71

 Cairnes, J.E., 38
 Canadá, canadenses de origem francesa, 190
 nacionalismo de Quebec, 142, 190, 198, 202, 214, 216n
 imigrantes, 183-4, 189-90
 Cannan, Edwin, 39
 Carey, Henry Charles, 41
 Carlos X, rei da França, 35
 Cartismo, 109
 Castela, 30, 60n
 Catalães, 54, 87, 130, 143, 168, 169, 209, 215
 língua, 69, 169
 Cavour, conde Camillo Benso di, 42, 118

Ceausescu, Nicolae, 217n
 Censos, perguntas sobre língua, 102, 117-120, 189-90
 Ceilão (*ver* Sri Lanka),
 Celje (Cilli), 116
 Chade, 182
 Chamberlain, Houston Stewart, 132
 Charleroi, 140
 Cherniavsky, Michael, 66, 67
 Chevalier, Michel, 39
 China, 82, 84, 85, 165, 180
 línguas na, 73, 78, 114
 Chipre, 92, 182
 Churchill, Sir Winston, 176
 Cilli (Celje), 116
 Cingaleses, *ver em* Sri Lanka
 Cingapura, 207
 Cohn, Gustav, 42
 Cole, John W., 14
 Colônias, *ver* nacionalismo colonial
 Comunidade Económica Europeia, 206, 209
 Comunismo (*ver também* bolchevismo; Lenin; marxismo; socialismo), e nacionalismo, 145, 174, 175, 176-9, 184, 205
 Congressos Internacionais de Estatística, 34, 54, 117, 118
 Connolly, James, 148
 Coreia, coreanos, 82, 165, 188
 guerra da, 216n
 Córsega, 209
 Cossacos, 67, 80, 89
 Cristianismo, *ver em* religião
 Croatas (*ver também* Iugoslávia), 45, 85, 151, 161, 209
 e nacionalismo ilírio (iugoslavismo), 129, 143, 163
 línguas (*ver também* servo-croatas), 71

 nacionalismo croata, 55, 90, 110n, 129, 143, 148, 163
 Curaçao, 202
 Curdos, 80

 Danzig, 44
 Darwinismo, evolucionismo, 131
 D'Azeglio, Massimo, 56
 Deutsch, Karl W., 13
 Dickinson, G. Lowes, 50
 Dinamarca, 118
 Dreyfus, Alfred, 34, 144
 Drumont, Édouard, 144
 Durham, Edith, 70

 Economia nacional, conceito de, 39-42, 159-60, 206, 207-8
 Educação e nacionalismo, 102, 112, 114, 116, 138-9
 Egito, 83, 166
 Emmet, Robert, 163
 Engels, Friedrich, 46, 52, 55
 Eritreia, 183
 Escócia, 46, 47, 48, 53, 54, 80, 84, 111
 língua, 139
 nacionalismo, antes de 1918, 129, 149, 171
 a partir de 1918, 168, 169, 202, 209, 212
 Escolas, *ver* educação
 Espanha (*ver também* bascos; catalães; espanhol; Galiza; Valência), Guerra Civil Espanhola, 175, 177
 nacionalismo espanhol, 27, 28-9, 49, 87, 121n
 Espanhol, 27, 28-9
 na América Latina, 190
 Esperanto, 50
 Esporte e nacionalismo, 170, 171
 Estados Unidos, 173, 201, 208

imigrantes, 70, 133, 139, 183-5, 188, 195, 197
 inglês, 139, 195, 197, 198
 nacionalismo, 31, 33, 34, 41, 93, 108
 Estatística, Congressos Internacionais de, *ver* Congressos...
 Estônia, estoniamos, 65-6, 197, 209
 Eslovacos, 45, 151, 164, 209
 língua, 71, 97n
 Eslovenos (*ver também* Iugoslávia)
 161, 163, 167, 209
 língua, 116
 nacionalismo, 163
 no império Habsburgo, 45, 73, 75, 116
 Etiópia, 183, 190
Ethnie, 188
 Etnicidade e nacionalismo, 78-82, 113
 1870-1918, 126, 128, 130-3
 a partir de 1918, 181-3, 189-90, 192n, 196, 200-1
 Euskadi, 131, 149, 209.
 Evolucionismo, *ver* darwinismo

 Falkland, ilhas (Malvinas), 92, 195
 Fascismo, 143, 153, 172, 173-7, 179
 Fenianos, 49, 130, 163, 181
 Ficker, Adolf, 119
 Filipinas, 114, 190
 Finlândia, 107, 130, 148
 finlandês, 128, 130, 136, 141
 Fishman, J., 14
 Flamengos,
 língua, 48, 78, 96n, 117, 139
 140, 142-3
 nacionalismo,
 antes de 1914, 48, 54, 78, 99n, 117, 130, 142
 a partir de 1914, 149, 169, 202, 209
 Folclore, movimentos de renascimento, e nacionalismo, 127-3, 129
 Futebol e nacionalismo, 170-171
 França (*ver também* bascos; bretões; Córsega; Occitânia),
 anti-semitismo 34, 51, 132, 143-4
 e canadenses de origem francesa, 213-4
 empregados do governo, 103
 línguas e dialetos (*ver também* francês), 30, 48, 69
 nacionalismo, 29, 46, 49, 88, 111-2, 145, 212
 antifascista, 174, 175
 e etnicidade (*ver também* anti-semitismo), 79, 113, 132-3, 192n
 e língua, 33, 34, 72, 76, 117, 118, 119, 135
 e monarquia, 35, 87
 o Reno como "fronteira natural", 112, 118, 119
 Revolução Francesa e, 31-4, 35, 52, 108-10, 125
 revolta dos camponeses do Tirol contra a, *ver em* Tirol Francês, 72, 76, 119, 127, 138
 e nacionalismo francês, 34, 35, 72, 76, 117, 118, 119, 135
 na África, 190
 no Canadá, *ver em* Canadá
 significado de *nation* e *patria*, 28, 29, 108, 109-10, 111, 144
 Francisco II, imperador do Sacro Império, 90
 Franco, Francisco, 168
 Fransheri, Naim, 70
 Frederico, o Grande, rei da Prússia, 90
 Frisões, *ver em* Países Baixos
 Fundamentalismo 107, 199-202

Gaélico,
 escocês, 139
 irlandês, 127, 130, 134, 142, 145
 Gaj, Ljudevit, 71
 Gales, país de (*ver também* galês), 43, 46, 48, 54, 87, 147
 nacionalismo,
 antes de 1918, 84, 129, 129-30, 140, 148, 149, 171
 1918-1950, 167-8, 169
 a partir de 1950, 116, 136, 197, 199, 202, 209, 212
 Galês, 47, 69, 72, 116, 136, 137, 140, 142
 Galiza, 168
 Gana, 82
 Gand, 140, 141
 Gandgi, Mohandas Karamchand, 115, 135, 179
 Garnier-Pagès, Etienne Joseph Louis, 42
 Gaulle, Charles de, 174, 209, 213-4
 Gelner, Ernest, 14, 18, 19, 20, 86, 92
 George, David Lloyd, *ver* Lloyd George
 Geórgia, georgianos, 129, 148
 Gladstone, William, 106
 Glatter, dr., 118
 Gobineau, conde de, 88
 Governantes, *ver* monarquia
 Grã-Bretanha (*ver também* Escócia; país de Gales),
 e guerra das ilhas Falkland (Malvinas), 195
 forças armadas, 105
 internamento de alemães, 163
 línguas e dialetos (*ver também* inglês), 30, 53
 minorias culturais, 30, 46, 53, 128, 202
 nacionalismo (inglês), 20, 28, 49, 90, 107, 113
 antifascista, 175, 176
 e esporte, 170, 171
 e monarquia, 87, 105-6, 170
 e religião, 84
 orgulho da origem racial mista, 132
 Grant, Ulysses S., 50
 Grécia, gregos,
 na antiguidade, 68, 75, 80, 87, 91
 língua, 72, 76
 atualmente, 35-6, 80, 117-8, 131, 162
 e Chipre, 92, 182
 língua, 76
 nacionalismo, 45, 91-2, 100n, 105
 Grégoire, Henri, 154n, 156n
 Griffith, Arthur, 42
 Griffiths, Rev., 47
 Guadalupe, Virgem de, 87
 Guerra e nacionalismo (*ver também* Primeira Guerra Mundial e Segunda Guerra Mundial), 104
 Guilherme II, imperador da Alemanha, 141

 Habsburgo, império (Áustria-Hungria) (*ver também* Hungria; Tirol), 50, 103, 107
 anti-semitismo, 143, 144
 eslovenos no, 45, 73, 75, 116
 línguas no, 54, 73, 115, 118, 119-20, 136
 nacionalismo, 35, 45, 128, 129, 141, 149-52
 poloneses no, 75, 116, 150, 152
 tchecos no, 115, 116, 136, 150, 151, 152
 Hamilton, Alexander, 41

Hanak, Hans, 79
 Hanák, Peter, 149, 151-2
 Hanover, 36, 48
 Haugen, Einar, 135
 Hayes, Carleton, B., 13
 Hebraico, 70, 76, 134, 136
 Helsinque, 107
 Herder, Johann Gottfried von, 65, 74, 75
 Heródoto, 75
 Hindi, 115, 135, 141, 164, 186
 Hitler, Adolf, 124n, 162, 170, 175, 212
 Hofer, Andreas, 80, 91
 Holanda, *ver* Países Baixos
 Holandês, *ver em* Países Baixos
 Hong Kong, 207
 Hroch, Miroslav, 13, 21, 127, 128, 211
 Húngaro (magiar), 70, 71, 117, 119
 Húngaro (magiares) (*ver também* húngaro; Hungria), na Romênia, 167
 Hungria (*ver também* império Habsburgo; húngaro), 114, 152
 nacionalismo, 88, 117, 119, 153, 162, 171
 Hussita, ideologia, 89
 Ícones nacionais (*ver também* monarquia), 86-8, 170
 Ídiche, 34, 119, 134, 137
 Ilírio, nacionalismo (iugoslavismo), 71, 129, 143, 163
 Índia (*ver também* Paquistão), emigração para os Estados Unidos, 188
 Exército Nacional Indiano, 178
 línguas na, 78, 114, 135, 141, 164, 186
 movimento antiimperial, 85, 129, 175, 180, 181, 204
 partilha (1947), 85, 164, 182, 204
 tâmeis, 141, 149, 186
 Índias Ocidentais Holandesas, 202
 Índios americanos, da América do Norte, 188
 da América Latina, *ver em* América Latina
 Indonésia, 114, 189
 Bahasa, 114, 189
 Inglaterra, *ver* Grã-Bretanha
 Inglês, como língua mundia, 50, 189, 190
 na Índia, 78, 115, 135, 141, 164, 186
 nos Estados Unidos, 139, 195, 197
 origens, 72
 Innsbruck, 79
 Islandeses, 72
 Irã, 84, 86, 107, 165, 201
 Iraque, 107
 Irlanda (*ver também* República Irlandesa; irlandeses), língua, *ver* gaélico
 nacionalismo, 21, 42, 43, 48, 49, 106-7, 128-9, 210
 e esporte, 171
 e língua, 127, 130, 134, 145
 e religião, 66, 68, 82-3, 84, 147
 fenianos, 49, 130, 163, 181
 influência sobre outros movimentos nacionalistas, 130-1, 168
 na Segunda Guerra Mundial, 177
 Unionistas do Ulster, 163, 167
 Tratado Anglo-Irlandês (1921), 161
 Irlandesa, República, 210

Irlandeses (*ver também* Irlanda)
 língua (*ver* gaélico)
 nas caricaturas inglesas, 48
 nos Estados Unidos, 133, 183
 Islão, *ver em* religião
 Israel, 65, 83, 166, 180, 200, 201, 202
 Ístria, 74
 Itália (*ver também* italiano; italianos; Sardenha; Sicília), 103, 118, 137, 162, 175
 fascismo, 145, 153
 nacionalismo, século XIX, 49, 76-7, 87-8, 105, 144-5
 unificação, 35, 45, 56, 121n, 127
 italiano, 19, 49, 76-7, 127, 137
 Italianos (*ver também* Itália; italiano)
 no império Habsburgo, 149, 150, 151, 152
 Iugoslávia (*ver também* nacionalismo ilírico), 45, 161, 162, 163-4, 205
 língua, *ver* servo-croata
 Iugoslavismo, *ver* nacionalismo ilírio
 Iwan, Emrys, 116
 Jacobinos, 109, 127
 Janeiro, São, 64
 Japão, 82, 177, 178, 179, 206, 208
 Jinnah, 85
 Joana d'Arc, 89
 Jocs Florais (Jogos Florais), 87, 130
 Johnson, Samuel, 108
 Jorge III, rei da Grã-Bretanha, 105
 José II, imperador do Sacro Império, 115
 Judaísmo, *ver* judeus
 Judeus (*ver também* Israel), 34, 87, 119, 134, 137, 148, 201
 anti-semitismo, 34, 51, 129, 163, 205-6
 na Alemanha, 34, 132, 143-4, 162
 na Áustria, 51-2, 79, 143-4
 na França, 34, 51, 132, 143-4
 línguas, *ver* hebraico; idiche
 nacionalismo (*ver também* sionismo), 65, 80, 83, 91, 129, 148
 na União Soviética, 205-6
 nos Estados Unidos, 183
 religião, 65, 83, 87, 200
 sionismo, 83, 91, 129, 134, 148, 200
 e nacionalismo palestino árabe, 166-180
 Kantorowicz, Ernst, 67
 Karadzic', Vuk, 76
 Katharevousa, 91
 Kautsky, Karl, 12, 47, 50, 53, 55
 Kelch, Christian, 65
 Kohn, Hans, 12
 Kolokotronis, T., 35
 La Blache, Vidal de, 111
 Ladinsch, 139
 Lapouge, Vacher de, 132
 Lavis, Ernest, 108
 Lenin, Vladimir Ilitch, 12, 52, 55, 145, 160, 162, 177
 Letônia, letões, 65, 183, 209
 língua, 71
 Líbano, 107, 182
 Liberalismo e nacionalismo, 36-56, 104, 144
 Liechtenstein, 44
 Liège, 140
 Lima, 98n
 Língua
 desde 1918, 15-16, 19-20, 164, 168-169, 186, 188-190, 196-199

e nacionalismo, *ver* nacionalismo
lingüístico
palavras para "nação", 27-30,
111-112, 144
Língua mundial; idéia de, 50,
189, 190
List, Friedrich, 41-2, 50
Lituânia, lituanos, 45, 81, 84, 129,
209
língua, 71
Llyod George, David, 1º conde
Lloyd George, 137-140
Lueger, Karl, 143-4
Lusácios, eslavos, 205
Luxemburgo (nação), 29, 44
Luxemburgo, Rosa, 12, 55, 140

Macedônia, macedônios, 55, 117,
129, 131, 167
Madras, 149
Magiar, *ver* Hungria
Magiares, *ver* húngaros
Malvinas, *ver* ilhas Falkland
Manzoni, Alessandro, 97-98n
Marselhesa, 174
Maria, *ver* Virgem Maria
Marrocos, 166, 175, 180
Marxismo (*ver também* comunismo),
e nacionalismo, 12, 16, 45, 55,
147, 165, 178, 180-1
Marx, Karl, 52, 55
Massa, comunicação de, 170, 194n
Maurício, 74
Maurras, Charles, 169
Mazzini, Giuseppe, 42, 43, 44, 56,
125, 126, 181, 185
México, 87
Mill, John Stuart, 37
sobre a Irlanda, 42
sobre nações e nacionalismo, 12,
31, 33, 36, 44, 46, 55

Mitropa, Copa, 171
Moldávia, 45
Molinari, Gustave de, 40
Monarquia e nacionalismo, 35, 66-
7, 87-8, 90, 105-6, 170
Mongóis, 87
Montenegrinos, 79
Montreal, 189, 216n
Montserrat, Virgem de, 87
Morávia, 51, 73, 115
Muçulmanos, *ver* Islão em religião
Muller, Max, 132
Musil, Robert, 107

Nacionalismo (*ver também* mações;
nacionalismo colonial; patriotis-
mo; *ver também* em bolchevis-
mo; comunismo; educação;
esporte; etnicidade; futebol;
guerra; John Stuart Mill; libe-
ralismo; língua; marxismo;
monarquia; países, línguas e
povos individualmente; papa-
do; propaganda; religião; so-
cialismo; Terceiro Mundo),
11-22
antes de 1870, 27-56; *1870 a 1918*,
125-153;
1918 a 1950, 159-190; *após 1950*,
195-215
antifascista, 173-7
palavra, origem da, 144
perspectiva do governo, 101-20
protonacionalismo popular, 63-
94
Nacionalismo colonial, 164-7, 177-
83, 185-6, 203-4
Nacionalismo lingüístico, 68-79,
114-120;
antes de 1870, 32, 34, 47-8, 49-50,
53, 71-2, 117-20

1870 a 1918; 126-8, 130-1, 132,
134-43, 145, 168-70
após 1918, 15-6, 19, 164, 168-9,
186, 189-90, 196-8
Nações (*ver também* nacionalismo),
definição de, 14-18, 27-31
"princípio do ponto crítico", 43-
4, 48, 128
Nagorno-Karabakh, 201
Nairn, Tom, 107
Napoleão III, imperador da Fran-
ça, 118
Nápoles, 64
Nehru, Jawaharlal, 135
"Netaji", *ver* Bose
New Brunswick, 198
Nice, 118
Nicolau I, czar da Rússia, 105
Nigéria, 182
"Nórdica", raça, 131
Noruega, 54, 129
línguas, 71-2, 136
Nova York, 188

Occitânia, 211
O'Connell, Daniel, 130
Olimpícos, jogos, 87, 170, 171
Ontário, 198
Orwell, George, 171
Otomano, império (império tur-
co), 85
movimentos nacionalistas,
antes de aprox. 1870, 35, 43,
50, 80
aprox. 1870-1918, 35, 54, 127,
128, 130, 131, 161-2

Países Baixos (Holanda), 36, 49,
108
frisões, 48
língua, 142

nacionalismo, 148
holandês, 30, 72
Paine, Thomas, 33
Palestina, palestinos, 136, 166, 180
Paquistão (*ver também* Bangladesh),
85, 164, 182, 204
Papado e nacionalismo italiano,
87-8
Papua-Nova Guiné, 189
Paraguai, 83, 190
Parma, Grão-Ducado de, 36, 48
Patrie, significado de, 108, 109,
111, 144
Patriotismo (*ver também* nacionalis-
mo), 63, 90, 93, 106, 107-13, 144-
5, 174
Peru, 98n, 99n, 190
Pichler, Arnold, 51
Pidgin, 189
Pilsudski, Jozef, 56, 148
Pio IX, papa, 88
Poloneses (*ver também* Polônia),
na Alemanha, 75, 163
na Rússia, 80-1
no império Habsburgo, 75, 116,
150, 152
nos Estados Unidos, 133
Polônia (*ver também* poloneses), 121n
independência, 161, 163
nacionalismo, 45, 49, 54, 56, 88-
9, 140, 150, 152
e língua, 127
e religião, 82, 83, 147
e socialismo, 148
revoltas, 36
Porter, George Richardson, 40
Portugal, 42
Praga, 136, 197
Primeira Guerra Mundial e nacio-
nalismo, 109, 110, 113, 149-52,
153, 159-60

Princípio do ponto crítico da nacionalidade, *ver em* nações, 43-4, 48, 128
 Primo de Rivera, Miguel, 168
 Propaganda e nacionalismo, 170
 Protonacionalismo popular, 63-6
 Pushnu, 80

Quebec, *ver em* Canadá
 Quetelet, Lambert Adolphe Jacques, 117

Raça, *ver* etnicidade
 Rae, John, 37, 39, 41
 Ranger, Terence, 14
 Reino Unido, *ver* Grã-Bretanha; Irlanda; Escócia; País de Gales
 Religião e nacionalismo, 82-88, 146-7, 179, 180, 196, 201
 cristianismo, 64, 66-8, 82-5, 86, 87-8, 199, 200
 Islão, 83, 84, 85-6, 107, 179, 180, 200
 judaísmo, 64, 83, 87, 200
 Renan, Ernest, 12, 16, 17, 22, 55, 108
 sobre tamanho de nações, 36, 48
 Renner, Karl, 24n, 125-6, 192n
 Reno, rio, 112, 118, 119
 República Democrática Alemã, 205
 República Federal Alemã, 172, 213
 Reto-romanos, dialetos, 139
 Robbins, L., 39
 Romanches, dialetos, 139-142
 Romênia, rumenos, 79, 161, 167
 nacionalismo, 35-6, 45, 136, 149, 217n
 Roth, Josef, 74
 Rousseau, Jean-Jacques, 52, 106
 Rumânia, *ver* Romênia
 Rússia (*ver também* União Soviética), e Finlândia, 107
 nacionalismo, 49, 80-1, 148
 e monarquia, 66-7, 87, 90, 105
 e religião, 67, 68, 83-4, 86, 87
 Revolução, 150, 164
 Rutenos, 45, 129
 Ryan, Frank, 177

Saariano, nacionalismo, 92
 Sardenha, 130
 Savóia, reino da, 118
 Say, Jean-Baptiste, 40
 Schleswig-Holstein, 118
 Schönberg, Gustav, 39
 Schönerer, Georg von, 143-4
 Scott, Sir Walter, 111
 Sedlnitzky, conde, 136
 Segunda Guerra Mundial e nacionalismo, 173, 176, 178
 "Semita", raça (*ver também* judeus), 131
 Senegal, 82
 Sérvia, 36, 131
 Sérvios (*ver também* Sérvia; Iugoslávia), 45, 55, 79, 85, 209
 línguas (*ver também* servo-croatas), 71, 77, 139
 nacionalismo e protonacionalismo, 90, 149, 151, 163
 Servo-croatas, 71, 76
 Shakespeare, William, 90
 Sião (Tailândia), 179
 Sicília, 43, 211
 Silésia, 67
 Simmel, George, 200
 Sionismo, *ver em* judeus
 Síria, 68, 166
 Smith, A. D., 12, 14
 Smith, Adam, 37, 39
 Snellman, Johan Wilhelm, 128
 Socialismo (*ver também* comunismo),

e nacionalismo, 55, 104, 140, 146-53, 160, 175-8, 205
 Somalis, 80, 86
 Sorbiano, 139
 Sri Lanka,
 cingaleses, 15, 149, 179, 181, 186
 tâmilés, 15, 16, 181, 186, 204
 Stalin, Josef, 12, 15, 55, 165
 Stöcker, Adolf, 143
 Stur, Ludovit, 71
 Sudão, 74, 182
 Suécia, suecos, 54, 128, 129, 136
 Suíça, 49, 52, 80, 105
 línguas, 69, 74, 97n, 140, 142
 Suliotés, 80
 Suriname, 202
 Szücs, Jenő, 14

Tártaros, 81
 Tailândia, *ver* Sião
 Tâmilés, *ver em* Índia; Sri Lanka
 Tchecos (*ver também* Tchechoslováquia), 45, 46, 47, 127, 209
 língua, 72, 115, 127, 136
 nacionalismo, 72, 150, 151, 152, 164
 no império Habsburgo, 115, 116, 136, 150, 151, 152
 Tchechoslováquia (*ver também* tchecos), 161, 162, 164, 197
 Terceiro Mundo, nacionalismo no, 165-7, 177-83, 185-6, 204
 Thompson, E. P., 109
 Tibetanos, 87
 Tilly, C., 14
 Tirol, 66, 68, 80, 91, 162
 revolta dos "camponeses" contra a França (1809), 68, 80, 90, 91
 Tone, Theobald Wolfe, 163
 Toronto, 216n
 Tour de France, 171
 Transilvânia, 45
 Tratado de Paz de Versalhes, 161, 162, 164, 172
 Troelstra, Piter Jalles, 148
 Tunísia, 166
 Turquia, turcos (*ver também* império otomano),
 a partir de 1918, 92, 162-3, 180, 182, 200

Ucrânia, ucranianos, 71, 81, 83, 150, 206
 União Soviética (*ver também* Azerbaijão; Estônia; Geórgia; Letônia; Lituânia; Rússia), 86, 159, 176, 197, 205, 208
 Unidade mundial, idéia de, 43, 50, 52

Valáquia, 45
 Valáquias, hordas, 79
 Valência, 211
 Vancouver, 216n
 Vêneto, 137
 Viena, 52, 148, 171
 Vietnã, 165, 216n
 Vilar, Pierre, 32
 Villers-Cotterets, ordenação de, 127
 Virgem Maria como "ícone sagrado", 64, 87
 Voivodina, 149

Wasserpöcker, 75
 Weber, Eugene, 214
 Wends, 30, 74
 Wergeland, Henrick Arnold, 71
 William de Alton, 74-5
 Williams, Gwyn A., 14

Wilson, Thumas Woodrow, princípio da nacionalidade, 48-4, 52, 153, 161-2, 164
Windische, 75

Wolf, Eric R., 14
Xenofobia, *ver* etnicidade
Zedler, Johann Heinrich, 30
Zeman, Z.A., 152

Impresso na **Prol** editora gráfica Ltda.
03043 Rua Martin Burchard, 246
Brás - São Paulo - SP
Fone: (011) 270-4398 (PABX)
com filmes fornecidos pelo Editor.